

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas  
Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas

Área: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

***ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA (1854-1855) E A  
ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA (1856, 1858, 1859):***

*uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua  
portuguesa*

**VOLUME I**

Benedita de Cássia Lima Sant'Anna

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, do Departamento de Letras Clássicas e Vernácula da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, para obtenção do título de Doutora em Letras.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr.<sup>a</sup> Elza Assumpção Miné

**São Paulo**

2007

Área: Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa

**ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA (1854-1855) E A  
ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA (1856, 1858, 1859):**

*uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua  
portuguesa*

**VOLUME I**

Benedita de Cássia Lima Sant'Anna

**São Paulo**

2007

Dedico este trabalho a minha filha Vitória,  
e a minha orientadora Elza Assumpção Miné

## Agradecimentos

Agradeço à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo pela bolsa que me concedeu para a realização deste trabalho.

À minha orientadora Elza Assumpção Miné pela orientação dedicada, pela paciência e presença constante.

Às professoras Benilde Caniato Justo e Tania Celestino de Mâcedo pelas sugestões oferecidas quando componentes de minha Banca de Qualificação.

A todos os professores que contribuíram para a minha formação, em especial, à professora Tania Celestino de Mâcedo e ao professor Luiz Roberto Veloso Cairo.

À Diva, Flora, Leonice, Márcia, Maria Marta e Denis, funcionários do Instituto de Estudos Brasileiros (IEB), da Universidade de São Paulo – USP.

Aos funcionários da Biblioteca da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo – USP.

Aos funcionários do Centro de Documentação e apoio à pesquisa (CEDAP) da Faculdade de Ciências e Letras / UNESP – Campus Assis, e aos funcionários da biblioteca daquela faculdade.

À Creuza funcionária do Centro de Estudos Portugueses da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, da Universidade de São Paulo – USP.

Ao Jacó e à Lina, funcionários da pós-graduação do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas.

A Ricardo Paulo Novais, pelo auxílio.

Aos amigos de Assis, Carlinhos, Maria e Obá.

À Márcia, ex- funcionária do Centro de Estudos Portugueses, FFLCH-USP e à Raquel Silva, muito obrigada.

## SUMÁRIO

## VOLUME I

RESUMO .....	8
ABSTRACT .....	9
INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO I: A imprensa literária e a imprensa ilustrada	
A imprensa portuguesa a partir de 1807 .....	16
A imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808 .....	25
A imprensa literária em Portugal .....	36
A imprensa literária no Brasil .....	40
A imprensa ilustrada romântica de língua portuguesa .....	49
CAPÍTULO II: A <i>Ilustração Brasileira</i> (1854-1855) e A <i>Ilustração Luso- Brasileira</i> (1856,1858,1859): duas revistas de língua portuguesa.	
Confronto .....	54
Criação e propósitos .....	58
<i>Ilustração Brasileira</i> (1854-1855): uma publicação modesta .	65
A <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> (1856,1858,1859): uma nova revista .....	76
Outras considerações .....	90
CAPÍTULO III: A Literatura nas revistas <i>Ilustração Brasileira</i> (1854-1855) e A <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> (1856, 1858, 1859).	
A ficção na <i>Ilustração Brasileira</i> e n'a <i>Ilustração Luso- Brasileira</i> .....	97
O poema na <i>Ilustração Brasileira</i> e n'a <i>Ilustração Luso- Brasileira</i> .....	111
A chegada crítica n'a <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> .....	120

CAPÍTULO IV: Projetos em questão. . . . .	<b>127</b>
Projeto editorial, projeto editorial utópico . . . . .	<b>138</b>
Considerações complementares . . . . .	<b>149</b>
CONSIDERAÇÕES FINAIS. . . . .	<b>153</b>
ANEXO: TRANSCRIÇÃO DE EDITORIAIS, DOS TEXTOS DE FICÇÃO E POEMAS SELECIONADOS DA REVISTA <i>ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA</i> (1854-1855): Introdução [Editorial da primeira edição] . . . . .	<b>158</b>
Ilustração Brasileira [Editorial da segunda edição] . . . . .	<b>165</b>
Agradecimentos [Editorial da quinta edição] . . . . .	<b>168</b>
À noite de ano bom de um infeliz [Fábula] . . . . .	<b>169</b>
Lady Clare Hampden e suas filhas [Conto] . . . . .	<b>171</b>
Ao passamento de S. M. F. A Sr <sup>a</sup> D. Maria II [Poema] . . . . .	<b>201</b>
Glosa [Poema]. . . . .	<b>207</b>
TRANSCRIÇÃO DE EDITORIAIS, TEXTOS DE FICÇÃO, POEMAS E ACHEGAS CRÍTICAS SELCIONADAS DA REVISTA <i>ILUSTRAÇÃO</i> <i>LUSO-BRASILEIRA</i> (1856,1858,1859)	
Intróito [Editorial de apresentação do primeiro volume] . . . . .	<b>211</b>
Introdução [Editorial de apresentação do segundo volume] . . . . .	<b>217</b>
Introdução [Editorial de apresentação do terceiro volume] . . . . .	<b>220</b>
Camila. Memória de uma viagem [Romance-folhetim, capítulo I]	<b>223</b>
Camila. Memória de uma viagem [Romance-folhetim, capítulo II]	<b>227</b>
Camila. Memória de uma viagem [Romance-folhetim, capítulo III]	<b>231</b>
O amor vence tudo [Conto/ Capítulo I e II] . . . . .	<b>236</b>
O amor vence tudo [Conto/ Capítulo III ] . . . . .	<b>251</b>

O amor vence tudo [Conto/ Capítulo IV] . . . . .	258
A garrafa encantada [Conto popular da Irlanda, 1ª parte] . . . . .	265
A garrafa encantada [Conto popular da Irlanda, 2ª parte]	269
A garrafa encantada [Conto popular da Irlanda, 3ª parte - conclusão] . . . . .	276
Versos A * * * * [Poema] . . . . .	279
A minha musa [Poema] . . . . .	280
Anjo rainha [Poema] . . . . .	282
Saudades [Poema de Casemiro de Abreu] . . . . .	283
Revista Literária. I. Portugal e Brasil. <i>Opúsculo Humanitário</i> por B. A. Rio de Janeiro, 1851 [Acheга crítica, 1ª parte] . . . . .	290
Revista Literária. I. Portugal e Brasil. <i>Opúsculo Humanitário</i> por B. A. Rio de Janeiro, 1851 [Acheга crítica, 2ª parte] . . . . .	294
Paralelos entre alguns autores ingleses [Acheга crítica] . . . . .	305
Conselhos para fazer versos. Imitação [Acheга crítica, 1ª parte] .	311
Conselhos para fazer versos. Imitação [Acheга crítica, 2ª parte - conclusão] . . . . .	314
<b>BIBLIOGRAFIA</b> . . . . .	<b>317</b>

## VOLUME II

Apresentação do volume . . . . .	2
Apresentação das categorias de análise utilizadas para o levantamento exaustivo das duas ilustrações. . . . .	4
<i>ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA</i> (1854-1855)	
Reprodução da página 1, n.º 1, v. I, fevereiro de 1854 . . . . .	6

Tabela 1, correspondente aos números publicados (volume, número de páginas e data de publicação)	<b>7</b>
Índice por Categorias . . . . .	<b>8</b>
<i>ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA (1856,1858,1859)</i>	
Reprodução da capa, n.º 1, v. I, 5 de janeiro de 1856 . . . . .	<b>26</b>
Tabela 2, correspondente aos números publicados (volume, número de páginas e data de publicação) . . . . .	<b>27</b>
Índice por Categorias . . . . .	<b>33</b>



**SANT'ANNA, B. Cássia Lima de.** “*Ilustração Brasileira (1854-1855) e A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859): uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa*”. 2006. 2 volumes. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo (Resumo).

A tese intitulada “*Ilustração Brasileira (1854-1855) e A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859): uma contribuição para o estudo da imprensa literária em língua portuguesa*” teve por objetivo demonstrar que, no Brasil, a imprensa de ilustração foi inaugurada com a publicação da *Ilustração Brasileira*, visto que nenhuma publicação anterior deu tamanho destaque e foco especial ao “modelo de ilustração” quanto ela, o que pôde ser confirmado a partir do exame de periódicos brasileiros que a antecederam. Provou também que a publicação da revista *A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)* veio na esteira de uma tradição da imprensa ilustrada lusitana em ascensão. Discutiu ainda a relevância destas duas ilustrações para o estudo das literaturas românticas de Portugal e do Brasil, bem como a participação de cada uma no processo de desenvolvimento da imprensa literária e ilustrada em seus respectivos países. Traz, em volume separado, um índice por categorias de análise dos textos publicados em cada uma das revistas.

**Palavras-chave:** romantismo, literatura comparada, imprensa ilustrada, *Ilustração Brasileira (1854-1855)*, *A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)*.

**SANT'ANNA, B. Cássia Lima de.** “*Ilustração Brasileira (1854-1855) and A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858,1859): a contribution to the study of the literary press in Portuguese language*”. 2006. 2 volumes. Doctoral Dissertation (Letters: Language and Literature) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo (Abstract).

This dissertation entitled “*Ilustração Brasileira (1854-1855) and A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859): a contribution to the study of the literary press in Portuguese language*” was carried out to demonstrate that, in Brazil, the illustrative press began with the publication of *Ilustração Brasileira*, since no former publication gave such a great emphasis and special prominence to the ‘illustrative model’ as the magazines at issue did, what can be confirmed by analyzing the Brazilian journals which preceded it. It was also proved that the publication of the magazine *A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858, 1859)* followed a tradition of the ascendant Portuguese illustrative press. This dissertation also broaches the relevance of both illustrations to the study of the Portuguese and Brazilian Romantic literatures, as well as the role played by each literature in the development process of the literary and illustrative press in each of those countries, and additionally presents a separate volume of the table of contents classified according to the categories of texts published in each of those magazines.

**Keywords:** Romanticism, comparative study of literature, illustrative press, *A Ilustração Brasileira (1854-1855)*, *A Ilustração Luso-Brasileira (1856, 1858,1859)*.

## ÍNDICE

### VOLUME I

RESUMO .....	8
ABSTRACT .....	9
INTRODUÇÃO .....	13
CAPÍTULO I: A imprensa literária e a imprensa ilustrada.	
A imprensa portuguesa a partir de 1807 .....	16
A imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808 .....	25
A imprensa literária em Portugal .....	36
A imprensa literária no Brasil .....	40
A imprensa ilustrada romântica de língua portuguesa .....	49
CAPÍTULO II: A <i>Ilustração Brasileira</i> (1854-1855) e A <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> (1856,1858,1859): duas revistas de língua portuguesa.	
Confronto .....	54
Criação e propósitos .....	58
<i>Ilustração Brasileira</i> (1854-1855): uma publicação modesta ..	65
A <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> (1856,1858,1859): uma nova revista .....	76
Outras considerações .....	90
CAPÍTULO III: A Literatura nas revistas <i>Ilustração Brasileira</i> (1854-1855) e A <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> (1856, 1858, 1859).	
A ficção na <i>Ilustração Brasileira</i> e n'a <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> .....	97

O poema na <i>Ilustração Brasileira</i> e n'a <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> .....	111
A chegada crítica n'a <i>Ilustração Luso-Brasileira</i> .....	120
CAPÍTULO IV: Projetos em questão. ....	127
Projeto editorial, projeto editorial utópico .....	138
Considerações complementares .....	149
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	153
ANEXO:	
Transcrição dos editoriais, textos de ficção e poemas selecionados da Revista <i>Ilustração Brasileira</i> (1854-1855) .....	158
Transcrição dos editoriais, textos de ficção, poemas e chegadas críticas selecionadas da Revista <i>Ilustração Brasileira</i> (1856, 1858, 1859) .....	211
BIBLIOGRAFIA .....	317

(...) um dia virá, século gigante,  
em que da chama do bater do malho  
apenas surgirá bom, triunfante,  
o ferro do pacífico trabalho.

Almeida Braga

## INTRODUÇÃO

A imprensa romântica de língua portuguesa superou inúmeros obstáculos, como o indiferentismo da época, a falta de condições políticas e socioeconômicas propícias a seu desenvolvimento, conseguindo lançar semente profícua que resultou em aumento significativo no número de periódicos impressos, tanto em Portugal como no Brasil. Entre esse número crescente de periódicos, era de se esperar que surgissem publicações com propósitos que as diferenciavam dos demais órgãos impressos, como ocorre com a revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855), publicada no Rio de Janeiro, e com a revista *A Ilustração Luso-Brasileira* (1856, 1858, 1859), publicada em Lisboa. Tais publicações despertaram nosso interesse devido a seus projetos literário e didático mas, sobretudo, pelo fato de serem ilustradas; tal característica não se encontra em órgãos da imprensa nacional anteriores à *Ilustração Brasileira* e, entre os órgãos da imprensa portuguesa anteriores à revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, só se encontra no periódico *O Panorama* (1837-1868).

No estudo dessas *Ilustrações*, propusemo-nos a demonstrar que, no Brasil, a imprensa ilustrada romântica foi inaugurada com a publicação da *Ilustração Brasileira*, bem como provar que a publicação d'*A Ilustração Luso-Brasileira* vem na esteira de uma publicação ilustrada lusitana em ascensão. Também discutiremos o papel dessas duas revistas para o estudo da imprensa literária e ilustrada romântica de Portugal e do Brasil. Para tanto, em um primeiro momento, fizemos um breve histórico da imprensa portuguesa a partir de 1807 e da imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808. A consideração da imprensa literária em Portugal e no Brasil, deixa clara a sua importância e desenvolvimento em meados do século XIX. A questão da censura imposta ao jornalismo da época, principalmente ao jornalismo de opinião – temido pelo governo devido às conseqüências que o juízo de valor inserido nos textos poderia causar na opinião pública, foi também focalizada. Neste quadro dá-se o

surgimento da imprensa ilustrada romântica de língua portuguesa, no Brasil, como já mencionado, por meio da publicação da revista *Ilustração Brasileira* e, em Portugal, através d'*O Panorama* (1837-1868) e da revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, que exibem tendências estético-ideológicas próprias do período. Tais publicações contribuíram também para o enriquecimento gráfico proporcionado pelas gravuras nelas impressas. Numa e noutra o senso de missão didática e ética dos seus redatores se evidencia.

Na segunda parte do trabalho, confrontamos e discutimos a criação e os propósitos da *Ilustração Brasileira* e d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, levando em conta os respectivos editoriais de lançamento. Além disso, fizemos uma apresentação das duas revistas, descrevemos os aspectos formais de cada uma delas e verificamos a equipe de escritores que nelas colaboraram, e que tipos de colaboração a elas prestaram.

Na terceira parte do trabalho apresentamos, a título de amostragem, textos de ficção das duas revistas, além de alguns poemas – três impressos na *Ilustração Brasileira* e quatro na revista *A Ilustração Luso-Brasileira*. Por fim, três achegas críticas, publicadas na revista portuguesa. Da publicação nacional, apontamos matéria sobre personalidades da época.

A escolha da amostragem prende-se ao fato de ser constituída por textos que apresentam temática e características estético-literárias do momento. O acréscimo de um texto de ficção e de um poema ao número de textos retirados para amostra d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, deve-se à sua longevidade, maior, relativamente à da revista nacional.

Feitas as apresentações referidas, iniciamos a parte final da tese, na qual nos fixamos no estudo dos projetos editoriais propostos pelas ilustrações, investigamos em que medida eles foram ou não realizados, bem como analisamos as semelhanças existentes entre eles, procurando comprovar a afirmação inicial de que A

*Ilustração Brasileira* abre caminho para uma nova modalidade da imprensa romântica brasileira – a da imprensa de ilustração – e, da mesma forma, procurando comprovar a afirmação de que *A Ilustração Luso-Brasileira* vem na esteira da imprensa de ilustração portuguesa, seguindo *O Panorama* em suas tendências básicas.

Além dos capítulos aqui mencionados, o presente trabalho traz em anexo a transcrição dos textos integrais da amostragem (editoriais, textos de ficção, poemas e achegas críticas).

Um segundo volume da tese traz as tabelas (1 e 2) correspondentes aos números publicados das duas revistas em estudo (volume, número da revista, número de páginas e data de publicação), a apresentação das categorias de análise utilizadas para o levantamento exaustivo das duas ilustrações, a reprodução da primeira página do primeiro volume da revista brasileira e a reprodução da capa do primeiro volume da revista portuguesa, os índices por categoria da *Ilustração Brasileira* e d'*A Ilustração Luso-Brasileira*.

A elaboração do material contido neste segundo volume foi essencial ao nosso trabalho, por permitir-nos averiguar a concretização dos projetos editoriais propostos pelas revistas, analisar a importância de cada uma delas, bem como contribuirmos para um melhor conhecimento da imprensa romântica ilustrada de língua portuguesa.



## CAPÍTULO I:

### A IMPRENSA LITERÁRIA E A IMPRENSA ILUSTRADA

#### A IMPRENSA PORTUGUESA A PARTIR DE 1807

Ao nos referirmos à palavra imprensa, particularmente, à imprensa literária e à imprensa ilustrada, não desejamos cingir-nos ao sentido original da palavra, que diz respeito à máquina de imprimir caracteres tipográficos em papel ou em qualquer outra matéria, mas ao seu emprego mais freqüente em nossos dias, como sinônima de jornalismo e imprensa periódica. Do mesmo modo, ao intitularmos este capítulo de “A imprensa literária e a imprensa ilustrada”, temos como objetivo contextualizar o momento histórico, político e literário que propiciou o surgimento das duas *Ilustrações* aqui estudadas. Para tanto, iniciaremos o capítulo com dados sobre a imprensa portuguesa a partir do final de 1807, período que marca a ocupação das forças francesas em Lisboa e que teve como conseqüência, a transferência da corte joanina para o Brasil, sob proteção inglesa. Segue-se um estudo sobre a imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808.

É importante lembrar que as invasões francesas em Portugal estimularam o crescimento da imprensa noticiosa e política lusitana, imprensa essa que quase não existia no país. “O único jornal desta natureza existente em Portugal quando das invasões era a *Gazeta de Lisboa*” (Tengarrinha, 1989: 60).

Em 1808, após a saída da corte de D. João VI e da tomada de posse efetiva por parte dos invasores, a imprensa portuguesa entra numa nova fase. Uma fase politicamente aberta e de combate, a qual contrastava com a longa apatia em que estivera mergulhado o jornalismo lusitano.

A intensa vigilância exercida por Junot, que ocupara o poder em Lisboa

durante a primeira invasão francesa, não conseguia intimidar a proliferação da literatura jornalística e panfletária clandestina, cujas páginas traziam opiniões diversas, mas unidas, porém, no ódio contra o invasor.

Além de publicações periódicas, surgem diversos pasquins<sup>1</sup> e folhas volantes<sup>2</sup>: umas insultuosas, outras proféticas e até jocosas contra Junot. “Era a conseqüência do movimento libertador que engrossara no país a partir de abril e maio de 1808 e que se seguirá à expectativa geral e à adesão dos afrancesados nos primeiros tempos da dominação” (Tengarrinha, 1989: 60).

No ano de 1809, por ocasião da segunda invasão francesa, criaram-se 24 novos periódicos em Portugal, sendo quatro deles fundados em Lisboa, em um único dia, 1º de setembro. Essa proliferação de periódicos noticiosos no país é um índice bastante expressivo da efervescência dos ânimos e da necessidade de mobilizar a opinião pública, por intermédio da imprensa, fazendo crescer entre os portugueses o espírito de combatividade. Além disso, de acordo com a bibliografia consultada, tal proliferação só foi possível devido à relativa liberdade que os poderes públicos deram à imprensa.

Enquanto durou a guerra com a França, e nossos governantes precisavam de nossa energia e entusiasmo para que ela se concluísse a bem deles, e não a bem do povo, a imprensa, por assim dizer, foi livre em Portugal: então tudo se escrevia, todos escreviam e a todos era lícito revelar seus pensamentos. (Tengarrinha, 1989: 61)

Em meio às várias publicações da imprensa lusitana, lançadas naquele período com o objetivo de defender as posições nacionais, encontramos *O Leal Português* (1808-1810), publicado no Porto; *A Minerva Lusitana* (1808-1811), publicada em Coimbra; o *Semanário Patriótico* (1808), a *Gazeta do Rossio* (1808-1809), *O Lagarde Português* (1808), *O Patriota ou Amigo da Independência de*

<sup>1</sup> Refere-se a textos breves, manuscritos não assinados pelo autor, contendo acusações diretas e simples, sem fundamentação.

<sup>2</sup> Geralmente compostas por uma folha impressa em pequeno formato e com caráter noticioso.<sup>7</sup>

*Portugal* (1809), *O Diário Lisbonense* (1809), *O Correio da Tarde* (1809), *A Abelha do Meio-Dia* (1809-1829), o *Novo Diário de Lisboa* (1809), o *Jornal de Lisboa* (1809), o *Mapa Político* (1809) e o *Mentor da Moda* (1809), publicados em Lisboa, dentre outros.

Boa parte dessas publicações era estritamente noticiosa e limitava-se quase sempre às notícias da guerra peninsular, “freqüentemente traduzidas de folhas espanholas e inglesas, “a publicar” artigos e comentários mais ou menos apaixonados contra os invasores” (Tengarrinha, 1989: 62).

Por outro lado, surgem também em Portugal, durante esse período, jornais e folhas panfletárias<sup>3</sup> escritas pelos invasores. Diferentes das folhas impressas pelos portugueses, as redigidas pelos franceses circulavam livremente e até podiam ser afixadas em vias públicas.

Como era de se esperar, essa imprensa francesa editada em Portugal encontrou eco entre alguns portugueses. E,

se é certo que as camadas mais baixas da população rural, analfabetas, apavoradas sob a influência dos frades e padres e pelo temor de violência, surdas a todos os apelos, fugiam precipitadamente diante do invasor, não o é menos que em alguns centros muitos elementos da nobreza e da burguesia não permaneceram indiferentes aos papéis dos franceses. (Tengarrinha, 1989: 66)

Os indivíduos pertencentes às classes altas portuguesas passaram a conviver intimamente com os invasores, em reuniões, bailes e jantares, e começaram a registrar-se no país manifestações favoráveis à dominação francesa. Tais manifestações se atribuem ao fato de os portugueses se sentirem órfãos de D. João IV. Conforme adverte A. H. de Oliveira Marques no *livro História de Portugal*, “os portugueses sentiam-se abandonados pelo seu monarca, queixavam-se da constante drenagem de dinheiro para o Brasil na forma de rendas e contribuições; lamentavam o declínio comercial e o permanente desequilíbrio do orçamento” (*História de Portugal*,

---

<sup>3</sup> Impressas relativamente com mais freqüência que os pasquins e as folhas volantes, as folhas panfletárias eram textos mais longos que estas e assumiam forma variada (romances, cartas, colóquios, etc), por vezes como um pequeno livro ou folheto, não periódico.

1986: v. III, 3).

Além disso, segundo esse mesmo autor, a influência britânica no exército e na regência lusitana era motivo de ressentimento. Ressentimento este que encontra eco em textos publicados nas folhas jornalísticas portuguesas naquele momento.

Temendo a influência de tais textos, bem como a da própria imprensa jornalística, o governo lusitano começava a dar evidentes mostras de preocupação com a proliferação de órgãos jornalísticos. Prova disso é o ato restritivo de 1º de setembro de 1809, no qual o governo português, “com base na acusação feita pelo delegado apostólico de ter publicado notícias falsas a seu respeito” (Tengarrinha, 1989: 69), proíbe a publicação do *Correio da Tarde* (1809).

Esse fato ocorreu exatamente no dia em que, como vimos, apareceram em Lisboa quatro novos jornais noticiosos, o que faz supor que a posição do governo vinha de encontro às aspirações da Junta da Imprensa Régia. Enquanto aquele ordenava o fim de uma publicação, bem como a suspensão de licença para impressão de novas publicações, a Junta, desobedecendo às ordens da corte portuguesa instalada no Brasil, autoriza a impressão naquele órgão do 2º número do *Lanterna Mágica* e do 3º número do *Suplemento ao Correio de Londres*.

Como era de se esperar, o governo português aqui instalado reage com severidade ao fato ocorrido em Portugal. Avisa a Mesa de Desembargo do Paço para ser mais vigilante com relação às licenças concedidas e ordena que esta tome as providências que julgar acertadas em relação à Imprensa Régia.

No decreto expedido em 21 de maio de 1810, a Mesa de Desembargo do Paço decreta a “extinção pura e simples das Juntas de Direção e Administração da Impressão Régia” (Tengarrinha, 1898: 70). Era o início de outra fase para a imprensa periodística portuguesa. Uma fase marcada pela volta das restrições e censuras.

Jornais como o *Correio da Península* (1810), de João Bernardo da Rocha Loureiro e Nuno Álvares Pereira Pato Monis, bem como a *Minerva Lisbonense ou*

*Variedades Literárias e Políticas* (1813), de Caetano Alberto da Silva, tiveram suas licenças cassadas por introduzirem “levemente nos seus escritos o veneno da crítica que tem indisposto grandes nações” (*apud* Tengarrinha, 1989: 71).

A censura imposta aos jornais noticiosos acabou por reduzir significativamente as publicações portuguesas do gênero. No país em que, como vimos, surgiram 24 periódicos em um único ano, passaram a aparecer em média três novas publicações por ano, sendo que, de 1810 a 1819, surgiram apenas 32 do gênero.

Ressalte-se que tais publicações tiveram uma atuação mais cautelosa e discreta do que as anteriores (1809). Muitas delas, como o *Semanário de Instrução e Recreio* (1812-1813), de Lisboa, estavam igualmente voltadas para a literatura, arte, recreação e humor.

Na verdade, essa ampliação de assuntos por parte dos periódicos daquele momento contribuiu para uma modificação considerável no público. Mais dinâmicos e atentos aos assuntos nacionais, fazem crescer o público leitor dos jornais, por meio de textos amenos, o que, conseqüentemente, provoca também aumento nas suas tiragens.

Enquanto isso, em Londres, surgem publicações lusitanas com tendências liberais. Dentre estas, encontramos *O Investigador Português em Inglaterra* (1811-1819), redigido pelos médicos Bernardo José de Abrantes e Castro, Vicente Pedro Nolasco da Cunha e Miguel Caetano de Castro; *O Português ou Mercúrio Político, Comercial e Literário* (1814-1822 e 1823-1826), redigido por João Bernardo da Rocha Loureiro; *O Campeão Português ou O Amigo do Rei e do Povo* (1819-1821), redigido por José Liberato Freire de Carvalho, bem como um dos mais significativos periódicos publicados por portugueses no estrangeiro, os *Anais das Ciências, das Artes e das Letras* (1818-1822), cujo redator é Candido José Xavier e Francisco Solano Constâncio.

Segundo entendemos, essas publicações devem ter contribuído para a divulgação das idéias liberais que estimularam a Revolução de 1820<sup>4</sup>. Com o fim da revolução, organizam-se em dezembro do mesmo ano eleições para as Cortes, nas quais foi eleita “uma maioria burguesa de proprietários, comerciantes e burocratas que desde logo solicitou (...), a D. João VI, que regressasse a Portugal” (*História de Portugal*, 1986: v. III, 6).

Depois de ter jurado as bases da futura Constituição redigida pelos liberais, D. João VI chega a Lisboa em julho de 1821. Dirigente natural de uma corrente de opinião conservadora e anticonstitucional, aceita a princípio tudo o que as Cortes e os governos lhe foram impondo, inclusive a liberdade de imprensa e a extinção da Inquisição.

Mas em razão da restauração do absolutismo em maio de 1823, D. João VI decreta a dissolução das Cortes e, em janeiro de 1824, revoga a Carta Constitucional elaborada em 1822 e, conseqüentemente, a liberdade por ela concedida à imprensa portuguesa. Temendo as influências desta na opinião pública, instaura-se forte censura na imprensa.

A liberdade da imprensa lusitana só voltaria a ser parcialmente restabelecida após o falecimento do rei e por intermédio da Carta Constitucional outorgada em 29 de Abril de 1826, a qual, banindo a censura prévia, determina:

Todos podem comunicar os seus pensamentos por palavras e escritos e publicá-los pela Imprensa, sem dependência de Censura, contanto que hajam de responder pelos abusos que cometerem no exercício deste direito, nos casos e pela forma que a lei determinar. (Tengarrinha, 1989:138)

Essa liberdade que a Carta Constitucional de 1826 outorga à imprensa

---

<sup>4</sup> Ocorrida no Porto em 24 de agosto de 1820, a Revolução alcançou em poucos dias a adesão de todo o norte e teve como resultado a formação da *Junta Provisória do Governo Supremo do Reino*, sob a presidência do brigadeiro-general Antônio da Silveira. (*História de Portugal*: v. III, 5.)

lusitana foi bastante efêmera, tendo em vista que três meses depois, por Decreto de 18 de agosto do ano citado, são adotadas as instruções, redigidas por Francisco Manuel Trigoso de Aragão Morato, destinadas a reprimir os abusos dos jornais. Tais instruções acabam anulando, por intermédio de numerosas proibições, as regalias concedidas pela Carta Constitucional.

Importa ressaltar que, nos três meses anteriores ao citado Decreto, houve em Portugal um novo surto de publicações periódicas, dentre elas *O Português* (1826), uma espécie de diário político, literário e comercial, impresso em Lisboa e vendido para 1500 assinantes, por 60 réis o número.

Com a ascensão de D. Miguel ao trono, em 1828, a censura imposta às publicações periódicas passa a ser ainda mais severa do que a estabelecida pelo Decreto de 18 de agosto de 1826. As ordens restritivas do rei são controladas de dentro do palácio pela Mesa de Desembargo do Paço:

Após a aclamação de D. Miguel como rei absoluto, é publicado o Decreto de 16 de Agosto de 1828, abolindo a Comissão de Censura e passando outra vez este importante objetivo para a Mesa do Desembargo do Paço, a que pertencia, consultando censores probos e que unam à sua Literatura a melhor Moral e Religião e exemplares costumes. (Tengarrinha, 1989: 141)

A situação da imprensa portuguesa regressa, então, às mesmas condições impostas a ela nos anos anteriores a 1820: o absolutismo do rei controlava tudo o que se imprimia no reino. As publicações jornalísticas passam a ser estritamente vigiadas, os temas desenvolvidos pelos jornalistas são limitados e, aos indivíduos que ousam infringir as leis de censura, aplicam-se penas severas.

Esse fato desestimulou a imprensa portuguesa em geral, “ficando a cargo dos emigrados, principalmente dos que se encontravam em Londres, a maior parte da atividade jornalística” (Garmes, 1999: 9). Enquanto isso, em Portugal surgem publicações como *A Besta Esfolada*, publicada em Lisboa a partir de 1828;

*O Desengano* (1830), cujo redator é o padre José Agostinho; *A Contra Mina* (1830), do frei Fortunato de S. Boaventura; o *Defesa de Portugal* (1831), tendo o padre Alvito Buela Pereira na redação, dentre outras, que defendem com entusiasmo as atividades absolutistas de D. Miguel.

Nota-se que, devido à pressão e à opressão, só se publicavam no país jornais favoráveis ao regime absolutista do rei, ficando sob a responsabilidade de publicações portuguesas no estrangeiro, como *O Padre Malagrida* (Plymouth e Paris, out. 1828-abr. 1829), *O Fulminante* (Londres, 1829), *O Correio dos Açores* (Londres, jun.-out. 1830), *O Pelourinho* (Londres, 1831-1832), o *Correio dos Portugueses Emigrados* (Londres, set. 1831) e *O Português Constitucional em Londres* (mar.-jun.1832), fazer oposição a D. Miguel. Por serem impressas fora do domínio português, não estavam sujeitas às restrições e censuras impostas pela Mesa de Desembargo do Paço. Importa ainda ressaltar que o número de periódicos portugueses no estrangeiro foi se intensificando no decorrer dos anos.

Em 1831, D. Pedro IV (no Brasil, D. Pedro I) abdica do trono brasileiro e parte para a Inglaterra e a França, onde organiza uma expedição militar com o propósito de libertar Portugal do jugo absolutista. Em junho do ano seguinte, parte para Portugal com os seus, o que acaba “por gerar os trágicos episódios da guerra civil, findos em maio de 1834, com a Convenção de Évora Monte e a definitiva vitória das forças liberais” (Garmes, 1999: 9).

Com a morte de D. Pedro IV, em 24 de setembro de 1834, a coroa portuguesa é passada para sua filha D. Maria II. Só então entraria em vigor, em 22 de dezembro daquele mesmo ano, a lei de liberdade de imprensa, escrita há quase quatorze anos pelos vintistas. Esse fato permite o surgimento da imprensa de opinião e serve como estímulo a todos os outros gêneros de jornalismo, entre eles o periodismo das ilustrações, registrando-se uma redução no número de periódicos portugueses impressos fora de Portugal. Segundo entendemos, tal redução deve-se



ao fato de essas publicações terem alcançado seus objetivos: a restauração da liberdade de imprensa, bem como a vitória das forças liberais. Além disso, com a derrota definitiva dos absolutistas, não havia mais motivos para que os exilados liberais fizessem oposição ao governo, nem mesmo para permanecerem exilados.

Ainda em 1834, a imprensa portuguesa se fortalece: surgem em solo português 7 novos periódicos; no ano seguinte (1835), aparecem no país 54 novas publicações e, em 1836, mais 67 jornais. Convém dizer que boa parte dessas publicações era passageira, iniciavam suas atividades e as encerravam logo em seguida, mas havia outra parte, por sua vez, que permanecia em atividade por mais tempo.

Pertenciam a essa última parte os jornais de caráter ilustrativo, que se propunham a promover o progresso e o aperfeiçoamento do ensino, das letras, das ciências, das artes e da indústria. Para tanto, contavam com o apoio do governo e não sofriam com as repressões impostas por ele aos demais tipos de imprensa.

Em portaria de 25 de setembro de 1835, o próprio governo português autoriza e recomenda o estabelecimento e a publicação, no país, de jornais mensais que tendessem a desenvolver os diferentes ramos de instrução.

De acordo com Ernesto José Rodrigues, autor de *Mágico folhetim: literatura e jornalismo em Portugal* (Lisboa-1998), os anos de 1836 a 1840 posteriores portanto à Portaria foram de afirmação da imprensa em Portugal. O volume de publicações cresce substancialmente tanto em número quanto em quantidade de páginas e qualidade de textos impressos (Rodrigues, 1996: v. 1, 94-96).

Para nós, nesse período, a imprensa periódica lusitana – que teve início com a publicação das chamadas *Gazetas de Restauração* em 1641<sup>5</sup> –, confirma-se definitivamente como órgão divulgador de conhecimento e de informações diversas.

---

<sup>5</sup> Segundo José Tengarrinha, até esta data não se podia assinalar o início do periodismo em Portugal em razão da ausência de duas condições essenciais: a periodicidade e a continuidade ou encadeamento. Condições estas que, aliadas à do objetivo eminentemente informativo, só se reúnem pela primeira vez na publicação das *Gazetas* citadas (Tengarrinha, 1989: 35).

Além disso, em razão da grande profusão de publicações, a imprensa especializada daquele momento passa a ter lugar garantido no cenário literário da época. "Periódicos voltados exclusivamente para determinados setores sociais ou para gostos específicos procuraram e encontraram o seu público" (Garmes, 1999: 10).

A época é, pois, favorável às publicações periódicas literárias e de ilustração, que, por serem consideradas didáticas, não eram atingidas pelas restrições cartistas, impostas ao jornalismo de opinião. O próprio governo português contava com o auxílio daquelas publicações para promover as reformas do ensino elementar, bem como para complementar a educação básica do cidadão lusitano.

Durante o período citado, o jornalismo literário e de ilustração português passa a receber algum estímulo por parte das autoridades, com o compromisso velado de não abordar assuntos de natureza política. O mesmo pode ter ocorrido com a imprensa periódica literária e ilustrada publicada no Brasil.

## **A IMPRENSA BRASILEIRA A PARTIR DO ATO REAL DE 31 DE MAIO DE 1808**

A imprensa surgiria, finalmente, no Brasil – e ainda desta vez, a definitiva, sob proteção oficial, mais do que isso: por iniciativa oficial – com o advento da Corte de D. João [VI]. Antônio de Araújo, futuro conde da Barca, na confusão da fuga, mandara colocar no porão da *Medusa* o material gráfico que havia sido comprado para a Secretaria de Estrangeiros e da Guerra, de que era titular, e que não chegara a ser montado. Aportando ao Brasil, mandou instalá-lo nos baixos de sua casa, à rua dos Barbonos.

Nelson Werneck Sodré

Assim que o material gráfico trazido de Portugal foi montado na residência de Antônio de Araújo, D. João VI decreta, por intermédio do ato real de 31 de maio, que, atendendo à necessidade de oficina de impressão no reino, ficava estabelecido que a casa onde se havia montado o material serviria inteiramente de Impressão Régia, "onde se imprimam exclusivamente toda a legislação e papéis diplomáticos, que emanarem de qualquer repartição do meu Real Serviço, ficando inteiramente

pertencendo o seu governo e administração à mesma Secretaria” (*apud* Sodré, 1966: 22).

Na data citada, D. João VI não apenas reconhece e oficializa a atividade gráfica no Brasil, mas, em razão das restrições impostas à imprensa lusitana durante o período que antecedeu a vinda da Corte para o nosso país, instaura normas rígidas para regularizar a atividade da imprensa brasileira.

Dentre as normas por ele estabelecidas estava a criação de uma junta responsável pelo exame dos papéis e livros enviados para serem publicados na Imprensa Régia. Era a censura. Temendo que se imprimissem textos contra a religião, o governo e os “bons costumes”, nada se imprimia no Brasil sem o exame prévio do frei Antônio de Arrábida, do padre João Manzoni, Carvalho e Melo, bem como de José da Silva Lisboa, todos censores reais.

Em 10 de setembro de 1808, a Imprensa Régia lança a *Gazeta do Rio de Janeiro*, primeiro jornal publicado no país, impresso mais ou menos nos moldes da *Gazeta de Lisboa*.

Era um pobre papel impresso, preocupado quase que tão-somente com o que se passava na Europa, de quatro páginas in 4.<sup>o</sup>, poucas vezes mais, semanal de início, trissemanal, depois, custando a assinatura semestral 3\$800, e 80 réis o número avulso, encontrado na loja de Paul Martin Filho, Mercador de Livros. (Sodré, 1966: 23)

Dirigida pelo frei Tibúrcio José da Rocha, a *Gazeta do Rio de Janeiro* era um jornal oficial, impresso por um órgão oficial. Suas páginas traziam, além de notícias dos dias natalícios da família reinante, informações sobre o estado de saúde de todos os príncipes da Europa. Segundo Nelson Werneck Sodré, esse jornal não constituía atrativo para o público, nem era essa a preocupação dos seus redatores (Sodré, 1966:23).

Talvez por esse motivo, Hipólito José da Costa, em seu jornal<sup>6</sup>, lastima que se consumisse papel de tão boa qualidade para imprimir tão ruim matéria como a que era impressa pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. Provavelmente, a opinião de Hipólito teve grande repercussão, uma vez que o *Correio Brasiliense* era lido largamente em Londres pelos portugueses que ali residiam e, aqui no Brasil, por toda a classe letrada.

Segundo entendemos, ao expor pontos de vista como esse, o jornalista brasileiro desagradava a corte joanina e, em decorrência desse fato e de outros nos quais o *Correio Brasiliense* influenciou na opinião pública, a corte do Rio de Janeiro proibiu a entrada do jornal no Brasil:

(...) a corte do Rio de Janeiro tomou as providências usuais: já a 27 de março de 1809, o conde de Linhares determinava ao juiz da Alfândega, José Ribeiro Freire, a apreensão de material impresso no exterior, contendo críticas ao governo. (Sodré, 1966, 29)

Dois anos e meio depois, mais precisamente em 11 de setembro de 1811, a corte também determinou aos governadores lusitanos a proibição da entrada do jornal de Hipólito José da Costa em Portugal. Mas, após a Revolução do Porto, o jornal passa a circular livre de restrições tanto em Portugal como no Brasil.

O que ocorre é que a imprensa brasileira da época se desenvolvia muito lentamente, não só porque havia sido recém-implantada, mas também em razão das condições políticas e econômicas do país. Em países em que o capitalismo se desenvolvia a passos largos a imprensa também prosperava.

Entre nós, a época era propícia apenas aos periódicos oriundos da imprensa áulica. Acreditamos que, por esse motivo, o jornal *Idade de Ouro do Brasil* (1811-1823), segundo jornal publicado em nosso país, logo que saiu do prelo, em 14 de maio de 1811, tornou-se órgão oficial do governo.

<sup>6</sup> Jornal *Correio Brasiliense* (1808-1822), publicado em Londres, o qual, segundo entendemos – apesar de Nelson Werneck Sodré considerar discutível a inserção desse na imprensa brasileira, pelo fato de o *Correio Brasiliense* não ter surgido e se mantido por forças de condições internas, mas de condições externas e, apesar de José Tengarrinha considerar o jornal do brasileiro Hipólito José da Costa como órgão da imprensa lusitana (Tengarrinha, 1989: 83-84) –, é o primeiro jornal brasileiro.

O jornal baiano tinha o formato in 4.<sup>o</sup>, quatro páginas, circulava às terças e sextas-feiras, ao preço de 60 reis o exemplar e 8\$000 a assinatura anual. Impresso na oficina de Manuel Antônio da Silva Serva, “a única tipografia então existente na cidade de Salvador” (Vianna, 1945:19), o jornal tinha o compromisso com a verdade; no entanto, não demonstrou nenhum respeito por ela, obedeceu às injunções severamente traçadas pelas autoridades.

No ano seguinte, publica-se na mesma tipografia o jornal *As Variedades ou Ensaios de Literatura*. Dele tiraram-se dois números: o primeiro, no início de fevereiro e o segundo, duplo, nos fins de julho de 1812. O jornal *As Variedades ou Ensaios de Literatura* propunha-se a divulgar discursos, extratos de história antiga e moderna, viagens, trechos de autores clássicos, anedotas, etc. “Foi a primeira publicação literária feita no Brasil, pois *O Patriota*, jornal literário, político e mercantil do Rio de Janeiro, que goza deste título, só apareceu em janeiro do ano seguinte” (apud Vianna, 1945: 13).

Fundado por Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que, posteriormente, sucedera o frei Tibúrcio na redação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, *O Patriota* foi publicado de janeiro de 1813 a dezembro de 1814. Durante o primeiro ano, foi mensal, depois passou a bimestral. A assinatura semestral custava, em 1813, 4\$000 réis. Em 1814, passou para 6\$000 réis. Do mesmo modo, o número avulso d'*O Patriota*, que durante o ano de 1813 custava 800 réis, teve um acréscimo, em 1814, e passou a custar 1.200 réis.

De acordo com Nelson Werneck Sodré, *O Patriota*, *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, *Idade de Ouro do Brasil*, bem como a *Gazeta do Rio de Janeiro* não foram os únicos exemplares da imprensa áulica que o governo joanino forjou ou amparou:

Pela necessidade de enfrentar e neutralizar a ação do *Correio Brasiliense* [o governo joanino] estimulou algumas tentativas de periodismo, começando pelos folhetos de tipo panfletário e completando-se logo depois, com órgãos específicos do jornalismo. (Sodré, 1966:35)

*As Reflexões sobre o Correio Brasiliense* (1809), redigidas por frei Joaquim Santo Agostinho Brito França Galvão, foram publicadas em Lisboa pela Imprensa Régia à custa do governo. Também, os redatores d'*O Investigador Português* (1811-1819), citados nos início deste capítulo, recebiam uma pensão do príncipe regente para manter o jornal.

Sobre essa imprensa áulica forjada pelo governo joanino durante as primeiras décadas de 1800, escreveu Werneck Sodré:

Considerar essa imprensa áulica – impressa no Brasil ou fora do Brasil – como brasileira, e mesmo como imprensa, parece exagero. Nenhum critério, salvo o simplesmente cronológico, fundamenta essa consideração, de todo imerecida. A fase serve, entretanto, para caracterizar a adversidade de condições políticas para o estabelecimento da imprensa. (Sodré, 1966: 40)

Para nós, desconsiderar as publicações áulicas impressas pela Imprensa Régia a partir de 1808 seria negar cronologicamente o surgimento oficial da imprensa brasileira, bem como a própria instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro, como marco inicial da imprensa em nosso país.

Assim sendo, consideramos tais publicações como órgãos de uma imprensa menor, ou seja, como publicações que dão início à imprensa nacional recém-implantada, a qual entraria em processo de consolidação com a Revolução de 1820, com o regresso da corte de D. João para Portugal e, posteriormente, com a proclamação da nossa independência – fatos que, segundo entendemos, influíram consideravelmente no desenvolvimento da imprensa brasileira.

Com o retorno da corte a Portugal, surge a ameaça de regresso ao regime de monopólio, situação que não poderia ser suportada pela classe dominante brasileira. Era preciso mobilizar, unir forças para enfrentar o perigo, e isso não seria possível por intermédio de outro meio senão pela imprensa.

Nesse período, a imprensa nacional tem a sua primeira fase autêntica, na

qual relata a evolução dos acontecimentos entre o retorno da corte e a mudança de atitude do príncipe regente D. Pedro I (em Portugal, D. Pedro IV).

Importa ressaltar que o problema vivido entre 1821-1822 não é o mesmo vivenciado entre 1808-1810, o qual decorreu da invasão francesa em Portugal. O problema de 1821-1822 é mais complexo e profundo para os brasileiros. É o problema da nossa independência.

Sabemos que a separação entre Brasil e Portugal foi um processo longo, tortuoso, cheio de altos e baixos, que prosseguiu mesmo depois de ela consumada. No decorrer desse processo, a imprensa brasileira expandiu-se. Além disso, “recebendo os reflexos da realidade, influi sobre a realidade, porque atravessa fase de liberdade” (Sodré, 1966: 54).

Prova disso é o surgimento de publicações como *Aurora Pernambucana* (1821), orientada pelo governador Luiz Rego e dirigida por seu genro, o português Rodrigo da Fonseca Magalhães; *Diário do Rio de Janeiro* (1821-1878), redigido pelo português Zeferino Vito Meireles e, principalmente, de publicações como o *Diário Constitucional*, lançado na Bahia no dia 4 de agosto de 1821.

O *Diário Constitucional* foi a primeira publicação brasileira que defendeu os interesses nacionais, quebrando a monotonia da imprensa áulica. Segundo Nelson Werneck Sodré, o jornal baiano surgiu “com a intenção de travar luta política nesse sentido, e travou-a” (Sodré, 1966: 59).

A partir de 19 de janeiro de 1822, o *Diário Constitucional* deixa de ser diário e reduz o título para *O Constitucional*. Mesmo tendo os ideais nele impressos combatidos por periódicos áulicos como *O Analisador Constitucional* (1821-1822), de Manuel José da Cruz, *O Baluarte Constitucional* (1822), de Antônio Tomás de Negreiros, *O Espreitor Constitucional* (1821-1822), de Francisco de Chagas Jesus, dentre outros, permanece firme em seu propósito de denunciar as arbitrariedades, a injustiça e de “tonificar” as autoridades que pendiam para a obediência de D. Pedro I,

até que, em agosto do ano citado, o coronel Almeida Serrão, à frente de tropilha militar, “invadiu a oficina, descompôs o dono, proibindo-lhe de continuar a imprimir o jornal” (Sodré, 1966: 61).

É de se notar que um mês após a publicação do então *Diário Constitucional*, surge no Rio de Janeiro o *Revérbero Constitucional Fluminense* (1821-1822), órgão doutrinário da independência brasileira. O jornal, impresso na tipografia de Moreira & Garcez, depois na Nacional e na da Silva Porto, era vendido a 120, 140 ou 160 réis o número avulso, conforme o número de páginas (12,14 ou 16).

No *Revérbero Constitucional Fluminense* publicaram-se extratos dos jornais de Lisboa, Paris e Londres, particularmente do *Correio Brasiliense*. Seus artigos doutrinaram, evoluíram juntamente com o processo da independência. Em 15 de outubro de 1822, os redatores do *Revérbero* comunicam ao público pelas colunas do *Correio do Rio de Janeiro* que a publicação do jornal estava suspensa:

Empreendido só para o fim de proclamar a independência de seu país, nada mais lhe resta a desejar, uma vez que ele (o país) vai ter uma Assembléia Constituinte e Legislativa, que já tem um imperador da sua escolha, que é Nação e nação livre. (*apud* Sodré, 1966: 66)

Os redatores do *Revérbero Constitucional* estavam enganados, pois, embora a independência nacional houvesse sido proclamada, o processo que a ocasionou ainda estava em desenvolvimento.

Poucos foram os periódicos que esposaram a causa da separação da colônia, e só a esposaram quando o desenvolvimento do processo tornou claro que o absolutismo português dominara o liberalismo inicial das Cortes. Nesse sentido, *O Constitucional*, na Bahia, teve papel inconfundível, travando luta em condições extremamente difíceis. Mas foi o *Revérbero Constitucional Fluminense* o melhor arauto das reivindicações brasileiras. Aquele foi fechado pela ação de militares portugueses; este foi suspenso pela ação da direita brasileira. **Alcançando a independência, prosseguiria a luta pela liberdade** [O grifo é nosso]. (Sodré, 1966: 69)



Entretanto, o clima não era propício para o desenvolvimento da imprensa. Depois que foi coroado em dezembro de 1822, D. Pedro I passou a dispor de ilimitado poder; o liberalismo estava derrotado, a imprensa contava com condições materiais, mas não tinha condições políticas para progredir.

Ainda assim, a imprensa nacional aos poucos se desenvolvia. Surgem vários periódicos, boa parte destes pertencentes à imprensa áulica, outros ao jornalismo de opinião como *A Malagueta* (1821-1822), posteriormente *Malagueta Extraordinária* (1822-1824), fundada e dirigida por Luiz Augusto May, antigo militar português que chegara ao Brasil em 1815.

O jornal de Luiz Augusto May aparecia irregularmente, ora uma ora duas vezes por semana. Constava de um só artigo e era vendido por 100 réis. Alcançou grande repercussão “não só junto a seus colegas de imprensa, como através das numerosas polêmicas que suscitou, traduzidas em diversos panfletos políticos” (Vianna, 1945: 505).

Durante a publicação da primeira fase d'*A Malagueta* (1821-1822), oito panfletos políticos provocaram os números iniciais do jornal. A fase seguinte, a d'*A Malagueta Extraordinária* (1822-1824), marcada pela agressão que sofreu o jornalista, um dia depois de ter dado continuidade à folha, foi ainda mais polêmica e, conseqüentemente, obteve maior repercussão.

A agressão a May repercutiu na Constituinte, onde o deputado Joaquim Manuel Carneiro da Cunha a comentou. A autoria permaneceu misteriosa e continua objeto de controvérsias. Não estaria alheio ao fato o imperador, para uns; para outros, foram os Andradas os mandantes; para terceiros, o próprio D. Pedro teria participado da tropelia. (Sodré, 1966:74)

Enquanto o jornal de Luiz Augusto May esquentava o clima na Corte, Cipriano José Barata de Almeida inicia em Recife a publicação da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco* (abr.-nov. de 1822), bem como da *Sentinela da Liberdade na Guarita de Pernambuco, Atacada e Presa na Fortaleza do Brum por*

*Ordem da Força Armada Reunida* (1822), na qual protestava contra a violência aos órgãos e aos homens da imprensa jornalística brasileira.

Órgão pioneiro da imprensa libertária no Brasil, as *Sentinelas* de Cipriano José Barata exerceram tamanha influencia em seu tempo que, imitando-as, outras *Sentinelas* surgiram. Entre essas, a *Sentinela da Liberdade à Beira do Mar da Praia Grande Refugiada em Buenos Aires* (1830); a *Sentinela Maranhense na Guarita do Pará* (1830) e a *Sentinela do Serro* (1830-1833), todas veiculando idéias liberais e, em muitos casos, antimonárquicas.

Convém ressaltar que, passada a fase posterior da independência, na qual o jornalismo brasileiro vivencia um período de restrições e censura até 28 de agosto de 1827, data em que o governo promulga um decreto interrompendo as restrições aos órgãos da imprensa nacional, dão-se a abdicação do imperador em favor de seu filho D. Pedro II (1831) e o desenvolvimento significativo da imprensa brasileira, à medida que esses problemas políticos se tornavam mais agudos.

Ainda em 1827, surgem em São João d'El Rei *O Amigo da Verdade* e *O Astro de Minas* (1827-1839); este último, redigido por Batista Caetano de Almeida. Em São Luiz do Maranhão surgem mais dois jornais: *O Farol Maranhense*, redigido inicialmente por José Candido Moraes e Silva e, posteriormente, em sua segunda fase (1832-1833), por João Francisco Lisboa, bem como *A Minerva* (1827-1829), dirigido por Davi da Fonseca Pinto. No Rio de Janeiro, aparecem nesse mesmo ano *Gazeta do Brasil* e *O Propagador das Ciências Médicas ou Anais de Medicina, Cirurgia e Farmácia*.

No ano seguinte (1828), o número de periódicos aumenta consideravelmente: surgem em Ouro Preto. *O Precursor das Eleições* e o das *Atas das Sessões do Conselho do Governo da Província de Minas Gerais* – o primeiro contendo conselhos aos eleitores para a escolha de candidatos; o segundo, apenas mais um órgão da imprensa áulica. Em Diamantina, apareceria *O Eco do Serro*; na

Paraíba, a *Gazeta Paraibana*; no Recife, mais dois jornais: *A Abelha Pernambucana* e *A Tesoura*. No Rio de Janeiro, circulariam a nova série de *A Malagueta*, *A Honra do Brasil Desafrentada de Insultos da Ástrea Espadachina*, *Nova Luz Brasileira* e, ademais, a *Revista Semanária dos Trabalhos Legislativos da Câmara dos Senhores Deputados*, órgão oficial.

Em 1829, aparecia em São Paulo *O Amigo das Letras*, de Josino do Nascimento Silva, “definindo a iniciada participação dos alunos do curso jurídico local nas lides literárias, políticas e jornalísticas” da época (Sodré, 1966: 134). Nesse mesmo ano, apareciam no Rio de Janeiro a *Litterary Intelligence* e a *Revue Brésilienne*, dadas às letras e aos assuntos externos, bem como a *Revista Brasileira de Ciências, Artes e Indústria* e *O Beija-Flor*.

No ano de 1830, os problemas políticos pareciam ainda mais expressivos, os nervos estavam mais exaltados, era clara a distinção entre a direita e a esquerda liberal e, conseqüentemente, entre as folhas que refletiam uma e outra dessas tendências. Publicações como a *Aurora Fluminense* e a *Ástrea* divulgavam o pensamento da direita liberal e eram severas na sua crítica, mas mantinham uma certa regra de decência e polidez.

Por outro lado, jornais como a *Nova Luz Brasileira*, o *Repúblico* (1830) e o *Tribuno do Povo* (1830-1832) expressavam o pensamento da esquerda liberal e atacavam com virulência, “mal encobrendo planos de agitação popular e subversão da ordem pública” (Sodré, 1966: 136).

Todavia, tanto os jornais da esquerda como os da direita liberal “ficavam num plano de pregação das doutrinas liberais e de censura a erros e desmandos do governo, sem nenhum intuito revolucionário, e só afinariam por esse diapasão na fase paroxística dos acontecimentos” (*apud* Sodré, 1996:136).

Com a viagem do imperador D. Pedro I a Minas Gerais, no final de 1830, *A Nova Luz Brasileira* e o *Repúblico* começaram a pregar a federação. De acordo com

textos publicados nesses jornais, a viagem do imperador seria uma tentativa de preparação do golpe absolutista.

Tais periódicos esquentaram o clima na Corte e podem ter exercido papel decisivo no retorno antecipado de D. Pedro I, ao Rio de Janeiro, em 11 de março de 1831.

Mas, segundo entendemos, não havia mais remédios para a crise. Por essa razão, “os conflitos começaram a 11 mesmo; no dia seguinte, sábado, saíram às ruas grupos numerosos de brasileiros, dando vivas à Constituição; na noite de domingo, 13, os portugueses reagiram e a situação agravou-se: seria a *noite das garrafadas*” (Sodré, 1966: 136-137).

A partir dessa data, os ânimos vinham em exaltação crescente; a imprensa da época à frente de todas as manifestações contra o governo, pregava que os brasileiros queriam a desafronta de todos os insultos e, ademais, que era dever sagrado da resistência à tirania. Tais opiniões impressas na imprensa liberal da esquerda e da direita instigaram as manifestações que liquidaram o pouco que restava de simpatia pelo imperador entre os brasileiros.

Sem contar com o apoio do povo, sem obter êxito nas represálias contra aqueles que o combatiam, D. Pedro I, na madrugada de 7 de abril de 1831, abdica em favor de seu filho:

As ruas viviam sob o signo da inquietação, sempre cheias de grupos exaltados. No dia 6, numerosos desses grupos juntaram-se, desde o amanhecer, no Campo de Santana, ao circularem boatos de represálias do imperador aos que o combatiam; à tarde eram já alguns milhares os que ali estavam reunidos; às 11 horas da noite vieram juntar-se os corpos de tropas. Na madrugada de 7, D. Pedro abdicou. (Sodré, 1966: 138)

Após a vitória de 7 de setembro, a imprensa de opinião editada pelos liberais da direita e da esquerda iria, assim como o próprio movimento liberal, cindir-se a prazo

curto. O que permitiria a repressão às rebeliões e agitações, bem como o regresso do conservadorismo e o golpe da Maioridade.

Importa dizer que, antes disso, o Brasil conheceu um regime republicano na prática: “o regente eleito pelo voto direto, a primazia do Legislativo, a ampla liberdade de imprensa, a reforma política e administrativa caracterizava o regime como republicano” (Sodré, 1966: 139).

Com o fim dessa fase regencial, que constitui um dos grandes momentos da imprensa brasileira, pois nesse período a imprensa local exerceu papel de destaque e influenciou profundamente nos acontecimentos nacionais, há o triunfo conservador.

É evidente que no período em questão não apenas a imprensa brasileira influenciou nos acontecimentos, como estes também influíram no próprio desenvolvimento da imprensa, nos aspectos políticos, ideológicos e opinativos, mas não no desenvolvimento técnico, já que, com relação à impressão, distribuição e circulação, os jornais publicados no Brasil da época não apresentaram grandes mudanças.

## **A IMPRENSA LITERÁRIA EM PORTUGAL**

Durante a primeira metade do século XVIII, surgem em Portugal, ao lado dos periódicos jornalísticos, folhetos de conhecimentos gerais e de deleite, dirigidos à burguesia em ascensão. Eram as primeiras manifestações da imprensa literária lusitana que só surgiria a partir da publicação do periódico intitulado *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente Se Vão Publicando na Europa* (1761-1762).

Dirigida pelo padre Francisco Bernardo de Lima, um dos primeiros críticos do teatro português, a *Gazeta Literária* era uma publicação mensal impressa inicialmente na cidade do Porto e, posteriormente (1762), em Lisboa. Um dos seus objetivos era, por meio de uma crítica inteligente, manter o público português informado acerca das principais obras sobre literatura, arte e ciências vindas à luz na Europa.

Importa lembrar que, na época, entendia-se por crítica literária os textos informativos, noticiosos e que teciam elogios ao autor e à obra noticiada, misturando relatos biográficos sobre o autor, com breves sínteses ou paráfrases do seu trabalho.

Em julho de 1779, aparece em Lisboa o segundo periódico literário português, o *Jornal Enciclopédico. Dedicado à Rainha Nossa Senhora e Destinado para a Instrução Geral*. Fundado por Felix Antônio Castrioto, o periódico era uma publicação mensal, com notícias sobre os descobrimentos referentes às ciências e às artes. Em 1806, António Policarpo da Silva substitui Castrioto na direção do periódico, que assume, definitivamente, o papel de publicação enciclopédica versando sobre assuntos de filosofia, medicina, história natural, economia civil, literatura, notícias de política e anedotas.

Entre 1788 a 1793, publica-se o *Jornal Enciclopédico*, segundo periódico português com essa designação, o terceiro literário. Redigido por uma sociedade de homens de letras, esse periódico teve como editor um livreiro, Reycende. Em 1820, surge na capital portuguesa o *Jornal Enciclopédico de Lisboa*.

O *Jornal Enciclopédico de Lisboa* era publicado mensalmente e tinha como coordenador José Agostinho de Macedo. Com o objetivo de “excitar os portugueses a lidarem pela honra da Pátria e das Letras, promovendo o fomento e amor às Artes e às Ciências” (Tengarrinha, 1989: 48), o primeiro número desse periódico saiu em janeiro do ano citado e, o último, em dezembro do mesmo ano.

É de se notar que essas não foram as únicas concretizações da imprensa literária portuguesa entre os anos de 1779 a 1820. Sem a designação de enciclopédicas e com um conteúdo literário bastante expressivo, passam a ser publicados em Lisboa: *Passatempo Curioso* (1779), *Tardes Divertidas* (1794), *Paládio Português ou Clarim de Palas* (1796), *Arquivos de Peças Importantes e Instrutivas* (1800), *Minerva Lusitana ou Rapsódia Periódica de Literatura, Ciências e Artes* (1801-1803?), *Variedades* (1801-1805), *Novidades Literárias, Filosóficas, Científicas*,

*Poéticas e Mercantis* (1802), *Diário Crítico sobre os Erros dos Falsos Filósofos* (1803-1804), *O Redator ou Ensaio Periódicos de Literatura e Conhecimentos Científicos Destinados para Ilustrar a Nação Portuguesa* (1803), *Biblioteca Universal* (1803-1805), *Analecto de Recreação e Erudição* (1805-1806), *Divertimento Instrutivo* (1805-1806), *Arquivo de Peças Divertidas e Científicas* (1807) e o *Armazém Interessante e Recreativo* (1807).

Além disso, um número considerável de periódicos portugueses editados no estrangeiro, após 1807, mantinham uma seção literária ou traziam impressos em suas páginas ensaios, folhetins, poemas e noticiários sobre novas obras literárias. Dentre estes, o *Correio Brasiliense* (Londres, 1808-1822), *O Investigador Português em Inglaterra* (Londres, 1811-1819) e, o mais importante periódico de cunho literário entre todos até então citados, os *Anais de Ciência, das Artes e das Letras* (1818-1822).

Os *Anais de Ciência, das Artes e das Letras*, publicado em Paris a partir de junho de 1818, era uma publicação trimestral, redigida por Francisco Solano Constâncio, Candido Xavier e Luís da Silva Mousinho de Albuquerque. Convém dizer que, além da literatura, os *Anais* também se dedicavam às artes mecânicas, aos avanços da agricultura e às descobertas da ciência (Tengarrinha, 1989: 50).

Nota-se que, no período citado, a imprensa especializada em literatura, conhecimentos diversos e instrução assume um papel predominante em Portugal. Prova disso é o fato de 33 dos 84 periódicos impressos em Portugal entre os anos de 1715 a 1807 versarem sobre esses assuntos. Tais periódicos, de caráter enciclopédico, ou seja, divulgadores de conhecimentos, de arte e das técnicas, “quer com a intenção apenas de aumentar a cultura do leitor quer, ao mesmo tempo, com o objetivo de lhe fornecer conhecimentos úteis, com uma roupagem mais ou menos recreativa” (Tengarrinha, 1989: 50), não sucumbiam com as restrições impostas ao jornalismo político que estava fortemente limitado por severa censura prévia e não só foram os precursores do periodismo literário em Portugal e em toda a Europa como

também, posteriormente, iniciaram a imprensa literária no Brasil.

Com um aspecto divulgador, mas inofensivo, boa parte dos periódicos enciclopédicos lusitanos pareciam ignorar ou ocultar o sentido revolucionário das idéias liberais da época; por esse motivo, não houve em Portugal nenhum conflito dramático entre os periódicos dessa linha e o poder absolutista do rei.

Mas isso não impediu que houvesse entre os periódicos enciclopédicos aqueles que deixaram transparecer sinais de pensamento liberal “tanto por veladas afirmações e posicionamentos científicos como pela conhecida formação política” (Tengarrinha, 1898: 51) de seus redatores e colaboradores. Dentre esses estão os já citados *Paládio Português* (1796), as *Variedades* (1801-1805) e a *Biblioteca Universal* (1803-1805).

Sabe-se que o redator deste último, o português Luís Caetano Altino de Campos, foi perseguido por ser suspeito de defender os ideais revolucionários franceses, bem como por manter contato com jornalistas portugueses emigrados de Londres (Tengarrinha, 1898: 51). Sabe-se também que, no ano de 1813, o projeto do hebdomadário enciclopédico intitulado a *Minerva Lisbonense ou Variedades Literárias e Políticas* foi alvo das restrições do intendente geral da Polícia, o qual impediu sua publicação, alegando que os redatores da obra costumavam introduzir nela críticas ao governo (Tengarrinha, 1989: 51).

Apesar desses acontecimentos relacionados a periódicos literários, instrutivos e propagadores de certo idealismo político, sabemos que os puramente literários e enciclopédicos lusitanos não foram atingidos pelas mesmas restrições. Na verdade, estes ganharam relevante papel na vida nacional portuguesa:

Juntamente com as reformas do ensino elementar, contava-se com esse tipo de imprensa como forma complementar da educação básica do cidadão, procurando-se atingir os idealizados padrões de ensino existentes na Alemanha, na França ou na Inglaterra. (Garnes, 1999: 10)



Eram muitas vezes patrocinados por sociedades civis, como a *Sociedade de Ciências Médicas e de Literatura do Porto*, responsável pela publicação do *Repositório Literário* (1836); a *Sociedade dos Amigos das Letras*, com sede em Lisboa, que fundou o *Jornal da Sociedade dos Amigos das Letras* (1836); bem como a *Sociedade Propagadora de Conhecimentos Úteis*, que fundou, em Lisboa, *O Panorama* – jornal literário e instrutivo (1837-1868).

Impresso em tipografia própria e das mais apetrechadas do país, *O Panorama* pertenceu a essa *Sociedade* durante a sua primeira e segunda séries (1837-1840 e 1841-1844), sendo depois adquirido pelo empresário Antônio José Fernandes Lopes, que, de posse dos direitos e deveres da publicação, dirigiu o periódico até a impressão do último número do volume que encerraria a quarta série (1857-1858).

Conforme veremos mais adiante, Antônio José Fernandes Lopes publica em Janeiro de 1856 o primeiro número d'*A Ilustração Luso-Brasileira* (1856, 1858, 1859), revista que vem na esteira da imprensa ilustrada portuguesa em ascensão e que será analisada por nós neste trabalho.

Sobre *O Panorama*, convém mencionar que foi o primeiro periódico literário romântico lusitano. Na verdade, ele praticamente inicia o movimento romântico português. Além disso, bem acolhido por todas as classes sociais, *O Panorama* tornou-se um verdadeiro modelo para todas as publicações periódicas literárias de Portugal, principalmente para *A Ilustração Luso-Brasileira*.

## **A IMPRENSA LITERÁRIA NO BRASIL**

Enquanto a imprensa literária portuguesa teve início em 1761, com a publicação da *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente Se Vão Publicando na Europa*, no Brasil ela surge quatro anos após a instalação da Imprensa Régia (1808), com a publicação do periódico de Diogo Soares

da Silva de Bivar, *As Variedades ou Ensaios de Literatura* (Bahia-1812), lembrado por nós no histórico sobre as publicações da imprensa brasileira a partir do ato real de 31 de maio de 1808.

Entretanto, pouca importância atribui-se a essa “precedência no tempo devido à breve duração de vida [desse periódico]. Entre fevereiro e julho extraíram-se d’*As Variedades ou Ensaios de Literatura* apenas dois números”. (Lopes, 1978: 9.)

*O Patriota* (1813-1814), segundo periódico literário brasileiro, obteve maior importância. Contando com a colaboração de Manuel Inácio da Silva Alvarenga, Mariano José Pereira da Fonseca (futuro marquês de Maricá) e do juiz dos Inconfidentes, Antônio Diniz da Cruz e Silva, esse periódico “não apenas abre o caminho às publicações científico-literárias como, até certo ponto, reata a nova era a um passado relativamente recente” (Lopes, 1978: 9).

Em 5 de janeiro de 1822, surge no Rio de Janeiro o *Compilador Constitucional Político e Literário Brasileiro*, impresso na Tipografia Nacional. Dirigido pelo português José Joaquim Gaspar do Nascimento, a quem se aliou posteriormente o paulista João Batista de Queiroz, o periódico não era um órgão pertencente à imprensa áulica. Mesmo assim, adotou posição de neutralidade em um dos maiores conflitos políticos daquele momento: o choque entre a facção andradina e a do periódico *Revérbero* (1821-1822).

O *Compilador* era uma publicação mensal, vendida a 80 reis número avulso, e dele foram impressos apenas 15 números, sendo os dois últimos na tipografia de Moreira & Garcez. Sabe-se que a mudança de tipografia foi uma imposição de José Bonifácio e não uma iniciativa de seus redatores. Do mesmo modo, sabe-se que o fechamento do periódico foi forjado pela polícia (Sodré, 1966: 75).

Segundo entendemos, o *Constitucional Político e Literário Brasileiro* era um periódico também literário, mas não uma publicação da imprensa literária propriamente dita; seu compromisso primeiro era com o jornalismo político.

O terceiro, impresso em nosso país foram os *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* (1822). Dele foi impresso um único número, mas merece destaque porque é a única publicação literária editada durante a regência de D. Pedro I.

Em 1826, aparece no Rio de Janeiro o quarto periódico literário do país: o “*Jornal Científico, Econômico e Literário*; ou *Coleção de Várias Peças, Memórias, Relações, Viagens, Poesias e Anedotas*. Misto de instrução e recreio, acomodado a todo o gênero de Leitores. Por dois amadores das Ciências e das Artes” (apud Vianna, 1945: 105).

Dirigido por José Vitorino dos Santos e Sousa, bem como por Felisberto Inácio Januário Cordeiro, redator dos efêmeros *Anais Fluminenses de Ciências, Artes e Literatura* (Sodré, 1966:115), o *Jornal Científico, Econômico e Literário* teve também uma duração bastante curta: apenas três números.

No ano de 1830, aparece na mesma cidade *O Beija-Flor: Anais Brasileiros de Ciência, Política e Literatura* (1830-1831), “que se dizia redigido por uma Sociedade de Literatos, aliás inexistente como tal” (Vianna, 1945: 114).

Impressos na Tipografia de Gueffier & Cia, *O Beija-Flor* tinha o formato in-4. Seus oito números foram publicados entre os fins de 1830 e o início de 1831, exatamente nos últimos meses do primeiro reinado.

Dois anos depois, aparece em São Paulo a *Revista da Sociedade Filomática*, dirigida por José Inácio Silveira Mota, Carlos Carneiro de Campos e Francisco Bernardino Ribeiro. Impressa nos meses de junho a dezembro de 1833, a *Revista da Sociedade Filomática* contou com a colaboração de Justiniano José da Rocha, que se integrou a ela a partir da publicação do segundo número, assumindo sobre si toda a responsabilidade de publicá-la.

No editorial de lançamento da *Revista*, seus redatores demonstram “a necessidade de se organizar em grupo para, unidos, promoverem o avanço literário que a nação estava a exigir” (Lopes, 1978:15). Entretanto, não conseguiram para tal

propósito o apoio que era necessário:

(...) a província de São Paulo e a indiferente Capital do Império fizeram da *Revista da Sociedade Filomática* uma publicação sem eco, não só por falta de uma acolhida favorável, que se exprimiria em venda ou subscrição, como também no que diz respeito a polêmicas [e] contestações. (Passos, 1983: 34)

Apesar disso, a *Revista* merece destaque pelo importante aparecimento de Justiniano José da Rocha em suas páginas. Convém dizer que é Justiniano que inicia na literatura brasileira o exercício da crítica. “Não da resenha anônima e noticiosa apenas, mas da crítica baseada em padrões determinados. Estéticos e históricos” (Lopes, 1978: 18).

Encerrada a publicação da *Revista da Sociedade Filomática*, a literatura nacional só voltaria a ocupar lugar de destaque na imprensa brasileira em 1836<sup>7</sup>, com o lançamento da *Niterói-Revista Brasiliense*, impressa em Paris por Manuel de Araújo Porto-Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres-Homem. Composta por apenas dois números, a *Niterói* ainda hoje goza de um grande prestígio histórico-literário em razão da importância que cercava seus redatores, estudantes agremiados ao Instituto Histórico da França, que representavam de corpo presente a pátria distante no mais renomado centro intelectual da Europa.

Boa parte desse prestígio justifica-se por a *Niterói-Revista Brasiliense* ser a publicação em que os primeiros românticos brasileiros principiaram a sua atividade, bem como pelo fato de a revista estar veiculada ao nome de Magalhães, que, empenhado em provar a existência de uma literatura brasileira, assumiu “a importância de chefe do movimento renovador” (Lopes, 1978: 22) inaugurado pela revista.

(...) Porto-Alegre, mais dedicado às artes plásticas, coloca-se à beira do caminho para aplaudir o companheiro, proclamar-lhe o nome e confessar-se, enfim, seu modesto seguidor; Torres-Homem, mais aplicado à economia e à

<sup>7</sup> Três anos depois da reunião, em Paris, do grupo que a redigiu (Manuel de Araújo Porto-Alegre, Domingos José Gonçalves de Magalhães e Francisco Sales Torres-Homem).

política, depois de fazer o elogio dos poemas do colega, desertou das belas para outras letras. Restou, portanto, Magalhães. Assumiu o posto reconhecido, alguma vez negado, mas não destruído, de implantador do Romantismo no Brasil. (Lopes, 1978: 22)

Em nossa opinião, fora esses motivos que asseguram o prestígio da *Niterói*, o simples fato de ela ter sido publicada em outro país já lhe garante certa importância, pois o fascínio do estrangeiro exercera, como ainda hoje exerce, a magia do importante e da novidade.

Sobre a presença do grupo da *Niterói* em Paris, escreveu Maria Orlanda Pinassi:

Em 1833, um pequeno grupo de jovens brasileiros se reúne em Paris para aprimorar os estudos iniciados no Rio de Janeiro e sonhar com a destinação pródiga da igualmente jovem e melancólica pátria. Solidários nos anos difíceis que viveram em terra estrangeira, entre eles havia laços de uma amizade selada ainda na capital do Império, onde descobririam afinidades sociais, artísticas e políticas. Desse fértil encontro, que para alguns duraria a vida inteira, resultou, entre outras coisas, na publicação de *Niterói – Revista Brasiliense de Ciências, Letras e Artes*. (Pinassi, 1998: 17)

Após a publicação da *Niterói-Revista Brasiliense*, Justiniano José da Rocha edita no Rio de Janeiro *O Cronista* (1836). A princípio, o periódico era publicado uma vez por semana, às segundas-feiras, depois passou a ser bissetimanal e, por fim, trissemanal. Em razão dessa freqüente periodicidade, *O Cronista* levava a vantagem de possuir um contato mais intenso com o leitor, o que viabilizou a sua existência até 1839.

No mesmo ano em que *O Cronista* encerra a suas atividades, Josino do Nascimento Silva, Pedro de Alcântara Bellegarde e João Manuel Pereira da Silva publicam a *Revista Nacional e Estrangeira* (1839-1840). A revista saía uma vez por mês e conseguiu estampar, sem interrupção, dezoito números. Nela predominava a matéria científica em artigos traduzidos de revista européia, e não as manifestações de cunho literário. Entretanto, interessa-nos porque traz a figura de Josino, vindo de

O *Cronista*, herdeiro direito da *Revista da Sociedade Filomática*, e de João Manuel, vindo da *Niterói-Revista Brasiliense*. A presença desses escritores na redação da *Revista Nacional e Estrangeira* reforça a constituição de uma tradição periodística brasileira iniciada a partir da primeira metade do século XIX, já que as revistas nasciam e morriam – trocavam-se alguns nomes – e ficavam quase sempre os mesmos colaboradores. Com estes, vigorava certa intenção, manifestava-se um determinado ponto de vista, uma necessidade de provar que nossa literatura estava formada, ou seja, que ela constituía um universo capaz de justificar o interesse do leitor.

Três anos após a publicação da *Revista Nacional e Estrangeira*, Francisco de Sales Torres-Homem funda o *Minerva Brasiliense*, Jornal de Ciências, Letras e Artes (1843-1846), editado “no Rio de Janeiro, na Tipografia de J. E. S. Cabral, rua do Hospício, 66” (*Minerva Brasiliense*, 1843: t. I, 1), do qual torna-se o primeiro redator-chefe. Em 1844, passa a direção do periódico para o amigo Santiago Nunes Ribeiro.

Conhecido como o primeiro periódico literário-científico nascido depois da maioridade de D. Pedro II (1840), o *Minerva* era uma publicação bissetimanal, a primeira de importância nesse período que estudamos e a segunda do mesmo nome, editada no Brasil<sup>8</sup>. De acordo com Hélio Lopes, tal importância se deve ao corpo de colaboradores do periódico, bem como à variedade de assuntos nele tratados:

O bom êxito da *Minerva Brasiliense* esteve no seu corpo de colaboradores: os nomes mais reputados no campo das ciências – astronomia, medicina, botânica, zoologia, química, física e geografia. Também na variedade de assuntos tratados, desde os mais específicos nas diversas áreas até as pequenas anedotas, ou historietas, de nomes célebres da História. (Lopes, 1978: 32)

Mas, ainda segundo esse autor, faltou ao *Minerva Brasiliense* “o recurso das

<sup>8</sup> De abril a dezembro de 1822, publica-se na Bahia o *Minerva Brasiliense*. apud LOPES, Hélio. *A Divisão das Águas: contribuição ao estudo das revistas românticas Minerva Brasiliense (1843-1845) e Guanabara (1849-1856)*, 1978: 32.

ilustrações, essencial para uma publicação daquele porte” (Lopes, 1978: 32-31). Recurso este, que só foi introduzido oficialmente na imprensa brasileira de intuito literário, científico, bem como romântico nacionalista, a partir de 1854, com a publicação da revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855).

Nota-se que, em junho de 1845, o *Minerva Brasiliense* encerra suas atividades, só que um dos seus mais assíduos colaboradores, José Manuel Valdez y Palacios (1812-1854), procurou dar continuidade à publicação, lançando em dezembro do mesmo ano *A Nova Minerva*: periódico dedicado às ciências, às artes, à literatura e aos costumes.

A tentativa de Valdez y Palacios não foi muito longe. Faltou-lhe prestígio literário para se impor e reunir ao seu redor escritores de renome que o ajudassem a erguer o nome do pequeno jornal e despertar o interesse dos leitores. *A Nova Minerva* se extingue em maio de 1846, após ter estampado 24 números, e alguns historiadores do periodismo literário afirmam não constituir uma publicação nova, mas a retomada da anterior.

Em 1848, aparecem no Brasil dois novos periódicos literários: *Íris*, revista de religião, belas-artes, ciências, letras, história, poesia, romance, notícias e variedades (1848-1849), e *O Museu Pitoresco*, jornal literário (1848). A primeira, criada por José Feliciano de Castilho Barreto e Noronha, pretendia unir Brasil e Portugal por meio de laços literários. Para tanto, contava com a colaboração de literatos brasileiros já bastante conhecidos como Manuel de Araújo Porto-Alegre, Joaquim Manuel de Macedo, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Antônio Gonçalves Dias. A segunda, criada e dirigida pelos irmãos Eduardo e Henrique Laemmert, desejava divulgar a literatura européia entre nós.

Revista semanal, muito bem ilustrada, apareceu com o ano novo. O primeiro número circulou a 1 de janeiro de 1848 e acreditamos tenha terminado em dezembro deste mesmo ano. Não obstante nela não figurarem os nomes tradicionais, presentes em quase todas as revista do

tempo, *Museu pitoresco* significa bastante na divulgação da literatura europeia entre nós. (Lopes, 1978: 45)

Nota-se que o fato de esse periódico ter sido uma publicação cheia de estampas, gravuras e retratos anularia a nossa hipótese inicial de que, no Brasil, a imprensa de ilustração teria sido inaugurada com a *Ilustração Brasileira* (1854-1855), visto que nenhuma publicação anterior dera tamanho destaque e foco especial ao “modelo de ilustração” quanto ela. Mas isto não ocorre porque defendemos o ponto de vista de que imprensa ilustrada, ou de ilustração, apresenta mais do que o simples apelo gráfico das litografias, ou seja, apresenta um conjunto de características próprias do período, entre as quais o compromisso nacionalista de seus redatores.

Segundo entendemos, este compromisso não é encontrado nas páginas do *Museu Pitoresco*, já que Eduardo e Henrique Laemmert eram de origem alemã e, como tal, estavam mais preocupados com a literatura do seu país natal. Desta forma, reforçamos a afirmação de que a *Ilustração Brasileira* (1854-1855) dá início à imprensa ilustrada nacional.

Ainda sobre Eduardo e Henrique Laemmert, ressaltamos que eles não tinham a intenção de divulgar no exterior o trabalho de nossos autores, nem de divulgá-lo aos leitores nacionais, mas de tornar conhecidos entre nós, incentivando a sua leitura, textos produzidos por autores estrangeiros, principalmente germânicos. Tal incentivo se deu por meio de diversas traduções presentes nas páginas do *Museu Pitoresco*.

Em 7 de abril de 1849, publicado na Tipografia de J. Villeneuve, surge *O Beija-Flor* (1849-1850), cuja redação é formada por João d’Aboim, Joaquim Norberto de Souza e Silva e Floriano Alves da Costa. Era semanal, distribuído aos sábados, sem grandes pretensões que, curiosamente, preocupava-se com o caráter passageiro de nossas revistas, sobretudo das que eram “intencionalmente dedicadas às letras e às artes” (Lopes, 1978: 48).



Desse periódico saíram apenas oito números e “é preciso não confundir esta simpática revista dos meados do século com outra que se *publicou*, com o mesmo título, entre 1830 e começos de 1831” (Lopes, 1978: 47).

Antes mesmo que *O Beija-Flor* encerrasse suas atividades, Manuel de Araújo Porto Alegre, Joaquim Manoel de Macedo e Antonio Gonçalves Dias<sup>9</sup> publicam no Rio de Janeiro a *Guanabara*, revista mensal, artística, científica e literária, redigida por uma associação de literatos e dirigida inicialmente pelos três intelectuais citados.

A princípio, a revista era publicada na tipografia Guanabareense de L. A. F. de Meneses, na rua de São José, 45, que – por demonstrar deficiência ao executar os serviços de impressão, bem como inoperância ao distribuir os exemplares da revista, que saíam sempre atrasados – foi substituída pela tipografia de Francisco de Paula Brito, o qual se incumbiu de imprimir e distribuir a *Guanabara*.

Composta por 37 números, subdivididos em três tomos, sendo os dois primeiros (1849-1852/1852-1855) com 12 números cada um e o último (março de 1855 a março de 1856) com 13, a *Guanabara* contou com o apoio do Imperador D. Pedro II e, graças a esse apoio, com a colaboração de personalidades bastante conhecidas e respeitadas da época.

Encontra-se publicada nas páginas da *Guanabara* uma grande variedade de textos considerados amenos: noticiários, poemas, traduções, textos biográficos, ensaios científicos, filosóficos, literários e de crítica literária. Por esse motivo, ela é considerada uma das publicações brasileiras mais conceituadas de sua época.

No editorial do sétimo número do segundo tomo da revista, publicado em setembro de 1854, chama-nos atenção o trecho em que Manuel de Araújo Porto-Alegre e Joaquim Manoel de Macedo noticiam o aparecimento da revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855):

---

<sup>9</sup> O nome desse poeta estampa-se até a edição do 5 número do primeiro tomo da revista. Cansado dos aborrecimentos que a *Guanabara* lhe havia trazido desde a edição do número de lançamento, Gonçalves Dias desvincula-se, oficialmente, da redação da revista a partir da edição do sexto número do tomo citado, impressa em novembro de 1850.

No espaço em que nos ausentamos, e deixamos de continuar com o *Guanabara*, o público teve a satisfação de ver surgir à luz da imprensa a *Ilustração Brasileira*, que foi muito além das nossas forças, porque se apoderou das artes, exortando os seus brilhantes escritos com estampas interessantes, e sobretudo com uma iconografia dos varões mais salientes da atualidade. (*Guanabara*, 1854: t. II, 212)

Demonstrando uma aparente simpatia pela publicação, os dois idealizadores da *Guanabara* dão boas-vindas à nova revista:

Cheios de uma legítima satisfação aplaudimos a coragem e o talento dos nossos contemporâneos, e com aquela lealdade artística que nos assiste, saudamos agora publicamente no *Guanabara* [a *Ilustração Brasileira*]: seja a saudação acompanhada da realização dos nossos votos, converta-se ela em uma série de não interrompidas prosperidades. (*Guanabara*, 1854: t. II, 212)

Hélio Lopes considera duvidosos os aplausos da *Guanabara* à *Ilustração Brasileira* (Lopes, 1978: 68). Do mesmo modo, nós acreditamos que, embora a revista de Porto-Alegre e Macedo tenha saudado a colega e competidora *Ilustração-Brasileira*, seus diretores teriam preferido que os redatores da *Ilustração* tivessem se aliado a eles para, juntos, darem continuidade à publicação da *Guanabara*.

## **A IMPRENSA ILUSTRADA ROMÂNTICA DE LÍNGUA PORTUGUESA**

Antes de analisarmos a imprensa ilustrada romântica de língua portuguesa, mais especificamente o seu surgimento em Portugal e no Brasil, cremos ser importante esclarecer que entendemos como imprensa ilustrada romântica as publicações periódicas que apresentam um conjunto de tendências estético-ideológicas próprias do período – como o nacionalismo literário, uma certa subjetividade, o gosto pela natureza, a colaboração de autores cientes do seu papel –, aliadas ao enriquecimento gráfico proporcionado pelas gravuras e estampas, bem como ao pendor didático e ético de empenho na propagação de conhecimentos,

instrução e deleite, e a uma possível confiança nas ações governamentais para juntos promoverem a “civilização”.

Tais características são perceptíveis na imprensa lusitana a partir de 6 de maio de 1837, com a publicação do primeiro número do periódico *O Panorama* (1837-1868). Antes dele nenhum outro periódico português conseguira expressar em suas páginas tamanha determinação em propagar conhecimentos úteis, de forma didática, procurando sempre ilustrar um ou outro texto com gravuras explicativas e de referência, como é o caso dos vários retratos nele impressos.

No Brasil, a publicação periódica que consegue reunir pela primeira vez as características citadas, dando início à imprensa ilustrada nacional, é a revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855).

A *Ilustração Brasileira* não foi a primeira no país a utilizar as estampas para enriquecer suas páginas. Antes dela, utilizaram-nas a *Lanterna Mágica*, periódico plástico-filosófico (1844-1845) dirigido por Manuel de Araújo Porto Alegre, com Lopes Cabral como desenhista e Rafael Mendes de Carvalho como pintor, a *Marmota Fluminense* (1849) e a *Marmota na Corte* (1852-1857). Mas enquanto o *Lanterna Mágica* trazia apenas caricaturas e as *Marmotas*, músicas litografadas e figurinos coloridos, a *Ilustração Brasileira* reuniu em uma só publicação caricaturas, gravuras, retratos e enigmas ilustrados, além de vários textos literários, bem como outros, de natureza diversa.

Do mesmo modo, *O Panorama* não foi a primeira publicação portuguesa a inserir ilustrações em suas páginas, mas a primeira a empregá-las intencionalmente a serviço do texto; ou seja, n’*O Panorama*, as estampas e retratos tinham que estar relacionados com um ou mais textos publicados, complementando-os e não comparecendo como forma gratuita de ampliar a quantidade de páginas do número.

Assim como n’*O Panorama*, na *Ilustração Brasileira*, a inserção de estampas obedece ao mesmo critério, não podendo ser quebrada a união entre ilustração e

texto. Prova disso é o fato de Ernesto de Oliveira e Coutinho ter publicado no quarto número do primeiro volume da revista o texto intitulado “Reparos”, em que, entre outros avisos, informa que não seria publicado o esboço de José Maria do Amaral, então ministro do Brasil no Uruguai, por não ter sido possível obter o retrato do diplomata.

Agora mesmo acabamos de saber que não foi possível obter-se o retrato do Exm.<sup>o</sup> Sr. José Maria do Amaral, que se acha longe do Rio de Janeiro: por isso não se publica hoje o nosso esboço acerca do esclarecido diplomata, um dos nossos mais distintos contemporâneos: nesta tipografia porém fica esse trabalho para ser publicado num dos próximos números da *Ilustração Brasileira*. (*Ilustração-Brasileira*, 1854: v. I, 88)

Veremos nos capítulos posteriores, que o esboço deveria constar da série intitulada “Contemporâneos Brasileiros”, mas não chegou a ser publicado. Provavelmente, o retrato do ministro nunca foi obtido pelos redatores da *Ilustração*.

A *Ilustração Luso-Brasileira* (1856,1858,1859) seguia o mesmo projeto d’O *Panorama* e, conseqüentemente, compartilhava das mesmas tendências ideológicas e escolhas gráficas, o que nos possibilita afirmar que ela vem na esteira da imprensa ilustrada lusitana em ascensão.

Com relação à *Ilustração Brasileira*, como antes já afirmamos, dado o conjunto de caracteres por ela apresentados e aqui retomados, não hesitamos em considerá-la a primeira concretização da imprensa ilustrada em nosso país. Relembramos, assim, que não se está a ver na publicação apenas a existência de gravuras dela constantes. Trata-se, na verdade, da publicação inaugural da imprensa romântica em nova fase: a da imprensa ilustrada.

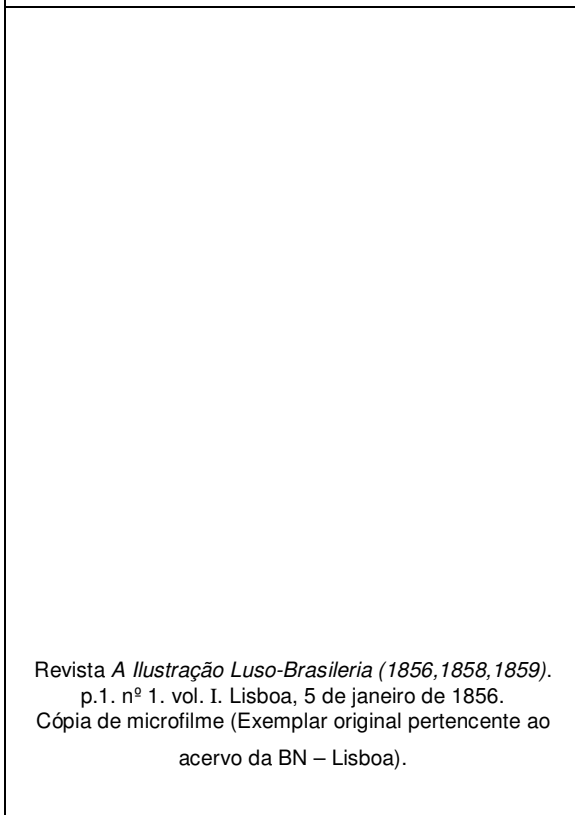
Convém lembrar que a imprensa ilustrada romântica também era literário-instrutiva, estava, ou pelo menos deveria estar, preocupada com a formação do gosto do incipiente público leitor, com a divulgação de textos literários e instrutivos. Desta forma, tais objetivos, presentes explícitos, ou implicitamente, no projeto editorial das

publicações ilustradas do período deveriam ser atingidos.

Tendo o que veio aqui exposto como pano de fundo, iniciaremos agora um breve histórico da revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855) e d'*A Ilustração Luso-Brasileira* (1856, 1858, 1859), seguido da apresentação de algumas produções especificamente literárias (poemas, textos de ficção, achegas críticas) que nelas figuram e de uma discussão das duas publicações, quer no que diz respeito aos projetos propostos por elas, quer quanto à sua realização efetiva, com vistas a um balanço do papel por ambas desempenhado no Brasil e em Portugal e a uma reflexão sobre o lugar de uma e de outra no movimento romântico e estudos da imprensa ilustrada nos dois países.



Revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855), p. 1. nº 1. Vol. I. Rio de Janeiro, setembro de 1854. Cópia de microfilme (Exemplar original pertencente ao acervo da BN – RJ)



Revista *A Ilustração Luso-Brasileira* (1856, 1858, 1859), p.1. nº 1. vol. I. Lisboa, 5 de janeiro de 1856. Cópia de microfilme (Exemplar original pertencente ao acervo da BN – Lisboa).

## CAPÍTULO II:

**A ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA (1854-1855) E A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA (1856, 1858, 1859): DUAS REVISTAS DE LÍNGUA PORTUGUESA****CONFRONTO**

Em fevereiro de 1854 publica-se, no Rio de Janeiro, o primeiro número da revista *Ilustração Brasileira*, a qual era designada pelos seus redatores ora como um jornal – “jornal literário, científico e ilustrado<sup>10</sup>” –, ora como revista. Aproximadamente dois anos mais tarde, em 5 de janeiro de 1856, publica-se em Lisboa uma revista assim também designada. Trata-se d’*A Ilustração Luso-Brasileira: jornal universal, literário, científico e ilustrado*<sup>11</sup>.

*A Ilustração Luso-Brasileira* era impressa na tipografia de seu proprietário, o empresário Antonio José Fernandes Lopes, situada na Travessa da Victória, nº 52, Lisboa. Cada número publicado saía impresso contendo oito páginas com três colunas – formato semelhante ao de outras revistas de ilustração publicadas naquele momento na Europa.

Assim com a *Ilustração Francesa*, publicada em Paris, e a *Ilustração Inglesa*, publicada em Londres, *A Ilustração Luso-Brasileira* era uma publicação semanal – saía todos os sábados. Isso não ocorria com a *Ilustração Brasileira*, publicada no Rio de Janeiro, que era mensal, sendo impressa na tipografia da Viúva Vianna Junior, localizada na Rua D’Ajuda, nº 79. Cada número da revista *Ilustração Brasileira* saía

<sup>10</sup> Introdução. *Ilustração Brasileira*, Fevereiro de 1854, vol I, nº 1, p.1-3.

<sup>11</sup> *A Ilustração Luso-Brasileira*, 5 de janeiro de 1856, vol I, nº 1 (capa).

com aproximadamente 24 páginas de duas colunas. E, tanto no que diz respeito ao formato quanto ao que diz respeito ao conteúdo, a revista *Ilustração Brasileira*, como veremos posteriormente, é uma publicação mais modesta que *A Ilustração Luso-Brasileira*, conseqüentemente, bem mais modesta ainda que as ilustrações publicadas em países como a Inglaterra e a França.

A esse respeito, importa ressaltar que, ao publicar a *Ilustração Brasileira*, o proprietário, Ciro Cardoso de Meneses, não tinha a pretensão de editar uma revista que se equiparasse às de tais países. Ciente de tal impossibilidade devido à própria situação da imprensa e do público leitor nacional, ambos ainda em processo de formação, Ciro criou uma revista com a função de “atingir a verdade, quer por meio das ciências, quer por meio das artes” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 1).

Alcançando tais objetivos, Ciro Cardoso de Meneses esperava preencher uma lacuna existente na imprensa brasileira; lacuna essa que poderia ter sido causada pela falta de periódicos de qualidade, haja vista que a *Ilustração Brasileira* surge quando outros periódicos nacionais estavam encerrando ou paralisando momentaneamente suas atividades, dentre os quais publicações significativas como a *Guanabara* (1849-1856).

Esperava também inovar, mostrar ao nosso público leitor algo diferente do até então publicado nos periódicos literários e científicos impressos no país. Além dos desenhos que eventualmente os periódicos nacionais publicavam, a *Ilustração Brasileira* traria enigmas ilustrados, charges ilustradas, retratos de personalidades da época e diversas gravuras, inaugurando, assim, uma nova fase na imprensa nacional – a fase da imprensa ilustrada, ou de ilustração.

Isso não ocorreu com *A Ilustração Luso-Brasileira*, publicada em Lisboa, onde a imprensa já contava com publicações que, apesar de não se intitularem de ilustradas, inseriam em suas páginas alguns retratos, charges e uma infinidade de gravuras, como é o caso do periódico *O Panorama* (1837-1868).



Nota-se, portanto, que *A Ilustração Luso-Brasileira* não inovou ao publicar gravuras, retratos e textos ilustrados em suas páginas. Mas, na esteira da tradição ilustrada lusitana em ascensão, auxiliou *O Panorama* no que havia sido iniciado por ele em Portugal, confirmando a existência da imprensa de ilustração lusitana. Aliás, como já foi mencionado, naquele momento, *O Panorama* e *A Ilustração Luso-Brasileira* pertenciam ao mesmo empresário e eram publicados na mesma tipografia.

*A Ilustração Luso-Brasileira* foi publicada sem nenhuma interrupção por um ano – período que se inicia com o lançamento da revista – e encerra-se em 27 de dezembro de 1856. Durante o ano, foram publicados 52 números, respeitando o formato inicial de oito páginas e três colunas.

Em 27 de dezembro de 1856, na edição do número 52 – último do primeiro volume –, aparece um aviso do editor comunicando que a edição da revista seria suspensa:

Muitas razões poderosas, e entre elas a falta de papel, obrigam o Editor da *Ilustração [Luso-Brasileira]* a suspender por ora a publicação deste semanário. Roga por isso aos Senhores Assinantes, que já pagaram todo ou parte do ano futuro, 1857, que tenham a bondade de mandar receber a importância de sua assinatura (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 416).

Mas, enquanto alguns assinantes da revista haviam pago antecipadamente a assinatura referente ao ano de 1857, um número razoável de correspondentes d'*A Ilustração* não havia regularizado as suas contas. Por esse motivo, Antonio José Fernandes Lopes, editor e proprietário d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, prevenindo-se de futuros prejuízos, suspende a publicação da revista “a fim de obter a entrada das quantias em débito” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 1). E a revista portuguesa só volta a ser editada a partir de 2 de janeiro de 1858.

Na data citada é publicado o primeiro número daquele que viria a constituir o segundo volume da revista. Volume este que se encerra em 25 de dezembro do

mesmo ano, com a edição do número 52. Tal número contém apenas quatro páginas – quatro a menos do que as impressas nas edições antecedentes.

Em 8 de janeiro de 1859, publica-se o primeiro número do terceiro volume e, em 31 de dezembro, publica-se o número 52, último número do volume. Assim como o número 52 do volume anterior, este saiu com apenas quatro páginas. Na última delas – a página de número 412 –, lê-se o seguinte anúncio:

O editor e proprietário do jornal *A Ilustração Luso-Brasileira* previne os senhores assinantes que, em consequência do fatal golpe porque há pouco acaba de passar, com o falecimento de sua esposa ficando-lhe oito filhos, o mais velho dos quais conta oito anos, suspende por algum tempo a *Ilustração* porque sendo, como pai, responsável pela educação de seus filhos, ou há de cuidar desse dever ou aplicar-se à direção do mesmo jornal (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1859: v. III, 412).

A esperança de que, passado algum tempo, a revista voltasse a ser publicada, não se concretizou. O número 52 do terceiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira* marca o seu fim.

Bem mais efêmera foi a publicação da *Ilustração Brasileira*. Lançada, como já foi dito, no Rio de Janeiro, em fevereiro de 1854 – a revista é composta por apenas dois volumes. O primeiro, formado por oito números publicados naquele ano; o segundo, formado por um único número publicado em janeiro do ano seguinte, 1855.

Os oito primeiros números da *Ilustração Brasileira* saíram do prelo sucessivamente: o primeiro, do primeiro volume, saiu no mês citado; o segundo, em março; o terceiro, em abril; o quarto, em maio; o quinto, em junho; o sexto, em julho; o sétimo, em agosto; e o oitavo número, em setembro. Ainda que, tenhamos conhecimento dos meses exatos em que os números foram publicados, é difícil precisar o dia da publicação. Nas páginas iniciais de cada edição há apenas a indicação de volume, número, cidade, mês e ano em que foram lançados (*Ilustração Brasileira*, 1854-1855: v. I e v. II).

Entretanto, a ausência de tal informação em nada deverá prejudicar o nosso trabalho. O que nos importa é saber qual era o projeto inicial da revista, se esse projeto se manteve durante toda a publicação, se a revista *Ilustração Brasileira* atingiu ou não os objetivos que animaram Ciro Cardoso de Meneses no momento de sua criação. Do mesmo modo, importa-nos conhecer o projeto inicial da revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, seus objetivos enquanto veículo da imprensa ilustrada portuguesa, bem como os fins que seu editor tinha em mente. Para tanto, passaremos à análise dos editoriais de apresentação dessas duas ilustrações.

## CRIAÇÃO E PROPÓSITOS

A revista *Ilustração Brasileira* e a revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, durante as suas trajetórias, publicam três editoriais cada uma. O primeiro, da *Ilustração Brasileira*, foi impresso no número de lançamento da revista, primeiro número do primeiro volume; o segundo, no segundo número; e o terceiro, no quinto número do mesmo volume. Os editoriais d'*A Ilustração Luso-Brasileira* aparecem nos números que iniciam cada ano da publicação: o primeiro, no número que inicia o volume um; o segundo, no número que inicia o volume dois; e o terceiro, no número que inicia o volume três.

No editorial de apresentação do primeiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, intitulado “Intróito”, o autor, Mendes Leal Júnior<sup>12</sup>, provoca o leitor, cria um texto em forma de diálogo, como se estivesse respondendo às indagações feitas por este.

Mendes Leal brinca com o termo introdução, com a finalidade que se atribui a esse tipo de texto, mas confirma que se trata de um texto necessário para apresentar uma publicação recente ao leitor (*A Ilustração Luso-Brasileira*: 1856, v. I, 1).

---

<sup>12</sup> Político, escritor e jornalista português nascido em Lisboa (1818). Irmão do comediógrafo Antonio Joaquim Teodorico Mendes Leal e do escritor Joaquim José da Silva Mendes Leal, colaborou juntamente com o irmão Antonio na revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, mas, enquanto este, colaborou durante a publicação do segundo volume, José da Silva Mendes Leal Junior, o fez, de forma expressiva, no primeiro e no terceiro volumes.

O editorial citado, também revela a quem se destina a revista:

[A *Ilustração Luso-Brasileira*] será nacional para dois mundos (...) Destinada a dois povos irmãos por sangue, por costume, por língua e religião, lembrar-se-á sempre a ilustração donde vem e para onde vai; buscará ser de ambos e para ambos, segundo a sua natureza, e os seus meios (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 1).

Revela também que a revista não tinha grandes pretensões. Amiga da moda e das louçanias, *A Ilustração Luso-Brasileira* constituiria “um locutório” para o qual seria admitida toda a prática considerada decente. Seu objetivo era preparar deleites que agradassem a todos os paladares (*A Ilustração Luso-Brasileira*: 1856, v. I, 1). Desta forma, igualar-se-ia às suas companheiras do mesmo título, publicadas em nações estrangeiras.

Diferente do texto citado é o editorial do primeiro número da revista *Ilustração Brasileira*, escrito por Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho. Nele, o autor, utilizando uma linguagem mais direta, revela que a revista é fruto da associação de homens de talento, desejosos de estabelecer de algum modo a universalidade perdida, entre os diversos ramos do conhecimento humano (*Ilustração Brasileira*: 1854, v. I, 1).

Para tanto, a *Ilustração Brasileira* ocupar-se-ia de assuntos diversos, como a moral pública, os costumes públicos, a política de interesse geral, a história política, a economia, as eloquências parlamentares e jurídicas, além da literatura, belas-artes, biografia e exames críticos de obras.

Ciente das dificuldades de granjear colaboradores para preencher esse vasto quadro de assuntos, Ernesto de Souza adverte o leitor de que a *Ilustração* pediria auxílio a trabalhos estrangeiros:

Para melhor preencher este plano pediremos auxílio aos trabalhos dos sábios cujas luzes se espargem pelo mundo civilizado, recorreremos às meditações da profunda Alemanha, às produções da industriosa Inglaterra, da poética Itália, e dos autores que são a glória da França (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 1).

É evidente que o auxílio citado não viria de colaborações espontâneas, enviadas, por autores estrangeiros consagrados, a uma revista desconhecida e pertencente a um império recém-formado, cuja imprensa começava a dar os seus primeiros passos, mas por intermédio de traduções de textos científicos e de ficção publicados em revistas ilustradas de renome como as já citadas, *Ilustração Inglesa* e *Ilustração Francesa*.

Nota-se que o editorial do primeiro número da *Ilustração Brasileira* define bem a preocupação central dos editores da revista: promover o nosso desenvolvimento literário, político e cultural. Preocupação essa compartilhada com boa parte dos editores de outras revistas, publicadas pela imprensa brasileira no mesmo período.

Ao examinar os textos citados, observa-se que no editorial de apresentação do primeiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, a revista se compromete a publicar textos de interesse dos públicos português e brasileiro; compromisso este não assumido pela *Ilustração Brasileira*, já que a revista de Ciro Cardoso de Meneses se compromete unicamente com o público nacional.

Retomando o objetivo d'*A Ilustração Luso-brasileira* de ser uma publicação nacional para dois povos, português e brasileiro, convém mencionar que, embora a revista tenha publicado em seu primeiro volume textos de autores brasileiros como o romance folhetim *Camila*, de Casemiro de Abreu, e de contar com correspondentes em diversas cidades brasileiras, ela só passa a circular, efetivamente, no Brasil, a partir da publicação do seu segundo volume.

No editorial do número inicial da segunda série d'*A Ilustração Luso-Brasileira*. Um redator, não identificado, explica os motivos da ausência da publicação durante o ano de 1857; menciona, ademais, que os assinantes contribuíram para o reaparecimento da revista:

Motivos estranhos aos desejos e sacrifícios do Editor, nascidos unicamente da falta de condigna retribuição por parte de alguns correspondentes do jornal, foram a causa, por imperiosa necessidade de regularizar as suas contas, de meter de permeio este longo prazo, (...) assegurando ao mesmo tempo a cooperação de novos assinantes, que de bom grado acederam ao nosso convite (...) Outra razão havia também poderosíssima para a sua reparação. Os nossos antigos assinantes tinham sentido o vácuo que esta desapareição de um ano deixou nas letras, e medindo o alcance do jornal pela latitude que nele se dava às matérias instrutivas e de recreio, que a pena dos nossos mais hábeis escritores aqui sustentava com aquela reputação que os nomes já ganharam, previam no futuro uma época gloriosa para a nossa empresa (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 1)

Além disso, afirma que a publicação do primeiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira* foi um mero ensaio. Futuramente, a revista em nada deixaria a desejar se confrontada com publicações estrangeiras da mesma natureza.

De acordo com o texto citado, a redação d'*A Ilustração Luso-Brasileira* continuaria contando com a colaboração de escritores ilustres, mas estaria aberta a novos e talentosos escritores, aos quais provavelmente só faltavam meios de manifestação para se tornarem conhecidos. Do mesmo modo, a revista continuaria incentivando a arte de produzir desenhos em madeira e contaria com a representação fiel das melhores gravuras estrangeiras, cujos respectivos clichês já haviam sido contratados.

O texto menciona ainda que haveria “também extremo cuidado em não repetir artigos que noutra qualquer semanário do país já se tenham impresso (sic)” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 1). Cumprindo esta regra, *A Ilustração Luso-Brasileira* deveria prosseguir na missão de deleitar e instruir; missão esta a que se propôs desde a sua fundação.

Por outro lado, a revista *Ilustração Brasileira* de Ciro Cardoso de Meneses não atribuiu a si mesma a regra citada. Sua preocupação estava em manter a continuidade e não em verificar se este ou aquele texto nela veiculado já havia sido

impresso por outro periódico da época.

Tal informação pode ser confirmada por intermédio do editorial do segundo número da revista (1854). Nele, Ciro Cardoso de Meneses menciona que, fruto da mais forte vontade e contrariando as expectativas de muitos, a *Ilustração Brasileira* surgiu e permanecia em atividade:

Aqui vai porém o segundo número de nossa ilustração enfezar ou fazer pasmar a essa boa gente, que provavelmente vão tomar-nos por algum ente sobrenatural, por algum demônio, 'por termos podido criar mais um jornal em uma terra onde já havia tantos!' (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 25).

Nota-se que, para Ciro Cardoso de Meneses, a edição do segundo número da *Ilustração Brasileira* era sem dúvida uma vitória. Era a confirmação de que a existência da revista era possível e se tornaria necessária.

Assim, ao sugerir a provável necessidade de publicar a *Ilustração Brasileira*, Ciro, assim como fez o autor não identificado do editorial de apresentação do segundo volume d'A *Ilustração Luso-Brasileira*, estava depositando todas suas esperanças no futuro. Para Ciro Cardoso de Meneses, chegaria o dia em que sua revista seria de grande utilidade ao nosso país, preenchendo a lacuna que quase “deslustrava a literatura brasileira” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 25).

Observa-se que, enquanto no editorial de apresentação do segundo volume d'A *Ilustração Luso-Brasileira* havia o desejo de equiparar a revista a outras da mesma espécie publicadas em países europeus mais desenvolvidos cultural e intelectualmente, o desejo expresso por Ciro Cardoso de Meneses, ao escrever o editorial do segundo número da *Ilustração Brasileira*, era transformar a revista em uma obra de referência, uma publicação significativa para a imprensa nacional. E, talvez, até mesmo um modelo para ser seguido pelas publicações editadas posteriormente pela imprensa brasileira.

No editorial do quinto número da *Ilustração Brasileira*, último publicado na revista, não encontramos nenhuma alusão a esse desejo; mesmo assim, após termos lido toda a publicação, podemos afirmar que as expectativas de Ciro Cardoso de Meneses, em relação à revista que editava, foram mantidas até a edição do último número, primeiro do segundo volume. Provavelmente, o proprietário da *Ilustração Brasileira* só se convenceu sobre a inviabilidade de seu desejo quando a revista encerrou suas atividades.

O último editorial da *Ilustração Brasileira* é um texto breve, no qual o autor, Antonio Pereira Rebouças, faz elogios à figura feminina, agradece aos numerosos e escolhidos leitores da revista, o prestígio que estes concedem à *Ilustração (Ilustração Brasileira, 1854: v. I, 97)*.

Sem a brevidade deste, e seguro dos argumentos empregados para dar satisfação ao leitor sobre os progressos conquistados, bem como sobre os objetivos editoriais que se mostraram inatingíveis, o autor do editorial de apresentação do terceiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, provavelmente Antonio José Fernandes Lopes, afirma que não faltaram esforços para que *A Ilustração Luso-Brasileira* alcançasse todo o desenvolvimento esperado, mas faltaram condições e circunstâncias adequadas ao país para proporcionar tal desenvolvimento:

(...) A prática e o tempo, rasgando a véu das nossas ilusões, fez-nos ver que não só faltavam em Portugal muitas condições, as principais, que nos outros países animam, protegem, e engrandecem as letras e as artes; mas até que todas, ou quase todas as circunstâncias, de que pode depender a prosperidade delas, lhes são nesta terra indiferentes ou contrários, e mais contrários que indiferentes (*A Ilustração Luso-Brasileira, 1859: v. III, 1*).

A ausência de “circunstâncias favoráveis” tinha sua origem no atraso das artes em Portugal, na carência ou no pequeno número de artistas hábeis no país, na falta de recompensa digna ao mérito dos bons artistas, no favor concedido pela lei a



umas indústrias em prejuízos de outras, na falta de gosto pela leitura nas terras do interior do reino, bem como nos dois grandes focos da população portuguesa civilizada – Lisboa e Porto –, ademais, na concorrência desleal com jornais ilustrados estrangeiros que circulavam no país, principalmente os jornais franceses, nítidos, bem escritos, ornados de excelentes gravuras e, sobretudo, mais baratos que os nacionais.

Em consequência dos motivos expostos, Antonio José Fernandes Lopes tinha argumentos suficientes para não fazer novas promessas, nem renovar as promessas feitas aos assinantes e leitores. Por esse motivo, ao concluir o editorial de apresentação do terceiro volume de *A Ilustração Luso-Brasileira*, menciona apenas que os esforços seriam mantidos e a revista, melhorada, de acordo com as possibilidades (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1859: v. III, 1).

Examinando as propostas explicitadas nos três editoriais da *Ilustração Brasileira*, bem como nos três editoriais de apresentação de *A Ilustração Luso-Brasileira*, podemos afirmar que a revista brasileira e a revista portuguesa tinham o objetivo comum de divulgar conhecimento variado, ao maior número de leitores possíveis, promovendo assim o progresso das letras no Brasil, no caso da revista publicada no Rio de Janeiro, e em Portugal e no Brasil, no caso específico da revista publicada em Lisboa. Podemos afirmar também que tanto a *Ilustração Brasileira* como *A Ilustração Luso-Brasileira* conseguiram, apesar de todas as dificuldades encontradas no decorrer da publicação de um número e outro, cumprir esse objetivo.

Se não progrediram conforme o entusiasmo de seus redatores e proprietários, foi realmente por condições alheias aos esforços destes. E, mesmo não tendo atingido as expectativas iniciais, a *Ilustração Brasileira* merece o estudo a ela dedicado porque, ao veicular em suas páginas gravuras, retratos, textos científicos e literários, contribuiu significativamente para o progresso da imprensa literária e o surgimento da imprensa ilustrada nacional. Do mesmo modo, *A Ilustração Luso-Brasileira*, por ter contribuído com o progresso das letras em Portugal e no Brasil,

merece o estudo que a ela dedicamos.

Todavia, não é suficiente falarmos que tais revistas são significativas e que a análise delas é relevante para os estudos da imprensa literária e ilustrada de língua portuguesa; precisamos saber mais sobre cada uma delas: quem eram os seus colaboradores? Quais os tipos de textos que mais veicularam?

Perguntas como essas deverão ser respondidas a partir do exame detalhado da revista *Ilustração Brasileira* e do exame detalhado da revista *A Ilustração Luso-Brasileira*. Vamos a isso:

### **ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA (1854-1855): UMA PUBLICAÇÃO MODESTA**

Apesar de a revista *Ilustração Brasileira* pertencer ao baiano Ciro Cardoso de Meneses, bacharel em Ciências Naturais pela Universidade de Edimburgo, professor do afamado Colégio Köpfe em Petrópolis e tradutor do romance *Vinte anos depois* ou *Os três mosqueteiros* de Alexandre Dumas (1845), bem como do *Novo curso de língua inglesa, prático, analítico, teórico e sintético* de F. Robertson (1856) (Sacramento Blake, 1893: v. II, 157), é provável que o grande idealizador da revista tenha sido o intelectual mineiro Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho<sup>13</sup>.

Atento à necessidade de promover o progresso das letras no país, mas com uma saúde debilitada que lhe tolhia o ânimo, Ernesto de Souza incentiva o amigo Ciro Cardoso de Meneses a criar uma revista que fosse ao mesmo tempo ilustrada e instrutiva. Uma revista que englobasse assuntos variados, como os costumes, a agricultura, o comércio, as leis, e as artes (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 166).

Seguindo o conselho do amigo, e seduzido pelos mesmos ideais que ele, Ciro Cardoso de Meneses, ao lançar a *Ilustração Brasileira*, convida “para seus colaboradores aqueles espíritos notáveis que por sua influência melhor podiam servir

<sup>13</sup> Doutor em medicina pela Faculdade do Rio de Janeiro, professor jubilado da escola normal de Niterói, colaborou com diversos periódicos da época como *Minerva Brasiliense*, *Íris*, *Correio Mercantil* e *Diário do Rio de Janeiro*.

sua pátria e a humanidade” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 166-167), dentre os quais o amigo Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho.

Assim, Ernesto de Souza, juntamente com Ciro Cardoso de Meneses, ficou responsável pela redação; todavia, ao desempenhar tal função, acabou sendo, equivocadamente, considerado por alguns assinantes como o legítimo proprietário da *Ilustração Brasileira*.

Tal equivoco causou certo constrangimento entre os dois redatores. Ciro Cardoso de Meneses não gostou de ter a sua posição de proprietário “usurpada”. Talvez considerasse que os méritos pela publicação deveriam ser em primeiro lugar atribuídos a ele. Do mesmo modo, talvez acreditasse que as sugestões para a publicação dos números posteriores da revista deveriam ser inicialmente a ele dirigidas.

Por outro lado, Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, sentindo-se injustiçado pelo amigo e companheiro de redação, bem como pela situação constrangedora em que se encontrou, tenta contorná-la, avisando aos assinantes da *Ilustração* que não deveriam tomá-lo como proprietário, uma vez que a revista pertencia a Ciro. E que “um jornal tem valor, não porque pertence a este ou aquele outro indivíduo, mas pelas opiniões de que é órgão” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 167).

Como este esclarecimento aos assinantes de que ele era apenas um colaborador da *Ilustração Brasileira* não surtiu o resultado esperado, Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, cansado dos aborrecimentos provocados por algo a que, em nossa opinião, não se deveria atribuir tamanha importância, escreveu o texto intitulado “Explicações”, publicado no sétimo número do primeiro volume da revista.

No texto menciona:

(...) o simples fato de escrevermos não constitui dono de nenhum jornal, sem o que estaríamos de posse atualmente de quase toda a imprensa do Rio de Janeiro, fica peremptoriamente averiguado que não é propriedade nossa a *Ilustração Brasileira*, mas sim do Sr. Ciro, a quem não atinamos

com que direito querem privar da enorme regalia de possuir um folheto (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 168).

Neste mesmo texto, ao comentar o atraso na edição da revista, Ernesto de Souza ressalta:

Uma censura avulta que parece à primeira vista baseada em justiça: é a que diz respeito à marcha retardada, à irregularidade de aparecimento da *Ilustração*. Embora *nem por sombras* tenhamos a responsabilidade dessa tardança, pede a eqüidade que digamos quando é ela desculpável, visto sabermos que esta publicação está, irremediavelmente por ora, sujeita à imperícia e ganância de dois ou três litógrafos estrangeiros (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 168).

Nota-se que, no último trecho citado, além de defender a publicação para a qual colaborava, e de se eximir da culpa pelo atraso na publicação de um número a outro da revista, Ernesto de Souza acaba isentando da mesma culpa o proprietário da *Ilustração Brasileira*, já que responsabiliza pela falta de regularidade os litógrafos estrangeiros, contratados por Ciro Cardoso de Meneses.

Segundo entendemos, ao defender a publicação e o proprietário, Ernesto de Souza não pretendia fazer as pazes com esse para continuar ligado à *Ilustração*; desejava apenas informar aos assinantes que os motivos do atraso da edição eram alheios à sua vontade pessoal e à vontade de Ciro Cardoso. Prova disso é o fato de Ernesto de Souza finalizar o texto “Explicações” solicitando ao proprietário da *Ilustração Brasileira* que não publicasse mais nenhuma matéria escrita por ele:

Rogamos ao Sr. Ciro, a quem há muito tempo não vemos, e a quem remetemos estas linhas, que neste número e mais noutros não publique trabalho nosso: venha também a ausência do nosso nome, como prova definitiva para muitos, validar o que narramos. Porém, sobretudo encarecidamente lhe rogamos que conservando-nos seu afeto, nos absolva da oferta de uma triste colaboração. (*Ilustração Brasileira*, 1854: v.I, 168)

Ao desistir da função de redator da *Ilustração Brasileira*, Ernesto de Souza

delega a redação da revista ao empenho quase que solitário de Ciro Cardoso de Meneses, bem como à própria sorte.

O texto de Ernesto de Souza deixa-nos a impressão de que o autor sabia que, sem o seu auxílio, a edição da revista não se prolongaria por muito tempo. Talvez, por esse motivo, tenha concluído o texto “Explicações” com um soneto no qual aparentemente remete às dificuldades encontradas na publicação da revista, ao mesmo tempo em que sugere a realização de um sonho.

Tu il Salva! (sic)

Doce não foi-te a vida, mas a morte!  
Poeta, n'alma ardente concebeste  
Em terra inspiração, virgem celeste  
De amor tão fino compartilhado a sorte.

Por largo tempo com febril transporte  
Em vão ... por vê-la, o mundo percorreste!  
Os lindos pés não poisa em Valle agreste  
Dos anjos do Senhor gentil coorte.

Mas teu sonhar enfim se realiza,  
Aparece-te a imagem graciosa:  
“És tu, cândida amante! Oh! Vem, Nutyisa!”

Dizes, e os lábios sobre a mão formosa  
Da mulher que teu gênio diviniza,  
Entras dos mortos na mansão ditosa.<sup>14</sup>

Por outro lado, Ciro Cardoso de Meneses insiste para que Ernesto de Souza volte a colaborar com a *Ilustração Brasileira*. E no texto dirigido aos assinantes da revista, publicado no oitavo número do primeiro volume, afirma que, atendendo a repetidas instâncias suas, o ex-companheiro de redação continuaria a enriquecer as páginas da *Ilustração* com suas produções (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 192).

Entretanto, no número seguinte da revista, primeiro do segundo volume, não encontramos nenhum texto de autoria de Ernesto de Souza. A decisão do escritor de abandonar a redação da *Ilustração Brasileira* foi, realmente, definitiva.

<sup>14</sup> Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, “Explicação”, *Ilustração Brasileira*, agosto de 1854, vol. I, nº 7, p. 168.

Sozinho na redação, cansado das inúmeras dificuldades que enfrentava para editar uma revista “desta ordem e inteiramente nova no país<sup>15</sup>”, ademais desmotivado pelo próprio mal-entendido que havia abalado sua relação com Ernesto de Souza, Ciro Cardoso de Meneses, após a edição do número citado, dá por encerrada a publicação da *Ilustração Brasileira*, para criar, a partir de março de 1855, juntamente com F. J. Bethencourt da Silva, Francisco de Paula Meneses, Francisco de Paula Candido e Francisco Nunes de Souza, o periódico *Brasil Ilustrado* (1855-1856).

Em nossa opinião, a publicação da revista *Ilustração Brasileira* foi bastante prejudicada pelo conflito entre os seus dois principais redatores. Provavelmente, a publicação teria ido mais longe, caso a relação entre ambos não tivesse sido estremecida. Do mesmo modo, poderia ter sido enriquecida com matérias mais amplas e com um número maior de colaboradores se Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza tivessem conseguido acalmar os ânimos e unido suas forças em prol única e exclusivamente de cumprir o objetivo que os motivara: promover o desenvolvimento literário e cultural do país, por intermédio de uma publicação literária, científica e ilustrada.

Mesmo que isso não tenha ocorrido, a *Ilustração Brasileira* (1854-1855), conforme mencionamos anteriormente, merece o estudo que a ela dedicamos. Neste sentido, além de servir como testemunho de seu tempo, e de introduzir no país a imprensa de ilustração, a revista divulgou textos de autores brasileiros, e de autores portugueses naturalizados, bem como deu a conhecer traduções de artigos veiculados em periódicos estrangeiros.

Note-se que, no primeiro e no segundo volume da revista, encontramos contos traduzidos da língua inglesa, da língua alemã e da língua francesa – línguas que o proprietário da *Ilustração Brasileira*, Ciro Cardoso de Meneses, conhecia perfeitamente. Encontramos também poemas de autores nacionais e estrangeiros,

---

<sup>15</sup> Ciro Cardoso de Meneses, “Aos nossos assinantes”, *Ilustração Brasileira*, setembro de 1854, v. II, nº 8, p. 192.

narrativas de viagens, correspondências, um texto crítico sobre duas atrizes de teatro, artigos sobre a “arte de transformar em tipo metálico, ou em relevo como os de madeira, qualquer transporte de uma gravura”<sup>16</sup>, textos e noticiários que classificamos como “*faits divers*”, textos sobre personalidades contemporâneas brasileiras e estrangeiras, textos referentes a fatos históricos, cidades e castelos, bem como textos religiosos, científicos, charadas, enigmas pitorescos, uma variedade de textos e notas relacionadas assuntos e acontecimentos diversos, além de alguns textos e notas que consideramos como informativos da redação.

Dentre os textos por nós classificados como informativos da redação, mereceu destaque neste capítulo o texto intitulado “Explicações”, de Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho; os demais, por se tratarem de retificações de artigos publicados e de pedidos de desculpas pela ausência de artigos – cuja publicação havia sido prometida aos assinantes pelos redatores da revista –, não serão examinados.

Por outro lado, apresentaremos uma amostra de textos considerados literários, de autores nacionais ou estrangeiros, em tradução no próximo capítulo.

Adiantamos que, no primeiro número da *Ilustração*, a parte literária foi representada por cinco poemas brasileiros e pela tradução de um conto do escritor inglês Júlio Shroder. Convém mencionar ainda que, nele, apenas um texto de cunho histórico foi publicado, bem como um único texto sobre uma personalidade brasileira da época: o Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara.

Não encontramos nas páginas desse primeiro número nenhum texto que pudesse ser classificado como “*faits divers*”, como correspondência, ou narrativas de viagens. Colaboraram com a edição do número, além dos redatores da revista, o poeta e escritor baiano Francisco Muniz de Souza e o padre e poeta satírico Joaquim Correia d’Almeida.

---

<sup>16</sup> J. Vicente Martins, “Gilografia, ou Paniconografia – Gillot”, *Ilustração Brasileira*, abril de 1854, vol. I, nº 3, p. 65.

O número foi ilustrado por um retrato de D. Pedro II, um retrato de D. Teresa Cristina Maria, um retrato de D. Maria II, uma gravura da capela-mor de S. Francisco de Paula, juntamente com dois mausoléus nela erguidos, uma gravura do Estabelecimento Seropedico visto do lado do nordeste e outra gravura do mesmo estabelecimento, visto do lado oeste, além de um retrato do Conselheiro Eusébio e os desenhos que compõem um enigma pitoresco.

No segundo número do primeiro volume da *Ilustração Brasileira*, houve um aumento no número de traduções publicadas: teve prosseguimento a tradução de um conto inglês e acrescentou-se a de uma narrativa de viagem, bem como de um noticiário proveniente da revista *Ilustração Francesa*. Nesse número foram publicados apenas três poemas: dois escritos por Ciro Cardoso de Meneses e um escrito por Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho. A parte ilustrada está representada por um retrato de Teófilo Benedito Ottoni, seguido de um texto biográfico, e pela ilustração de duas charadas e de um enigma pitoresco. Encarregaram-se da edição do número, basicamente, Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza.

O terceiro número da *Ilustração Brasileira* contou com poucos colaboradores, como o segundo e o primeiro. Nele há apenas três textos que não são da autoria dos dois principais redatores: o poema “A vida da Rosa”, escrito por Lenach de Sá; o ensaio “Gilografia, ou Paniconografia – Gilot”, escrito por J. Vicente Martins; e o texto intitulado “Explicações sobre Paniconografia”, escrito por Gillot, que, provavelmente, foi transcrito de alguma publicação estrangeira. O “Enigma Pitoresco”, impresso na última página, também não é de autoria de Ernesto de Souza e Ciro Cardoso de Meneses – foi enviado à redação da revista por João José de Moraes Tavares<sup>17</sup>.

Este terceiro número traz um retrato de Manoel de Araújo Porto Alegre, uma bela gravura de um homem encostado a um tronco de uma árvore e os desenhos que formam o enigma citado.

<sup>17</sup> Natural do Rio de Janeiro, traduziu *O egoísta (Le village)*: comédia em um ato de Octave Feuillet e o romance *Por causa de um papagaio*, de Alfredo Assolant, dentre outros textos. 71



O quarto número da revista manteve o mesmo padrão. Com exceção dos textos “Uma Audácia”, referente ao serviço prestado às ciências por Carlos Emanuel, autor do livro *Astronomia nova, ou erros dos astrônomos*, publicado em Paris no ano de 1854, e do texto “Breve resposta: aos que metem em ridículo os curativos feitos por meio de magnetismo animal, desconhecendo as propriedades extraordinárias deste poderoso agente da natureza”, ambos escritos pelo bacharel em ciências naturais Aureliano de L. O. Coutinho<sup>18</sup> e publicados anteriormente em outro periódico nacional, encontramos ainda nesse número um conto traduzido do alemão pelo aspirante da guarda marinha no Rio de Janeiro, Antônio Luiz Hoonhaltz; a transcrição de uma carta escrita por Felipa de Noronha, endereçada ao rei de Portugal D. João V; um poema, um noticiário, um texto sobre a provável descoberta de um processo na arte litográfica escritos por Ciro Cardoso de Meneses e um poema e duas charadas ilustradas de autoria de Ernesto de Souza.

Notar-se-á que o quarto número, assim como os números antecedentes, não foi pródigo. Além das charadas citadas, dele consta apenas um retrato de Felipa de Noronha, uma gravura e os desenhos que compõem o enigma pitoresco, impresso freqüentemente na última página de cada número da revista.

O quinto número da *Ilustração Brasileira* trouxe impresso um outro conto alemão, também traduzido por Antônio Luiz Hoonhaltz; um poema escrito por Francisco Ramiro de Assis Coelho; um poema escrito pelo Barão de S. Felix, Antônio Felix Martins; um poema escrito por A. J. Vitorino Barros<sup>19</sup>; um poema escrito pelo então ministro do Brasil no Uruguai, José Maria do Amaral; um poema, uma correspondência e um texto sobre o bispo Chrisopolis, personalidade brasileira da época, escritos por Ernesto de Souza bem como uma charada por ele elaborada. Trouxe ainda um noticiário e uma charada elaborados por Ciro Cardoso de Meneses.

---

<sup>18</sup> Visconde de Sepitiba, bacharel em ciências naturais pela faculdade de São Paulo, escreveu *Coletâneas dos autores clássicos* (1877).

<sup>19</sup> Poeta e prosador nascido no Rio de Janeiro (1824). Após o encerramento da *Ilustração Brasileira* colaborou com os periódicos *Semana Ilustrada*, *O Lírio*, *O Pirlampo* e *O Popular*. 72

Contando com maior número de colaboradores que os números antecedentes, o quinto número da *Ilustração Brasileira* contou também com a provável colaboração do bispo Manuel Joaquim Silveira e do Frei Francisco de Monte Alverne, já que nele foi impresso um trecho de um sermão escrito pelo bispo e outro trecho escrito pelo frei.

Dizemos provável colaboração porque não podemos afirmar que tais fragmentos foram enviados por estes para serem impressos na revista. É possível que os redatores da *Ilustração Brasileira* tenham transcrito os sermões de alguma outra fonte.

Além dos textos dos autores anteriormente mencionados, o quinto número da *Ilustração Brasileira* trouxe também um pequeno texto do Visconde de Olinda, um do Barão de Boa Vista, um do bacharel em direito pela Universidade de São Paulo – Joaquim Maria Nascente de Azambuja – e um do general D. Thomaz Guido. Mas a parte ilustrada da revista não sofreu grandes progressos. E o quinto número foi ilustrado só com um retrato do bispo de Chrisopolis e com os desenhos que formaram o enigma pitoresco elaborado por João José de Moraes Tavares.

O sexto número do primeiro volume da *Ilustração Brasileira* traz um conto, um poema, um texto crítico sobre as atrizes Madame Charton e Madame Casloni, de autorias de Ernesto de Souza, e ainda uma charada por ele elaborada. O texto referente às atrizes vem acompanhado do retrato de cada uma delas. O número exhibe ainda, dois desenhos; um poema de Francisco Muniz Barreto<sup>20</sup>; um texto de Manoel de Araújo Porto Alegre, no qual o autor discute questões referentes à arte de esculpir, à posição do governo em relação ao desenvolvimento das artes, além de fatos relacionados à Academia de Belas-Artes Brasileira.

Note-se que este sexto número não traz nenhuma colaboração de autoria de

---

<sup>20</sup> Poeta e repentista nascido na vila de Jaguaripe, na Bahia (1804). Além da colaboração enviada a redação da *Ilustração Brasileira*, colaborou com a redação do *Diário do Rio de Janeiro*, *A Estação*, *O Futuro* e *Semana Ilustrada*.

Ciro Cardoso de Meneses. Provavelmente, esse fato deve ter alimentado as especulações que causaram o rompimento entre Ernesto de Souza e o proprietário da revista.

Marcado pela despedida de Ernesto de Souza da redação da *Ilustração Brasileira*, o sétimo número do primeiro volume trouxe a primeira parte do romance folhetim *O Livro d'Alina*, escrito pelo ex-redator do periódico *A Verdade* (1831-1832), Saturnino de Souza Oliveira; dois poemas de A. J. Vitorino Barros; uma correspondência do português naturalizado brasileiro Luiz Correia de Azevedo; um texto sobre o Brasil, seu primeiro habitante, sua independência e sua relação com Portugal, escrito por Avelino R. Milagre; ainda, escritos por Ciro Cardoso de Meneses, um texto sobre o Castelo de Beaumanoir e outro sobre o progresso material. Nesse número, na parte ilustrada da revista, a gravura do Castelo de Beaumanoir.

Apesar da saída de Ernesto de Souza da redação da revista, Ciro Cardoso de Meneses procurou levar a publicação adiante; mas, sentindo sobre si todas as dificuldades de se publicar uma revista no Brasil, em meados do século XIX, e sem o incentivo do ex-companheiro de redação, opta por encerrar a publicação do primeiro volume da *Ilustração Brasileira* com a edição do oitavo número.

Neste oitavo número vêm publicados: a segunda parte do romance folhetim *O Livro d'Alina*; uma nova correspondência dedicada a Ciro Cardoso de Meneses por Luiz Correia de Azevedo; uma matéria em que o proprietário da revista rebate opiniões expressas por Ernesto de Souza, na achega crítica sobre as atrizes Madame Charton e Madame Casloni. O número traz, ainda: uma gravura a que se acopla um texto sobre a cidade de Sebastopol, redigido por Ciro; uma charada de autoria não-identificada; uma reflexão sobre o projeto de um Estabelecimento Agrícola formulado pelo Ginásio Brasileiro, escrito pelo português também naturalizado Alexandre Antonio Vandely; e um novo enigma pitoresco enviado por João José de Moraes Tavares.

Conforme já mencionamos, após a edição desse número, a revista só voltaria

a ser publicada em janeiro do ano seguinte, 1855. Na ocasião, publica-se aquele que viria a constituir o primeiro e último número do segundo volume da *Ilustração Brasileira*, e que traz em suas páginas: um conto traduzido do francês por Lafayette Pereira Tavares; um poema escrito pelo padre Joaquim Correia de Almeida; a conclusão de um texto de Alexandre Antonio Vandely, cuja parte inicial consta no número anterior da revista; dois textos sobre personalidades estrangeiras, assinados por Ciro Cardoso de Meneses; duas charadas elaboradas pelo marquês da Gávea, Manuel Antonio Ferreira da Costa; os textos intitulados “A Filosofia no Brasil”, “O que é a vida” e “O pequeno homem, e o pequeno dever” escritos por A. F. Viana; um texto sobre a transfolhagem de impressos antigos, escrito por E. Rensburg; e um texto sem assinatura, sobre o Estabelecimento Seropedico de Itaguaí e o seu fundador, José Pereira Tavares.

Além dos desenhos que compõem o enigma pitoresco publicado na última página, ilustram esse número três gravuras: a primeira mostra a chegada dos prisioneiros russos à ilha de Alix; a segunda, a entrada do palácio de York; e a terceira, um poço artesiano.

Convém mencionar que as ilustrações impressas nesse número, bem como nos demais números da revista *Ilustração Brasileira*, podem ser consideradas escassas para uma publicação que se intitulava ilustrada; mas, levando em consideração a época em que a revista foi editada, a falta de incentivos, de condições que propiciassem o desenvolvimento do artista e da imprensa nacional, tornando praticamente inviáveis as produções litográficas e as publicações periódicas ilustradas no país, concluímos que a quantidade de ilustrações veiculadas pela revista *Ilustração Brasileira* é, naquele momento, bastante significativa para uma publicação que ocupa o lugar pioneiro de constituir a primeira ilustração aqui publicada.

**A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA (1856, 1858, 1859): UMA NOVA REVISTA**

Ao contrário da publicação da revista *Ilustração Brasileira*, de Ciro Cardoso de Meneses, a publicação da revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, do tipógrafo, editor e livreiro português Antonio José Fernandes Lopes, não foi prejudicada por nenhum mal-entendido, por nenhuma disputa de egos entre seus redatores. A esse respeito cabe mencionar que a revista lisbonense, apesar de contar com um quadro significativo de colaboradores, mantinha um único homem respondendo pelas questões referentes à redação – o seu proprietário.

No número de lançamento da revista, em um informativo da redação publicado na última página, o editor avisa aos assinantes que *A Ilustração Luso-Brasileira* teve de excluir matérias por falta de espaço. Do mesmo modo, avisa que as colunas da revista estavam abertas a todos que cultivassem as letras em Portugal e no Brasil (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 8).

Nota-se, por intermédio do primeiro aviso, que a publicação d'*A Ilustração Luso-Brasileira* ocorreu de modo mais tranqüilo que a publicação da revista brasileira, pois desde o início a revista portuguesa possuía matérias suficientes para a edição de seus números, o que certamente facilitava o trabalho do editor, já que a publicação da revista não sairia atrasada por falta de matérias.

Mas, se não foi por esse motivo que a edição d'*A Ilustração Luso-Brasileira* saiu após a data prevista, outro motivo fez com que Antonio José Fernandes Lopes pedisse desculpas aos assinantes pelo atraso:

O editor pede desculpa aos senhores assinantes de se não ter dado este jornal no sábado, como se havia prometido, no prospecto, o que por enquanto não tem sido possível, apesar de todos os esforços, em consequência da repentina doença da pessoa encarregada da sua direção; porém já estão dadas as providências para a sua regular publicação (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 24).

A partir do oitavo número do primeiro volume, a direção da folha é entregue a

Luiz Augusto Rebelo da Silva; com isso, a revista sai impreterivelmente todos sábados (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 56).

Resolvido o problema de atraso, o editor passa a se preocupar com o pagamento das assinaturas. Como prova dessa afirmação, citamos o aviso que fez publicar repedidas vezes nas páginas d'*A Ilustração Luso-Brasileira*: “Roga-se aos senhores subscritores das províncias que ainda não satisfizeram a importância das suas assinaturas o obséquio de as mandarem pagar, pelo seguro do correio, ou por qualquer outro meio que lhes seja mais cômodo”<sup>21</sup>.

A partir da publicação do número 17 do mesmo volume, o aviso sofre uma pequena modificação: é remetido também aos leitores da capital, cujas assinaturas ainda não haviam sido quitadas (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 136).

Enquanto Antonio Jose Fernandes Lopes reclamava da falta de pagamento, um número razoável de assinantes das províncias se queixava, ora de não receber a revista, ora de recebê-la com atraso. E, para se desculpar com esses assinantes, o editor manda que se publique n'*A Ilustração Luso-Brasileira* o seguinte anúncio:

Tendo o editor deste semanário recebido grande número de cartas de srs. assinantes das províncias, queixando-se de que umas vezes o não recebem, e outras lhes é entregue quinze e mais dias depois da sua publicação nesta capital, declara o editor em satisfação àquelas queixas, pedindo desculpas de não poder diretamente dirigir-se a cada um dos ditos srs., que uma tal falta deve unicamente atribuir-se aos correios das localidades, e não a ele, editor, que todos os domingos (dia imediato ao da publicação do semanário) manda lançar a horas competentes na caixa do correio geral os números respectivos tanto aos srs. assinantes do país, como do estrangeiro (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 176).

Fica difícil para nos afirmarmos que o anúncio em questão obteve o resultado desejado e que os assinantes insatisfeitos com o recebimento da revista, em vez de se queixarem com o editor, passaram a encaminhar as suas queixas ao serviço responsável pela entrega da publicação. Entretanto, é possível que isso tenha

<sup>21</sup> *A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856, vol. I, n<sup>os</sup> 11, 12, 14 e 15.

ocorrido. Nas páginas d'*A Ilustração Luso-Brasileira* não encontramos mais nenhuma nota referente a tais queixas.

Na edição de número 25 do primeiro volume é publicado um aviso no qual o editor revela os nomes dos correspondentes da revista. Eram eles: A. R. da Cruz Coutinho, no Porto; a Imprensa da Universidade, Vianna de Castelo e A. J. Pereira, em Coimbra; Manuel José Ferreira, Penafiel e Maximiano Dias de Castro, em Setúbal; Antonio José de Araújo, na ilha da Madeira; M. C de Albergaria Valle, na ilha de São Miguel; J. M. de Mesquita Pimentel, na ilha Terceira; Manuel José Vieira da Costa, na rua da Quitanda, Rio de Janeiro; Miguel José Alves, em Pernambuco; Rodrigo José Ferreira Guimarães, na rua Baixa, 91, Bahia; J. A da Silva Guimarães, no Maranhão; Joaquim José de Oliveira, no Ceará; e Manoel Gomes de Amorim, no Pará (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 208).

Os interessados em adquirir a revista residentes nas províncias deveriam procurar o correspondente local. Mas o leitor residente na capital portuguesa que manifestasse o interesse em possuir a assinatura ou comprar um exemplar avulso d'*A Ilustração Luso-Brasileira* deveria se dirigir à livraria do editor, Antonio José Fernandes Lopes, situada na rua do Ouro, 227 e 228, bem como à livraria do senhor Lavado, situada na rua Augusta, 8, Lisboa.

No número 28 do mesmo volume, Antonio José Fernandes Lopes volta a solicitar aos assinantes das províncias que efetuem o pagamento das assinaturas em atraso. Dessa vez, o editor d'*A Ilustração Luso-Brasileira* avisa que suspenderá o envio da revista para todos que não quitarem suas dívidas (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 216).

Tal solicitação, assim como a anterior, foi publicada seguidamente nos números pertencentes ao primeiro volume, indicando que o editor estaria tendo dificuldades para receber as quantias que lhe eram devidas. Ainda assim, até a edição de número 51 – penúltimo número do volume –, Antonio José Fernandes Lopes

mostrou-se decidido em dar continuidade à publicação da revista durante o ano de 1857. Como prova de nossa afirmação, citamos o “Aviso” publicado na página final do número:

Os srs. Assinantes da *Ilustração* [Luso-Brasileira], que quiserem continuar com a assinatura para o ano, terão a bondade de remeter o importe da mesma com a brevidade possível, afim de não sofrerem interrupção na remessa do jornal. Por esta ocasião o Editor tem a bondade de prevenir os mesmos srs. Assinantes de que para o futuro ano a *Ilustração* será consideravelmente melhorada em relação à parte artística<sup>22</sup>.

Entretanto, conforme demonstramos anteriormente, a falta de pagamento das assinaturas interferiram na decisão do editor, e a publicação da revista foi suspensa por um ano.

Ressalte-se que no primeiro volume d’*A Ilustração Luso-Brasileira* foi publicado um grande número de ensaios literários, classificados por nós segundo a procedência como brasileiros, portugueses e de outros países. O mesmo critério vigorou relativamente aos contos, romances folhetins, peças teatrais e poemas. Ali também se fazem presentes, além de 6 correspondências, uma variedade de textos que classificamos segundo a temática neles abordada como narrativas de viagens; textos sobre teatro, arte, instrução, “*faits divers*”; textos sobre personalidades contemporâneas portuguesas; textos sobre personalidades contemporâneas de outros países; desenhos; gravuras; retratos de personalidades da época. Ainda textos: sobre instituições de arte e cultura; história e política; administração pública; cidades; templos; castelos e edificações; religião e instituições religiosas; progressos técnicos; notícias bibliográficas referentes a livros publicados pelo editor d’*A Ilustração Luso-Brasileira*; moda; aforismos, informações etimológicas. Uma variedade de textos dispersos e não recorrentes foi classificada sob categoria, “outros”, distinta das apontadas.

<sup>22</sup> *A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856, vol. I, nº 50, p. 400; nº 51, p. 408.



Como nosso trabalho inscreve-se no campo literário, não pretendemos aqui investigar, nem citar os textos inclusos nesta categoria. Entretanto, a referência a eles será mantida no índice por categorias, resultado do levantamento exaustivo da publicação.

Por outro lado, faremos a apresentação de uma amostragem dos textos de cunho literário no capítulo seguinte.

Chamamos a atenção para o fato de, entre os textos literários publicados no primeiro volume da revista portuguesa, encontrarmos os três capítulos do romance de Casimiro de Abreu, citado no início de nosso texto, bem como 11 poemas do escritor brasileiro. Encontramos também 42 poemas de autores portugueses como: A. de Serpa, Augusto C. O. Braga, Camilo Castelo Branco, E. A. Calas, João Guilherme Teixeira, Luiz Felipe Leite, Lopes de Mendonça, Mendes Leal Júnior, Raimundo Antonio de Bulhão Pato, Francisco Duarte de Almeida e Araújo, F. Soares Franco Júnior e Luiz Augusto Palmerim. Além disso, encontramos nesse primeiro volume um poema do poeta francês Cláudio de Chaby, apresentado em uma das exposições da Academia de Belas-Artes Portuguesa pelo professor de pintura e história Francisco Augusto Metran (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I).

Importa dizer que boa parte desses escritores também enviou à redação d'*A Ilustração Luso-Brasileira* uma grande variedade de matérias pertencentes a outros gêneros literários. A. de Serpa, por exemplo, enviou o fragmento “Memórias Extemporâneas, Viagem a Lisboa no Século XX”, publicado na edição de número 13.

Francisco Duarte de Almeida e Araújo, além das várias composições poéticas, enviou à redação do primeiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira* o texto “Apontamentos Biográficos: Georg Sand”, o ensaio “Crítica literária”, no qual analisa o livro *Sermões* escrito pelo padre Francisco Soares Franco Júnior, o romance folhetim *Viagem à Roda do Toucador da Minha Emília*, três correspondências, os ensaios biográficos “Retratos dos nossos homens políticos no século XIX” e os ensaios

intitulados “D. Fr. Manuel Cenáculo Vilas-Boas”.

O padre Francisco Soares Franco Júnior enviou o conto *O castigo do senhor*, publicado em 18 partes, do número 33 ao número 52 do primeiro volume d’A *Ilustração Luso-Brasileira*.

Da autoria de Luiz Felipe Leite foram publicados neste primeiro volume dois ensaios intitulados “Revista Literária. I. Portugal e Brasil. *Opúsculo Humanitário* por B. A. Rio de Janeiro, 1851”, no qual analisa o livro de D. Nísia Floresta Brasileira Augusta, e “Apontamentos Biográficos”, sobre Augusto Thierry.

Mendes Leal Júnior publicou, além do editorial de apresentação da revista, citado anteriormente, o romance folhetim *Ir a Roma e não ver o papa (aventuras de um caçador)* e *A Herança do Chanceler*, comédia em 3 atos, escrita em verso lírico, bem como os ensaios intitulados “Tipos e cenas militares”.

Raimundo Antonio de Bulhão Pato enviou à redação d’A *Ilustração Luso-Brasileira* o romance folhetim *Jorge*, publicado entre os números 6 e 23 do primeiro volume da revista; os ensaios intitulados “Impressões de uma viagem” e a correspondência denominada “Carta: Prefácio a D. Antonio da Câmara, conde de Carvalhal”, publicada no número 30 do mesmo volume.

Dentre os escritores citados, o que menos colaborou no primeiro volume foi, sem dúvida, Luiz Augusto Palmerim, sendo de sua autoria, além de dois poemas, a comédia de costumes intitulada *O Sapateiro de Escada*.

Nos 52 números que compõem o primeiro volume d’A *Ilustração Luso-Brasileira*, encontram-se também colaborações de escritores como Alexandre Herculano, Andrade Ferreira, Ernesto Biester, Carlos José Caldeira, José Ramos Coelho, José Torres, R. Paganino, bem como alguns assinadas apenas com iniciais não identificadas, além de um número razoável sem qualquer tipo de assinatura.

Dentre as colaborações citadas, merece destaque, devido à variedade de assuntos abordados e a sua própria quantidade, as de responsabilidade do escritor

Andrade Ferreira<sup>23</sup>. De sua autoria, publica-se no primeiro volume da revista portuguesa o ensaio intitulado “Revista literária do ano de 1855”, no qual Andrade Ferreira faz uma revisão das obras históricas publicadas no ano citado e tece elogios à obra de Alexandre Herculano (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 18-20); uma apreciação da coleção denominada *Gesta Romanorum*; uma apreciação do drama *Miramar*, de Mendes Leal Júnior; uma apreciação do drama-comédia *A Mocidade de D. João V*, escrito por Rebelo da Silva e Ernesto Biester; uma série de contos intitulados *Narrativas, lendas, superstições e crenças populares*; a anedota americana intitulada “Maki e Barko, ou a inveja de dois selvagens”; o ensaio “Lisboa e os espetáculos públicos”, no qual o escritor fala sobre os três teatros públicos, as sete companhias de teatro nacionais e as três companhias de teatro estrangeiras existentes naquela época em Lisboa (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 119).

Fora estes, encontram-se nas páginas do primeiro volume d’*A Ilustração Luso-Brasileira* ensaios críticos sobre a Academia de Belas-Artes de Lisboa, bem como sobre exposições realizadas nessa instituição, e mais, dois ensaios intitulados “Bibliografia”, e “Fisiologia das Platéias de Lisboa” – todos escritos por Andrade Ferreira.

Merece destaque também a colaboração de Ernesto Biester<sup>24</sup>, não tão variada, mas bastante significativa. De sua autoria, publicam-se no primeiro volume d’*A Ilustração Luso-Brasileira*, os ensaios intitulados: “Uma viagem à literatura contemporânea – oferecido ao senhor Herculano”; diversos textos intitulados “Crônica semanal”, em que o escritor tece comentário sobre obras literárias, particularmente, sobre peças teatrais, autores, atores e encenações, bem como sobre notícias de

<sup>23</sup> José Maria de Andrade Ferreira nasceu em Lisboa, filho de família legitimista começou a provar seu talento como jornalista político escrevendo vários artigos de polémica para o periódico *Regeneração*. Sua primeira tentativa literária, intitulada “O Cego”, foi publicada n’*O Panorama* em 1846. Desde então, colaborou assiduamente com este.

<sup>24</sup> Nascido em Lisboa (1829), escreveu e traduziu peças teatrais. Além das colaborações enviadas *A Ilustração Luso-Brasileira*, colaborou intensamente com a publicação do periódico *O Panorama* (1837-1868), sobretudo, durante a edição de sua terceira série (1846-1856).

acontecimentos culturais (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I).

Do mesmo modo, foi significativa a contribuição do diretor da revista, Luiz Augusto Rebelo da Silva<sup>25</sup>, e do jornalista José de Torres<sup>26</sup>. Da autoria de Rebelo da Silva, publicam-se no primeiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira* uma série de “Contos e Lendas”, o ensaio “A Arte dramática e o teatro normal”, matérias sobre personalidades contemporâneas estrangeiras e apreciações sobre pinturas. A importância de sua contribuição é fruto não apenas da qualidade dos seus textos, mas também se estende ao seu trabalho na direção da folha.

Do jornalista José de Torres, publicam-se, no primeiro volume, o romance folhetim *Alba*; narrativas de viagem; o romance *Constância de Jesuíta*, cujos 26 capítulos, são publicados do número 35 ao número 45 do primeiro volume da revista; ainda, o ensaio “Pregador português célebre em Paris no século XVIII”, publicado na edição de número 46.

Apesar de pequena, convém destacar também a colaboração do jornalista Carlos José Caldeira<sup>27</sup>, de quem se publicam no primeiro volume, um texto biográfico sobre José Maria Latino Coelho, dois ou três ensaios sobre Macau e os ensaios intitulados “O reino das flores”, nos quais tenta promover o conhecimento da índole e do estado social do povo chinês (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 115).

Não podemos deixar de mencionar a contribuição enviada pelo escritor R. Paganino. De sua autoria, encontram-se publicadas nesse volume as narrativas intituladas *Os contos do Tio Joaquim*, o “Esboçeto Crítico: *A Redenção*”, análise do drama comédia escrita por Ernesto Biester, três textos com o título “A Instrução

<sup>25</sup> Natural de Lisboa – no primeiro número d'*A Ilustração Luso-Brasileira* vem a sua biografia, escrita por Ernesto Biester (1856) –, aos dezessete anos participou da fundação da Sociedade Filomática, que lhe despertou para o desenvolvimento intelectual e foi no periódico desta Sociedade, o *Cosmorama Literário*, que deu início a suas atividades literárias e jornalísticas.

<sup>26</sup> Nasceu na cidade de Ponta de Torres, capital da Ilha de São Miguel (1827). Inclinado ao cultivo das letras começou a publicar em 1843.

<sup>27</sup> Escritor e jornalista nascido em Lisboa. Colaborou com diversos periódicos da época, dentre estes *A Ilustração Luso-Brasileira* e *O Panorama*.

Pública em Portugal”, a análise do quadro *A Partida do Gado*, pintado por Thomaz José da Anunciação e os ensaios intitulados “Homens da Ciência Contemporâneos”.

Lembramo-nos, ainda, das contribuições do escritor e oficial da marinha portuguesa Francisco Maria Bordalo, e dos escritores M. L. Coelho de Magalhães e F. J. da Costa. Do primeiro, publicam-se na revista, durante o ano de 1856, o ensaio denominado “Feliz acho”, apreciação do manuscrito intitulado *As minha calças*; do segundo, os ensaios denominados “Manoel José Quintana e a Literatura Castelhana Moderna”; do terceiro, os ensaios denominados “Viagens d’El-rei o senhor D. Pedro V, às principais cortes da Europa no ano de 1854”.

Alexandre Herculano ali publicou apenas os fragmentos inéditos do VII livro da história do estabelecimento da inquisição: *A corte de D. João III. Estado moral e econômico do país em meados do século XVI*. Resta lembrar que as ilustrações constantes do primeiro volume da revista, provavelmente, satisfazem as expectativas do leitor da época, bem como as expectativas do próprio editor da revista, que conseguia obter, em tempo hábil para a edição dos números, uma boa variedade de retratos e gravuras.

A esse respeito, assim como ocorria com os periódicos ilustrados estrangeiros, e mesmo com *O Panorama* (1837-1868), cada ilustração publicada na revista portuguesa remetia a um ou mais textos publicados no mesmo número, ou em números posteriores.

Nota-se que o primeiro volume d’*A Ilustração Luso-Brasileira* contou com uma vasta colaboração de escritores de prestígio. Mas, não podemos afirmar que essa colaboração tenha sido mantida no segundo volume da revista, pois que boa parte dos textos publicados no ano de 1858 não traz a assinatura de autor.

Assim é que, dentre os textos publicados desde o primeiro número desse segundo volume até a revista de número 35 do volume citado, são assinados: uma

comédia escrita por João de Aboim; quatro poemas escritos por Antonio Mendes Leal<sup>28</sup>; o ensaio sobre José Félix Nogueira, escrito por José de Torres; o poema “O sol: uma manhã no morro do livramento”, escrito por João Dantas de Souza; dois poemas e um romance folhetim escritos por Henrique Van-Deiters; bem como o poema intitulado “A minha musa”, escrito por Júlio César Machado, e o ensaio “Descrição e recordações históricas do paço e quinta de Queluz”, escrito pelo Marquês de Rezende.

Os avisos dirigidos aos assinantes em débito foram mantidos. E, por intermédio desses avisos, o editor d'*A Ilustração Luso-Brasileira* convocou os que ainda não haviam quitado suas contas referentes à assinatura do ano de 1856:

Os senhores assinantes das províncias que ainda não satisfizeram a importância da assinatura do primeiro volume de 1856 deste semanário, tenham a bondade de o mandarem fazer quanto antes, aliás passarão pelo desgosto de ver os seus nomes publicados nos jornais políticos do reino (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 8).

Observar-se-á que o ano de 1857, reservado pelo editor para o recebimento das assinaturas atrasadas, não foi suficiente. Contrariando as suas expectativas, a publicação do segundo volume, em 1858, teve início sem que recebesse todas as assinaturas atrasadas.

A partir do número 36 do segundo volume passa a ser freqüente a publicação de textos assinados pelo autor; ainda assim, uma parte significativa dos textos não traz nenhuma indicação de autoria.

Colaboram com a redação d'*A Ilustração Luso-Brasileira* no ano de 1858, além dos autores já citados, os escritores Alfredo Hogan Possolo, F. E. Leoni, Ignácio de Vilhena Barbosa e J. J. Mendes Cavaleiro. Dentre esses, merece destaque, pela

---

<sup>28</sup> Antonio Joaquim Teodorico Mendes Leal nasceu em Lisboa em 1831, irmão do estadista e homem de letras José da Silva Mendes Leal Júnior, tinha grande paixão pelo teatro e começou por ser ator na província e no Brasil. Como autor de teatro estreou-se por meio da comédia drama em três atos, *Abel e Caim* (1859).

assiduidade de suas contribuições, o escritor Alfredo Hogan Possolo<sup>29</sup>, do qual publicaram-se, nos números finais do segundo volume, dois artigos sobre o Corcovado, no Rio de Janeiro; um poema intitulado “Brasileira”; um texto sobre a arte de confeccionar gravuras; bem como o ensaio intitulado “Galeria histórica”, primeiro de uma série de ensaios que publicou posteriormente no terceiro volume da revista.

Destacamos também a participação do escritor Ignácio de Vilhena Barbosa<sup>30</sup>, que publicou, em números do segundo volume d’*A Ilustração Luso-Brasileira*, diversos textos sobre aquedutos, capelas, castelos, cidades, vilas, igrejas, palácios, passeios públicos, serras, dentre outros assuntos. Convém ressaltar que Vilhena Barbosa foi um dos intelectuais que mais contribuíram com a redação da revista no segundo e no terceiro volume.

No terceiro volume, mais especificamente na página 8 do primeiro número, chama-nos a atenção a notícia de que a Madrepora, sociedade de portugueses, instalada no Brasil, com o objetivo de promover a instrução popular, havia adquirido duzentas assinaturas d’*A Ilustração Luso-Brasileira* para distribuir a professores dos distritos e de Portugal (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1859: v. III, 8).

Na ocasião, o editor manda que se publique nas páginas da revista uma lista contendo os nomes dos professores contemplados com as assinaturas e remete o semanário a estes, juntamente com uma circular na qual explicava os motivos do envio e solicita-lhes que acusem o recebimento.

Mas alguns professores, ou por não terem entendido o texto da circular ou por não tê-la lido, escreveram à redação da revista pedindo a suspensão do envio. Esse fato fez com que Antonio José Fernandes Lopes mandasse publicar n’*A Ilustração Luso-Brasileira* o seguinte aviso:

<sup>29</sup> Natural de Lisboa, autor do romance *Dois Anjos, ou um casamento forçado* (1852) e d’*A mão do finado* (1854), romance que dá continuidade à obra *Conde de Monte Cristo*, escrita por Alexandre Dumas.

<sup>30</sup> Principal redator do *Universo Pitoresco, jornal de instrução e recreio*. Colaborou também com *O Panorama*.

Tendo a administração deste jornal recebido de alguns professores cartas, em que pedem se suspenda a remessa do mesmo para eles (sic), em consequência de não estarem em circunstancias de pagar, declaramos que não pedimos o importe da assinatura a nenhum dos professores a quem dirigimos o semanário, por já estar satisfeito pela sociedade Madrepora, do Rio de Janeiro, que tomou duzentas assinaturas da *Ilustração [Luso-Brasileira]* para serem remetidas a duzentos e vinte professores (...), a fim de premiarem o aluno que mais se distinguir nas respectivas escolas, como muito clara e explicitamente se achava exarado na circular que enviamos com o primeiro número. Portanto esta administração continuará a remeter os jornais para os professores escolhidos, declarando aqui que lhes não faz nenhum favor, porque cumpre o que ajustou; mas sente que uma circular *impressa* não fosse entendida por alguns dos mesmos professores (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1859: v. III, 80).

Enquanto o editor e proprietário d'*A Ilustração Luso-Brasileira* estranha o fato de os professores não terem compreendido o texto da circular que lhes foi enviada, para nós causa estranheza a sociedade ser instalada no Brasil, e não solicitar que dentre os nomes dos professores do distrito e do reino português se incluísse também nome de professores brasileiros, ou mesmo professores portugueses que aqui lecionassem.

O aviso do editor, endereçado aos professores que escreveram para a redação da revista, deve lhes ter causado certo constrangimento. Dois dos professores contemplados pelas assinaturas adquiridas pela sociedade Madrepora sentiram-se ofendidos pela provável inclusão de seus nomes ao lado dos docentes que não entenderam o texto da circular.

Por esse motivo, Antonio José Fernandes Lopes mandou que se publicasse nas páginas d'*A Ilustração Luso-Brasileira* um novo aviso:

A administração deste jornal declara que o artigo inserto no número 10 do volume atual, acerca das cartas recebidas de alguns professores dos diversos distritos do reino, não se referia, nem podia referir-se aos senhores Joaquim José de Moraes e Francisco Joaquim Guedes, professores em Figueira da Foz e Buarcos. Estes senhores viram a arguição onde só havia o *pensar* de não ter *sido entendida* uma circular



*impressa* e redigida em frase clara e inteligível; mas esse mesmo sentimento não podia ter lugar em relação aos dois cavaleiros a que aludimos, porque em tempo competente, respondendo a circular, deram provas de terem perfeitamente entendido e compreendido o objeto de que se tratava. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1859: v. III, 120)

Provavelmente, esse novo aviso surtiu o efeito esperado; em outras palavras, deve ter esclarecido os fatos e acalmado os ânimos do professores que se sentiram injustiçados, visto que, nas páginas restantes dos números editados no terceiro volume – último d’*A Ilustração Luso-Brasileira* –, não encontramos mais informativos que fizessem referência ao assunto.

O terceiro volume da revista foi, assim como os anteriores, rico em produções literárias de ficção, ensaios críticos, ensaios sobre personalidades contemporâneas portuguesas e estrangeiras, noticiários, retratos, desenhos, textos sobre instituições religiosas, textos sobre castelos, vilas, cidades, bem como notícias bibliográficas de livros publicados pelo editor d’*A Ilustração Luso-Brasileira*.

Uma parte significativa dos textos literários nele impressos é de Alfredo Hogan Possolo e Henrique Van-Deiters<sup>31</sup>. Assinados por Alfredo Hogan, encontram-se no terceiro volume da revista os capítulos do romance histórico *Memórias de um coração*; o romance contemporâneo *Duas mulheres da época*; a série de ensaios intitulada “Galeria História”, os capítulos da obra intitulada *Quadras históricas*, vários poemas, textos sobre a educação no modo de se vestir e de se comportar, o ensaio “Propriedade literária”, além do artigo intitulado “Grutas e montanhas”.

De autoria de Henrique Van-Deiters apareceram, em números do terceiro volume, o romance folhetim *O enfeitado*, a prosa poética intitulada *Na primavera: Fernando e Leila*, os fragmentos da composição poética “Nas ruínas”, os capítulos da fábula indiana intitulada *Arzeh*, os fragmentos da prosa poética intitulada “A

<sup>31</sup> Poeta nascido em Lisboa em 1839, elogiado pela crítica literária da época. Colaborou com vários periódicos de seu tempo, entre os quais *O Panorama*, *Estrela de Alva*, *Revista Contemporânea* e *Nação*.

mundanaria” e diversos poemas.

Encontra-se também publicado nos números deste volume um número significativo de matérias redigidas por Antonio Maria Garcia Junior, Antonio Mendes Leal, A. H. de Oliveira Pires, Francisco Duarte de Almeida e Araújo, F. E. Payant, Francisco Maria Bordalo, J. C. da Costa, J. J. Mendes Cavaleiro, José da Silva Mendes Leal Júnior, José de Torres, J. R. de Oliveira Santos, Lopes e Mendonça, dentre outros.

Nota-se que alguns dos escritores acima citados colaboraram n’*A Ilustração Luso-Brasileira* no ano de 1856; outros como o jornalista José de Torres estiveram presentes nos três anos em que a revista foi publicada. É provável que a colaboração desses tenha sido contratada pelo proprietário d’*A Ilustração Luso-Brasileira*.

José de Torres, inclinado ao cultivo das letras, fez dele profissão exclusiva. Desse modo, necessitava do rendimento oriundo dos seus textos para a sua manutenção pessoal, por isso fica difícil acreditar que o jornalista colaborasse n’*A Ilustração Luso-Brasileira* por puro prazer ou simplesmente pelo desejo de promover o desenvolvimento da imprensa de ilustração portuguesa.

Mas não há dúvida que *A Ilustração Luso-Brasileira* contou com a colaboração de homens empenhados em promover o progresso das letras, das artes, bem como a divulgação de diversos tipos de conhecimento, o que satisfazia parte das expectativas que Antonio José Fernandes Lopes mantinha com relação à revista que editava.

Do mesmo modo, podemos concluir que, ao publicar em suas páginas uma grande variedade de retratos, ilustrações, obras literárias, a revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, certamente, contribuiu para informar e deleitar o leitor português e brasileiro da época. Portanto, conforme sugerimos no início deste capítulo, em nossa opinião, *A Ilustração Luso-Brasileira* conseguiu cumprir os objetivos propostos na ocasião de seu lançamento.

## OUTRAS CONSIDERAÇÕES

A revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, assim como grande parte das demais revistas de ilustração publicadas naquele momento na Europa, não defendia nenhum ideal nem tinha nenhuma pretensão política. Do mesmo modo, a revista *Ilustração Brasileira* procurou manter-se alheia aos ideais expressos pelos partidos políticos. Mas enquanto o redator d'*A Ilustração Luso-Brasileira* considerava impróprio para uma revista dessa natureza publicar textos sobre políticos e fatos referentes a questões políticas do país, optando por noticiar apenas assuntos econômicos ou fatos de grande vulto que pudessem ser mencionados singelamente (*A Ilustração-Luso Brasileira*, 1856: v. I, 56), os redatores da *Ilustração Brasileira* imprimiram, entre as “belas ilustrações de suas páginas, entre os retratos da família imperial<sup>32</sup>”, os retratos e os ensaios sobre “dois notáveis políticos da época: Teófilo Benedito Otoni e Eusébio de Queirós<sup>33</sup>”.

A publicação desses ensaios pode, conforme sugere Hélio Lopes, no livro *A divisão das águas: contribuição para o estudo das revistas românticas 'Minerva Brasiliense' (1843-1845) e 'Guanabara' (1849-1856)*, ter contribuído para que a revista tivesse desde o início encontrado adversários.

Hélio Lopes fundamenta sua sugestão na hipótese de os políticos contrários aos ideais defendidos pelo Conselheiro Eusébio não terem visto com bons olhos os elogios declarados que a redação da revista tece ao Conselheiro, bem como ao fato de ser ele o poderoso político, uma espécie de padrinho da publicação.

Para nós, tal fundamento deve ter sido inspirado na leitura dos parágrafos finais do editorial da segunda edição da revista. Nele, encontramos argumento para afirmar que, na época, houve realmente quem sugerisse que a *Ilustração Brasileira*

<sup>32</sup> Hélio Lopes, *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas 'Minerva Brasiliense' (1843-1845) e 'Guanabara' (1849-1856)*. São Paulo: Conselho Estadual de Artes e Ciências Humanas, 1978, p. 68.

<sup>33</sup> Loc. cit.

pudesse estar vinculada aos ideais de algum partido político ou os expressasse, caso contrário Ciro Cardoso de Meneses não teria saído em defesa da publicação:

(...) declaramos, com a cabeça erguida, que quaisquer que sejam os sentimentos que em política nos animem como indivíduo, na qualidade de redator da *Ilustração Brasileira*, o nosso partido será o da razão, o da verdade, o da justiça. Aplaquem por tanto esse talvez que fingido e alambicado zelo de um certo e mal denominado liberalismo aqueles que nos tem estranhado o darmos o retrato do sr. Conselheiro Eusébio em nosso primeiro número, querendo desde logo atribuir por isso ao nosso jornal a cor de um partido político. Enganar-se! O sr. Conselheiro Eusébio merece a ilustração o que dele disse órgão do seu distinto redator o Dr. Ernesto de Souza (sic), e que somos inteiramente solidários, não por ser um dos homens mais transcendentais do país, mas sim pelas qualidades pouco vulgares que o ornaram; e é por igual motivo que neste publicamos também o retrato do sr. Teófilo Benedito Otoni, com cujas idéias políticas pouco ou nada nos importamos, não fazemos mais do que render homenagem à nobreza de sentimentos, à probidade, e à sobranceira de seu caráter! (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 26)

Se, por um lado, o proprietário da *Ilustração Brasileira* afirma que os elogios a Eusébio de Queirós estavam ligados ao caráter do Conselheiro, e não aos ideais políticos que defendia, por outro, notamos que Ciro Cardoso de Meneses não conseguiu manter a imparcialidade desejada e acabou expressando sua opinião pessoal acerca dos liberais.

É importante lembrar que, ao lançar a *Ilustração Brasileira*, Ciro Cardoso de Meneses esperava que a revista conquistasse o apoio dado pelo imperador ao periódico *Guanabara*, já que as constantes interrupções deste faziam prever, de uma hora para outra, seu completo desaparecimento:

Com efeito, refletindo que o *Guanabara* interrompera sua brilhante carreira, que todos os países cultos publicam uma *Ilustração*, que era mister estabelecer um centro fecundo para onde facilmente convergissem os primores dos artistas, as elaborações dos literatos, a livre manifestação de todos os talentos, (...) certo, sobretudo de que seria o Monarca o protetor principal de semelhante empresa [o grifo é nosso], o Sr. Ciro Cardoso de Meneses, com esse entusiasmo e pertinácia que geram

grandes coisas, e graças ao concurso das pessoas mais gradas do Rio de Janeiro (...), fundou a *Ilustração Brasileira*<sup>34</sup>.

Com a publicação do sétimo número do segundo volume do periódico *Guanabara*, em setembro de 1854, e com a decisão do imperador de tomar definitivamente sob sua proteção o periclitante periódico, o apoio que Ciro Cardoso de Meneses esperava que fosse transferido para a publicação de sua revista continuou pertencendo ao periódico fundado por Antonio Gonçalves Dias, Joaquim Manoel de Macedo e Manuel de Araújo Porto-Alegre.

Sem o apoio financeiro do imperador, a revista *Ilustração Brasileira* tinha como recurso para sua publicação o valor arrecadado com a venda de exemplares. Cada assinante contribuía apenas com o valor referente à sua assinatura.

O primeiro número da *Ilustração Brasileira* contou com a adesão de aproximadamente 500 assinantes; o segundo, com a adesão de mais de 600; o terceiro, graças ao prestígio do Conselheiro Eusébio de Queirós – que conseguiu atrair para a revista mais de 400 novos subscritores –, contou com a adesão de um número superior ao de 1000 assinantes (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I).

Sobre o apoio do Conselheiro, escreveu Ernesto de Souza:

[a] *Ilustração Brasileira* (...) deveu a imensa ampliação do círculo de seus leitores ao prestígio de um homem, que une a excelência da alma à retidão da razão, e cuja vida se revela pela constante reprodução de nobres ações. Sabe-se que falamos do Sr. Conselheiro Eusébio de Queirós. (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 167)

Ciro Cardoso de Meneses também coloca em evidência o apoio dado pelo Conselheiro à publicação da revista:

(...) Apraz-nos por esta ocasião declarar que tanto mais nos penhora o valioso auxílio do Sr. Conselheiro Eusébio de Queirós, quanto que não lhe o pedimos. E para que lhe o pediríamos? Aos homens como o Sr.

<sup>34</sup> Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, “Explicações”, *Ilustração Brasileira*, agosto de 1854, vol. I, n. 7, p.166.

Conselheiro Eusébio não se deve pedir: porque se a coisa é injusta seria perder tempo, e se conveniente, se útil, eles sabem tomar a iniciativa.

(*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 192)

No texto intitulado “Aos nossos assinantes”, publicado no oitavo número da *Ilustração Brasileira*, Ciro Cardoso de Meneses revela que o Conselheiro Eusébio de Queirós não foi o único político da época a apoiar a revista: “A exceção do Sr. Conselheiro Eusébio de Queirós somente devemos igual obséquio (embora em muito menor escala) ao nosso muito estimável amigo o Sr. Conselheiro Bernardo Belizário (sic)” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 192).

Conforme demonstramos, a revista *Ilustração Brasileira* não contou com o auxílio financeiro do imperador, mas contou com o apoio de políticos de renome que, provavelmente, divulgaram o nome da revista em seus círculos de amigos e, com isso, conseguiram ampliar o número de leitores que assinavam a publicação. O mesmo não ocorreu com *A Ilustração Luso-Brasileira*.

O prestígio da revista portuguesa, bem como a ampliação do número de seus leitores, não esteve ligado ao fato de *A Ilustração Luso-Brasileira* ter agradado esta ou aquela personalidade política, e sim na pessoa do seu próprio editor, tipógrafo português bastante respeitado na época, nos nomes dos escritores que com ela colaboravam e, ademais, na grande variedade de matérias nela publicadas.

Para nós, devido à falta de trabalhos sobre a revista portuguesa e, conseqüentemente, devido à falta de informações sobre ela – exceto as que obtivemos por intermédio de sua leitura –, é difícil precisar o número exato da tiragem inicial d’*A Ilustração Luso-Brasileira*, mas acreditamos que foi superior ao da *Ilustração Brasileira*. Acreditamos ainda que, assim como ocorreu com a revista de Ciro Cardoso de Meneses, a venda de assinaturas, bem como de exemplares avulsos d’*A Ilustração Luso-Brasileira*, aumentou significativamente no decorrer das edições, sobretudo das edições pertencentes ao terceiro volume.

A esse respeito, convém lembrar que, durante a edição do volume citado, a

redação da revista *A Ilustração Luso-Brasileira* mostrou-se, apesar das dificuldades encontradas, confiante no futuro da publicação. Tal confiança, bem como a própria qualidade da revista enquanto publicação periódica ilustrada, deve ter chamado a atenção do leitor e de instituições que, assim como a já citada sociedade *Madrepora*, estavam empenhadas em propagar o conhecimento popular.

Segundo entendemos, ao chamar a atenção do leitor e de tais instituições promotoras de conhecimento, a revista portuguesa despertou o interesse desses órgãos para si. Ao fazer isso, ampliou consideravelmente o número de leitores que adquiriam sua assinatura.

Importa dizer que, a princípio, a assinatura anual d'*A Ilustração Luso-Brasileira* era vendida em Lisboa por 3\$600 réis; a semestral, 1\$920 réis; a trimestral, por 1\$000 réis; e o número avulso, por 120 réis. Nas províncias, a assinatura anual saía em torno de 4\$000 réis e a semestral por 2\$100 réis. No ultramar e no estrangeiro, a assinatura anual custava 5\$000 réis (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 1).

Esses valores foram mantidos durante a edição de todo o primeiro volume. A partir de edição do primeiro número do segundo volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, a assinatura anual para os leitores de Lisboa passa a custar 4\$000 réis – 400 réis a mais que no primeiro volume –; mas o número avulso saía por 90 réis – 30 réis a menos que no volume anterior. O valor da assinatura anual para os leitores da província também sofreu reajuste – passou para 4\$300 réis. O valor da assinatura para os assinantes do ultramar e do estrangeiro não sofreu nenhuma alteração (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 1).

Apesar de não termos conhecimento do valor exato da assinatura anual da revista *Ilustração Brasileira*, supomos que era bem superior ao da assinatura da revista *A Ilustração Luso-Brasileira*. Tal suposição fundamenta-se nas palavras do proprietário da revista. De acordo com Ciro Cardoso de Meneses, a *Ilustração*

*Brasileira* era uma publicação dispendiosa – cada número saía em torno de 500\$000 réis (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 192). Todavia, não dá para precisar com a devida segurança se, ao citar esse valor, Ciro Cardoso de Meneses estava se referindo aos gastos para a edição de cada número ou ao custo do número avulso para o assinante.

Concluindo este capítulo, é interessante lembrar que tanto a *Ilustração Brasileira* quanto *A Ilustração Luso-Brasileira* procuraram, durante a edição de todos os seus números, manter-se fieis aos objetivos propostos na ocasião de seus lançamentos. Mas enquanto a revista lusitana contou, para esse fim, com a colaboração expressiva de portugueses ilustres como Alfredo Hogan Posolo, Andrade Ferreira, Ernesto Biester, Francisco Duarte de Almeida e Araújo, Henrique Van-Deiters, Ignácio de Vilhena Barbosa, José Mendes Leal Junior, José de Torres, Raimundo Antonio de Bulhão Pato, dentre outros, e com uma significativa contribuição do brasileiro Casimiro de Abreu, durante a edição de seu primeiro volume, a revista publicada no Rio de Janeiro contou, além do empenho de seus dois principais redatores – Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho –, com a minguada colaboração de meia dúzia de homens, entre estes brasileiros naturalizados.

Do mesmo modo, importa lembrar que, dentre as atribuições propostas pela revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, estava a de ser uma publicação de textos inéditos, pelo menos no que se referia a Portugal. Em outras palavras, a revista de Antonio José Fernandes Lopes não deveria publicar, como de fato não publicou, nenhum texto que tivesse sido publicado a um ou mais periódicos portugueses. Já a revista *Ilustração Brasileira*, de Ciro Cardoso de Meneses, não só publicou trechos de noticiários publicados em periódicos nacionais como também um número razoável de matérias transcritas de periódicos ilustrados estrangeiros.

Além disso, observar-se-á que não encontramos nas páginas da revista *Ilustração Brasileira* nenhum artigo, ensaio ou noticiário que tenha sido escrito por um



futuro colaborador d'A *Ilustração Luso-Brasileira*. Verificamos isso também nas páginas da revista portuguesa. Nelas, não encontramos textos que tenham saído da pena de algum dos ex-colaboradores da revista *Ilustração Brasileira*.

Por fim, convém ressaltar que a *Ilustração Brasileira*, publicada no Brasil entre os anos de 1854 e 1855, apesar de bem mais modesta que a revista *A Ilustração Luso-Brasileira* (1856,1858,1859), inicia de fato a fase ilustrada na imprensa romântica nacional, aliando em suas páginas o empenho didático ao apelo gráfico. É preciso ressaltar ainda que, apesar da coincidência de nomes, esta revista não tem nenhuma ligação editorial com as publicadas posteriormente sob o mesmo título, principalmente com a mais conhecida delas – a revista *Ilustração Brasileira*, redigida pelos irmãos H. e C. Fleiuss.

Sobre a revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, de Antonio José Fernandes Lopes, concluímos que, embora ela não tenha sido uma publicação inovadora – tendo em vista que, quando surgiu, já existiam em Portugal periódicos literários e instrutivos preocupados em vincular em suas páginas retratos e gravuras que pudessem ilustrar os textos publicados –, ela criou um eco com *O Panorama* no que antes havia sido iniciado por ele. Concluímos ainda que, devido à sua boa aceitação por parte dos leitores, a existência da revista lusitana teria se prolongado por mais tempo, caso o editor não tivesse encerrado as atividades da revista em virtudes dos problemas pessoais que o afligiram.

Dando continuidade a esta tese, passaremos agora para a já citada análise de produções especificamente literárias (poemas, textos de ficção e achegas críticas) publicadas na revista *Ilustração Brasileira*, bem como na revista *A Ilustração Luso-Brasileira*. Para tanto, levaremos em conta a época em que foram produzidas, pois, segundo entendemos, tais produções não podem ser analisadas de outra modo, senão como textos pertencentes à imprensa ilustrada inaugural romântica brasileira e portuguesa.

## CAPÍTULO III:

**A LITERATURA NAS REVISTAS *ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA* (1854-1855) E *A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA* (1856, 1858, 1859)****A FICÇÃO NA *ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA* E N'A *ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA***

Feita a apresentação, descritos os propósitos e os aspectos formais das duas revistas, apresentaremos, a título de amostragem, alguns dos textos literários nelas veiculados. Sem contar com a colaboração de românticos célebres como Antônio Gonçalves Dias, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Joaquim Manuel de Macedo e José Martiniano de Alencar, a *Ilustração Brasileira* conseguiu publicar um número significativo de textos literários. Dentre estes, escolhemos para amostra dois textos de ficção, sendo um deles o conto “Lady Clare Hampden e suas Filhas” e três poemas.

Escolhemos também, entre os inúmeros textos literários publicados n'A *Ilustração Lusó-Brasileira*, dois contos, os três capítulos do romance-folhetim *Camila*, de Casimiro de Abreu, cinco poemas e três achegas críticas.

O primeiro dos textos escolhidos é o conto “Lady Clare Hampden e suas filhas”, escrito por Ernesto de Souza, publicado no sexto número do primeiro volume da *Ilustração Brasileira*, p. 121-136.

Subdividido em quatro partes, sendo elas respectivamente: Amor (I); Saudade (II); Encontro (III) e Morte (IV), esse conto relata acontecimentos que podem ser frutos das experiências de vida do autor. Inicialmente, apresenta uma figura feminina por meio de comparações com outras figuras femininas da literatura:

É bela! ... sim! É bela! Majestosa como a Leonor de Tasso, pura como a Laura de Petrarca, terna como a virgem de Rafael, quanto seria glorioso torná-la imortal como a Beatriz de Dante! Oh! É mais que uma mulher,

é o belo ideal concebido num coração de artista e cuja imagem lhe aparece de improviso: é o pensamento vivo de amor e fé com o qual o homem, transformado, rubora e abrandece o peito! (...) (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 121)

A mulher que aparece nessa passagem como a personificação do amor não tem nome nem forma definida; é alguém que Ernesto, protagonista do conto, viu, por ela se apaixonou e que, por “fatalismo e resignação”, teve que dela se separar. A separação deixou saudades, palavra que no singular intitula, conforme explicitamos, a segunda parte do conto, na qual o narrador revela que fez da meditação e do estudo o remédio para combater o ardor de seu sangue juvenil. Tal revelação pressupõe que o amor idealizado ou sugerido pela mulher não identificada pertence ao seu passado. É um amor, puro e cândido, talvez o primeiro de sua vida.

Ainda nessa segunda parte, o narrador relata outro acontecimento. Conta como conheceu Emília: moça de aproximadamente 19 anos, casada há 2 anos com Guilherme, homem calvo, expansivo e obeso.

Apresentada no texto como a “excelente Emília”, palavra a sugerir boa índole e respeito aos costumes morais da época, principalmente aos familiares, a moça lamenta o fato de não ter filho. Guilherme, o marido, responsabiliza-a pelo infortúnio e se envolve afetivamente com a vizinha, embora negue a relação. Emília sofre, e o narrador mostra-se solidário ao sofrimento dela, questionando a educação feminina da época:

(...) por causa dessa educação covarde, infantil e fofa, que, tudo bem considerado, reduz seu sexo a ser a escrava e o brinco do nosso? (...) A mulher mais pura e mais digna de escapar à abjeção de semelhante destino arrasta consigo os enojosos remendos dessa educação que, mau grado seu, lhe obscurece as luzes, que a deixa sem autoridade em presença de circunstâncias solenes, e sem moral à face de seu marido. (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 124 e 126)

Questiona também o dote que a mulher dava a seu futuro esposo, bem como

o próprio caráter masculino: “Por Deus! Senhora, em vez de um dote, por que não levaste a esse homem uma vontade reta, um caráter elevado (sic)?” (p. 125)

Nota-se, por intermédio dos dois últimos trechos citados, que o narrador expõe um ponto de vista favorável à mulher, o qual, aliás, pela época em que é defendido, pode não ter encontrado muitos adeptos.

O espaço da narrativa é uma casa de bela aparência situada na então Ponte do Caju, na cidade do Rio de Janeiro. Na capital do Império, também ocorrem os relatos narrados na terceira parte do conto, em que o narrador conta a história que deu origem ao título do conto, seu encontro com a Lady Clare Hampden e suas filhas – mais especificamente, com a família do Lord Robert Hampden. Relata como sua habilidade de médico salvou Louise, filha mais nova do casal, e menciona que “restabelecida a saúde da menina, não teve no mundo melhores amigos.” (p. 131)

Entretanto, a cada trecho narrado, vai dando pistas que sugerem sua paixão pela Lady Clare. Sentimento este que acredita estar muito bem guardado no seu interior até que Bell, criada da família, em uma conversa com Miss Margaret – a filha mais velha do casal – menciona em tom dogmático: “He loves.”

As palavras da criada soam como um raio para o protagonista, que estava admirando Lady Clare passear pelo jardim com Louise. Este, por sua vez, decide sair no dia seguinte, para não voltar tão cedo à residência da família. A despedida se dá por meio de uma ode que ele escreve para os Hampden (p. 134).

Verifica-se nessa parte do conto uma descrição mais precisa das personagens e do espaço em que a narrativa se desenvolve. A mulher amada deixa de ser apenas a expressão de um sentimento, ou de uma generalização – possui fisionomia própria, nome e idade. O amor, em uma fase mais madura da vida do narrador, cede às “conveniências sociais” da época (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 134)

A quarta e última parte inicia-se com a constatação da presença de

estrangeiros cultos no Rio de Janeiro e encerra-se com a morte de Louise, bem como com o sofrimento da família Hampden, que, após a morte da menina, deixa a capital do Império brasileiro.

A morte que, segundo o autor, é “a herdeira de todas as verdades perdidas na desordem da vida” e que “responde a todas as blasfêmias da terra, as mediocridades ilustres, a virtude caluniada”, separa definitivamente o protagonista de sua amada, ao provocar a mudança da família Hampden, e põe fim à esperança de realização de seu amor, deixando em sua memória apenas a recordação da mulher amada (p.136).

No conto “A noite de ano-bom de um infeliz”, traduzido do idioma alemão por Antônio Luiz Honhaltz – sem indicação de autoria do original, e publicado no quarto número do primeiro volume da *Ilustração Brasileira*, ‘a morte’ aparece como a recompensa para homens bons e castigo para os pecadores; isto porque, ela conduz os primeiros a um lugar habitado por anjos, em que “resplandece o brilho puro da virtude”, e leva os segundos a uma cova habitada por maus gênios, em que se respira veneno, triunfam a malvadeza e o vício (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 87).

Observa-se que, no conto “Lady Clare Hampden e suas filhas”, a morte simboliza o fim, ao passo que, em “A noite de ano-bom de um infeliz”, simboliza o começo de um novo percurso, o qual pode ser bom ou ruim, dependendo das ações e escolhas que fizermos em vida.

Esta tradução tem como preceito moral levar os homens a escolherem para suas vidas o caminho da bondade e da justiça. Inicia-se com a descrição de um homem já velho, infeliz, encostado em uma janela a esperar pela morte, que lhe parecia assustadora em razão do grande remorso que sentia, dos erros e pecados que havia cometido.

O homem admite que, se tivesse seguido o caminho indicado por seus pais, estaria feliz, comemorando aquela noite. Ao admitir isto, aparece-lhe um fantasma, o

espírito do futuro. Como lhe dói ver tal espectro, o homem tapa os olhos e suplica por sua mocidade, que volta, porque tudo não passara de “um sonho terrível que teve na noite de ano-bom. Ele era ainda jovem; somente os seus erros foram reais” (p. 87).

Assim sendo, a personagem está ainda em tempo de redimir-se de seus pecados terrenos, sendo sugerido ao leitor que faça o mesmo, pois, ao contrário do que ocorre no sonho, no futuro não haverá outra oportunidade e, se “chamardes: vinde outra vez, ó bela mocidade –, ela não tornará a vir!” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 88).

A presença dessa narrativa nas páginas da *Ilustração Brasileira*, bem como a da anteriormente citada enfatiza a preocupação dos redatores em divulgar textos que vão ao encontro dos princípios da boa conduta – preocupação esta implícita nos editoriais da revista.

Passando agora às narrativas ficcionais da *Ilustração Luso-Brasileira* apresentamos inicialmente “O amor vence tudo”, conto escrito por Henrique Van-Deiters, publicado nos números 19, 22 e 23 do segundo volume. Trata-se de um conto literário romântico, ou seja, apresenta as personagens, a narrativa e o espaço narrado bem aos moldes da literatura desse período. Só que, ao contrário do impresso na revista brasileira, o publicado na revista portuguesa não afeta basear-se em experiências de vida. Neste, o protagonista da história não é Henrique Van-Deiters, mas um jovem poeta que, por coincidência, também se chama Henrique.

Nota-se que tanto no conto “Lady Clare Hampden e suas filha”, quanto no conto “O amor vence tudo” existe uma identidade de nome entre autor e protagonista. Tal identidade, também está presente no romance *Camila*, de Casimiro de Abreu, que conforme já explicitamos, será apresentado neste capítulo.

Em “O amor vence tudo”, apaixonado por uma jovem marquesa de 25 anos, rica, bela e admirada, Henrique tem o seu amor correspondido por ela. Tudo estaria perfeito se não fosse o fato de ele ser pobre e temer que a marquesa, bem como a

sociedade, considerem seu amor fruto do interesse, não de um sentimento sincero e puro. A marquesa, cujo nome é Leonor, por ter sofrido desilusões amorosas, ama-o de forma reservada: “espera, observa, sem aventurar no futuro”. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 150)

Henrique, que tem seus temores aguçados por seu amigo Jorge, “um dos talentos mais bem provados nas lides afanosas da imprensa política”, deixa transparecer para Leonor toda a aflição que sente por causa da distância socioeconômica que os separa. Leonor, ao ver o sofrimento do amado, não pode mais duvidar do sentimento que ele nutre por ela (p. 147).

Encerrado o baile, que constitui a introdução do conto, Leonor passa dias em casa cuidando da enfermidade de sua madrinha, a condessa de Val de Murta, que a criou como filha e que deixará para ela toda a sua fortuna. Henrique, desanimado com a falta de notícias da amada, certo de que ela havia aderido às conveniências sociais e desistido de amá-lo, manda entregar-lhe uma carta, na qual põe fim ao namoro. A jovem marquesa recebe a carta logo após a constatação do falecimento da madrinha, e sua elevação de espírito faz com que enxergue nas palavras de Henrique uma abnegação desmedida, prova do verdadeiro amor: “Para Leonor, o procedimento do poeta tomara proporções de uma ação heróica”. Observa ainda nas palavras de Henrique uma resolução que parecia inabalável e teme não conseguir mudá-la (p. 178).

Sem deixar transparecer a comoção que a carta lhe causou, Leonor envia a Henrique o seguinte bilhete:

A sua carta veio encontrar-me chorando a morte de minha madrinha. Foram duas desgraças que me feriram ao mesmo tempo. Serão ambas irremediáveis? (...) Não sei; mas se a resolução que tomou o não inibe de prestar as consolações da amizade a quem chora uma mãe, peço-lhe que me venha ver esta noite. Entre as pessoas estranhas que me rodeiam, encontrarei ao menos a voz de um amigo. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 178)

O jovem poeta atende ao pedido da marquesa e chega à casa dela no momento exato da leitura do testamento. Como é esperado, Leonor é nomeada herdeira universal de todos os bens da madrinha, e ele a segue com os olhos, “sem adivinhar a causa que tinha feito com que ela o obrigasse a assistir aquele ato” que ia separá-los para sempre, porque, conforme mencionou em sua carta, não ficaria com Leonor, sendo ela tão rica e ele pobre. Leonor, percebendo os seus olhares, sorri. Depois, dirige-se para a mesa em que havia sido lido o testamento e, na presença do tabelião, bem como dos familiares da condessa, entrega-lhes tudo o que herdará: “—Tudo que nesta casa existe lhes pertence agora” – disse Leonor dirigindo-se aos parentes da condessa. “—Só lhes peço abrigo por mais alguns dias.” (p.178;179)

Henrique fica surpreso com a atitude de Leonor e, ficando sozinho com ela, indaga-lhe o que havia feito. Leonor responde: “—Destruí o obstáculo que se opunha ao nosso amor. Sou pobre agora.” E, mostrando a carta que ele lhe enviara, pergunta-lhe: “—E agora?”

Então, Henrique pede a Leonor que rasgue a carta e se esqueça de tudo que nela havia dito. Leonor, por sua vez, tomando as mãos dele, leva-o para junto do caixão que encerrava o corpo da madrinha. “Parecia-lhe que o seu amor não estava santificado sem ter recebido a bênção da condessa”. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 179)

É de se notar que o personagem Henrique é a representação fiel do *eu* romântico, incapaz de resolver os conflitos com a sociedade, ou seja, de aceitar ou responder as críticas que certamente esta faria com relação ao seu envolvimento com a marquesa. É de se notar também que ele traz consigo a nostalgia daqueles que amam, mas que crêem terem este amor para sempre perdido, irrealizável.

Henrique é o poeta, portador de verdades, cumpridor de missões, e talvez por isso tenha, na carta que escrevera a Leonor, se incumbido da heróica tarefa de renunciar ao seu amor por ela. Neste ponto, assemelha-se ao protagonista Ernesto do



conto “Lady Clare Hampden e suas Filhas”, publicado na *Ilustração Brasileira*, que também, ao modo romântico, desistiu de seu amor devido às conveniências sociais da época.

A marquesa Leonor, conhecedora da sua própria solidão, também é capaz de atitudes heróicas, como a de renunciar à sua herança, e, assim, reinventar a sua própria história. Mas nem todos os contos publicados n’*A Ilustração Luso-Brasileira* possuem personagem feminina tão determinada e expressiva como Leonor. A honesta e laboriosa Molly, por exemplo – esposa de Mick Purcell protagonista do conto “A garrafa encantada”, que faz parte de uma série de narrativas populares da Irlanda, publicada na revista portuguesa –, difere dela por não participar diretamente de nenhuma ação, em razão de sua voz não ser ouvida, a não ser nos momentos em que atua na elucidação dos fatos narrados. Além disso, ao contrário de Leonor, Molly mantém-se passiva frente aos acontecimentos que a rodeiam.

O conto “A Garrafa Encantada” traz o elemento maravilhoso, tal como o conto “A noite de ano-bom de um infeliz”, publicado na *Ilustração Brasileira*. Em “A Garrafa Encantada”, o pobre e honrado lavrador Mick Purcell, que vivia com a mulher e três filhos próximo das ruínas do castelo de Mourne, a pouca distância da cidade de Cork, na Irlanda, sai de casa em direção a essa cidade para vender o único bem que ainda lhe restava, uma vaca. No caminho, mais especificamente ao passar pelas ruínas de Mourne, descobre junto a uma colina um homem de figura sinistra. Mick aproxima-se e vê “que era um anão de semblante enrugado (...) e pontiagudo”. Encara-o com desconfiança, responde o cumprimento que este lhe havia feito e prossegue a sua jornada (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1859: v. III, 139).

Mas, como o anão o segue, Mick, com medo, começa a rezar uma oração a Nossa Senhora. Só que, antes mesmo de acabar a oração, o anão pergunta-lhe para onde estava indo. Assim que obtém a resposta, o anão se oferece para comprar a vaca. Todavia, Mick tem medo de concluir um contrato com tão misterioso

personagem, mas é convencido pelo anão, que adquire a vaca dando-lhe em troca uma garrafa encantada.

Feita a troca, Mick volta para casa e põe-se a seguir todas as orientações do misterioso homenzinho. Em pouco tempo, transforma-se em um homem rico, despertando a curiosidade de seus vizinhos, entre eles um espertalhão que consegue fazer não só o simplório camponês revelar seu segredo, como também lhe vender a garrafa em troca de uma boa casa e de um vasto campo.

Confiando no futuro, Mick se instala com a sua família na nova casa, mas desde logo começa a perder tudo o que havia conseguido. “Não houve calamidade que deixasse de lhe sobrevir, de modo que, de desgraça em desgraça, exaustos todos os recursos provenientes da garrafa encantada (sic)”. Eis novamente Mick a caminho da cidade de Cork para vender a sua última vaca (p.151).

Ao passar pela colina do castelo de Mourne, onde encontrara o anão, lembra-se do acontecimento e suplica: “Quem me dera ver aqui agora aquele honrado homem”. Então, aparece, como que de improviso, o anão. Mas, desta vez, é Mick quem oferece a vaca em troca de uma nova garrafa (p.151).

A troca é feita, o lavrador volta para casa com a garrafa, só que, ao cumprir o ritual recomendado pelo anão, em vez de lhe aparecerem gênios bons para ajudá-lo, saem da garrafa dois gênios do mal, “disformes e horrendos que (...) empunhavam grossos bastões cheios de nós, com os quais principiaram a bater desapiedosamente no triste Mick, em sua mulher e em seus três filhos” (p. 154).

Depois que maltrataram bastante a família, os gênios malévolos recolhem-se para dentro da garrafa. Apesar da dor, Mick ergue-se repentinamente, “como que excitado por uma idéia luminosa”, pega a garrafa e vai em direção à casa do vizinho que lhe havia comprado a primeira delas. Chegando lá, Mick acha-o festejando com um grupo numeroso de pessoas e oferece-lhe a nova garrafa, pedindo licença para dar-lhe uma demonstração dos poderes da garrafa na frente dos convidados (p. 154).

Dada a licença, Mick coloca a garrafa no chão e profere as palavras recomendadas pelo anão. No mesmo instante, saem os dois “gênios malévolos armados do terrível bastão”. Os gênios batem no dono da casa, na sua mulher e nos convidados. Em todos “os lados soavam gemidos e gritos de dor” (p.154).

Sem suportar mais as agressões dos dois gênios, o vizinho espertalhão manda que Mick os faça parar. Este, por sua vez, declara que, para atender a solicitação feita, quer de volta a primeira garrafa. Como não havia outro recurso, o vizinho acaba devolvendo a garrafa a Mick, que fez “recolher os gênios do mal à sua prisão de vidro” (p.154).

De volta para casa com as duas garrafas, Mick põe logo a garrafa adquirida na primeira troca em atividade. Fica rico, “tão rico que um nobre conde, de esclarecida linhagem, lhe veio pedir a mão de sua filha” (p. 154).

Passados alguns anos, por ocasião da morte de Mick, durante o banquete que sucede os funerais – “tradição na Irlanda” – os criados da casa quebram sem querer as duas garrafas. Desde esse dia, cessaram de aumentar as riquezas da família de Mick. “Porém a colina, junto da qual Mick se encontrara com o anão, conservou o nome, que ele [Mick] lhe tinha dado (...) *a colina da garrafa*” (p. 154).

A garrafa, objeto destinado a conter líquido, representa simbolicamente, nesse conto, a magia, da qual o anão faz parte – sua fisionomia sinistra e misteriosa intriga o leitor da mesma forma como faz com o protagonista da história. Entretanto, enquanto para Mick e sua família a figura do anão é colocada em um segundo plano, após a constatação do encantamento da garrafa, para o leitor ela não perde o magnetismo em razão de o homenzinho surgir sem se saber de onde e ir embora sem se saber para onde, devido à sua fisionomia caricaturesca, e ainda, ao fato de ser ele o possuidor do objeto maravilhoso.

O lavrador Mick que, no início do conto, representa fielmente o homem simples e ingênuo, passa por um processo de transformação graças à interferência de

seu amigo misterioso, o qual não só lhe dá os meios de adquirir fortuna, ao entregar-lhe a primeira garrafa, como também os meios de restabelecê-la ao entregar-lhe a segunda, que, por sua vez, é a portadora do mal, pois traz consigo duas malévolas criaturas, mas ao mesmo tempo funciona como uma parte necessária à harmonia da história, a Mick e à magia da primeira garrafa.

É importante ressaltar que se trata de duas garrafas encantadas e não apenas de uma, conforme menciona o título do conto. É importante ressaltar também que, se a primeira traz para o protagonista a prosperidade, a segunda, apesar de castigá-lo, foi ainda mais proveitosa que a primeira, porque faz com que o lavrador Mick Purcell aprenda a dar valor ao que lhe é dado, a lutar pelo que deseja, sem lamúria ou lamentações.

O conto “A garrafa encantada” tem na fantástica figura do anão e dos gênios que saem da garrafa, elementos de fascínio que seduzem o leitor. Além disso, traz consigo a simplicidade comum aos contos de fadas, aos contos populares, gênero a que pertence.

Com relação à “colina da garrafa”, não temos conhecimento de sua existência, mas não nos espantaríamos se soubéssemos que existe, ou tenha existido na Irlanda uma colina com esse nome. Acreditamos que algumas narrativas populares nascem não só do desejo de entreter, mas também da tentativa ou necessidade de justificar algo.

Os três capítulos do romance-folhetim *Camila*, escrito por Casimiro de Abreu e publicado na revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, diferem desse conto, bem como dos demais aqui brevemente apresentados, em razão de pertencerem a um gênero de ficção mais extenso e de não ser uma obra concluída. Mas assemelha-se ao conto “Lady Clare Hampden e suas Filhas”, de Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, por ter como protagonista o próprio narrador.

*Camila* nasce das digressões de seu autor que, informando ao leitor que está

decidido a escrever um romance, inicia o texto tomando a si mesmo como personagem central da narrativa. A história que, segundo o narrador, se passará em Lisboa, no segundo e no terceiro capítulo desenrola-se na cidade do Porto.

Neste romance – cujo capítulo inicial foi publicado no número 26 do primeiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira* –, Casimiro admite sentir saudades do Brasil, da sua mãe, da sua infância e sugere que a obra *O Gênio do Mal*, de Arnaldo Gama<sup>35</sup>, exercera influência na construção de seu texto. A partir do segundo capítulo, publicado na página de rosto do número seguinte da revista, inicia-se a narrativa propriamente dita, a qual tem como subtítulo “Memórias de uma Viagem”. Casimiro descreve sem muitos detalhes sua viagem à cidade do Porto, onde se encontra com um discípulo seu: Ernesto. Após o encontro com Ernesto, ele dá início ao terceiro capítulo da obra fazendo uma breve descrição da hospedaria “Águia de Ouro”, no Porto, onde se instala. Depois, reporta uma conversa entre ele e o amigo Ernesto, na qual descobre que Ernesto ia se casar, naquele mesmo dia, com Camila, jovem possuidora de bela fortuna. Tal descoberta cria um ambiente de tensão na narrativa: Casimiro amava Camila desde o momento em que a viu, quando ela fora passear em Lisboa. Além disso, Ernesto ia se casar com a moça por interesse, e ela ia se casar com ele por capricho. Nenhum outro motivo os levava a contrair núpcias.

Ao constatar tal fato, Casimiro revela ao amigo o sentimento que nutre por Camila. Ernesto, que já havia convidado Casimiro para ser seu padrinho, afirma a este, que, mesmo sem desejar, ele iria ao casamento.

Quando chega a carruagem que a noiva de Ernesto enviara para buscá-lo, este carrega Casimiro consigo. Descrita esta passagem, encerra-se o terceiro capítulo do romance e quase que efetivamente a colaboração enviada por Casimiro de Abreu à

---

<sup>35</sup> Arnaldo de Souza Dantas da Gama nasceu no Porto em 1828. Seu romance *O Gênio do Mal* foi publicado em folhetim no periódico *Braz Tisana*, posteriormente, em 1857, foi publicado em forma de livro e apreciado em achega crítica publicada na *Revista Peninsular*, tomo III, p. 281, juntamente com a biografia de seu autor.

revista portuguesa. Após o capítulo citado, de autoria desse autor, encontramos nas páginas d'*A Ilustração Luso-Brasileira* apenas o poema "Ilusão", publicado no número 52 do mesmo volume, que apresenta certa nostalgia e saudosismo semelhante a existente no capítulo inicial do romance.

A questão do casamento por interesse presente nesse romance é retomada, posteriormente, por José de Alencar, no romance *Senhora* (1875), em que o jovem Seixas casa-se pelo dote.

O romance *Camila* fica inacabado para o leitor. Entretanto, ressaltamos aqui a importância a ele atribuída pelo editor d'*A Ilustração Luso-Brasileira* que publicou o segundo capítulo, bem como o terceiro do romance como matéria de capa, nos números em que apareceram, dando destaque ao texto do escritor brasileiro.

*Camila* traz, a nosso ver, temas recorrentes na obra de Casimiro de Abreu, como a saudade da infância e da pátria, merecendo destaque em nosso trabalho por se tratar de textos de um autor brasileiro inserido em uma revista portuguesa, ademais por serem, naquele momento, capítulos inéditos.

A ausência de capítulos posteriores que dessem continuidade ao texto deixa o leitor decepcionado, isto porque o romance *Camila* é interrompido em um momento de grande tensão. Ávido em saber o desenrolar da história, cujo quarto capítulo deveria ser publicado no número seguinte da revista, já que se trata de um romance-folhetim, o leitor de *Camila* não encontra respostas para suas indagações.

A esse respeito, escreveu Souza da Silveira:

Começado a desenrolar-se o entrecho, no momento em que a curiosidade se nos aguça interessada na continuação da narrativa, cessa o escrito, que ficou inacabado; e a sensação de pena que então nos invade, é documento cabal das qualidades de imaginação de Casimiro na criação de cenas e situações, e da sua habilidade no expô-las e encadeá-las, prendendo a atenção do leitor. (Souza da Silveira, 1961: 8)

A presença dessa obra, bem como dos onze poemas de Casimiro de Abreu

nas páginas d'*A Ilustração Luso-Brasileira* e o destaque que é dado ao romance pelo editor da revista, revelam a importância atribuída por seu proprietário à contribuição do escritor brasileiro – único autor nacional no meio de tantos portugueses que aí colaboravam, alguns célebres como Alexandre Herculano, José Mendes Leal<sup>36</sup>, Lopes de Mendonça<sup>37</sup> e Luiz Augusto Rebelo da Silva, ou de bastante projeção na época como Ernesto Biester, José Torres, José Maria Andrade Ferreira, Júlio Cesar Machado<sup>38</sup>, dentre outros.

Conforme adverte Souza da Silveira, o fato é que, com apenas “dezesseis anos de idade [Casimiro de Abreu] tinha o seu nome na lista dos que compunham a redação da *Ilustração Luso-Brasileira*, de Lisboa, entre os de escritores já feitos”. Provavelmente, seu estilo “suave, espontâneo, simples, conciso, claro, adequado à ternura dos seus sentimentos de amor e de saudade”, agradou tais escritores, assim como deve ter agradado ao editor da mesma. (Souza da Silveira, 1961: 6)

Observa-se, por meio dos textos aqui mencionados, que a revista portuguesa publicou em suas páginas textos de ficção que, de acordo com o estilo romântico da época, tem no protagonista da história o sujeito que dá vida à narrativa, como é o caso da personagem Casimiro no romance citado. É ele quem vivencia os acontecimentos, enxerga-os com olhos apaixonados, mas que não tem condições de, por si só, resolver seus conflitos – fato que lhe faz revelar ao amigo, e não a Camila, o sentimento que nutre por ela.

Assim como *A Ilustração Luso-Brasileira*, a *Ilustração Brasileira* também

<sup>36</sup> Político, escritor e jornalista português nascido em Lisboa (1818). Irmão do comediógrafo Antonio Joaquim Teodorico Mendes Leal e do escritor Joaquim José da Silva Mendes Leal, colaborou juntamente com o irmão Antonio com a redação da revista *A Ilustração Luso-Brasileira*, mas, enquanto este, colaborou durante a publicação do segundo volume, José da Silva Mendes Leal Junior, colaborou de forma expressiva durante a publicação do primeiro e do terceiro volume.

<sup>37</sup> Antonio Pedro Lopes de Mendonça, nasceu em Lisboa em 1826 e faleceu nesta mesma cidade em 1865. Lançou-se nas letras em plena adolescência: aos quatorze anos traduziu um poema de Alexandre Dumas.

<sup>38</sup> Nasceu em Lisboa em 1835, colaborando com diversos periódicos como *A Lei*, *Eco das Províncias*, *Eco Literário*, *Doze de Agosto* e *Revista Universal Lisboense*, tornou-se um folhetinista famoso em sua época.

estampou textos de ficção que, como o romance publicado na revista portuguesa, exhibe uma visão romântica do mundo a partir do sujeito da narrativa. Como exemplo, citamos o personagem Ernesto do conto “Lady Clare Hampden e suas Filhas”, em torno do qual os fatos narrados no conto se desenrolam quase que totalmente. É ele quem sente, sofre e abdica da pessoa amada, antes mesmo de confessar-lhe seu sentimento.

A nosso ver, os textos de ficção (contos e romances-folhetins) publicados em cada uma dessas *Ilustrações*, excetuando-se, é claro, os contos populares, mantiveram o aspecto e apelo citado, comuns à narrativa ficcional romântica, o que também ocorreu com as composições poéticas das duas revistas, conforme veremos a seguir:

### **COMPOSIÇÕES POÉTICAS NA *ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA* E N’A *ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA***

A *Ilustração Brasileira* deu especial destaque à publicação de poemas. Em suas páginas encontramos, por exemplos “Ao Passamento de S. M. F. a Sr<sup>a</sup>. D. Maria II, Rainha de Portugal”, escrita pelo poeta baiano Francisco Moniz Barreto; o “Soneto A\*\*\*\*”, de Ernesto de Souza Oliveira Coutinho; e a “Glosa”, escrita pelo Desembargador Tito Alexandre Cardoso de Melo, que serão aqui apresentadas e transcritas no final deste volume da tese.

Antes de iniciarmos nossa apresentação, convém explicitar que a escolha de tais textos seguiu critérios como o de escolher composições com temas recorrentes em outros poemas impressos na revista. (como acontece com o poema escrito em homenagem à Rainha Maria II), bem como aquelas que melhor expressassem o perfil poético-temático da *Ilustração Brasileira*.

Tendo o falecimento da Rainha D. Maria II como foco temático, “O Passamento” é dedicado pelo seu autor aos poetas portugueses – em particular a



José da Silva Mendes Leal Junior. Trata-se, na verdade, de uma homenagem na qual Moniz Barreto conclama o povo brasileiro para, assim como o povo português, chorar a perda da rainha lusitana:

Reúna a dor, Brasil, hoje dois povos  
 Numa só grei cristã!  
 Lá chora Portugal sua Rainha:  
 Choremos nossa irmã!<sup>39</sup>

O poeta que considera o ato de chorar “um dever santo” justifica seu pedido no fato de a morte igualar o soberano ao povo, bem como ao fato de D. Maria II ser irmã do monarca Brasileiro:

Choremo-la: que mais um dever santo  
 Nos manda hoje chorar:  
 Quando a morte o Monarca ao povo iguala,  
 Deve-os a dor juntar.  
  
 Do rei órfão, do rei viúvo em torno  
 Pranteia Portugal:  
 Do rei irmão ao lado pranteamos  
 A perda fraternal.<sup>40</sup>

E, de acordo com o que expressa no poema, “Os reis mais que ninguém” precisam das lágrimas sinceras de seu povo. Talvez por esse motivo, solicita que:

Oremos pela rainha!  
 Choremos por nossa irmã!<sup>41</sup>

Além da homenagem declarada à rainha portuguesa, pode-se dizer que o poema de Francisco Moniz Barreto, embora seja dedicado a Mendes Leal Júnior, homenageia também João de Lemos<sup>42</sup>, tendo em vista que, segundo a nota que o

<sup>39</sup> Francisco Moniz Barreto, “Ao Passamento de S. M. F. a Sra. D. Maria II, Rainha de Portugal”. *Ilustração Brasileira*. fevereiro de 1854, v. I, n. 1, p. 7.

<sup>40</sup> *Ibid.* p. 7.

<sup>41</sup> *Loc. cit.*

<sup>42</sup> João de Lemos Seixas Castelo Branco nasceu no Peso da Régua (1819). Poeta lírico, jornalista deixou profusa colaboração na *Revista Universal Lisbonense*, na *Revista Acadêmica de Coimbra*, na *Revista Prisma*, dentre outras.

acompanha, “‘O Passamento’ é uma alusão ao pensamento de uma belíssima poesia sobre o mesmo assunto”, escrita por este poeta.

A “Glosa”, escrita pelo Desembargador Tito Alexandre Cardoso de Melo, irmão do proprietário da *Ilustração Brasileira*, faz, assim como o poema de Francisco Moniz Barreto, uma alusão a outra composição poética. Trata-se esta de quatro versos entregues ao desembargador por uma senhora. De posse de tais versos, o desembargador construiu a composição poética, da qual citamos as duas primeiras estrofes:

Piramo que a Tisbe amava  
 Por ela igualmente amado,  
 Vendo que o destino irado  
 Seus votos contrariava,  
 Assim a amante exortava:  
 ‘Se me adoras, como creio,  
 Fugamos que o instante veio  
 De vivermos sempre unidos,  
 Pois de sermos perseguidos  
 Não tenhas, meu bem, receio.’

Sobre o sítio e ocasião  
 Da fugida se ajustaram  
 E com tais vozes selaram  
 A sua ardente paixão:  
 ‘Tão doce estreita união  
 Não pode haver quem destrua,  
 Esta fé constante e nua  
 Enquanto durar-me a vida  
 Não temas, prenda querida,  
 Que qualquer outrem possua.’<sup>43</sup>

Como é costume em glosas, a composição poética do desembargador repete, no fim de cada uma de suas quatro estrofes, um dos quatro versos entregues a ele. Tais versos, além de inspirá-lo, serviram de inspiração a Ciro Cardoso de Meneses, que, a partir do mote – “Não tenhas, meu bem receio / Que qualquer outrem

<sup>43</sup> Tito Alexandre Cardoso de Melo. Glosa. *Ilustração Brasileira*, maio de 1854, v. I, nº 4, p. 89.<sup>113</sup>

possua / Um coração que te dei, / Uma alma que já é tua” (*Ilustração Luso-Brasileira*, 1854: v. I, p. 89) –, escreveu, aos quatorze anos, sua primeira composição poética, da qual citamos as duas últimas estrofes:

Já o rei alucinado  
Lavra o decreto fatal;  
Já penetrante punhal  
Por duros punhos vibrado  
Rasga o seio delicado.  
‘Esposo que tanto amei’  
Diz a infeliz ‘morrerei  
Longe de ti! Sem ter ver!  
Vem, não tardes receber  
*Um coração que te dei!*

Sabendo o caso nefando  
Pedro convulso assim brada:  
‘Pela esposa inanimada  
Que vingança está clamando,  
Pai cruel, rei execrando,  
Juro-te a guerra mais crua!  
Vingar juro a morte sua!  
Só quando em sangue ensopar-se  
Irá, Castro, a ti juntar-se  
*Uma alma que já é tua!*<sup>44</sup>

Nessas duas composições escritas por volta de 1836, a glosa do tema ocorre por intermédio de uma jura de fidelidade e amor, o qual sobrevive à morte por ser eterno, pois é a alma que pertence ao amado, não apenas o corpo.

Juras de amor eterno também estão presentes no “Soneto A \*\*\*\*”, escrito por Ernesto de Souza e impresso no quinto número do primeiro volume da *Ilustração Brasileira*:

Enquanto o sol durar perenemente  
D’alpestre penedia o cimo altivo,  
Enquanto o largo mar gemer cativo  
Espumando n’areia em som fremente:

<sup>44</sup> Ciro Cardoso de Meneses, In: *Ilustração Brasileira*, maio de 1854, v. I, nº 4, p. 89-90.

Enquanto o sabiá suavemente  
Do jambeiro no tronco semivivo  
Modular de queixumes um motivo  
Encantando os ouvidos docemente

Enquanto eu vir com pálido semblante  
A lua divagar nos céus brilhando  
Em muda placidez qual triste amante:

Ébrio d'intenso gozo e sempre amando  
N..., anjo querido, a cada instante  
A teus pés me verás ser teu jurando.<sup>45</sup>

Nesse caso, a longevidade do sentimento está condicionada à existência de elementos da natureza – “sol”, “mar”, “sabiá”, “lua” –, que, arrolados harmoniosamente no soneto, revelam uma natureza tipicamente nacional. Aliás, devemos nos lembrar de que a natureza romântica brasileira significa e revela, como ocorre no soneto de Ernesto de Souza.

A *Ilustração Brasileira* publicou, conforme se verifica nas composições poéticas, bem como nas narrativas ficcionais anteriormente citadas, textos que não saíram da pena de escritores românticos célebres como Antônio Gonçalves Dias, Domingos José Gonçalves de Magalhães, Casimiro José Marques de Abreu, Joaquim Manoel de Macedo, José Martiniano de Alencar, entre outros.

A nosso ver, a ausência de textos escritos por tais autores deve-se à existência de periódicos mais consagrados numa época de transição; ou seja, em um ano de “esterilidade literária” como foi o de 1854,<sup>46</sup> era de se esperar que os autores de renome preferissem enviar suas colaborações a esses periódicos, não à modesta *Ilustração Brasileira*. Além disso, no início do ano citado, Antônio Gonçalves Dias –

<sup>45</sup> Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, “Soneto A\*\*\*\*”, *Ilustração Brasileira*, junho de 1854, v. I, nº 5, p.104.

<sup>46</sup> Joaquim Caetano Fernandes Pinheiro, no texto “Retrospecto literário”, afirma que o ano de 1854 foi de esterilidade literária. Segundo o autor, nesse ano, “o jornalismo literário continuou a preencher a sua árdua tarefa através de dificuldades quase insuperáveis” como o indiferentismo da população, a falta de verba e a carência de matérias com que pudesse preencher suas páginas (*Guanabara*, 1855: tomo II, 429-431).

incumbido pelo governo brasileiro de examinar o desempenho da instrução pública e de colher documentos sobre a história pátria –, vai a Portugal, de onde regressa em 1858. Esse fato serve para justificar a ausência de seus textos não só nas páginas dessa revista, como também nas páginas das demais publicações periódicas literárias impressas no Brasil, inclusive nas páginas da revista *Guanabara*, da qual foi um dos fundadores.

Gonçalves de Magalhães, que desde 1847 se dedicava à carreira diplomática, também não estava no Brasil, assim como Casimiro de Abreu, que em 1853 é mandado a Portugal, onde, conforme mencionamos ao longo desta pesquisa, colabora com a revista *A Ilustração Luso-Brasileira*.

Lembramos que a colaboração enviada por Casimiro de Abreu à revista portuguesa foi bastante expressiva, considerando o vasto número de autores portugueses que colaboraram com ela, entre os quais alguns célebres como Alexandre Herculano e muitos outros até então desconhecidos.

Dessa significativa colaboração apresentamos já os três capítulos do romance *Camila*, e agora o poema “Saudades”, que saiu no número 17 do primeiro volume da *Ilustração Luso-Brasileira*:

Nas horas mortas da noite  
 Como eu amo o meditar  
 Quando as estrelas cintilam  
 E a brisa vem sussurrar:  
 Quando a lua majestosa  
 Surgindo linda e formosa  
 Como donzela vaidosa  
 Nas águas vai-se mirar?

Nessas horas de silêncio,  
 De tristeza e de amor,  
 Eu gosto de ouvir ao longe  
 Cheio de mágoa e de dor,  
 O sino do campanário  
 Que fala tão solitário  
 Com aquele som mortuário

Que nos enche de pavor.

Então: proscrito e sozinho,

Eu solto aos ecos da serra

Suspiros dessa saudade

Que no meu peito se encerra:

Esses prantos de amargores

São prantos cheios de dores.

– Saudades – dos meus amores,

– Saudades da minha terra!<sup>47</sup>

Esse poema demonstra um pouco da suavidade e singeleza presentes na obra de Casimiro de Abreu. É uma composição que valoriza temas como a saudade da pátria, o amor e elementos da natureza – “lua”, “brisa da noite” e “as águas” –, presentes em toda a sua obra, bem como nas obras de outros escritores pertencentes à segunda geração de escritores românticos brasileiros, como Junqueira Freire. Entretanto, conforme se verifica no poema “Saudades”, em Casimiro tais temas não assumem a mesma envergadura que nestes, porque nele a generalização “sempre transpõe no poema um sentimento imediato” (Candido, 1959: v. II, 194), como é o caso de “– Saudades – dos meus amores,/ – Saudades da minha terra!”, podendo transpor ainda um lugar determinado e certa hora do dia, como é o caso de “Nas horas mortas da noite” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 135).

Diferentemente do poema de Casimiro de Abreu, o poema “Versos A...”, de Bulhão Pato<sup>48</sup>, impresso no número 18 do primeiro volume d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, não apresenta a mesma sutileza e suavidade presentes na composição do poeta brasileiro. É uma composição poética menos doce, mas com bastante sonoridade, principalmente nas duas últimas estrofes:

– Certeza de que és amada,

Com quanto poder na terra

<sup>47</sup> Casimiro José Marques de Abreu, Saudades, *A Ilustração Luso-Brasileira*, 26 de abril de 1856. v. I, nº 17, 135.

<sup>48</sup> Escritor e jornalista nascido em Bilbao, na Espanha (1812) que se radicou em Portugal a partir de 1837.

Em peito de homem se encerra,  
 Não a tens pomba adorada?  
 Então de fundo desgosto,  
 Carregar teu belo rosto?

– Pois se ao nívido (sic) calor  
 Do sol a rosa fulgura  
 E dobra de aroma, e cor  
 Não te há de dar a ventura  
 A chama do meu amor?<sup>49</sup>

As estrofes citadas revelam que o poema tem como temática o sentimento dedicado à mulher amada. Tal temática vai ao encontro do tema expresso no poema “A minha musa”, escrito por Júlio César Machado e publicado no número 25 do segundo volume da revista portuguesa. A propósito, nas duas composições, a amada tem a face “abatida pela dor”, só que, enquanto o eu lírico do poema de Bulhão Pato parece querer ignorar ou transpor os obstáculos que o separam da amada – o que acaba não sendo realizado –, em “A minha musa”, o eu lírico dá como certa a separação dele e da amada: “Tudo se opõe ao nosso amor! Nem devem / As filhas do ar amar filhos do pó!” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. II, 200).

A face pálida da amada, as juras de amor e o amor impossível são elementos da temática romântica presentes em vários poemas publicados n’*A Ilustração Luso-Brasileira*, bem como na *Ilustração Brasileira*.

Por outro lado, os poemas dedicados aos monarcas que, conforme mencionamos anteriormente, estão presentes nas duas revistas, apresentam maior vigor nas páginas d’*A Ilustração Luso-Brasileira*, sobretudo os que prestam homenagens póstumas, como é o caso do poema intitulado “Anjo Rainha”, que traz como subtítulo “À infausta morte de sua majestade a rainha, senhora D. Estefânia Frederica Guilhermina Antônia”, escrito por Henrique Van-Deiters e publicado no número 29 do terceiro volume da revista portuguesa.

<sup>49</sup> Raimundo Antonio de Bulhão Pato, “Versos A...”, *A Ilustração Luso-Brasileira*, 3 de maio de 1856, v. I, nº 18, p. 144.

Dividido em seis partes, esse poema traz como epígrafe quatro versos escritos por Mendes Leal Júnior e repete o mesmo enredo em cada uma das partes citadas, modificando apenas a forma de expressá-lo. Com exceção de versos que sugerem a dor do rei, o pranto do povo e o espanto geral pela morte inesperada da rainha, encontramos na segunda parte alguns versos que trazem ao leitor, principalmente ao leitor atual, uma informação nova. Trata-se da lembrança da chegada de Estefânia a Portugal, escrita de forma singela, como se observa nos versos a seguir:

Há um ano, pouco mais,  
 Que este povo que pranteia,  
 Ora triste, e desolado,  
 Que ora exala tantos ais;  
 Nestas ruas apinhado,  
 Amigo e alegre saudava  
 Um anjo que então passava,  
 De fausto e pombas cercado.  
 Entre os vivas festivais!  
 Então, qual neste momento,  
 O canhão também trovoava,  
 Sons de sinos estrugiam  
 O espaço, que ressoava;  
 Luzido acompanhamento  
 Ante a princesa marchava,  
 E alas de povo enchiam  
 O trânsito, como agora.<sup>50</sup>

O poema de Henrique Van-Deiters apresenta versos sutis e bem elaborados que, embora se tornem repetitivos – e até mesmo cansativos para o leitor atual –, merecem ser mencionados aqui por representarem uma característica comum da imprensa periódica da época, principalmente da imprensa ilustrada, que é a de homenagear figuras importantes da monarquia, bem como de imortalizá-las, por meio de textos literários de um modo geral.

<sup>50</sup> Henrique Van-Deiters, “Anjo Rainha: à infausta morte de sua majestade a rainha D. Estefânia Frederica Guilhermina Antonia”, *A Ilustração Luso-Brasileira*, 23 de julho de 1859, v. III, nº 29, 230.



Tal característica, implicitamente inserida no projeto editorial da *Ilustração Brasileira* e d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, é apresentada pelas duas revistas, conforme se verifica em poemas de ambas, escolhidos por nós como amostragem. Entretanto, nem todos os aspectos, assuntos, temáticas e tipos de textos comuns nas publicações periódicas daquele momento estão presentes nas duas *Ilustrações* – os textos de cunho crítico literário, por exemplo, não são encontrados na revista nacional, mas aparecem em abundância nas páginas da revista portuguesa. Isto ocorre, porque dentre o singelo grupo de colaboradores da revista nacional, não houve nenhum que se dedicasse ao exercício crítico, principalmente, ao de cunho literário. Ernesto de Souza, tentou, mas as achegas críticas que escreveu, versaram sobre duas atrizes de teatro, Charton e Casalone, não sobre autores e obras literárias.

#### **AS ACHEGAS CRÍTICAS N'A ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA**

Sabe-se que a crítica literária elaborada em meados do século XIX, apresenta uma característica peculiar: em geral, é descritiva, não propriamente analítica. Entretanto, há textos com intuito crítico literário produzidos na época e que surgem como tentativas de análises e discussões, distantes das resenhas anônimas e apenas noticiosas, procurando basear-se em padrões determinados: estéticos e históricos, o que os aproxima dos textos crítico literários atuais.

N'*A Ilustração Luso-Brasileira* encontra-se publicado número significativo de textos que servem como exemplo dessa tendência. Tais textos são por nós denominados de achegas críticas. Assim, dentre o vasto número de achegas críticas publicadas na revista, muitas delas em forma de seriado, ou seja, de folhetins. São apresentados, neste capítulo, os dois textos intitulados “Revista Literária: Brasil” que versam sobre o livro *Opúsculo Humanitário*, escrito por Nísia Floresta Brasileira Augusta; o texto intitulado “Paralelo entre alguns autores ingleses”; e os dois textos intitulados “Conselhos para fazer versos: Imitação”.

Escrito por Luiz Felipe Leite<sup>51</sup>, a apreciação crítica do livro da educadora brasileira inicia-se com afirmações que celebram as duas nações “co-irmãs”, unidas por um só idioma, e em seguida passa à apreciação da obra, justificando o interesse por tal literatura:

(...) O livro que o Brasil nos mandar, ainda mesmo que de cosmopolista não possa obter os foros, é aqui bem-vindo, e tanto, como se entre nós fosse escrito. Se o assunto de que tratar tiver com as nossas coisas, prosperidades ou mágoas, alguma relação, mais bem-vindo será. Se de pena feminina houver saído a obra, além de todas as razões que já tínhamos para o festejar, acresce esta da novidade; pois que para as letras portuguesa ainda é, e será talvez por muito tempo, um acontecimento virem tomar a mão na prática da imprensa aquelas que para naturais conselhos nosso dotou a Providência. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 3)

Há no trecho citado uma informação que vai ao encontro da postura assumida por Nísia Floresta em sua obra, isto é, a importância da mulher como conselheira do homem, pois, de acordo com o autor do ensaio, para a escritora brasileira a mulher deveria ser “a primeira educadora de seus filhos, a mais útil amiga do homem”. Tal postura pode sugerir aos olhos atuais mais desatentos certo machismo, haja vista que aproxima a mulher do homem sem colocá-la em posição de igualdade. Mas ganha uma interpretação positiva se analisada juntamente com a tese do livro de Nísia Floresta, citada por Luiz Felipe Leite: “A tese do livro é que a educação da mulher tem muita influência sobre a moralidade dos povos, e que o característico mais saliente da sua civilização é ela. A hipótese: a ilustração do Brasil pela educação da mulher” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 3).

No que se refere à tese citada, nota-se que atribui à mulher papel de destaque na sociedade brasileira, ressaltando a importância atribuída a ela pela escritora. Dessa forma, mencionamos que, segundo o autor do ensaio, embora a escritora e educadora brasileira não pregue a emancipação feminina, não deixa de

<sup>51</sup> Professor do Liceu de Ponta-Delgado nasceu em Lisboa (1828). Escreveu poesias, romances e obras sobre a imprensa política e a imprensa literária da época.

valorizar a mulher, com sugestões que lembram que esta ainda não havia atingido seu papel na sociedade e que “é mister que a companheira do homem se associe com ele na grande obra do futuro” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 4).

Acreditamos que a obra de Nísia Floresta Brasileira Augusta deve ter surpreendido os leitores da época, pois, conforme sugere Luiz Felipe Leite e pode ser facilmente constatado por intermédio de levantamentos e pesquisa, publicações redigidas por mulheres não eram muito comuns no momento estudado. Além disso, o *Opúsculo Humanitário* pode ter preenchido uma lacuna existente nos manuais de educação feminina daquele momento.

No segundo ensaio sobre o livro, Luiz Felipe Leite afirma que escritor não tem sexo. Talvez, por esse motivo, sugere que em sua análise não fará elogios à obra sem que essa tenha merecido, só porque ela foi escrita por uma mulher. O escritor português pontua na obra da educadora brasileira aspectos que não lhe agradam, entre os quais estão aqueles em que Nísia Floresta atribui a Portugal a deficiência na educação feminina brasileira – “É uma triste verdade ter o Brasil herdado de sua metrópole o desprezo em que ela teve sempre a educação da mulher” –, bem como aqueles em que a educadora menciona que “Os prejuízos de Portugal estenderam-se sobre as vastas plagas do Brasil, debaixo de um aspecto mais desfavorável”, além do fato de Nísia Floresta insistir na idéia que, ao confundir instrução com educação, alguns dos seus compatriotas pretendem “atenuar o mau efeito produzido por tão feio sudário” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 10), ou seja, produzidos por heranças portuguesas negativas.

Entretanto, o ensaio do escritor português não deixa de atribuir créditos à obra de Nísia Floresta, só que estes estão mais ligados à defesa que ela faz da mulher e da necessidade de uma educação feminina adequada aos costumes da época. Uma educação que valorize a família, que não seja “discorde em seus sistemas”, com a confusão dos métodos e das doutrinas, seguidas até então pelas professoras (*A*

*Ilustração Luso-Brasileira*, 1856: v. I, 10).

A nosso ver, esse ensaio não chega a estabelecer uma crítica propriamente dita, da forma como hoje a conhecemos, mas se aproxima dela sutilmente por meio de algumas inferências. Todavia, é um ensaio bem mais descritivo que crítico.

A postura adotada por Luiz Felipe Leite de, no início do texto, celebrar as duas nações – Portugal e Brasil – parece-nos um hábito mais comum entre os escritores lusitanos do que entre os nacionais, do período, principalmente se fossem eles colaboradores de periódicos distribuídos em ambos aos países, como ocorre com o autor citado.

O texto “Paralelo entre alguns autores ingleses”, impresso no segundo volume da revista lusitana, difere do ensaio de Luiz Felipe Leite por não trazer a assinatura de seu autor, por não versar sobre uma obra específica, por tratar de assuntos relativos a outra literatura que não a nossa nem a portuguesa e por discorrer sobre escritores cujo talento e idioma em que escreveram os incluíram no cânone da literatura universal.

Nesse texto, o autor não-identificado faz comparação entre Shakespeare e os escritores da Antigüidade clássica, reconhece o talento destes e menciona que Shakespeare possui defeitos, mas que, apesar deles, iguala-se aos escritores antigos por não ter entre suas obras imitações servis, por ter o dom de dramatizar. Dom que o torna superior a Jonhson, já que este, “no drama sério, tem tanto de imitador como Shakespeare de original” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 42).

Nota-se que este escritor português defende um ponto de vista favorável a Shakespeare, o qual será mantido nas demais comparações que faz entre Shakespeare, Dryden e Adison. Para ele, Dryden não possuía a genialidade do autor de *Romeu e Julieta*, mas era “sábio como Johnson e tinha tão pouco gosto como ele para o trágico” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 42); Adison tinha imaginação e alma, elementos que faltavam em Johnson e Dryden. Entretanto, por não se entregar

como devia ao fogo da imaginação, bem como aos afetos do coração, a obra de Adison não atingiu a mesma plenitude que a obra de Shakespeare e, por esse motivo, a célebre tragédia *Catão* não comove como deveria. De acordo com ele, *Catão* “não foi feita para as comoções no teatro; mas pode ser-nos, no retiro, o mais amável companheiro” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 43).

Para nós, o texto “Paralelo entre alguns autores ingleses” também não traz inovações ao exercício crítico que era desenvolvido em meados do século XIX. Aliás, na época em questão já havia tanto em Portugal como no Brasil achegas críticas bem mais elaboradas e nem tão puramente noticiosas como esta. Tal informação pode ser constatada até mesmo por intermédio da leitura de textos de natureza crítica, publicados em periódicos antecedentes como a *Revista da Sociedade Filomática* (São Paulo, 1833) e *Minerva Brasiliense* (Rio de Janeiro, 1843–1846) e *Guanabara*<sup>52</sup> (1849-1856), no caso do Brasil, e *O Panorama* (Lisboa, 1837–1868), no caso de Portugal, bem como pela leitura de textos de cunho literário impressos na própria revista, como “Crítica Literária: *Miramar*, drama em 4 atos por Mendes Leal Junior”, escrito por Andrade Ferreira e publicado no número 40 do primeiro volume. Ainda assim “Paralelo entre alguns autores ingleses” não deixa de ser uma achega crítica significativa, devido às comparações entre os autores citados.

O texto “Conselho para fazer versos”, publicado no terceiro volume d’*A Ilustração Luso-Brasileira*, não propõe nenhum tipo de julgamento específico; nele, não é uma obra nem um autor em particular que é analisado, mas o ato de compor, que, segundo o autor do texto, deve ser expressão sincera do sentimento e ocorrer em ambiente tranqüilo, isolado e silencioso. Além disso, em sua opinião, é sempre feliz o poeta que sabe passar do tom grave para o alegre, do tom meigo para o severo e do

---

<sup>52</sup> Dentre as achegas críticas publicadas nesta revista merecem especial atenção os dois ensaios sobre os *Anais Históricos do Maranhão*, de Bernardo Pereira de Berredo e o texto “Resposta a Religião”, escritos por Antônio Gonçalves Dias – publicado no primeiro volume (1849-1851), por se tratarem de textos pouco conhecidos, pela defesa de nossa nacionalidade neles presente e pela elaboração mais analítica do que noticiosa.

tom vivo para o melancólico (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. III, 399;403).

O autor do texto considera ainda que mesmo o estilo literário mais pobre tem a sua nobreza, que ao público não se deve dar senão o que lhe dá prazer. Na França, Malherbe foi o primeiro que “deu aos versos uma justa e determinada cadência, ensinando numa palavra posta em seu lugar a faculdade de reduzir a inspiração às regras do dever” (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. III, 403).

A língua aperfeiçoada por este sábio escritor não ofereceu nada mais de áspero, duro e desarmonioso ao ouvido apurado. As estrofes aprenderam a cair com graça, e verso sobre verso nunca mais se ilimitaram (sic). Tudo reconheceu as leis estabelecidas por este guia fiel que ainda serve de modelo. (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. III, 403.)

Nota-se que, apesar de o autor inicialmente não pretender tecer comentários a respeito de nenhum escritor, ele acaba fazendo isto ao citar, como exemplo, escritores que a seu ver servem como modelo para os demais. Assim, o texto deixa de ser mero conselho e ganha um teor crítico que o transforma em um texto com aspectos que o inserem na crítica romântica. Entre esses elementos estão observações puramente opinativas e noticiosas, sem os embasamentos teóricos comuns nos dias de hoje e necessários para a construção desejável de um texto crítico.

As achegas críticas aqui discutidas demonstram o perfil não só dos textos de cunho crítico literário d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, mas da crítica literária romântica da época que, longe de atingir os moldes atuais – estabelecidos a partir de 1917, pela intervenção dos formalistas russos –, caminhava lentamente para o desenvolvimento consciente de análise do literário com base em padrões estéticos, não simplesmente apreciativos como até então ocorria. Tal, afirmação pode ser comprovada pela leitura das achegas críticas publicadas na revista *Guanabara* e no periódico *O Panorama*, por exemplo.

Assim, apesar das achegas críticas, dos textos de ficção e poemas, aqui apresentados, reproduzirem a temática e a estética do momento em que foram produzidas, ou seja, de não trazerem inovações para a literatura brasileira e portuguesa do período, a *Ilustração Brasileira* e *A Ilustração Luso-Brasileira* foram de fato publicações inovadoras, porque diferentemente das demais publicações periódicas da época, apresentam gravuras não gratuitamente, mas articuladas aos textos verbais a que se prendem.

Não temos dúvida quanto ao relevante papel desenvolvido pela *Ilustração Brasileira*, e pel'*A Ilustração Luso-Brasileira*, em prol das letras da pátria, no caso da revista nacional, e em prol das letras brasileira e lusitana, no caso da revista portuguesa. É nosso intuito portanto demonstrar que, por terem como foco principal o desenvolvimento da cultura do leitor, da imprensa local, e por abrirem espaço para que escritores novos, desconhecidos do público leitor da época, divulgassem seus textos, tais revistas merecem a atenção que lhes dedicamos, devendo ser lembradas, uma e outra, pelos manuais de história literária e do jornalismo não como uma publicação a mais, entre tantas do período, mas como revistas que abrem caminho para uma nova modalidade da imprensa nacional e lusitana: a da imprensa ilustrada, preocupada com a atividade cultural, com o desenvolvimento do indivíduo, com o progresso pátrio, com o empenho de seus redatores e dos escritores locais, bem como por uma divulgação motivada de gravuras e charges.

No capítulo a seguir, nos propomos a discutir o projeto editorial de ambas as revistas, com o intuito de fornecer mais alguns traços para o perfil de cada uma delas.

## CAPÍTULO IV:

### PROJETOS EM QUESTÃO

Passaremos agora a examinar as propostas apresentadas pelas revistas *Ilustração Brasileira* e *A Ilustração Luso-Brasileira*, verificando até que ponto respectivamente se concretizaram.

Lembremo-nos, antes que, conforme adverte Ana Lúcia Martins, em seu livro *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República*, “a colocação de uma revista no mercado vinha como um dos maiores desafios do empreendimento” (Martins, 2001: 226). Segundo essa autora, isso acontecia devido à complexidade da rede que envolvia a produção e respectivo lançamento: desde a convocação de colaboradores, até a obtenção de papel, a escolha de tipografia, o registro da publicação na Junta Comercial, com o estabelecimento da sede de um escritório, continuando com a tarefa tão ou mais árdua que é a sua distribuição (Martins, 2001: 226).

Importa ainda ter em conta que, como ocorre nos dias de hoje, no período estudado, o processo de distribuição das revistas, bem como das demais publicações da imprensa periódica, começava com o angariar das assinaturas.

“A assinatura, modalidade inaugural da venda e divulgação do periódico, resultava no primeiro passo para efetivar sua própria fundação” (Martins, 2001:226), garantindo a existência da publicação, uma vez que, ao granjear um número razoável de assinantes, os redatores e proprietários das publicações periódicas afiançavam a sustentação financeira de tais órgãos.

Segundo entendemos, por esse motivo, Antonio José Fernandes Lopes, ao lançar *A Ilustração Luso-Brasileira*, bem como Ciro Cardoso de Meneses ao lançar *Ilustração Brasileira*, tinham como um dos objetivos iniciais expandir o número de vendas e subscrição de suas revistas. Na verdade, tal objetivo constituía mais que um



desejo, uma necessidade.

Sem um número razoável de assinantes, *A Ilustração* publicada em Portugal e a *Ilustração* publicada no Brasil não conseguiriam, conforme mencionado no capítulo II desta tese, manter suas atividades, exceto se contassem com o auxílio financeiro do governo, o que não ocorreu.

Nota-se, portanto, que tais *Ilustrações* só foram efetivamente publicadas porque, de certo modo, conseguiram vender antecipadamente um número de assinaturas que satisfizesse as necessidades de lançamento. Como prova disso, sobretudo no que se refere à publicação d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, lembramos que Antonio José Fernandes Lopes era um empresário bem-sucedido do ramo tipográfico e, como tal, dificilmente lançaria uma publicação sem que esta pudesse se auto-sustentar e render algum lucro.

Entretanto, a suspensão da publicação da revista, durante o ano de 1857, motivada, dentre outras razões já citadas, pela falta de um número de assinantes que satisfizesse o desejo, ou necessidade do proprietário, revela-nos, conforme consta do capítulo II desta tese, que os números de subscrições vendidos antecipadamente em 1856 não garantiriam a publicação da revista durante o ano seguinte (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858: v. II, 1).

A nosso ver, ao decidir suspender a publicação d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, Antonio José Fernandes Lopes esperava precaver-se de prejuízos futuros, bem como utilizar o tempo em que a publicação da revista estava suspensa para intensificar as estratégias de venda da assinatura d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, por intermédio de anúncios impressos n'*O Panorama*, como o dirigido aos assinantes brasileiros, publicado no número que saiu em 13 de junho de 1857:

Aviso aos srs. assinantes do Império do Brasil. O Editor e proprietário d'*O Panorama* começou em janeiro de 1856 a publicação d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, que, apesar de estar longe do que foi uma tentativa, era incontestavelmente o primeiro jornal literário do país (sic). O ano de 1856 foi, infelizmente, bastante calamitoso; porém tal circunstância não fez

descoroçoar o editor, que, encetando em janeiro essa publicação, teve o gosto de concluir o volume em dezembro do mesmo ano, tendo lutado com ingentes obstáculos. No corrente ano quis publicar o segundo volume, consideravelmente melhorado, o que não foi possível por falta de assinantes (*O Panorama*, 1857: v. XIV ou 1º da 4ª série, 192).

Segundo entendemos, o anúncio citado chama a atenção do leitor brasileiro para a nova revista, mas o leitor romântico brasileiro mais bem informado e consciente dos ideais nacionalistas de nossos autores, certamente saberia que *A Ilustração Luso-Brasileira* não era nem a primeira revista literária brasileira, nem mesmo a primeira revista literária portuguesa. Conforme se pode verificar no capítulo I desta tese, a primeira revista literária portuguesa foi a *Gazeta Literária ou Notícia Exacta dos Principais Escritos que Modernamente Se Vão Publicando na Europa*, lançada em 1761, e que a primeira revista literária brasileira foi *As Variedades ou Ensaios de Literatura*, lançada em 1812.

Além disso, a revista de Antonio José Fernandes Lopes era brasileira no nome, não em matérias e colaborações, pois durante o período em que foi publicada contou com a colaboração de apenas um brasileiro: Casemiro de Abreu, e, com exceção de algumas obras desse autor, bem como da análise do livro *Opúsculo Humanitário*, de Nísia Floresta Brasileira Augusta, em suas páginas não foi publicado nenhum outro texto escrito por autor brasileiro, nenhuma outra achega crítica sobre nossos autores, ou sobre suas respectivas obras.

Creemos que a presença dos textos de Casemiro de Abreu nas páginas da revista portuguesa deve-se ao fato do escritor residir, naquele momento, em Portugal<sup>53</sup>. Creemos também, que a publicação da análise do livro de Nísia Floresta nas páginas da *A Ilustração Luso-Brasileira* foi motivada pelo importante papel que ela

---

<sup>53</sup> Em novembro de 1853, já doente, Casemiro José Marques de Abreu é mandado a Portugal, onde passou a residir em Lisboa, regressando ao Brasil em meados de 1857.

exerceu no Brasil e em Portugal, como educadora de moças. É até provável<sup>54</sup> que estivesse em Lisboa durante o ano de 1856.

Nota-se que, nesse aspecto, *A Ilustração Luso-Brasileira* não atingiu as expectativas iniciais de seu proprietário, que, no editorial de apresentação ou na *fala inaugural*<sup>55</sup> da revista, declarava pretender que *A Ilustração Luso-Brasileira* fosse uma publicação nacional para dois povos: português e brasileiro, tratando de assuntos de interesse de cada um deles, com o mesmo afinco (*A Ilustração Luso Brasileira: 1856, v.I,1*).

Entretanto, para realizar o sonho utópico de se tornar uma revista também brasileira, uma vez que era organizada e publicada em Portugal, *A Ilustração Luso-Brasileira* deveria ter trazido em suas páginas um número de textos escritos por autores brasileiros bem superior. Do mesmo modo, deveria ter trazido mais textos relacionados a nossos autores, a suas respectivas obras, bem como matérias relacionadas com o nosso povo, as nossas cidades, as nossas instituições culturais. Só assim a revista de Antonio José Fernandes Lopes deixaria de ser brasileira apenas no nome, para se transformar em uma publicação de expressão não só portuguesa, mas também nossa. Como isso não ocorreu, a concretização do projeto básico inicial não se verificou.

Antonio José Fernandes Lopes poderia ter contratado a colaboração dos escritores brasileiros, como fazia com a colaboração dos autores portugueses. Ademais, como era de seu costume, poderia ter solicitado esse serviço por intermédio de anúncios impressos nas páginas d'*O Panorama*, bem como nas páginas da própria

<sup>54</sup> Provável, porque não podemos afirmar com a devida segurança que a escritora e educadora brasileira estava em Lisboa, durante o ano citado. O que sabemos é que Nísia Floresta Brasileira Augusta, destacou-se desde menina como educadora tanto no Brasil, como em Portugal e que a partir de 1854, passa a residir na Europa, onde visita vários países, vindo a falecer em 1885, na cidade de Ruão, na França.

<sup>55</sup> “Toda publicação, ao colocar-se diante dos seus leitores, procura manifestar os objetivos a que se propõe: diz a que vem e como pretende ser, procurando, ainda, em geral, mencionar as razões da sua criação”, por intermédio dos editoriais de apresentação ou *falas inaugurais* (Elza Miné, *Páginas Flutuantes: Eça de Queirós e o Jornalismo no Século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial. 2000. p. 79).

revista.

Mas, o proprietário d'*A Ilustração Luso-Brasileira* não fez isso. E o motivo de não o ter feito provavelmente está muito aquém de sua vontade, já que, como empresário bem-sucedido, sabia que, angariando a colaboração de nossos autores, seria mais fácil conquistar o público leitor brasileiro, ampliando o prestígio da revista entre nós.

Desta forma, podemos inferir que várias razões, dentre as quais a hipótese de encarecimento dos custos referentes à edição da revista, impossibilitaram uma presença brasileira mais expressiva nas páginas d'*A Ilustração Luso-Brasileira*.

Além disso, ao contratar a colaboração de um escritor brasileiro que não residisse naquela altura em Portugal, o proprietário d'*A Ilustração Luso-Brasileira* poderia ficar à mercê dos atrasos na remessa de colaborações que deveriam atravessar o Atlântico. Ora, em Portugal, em meados do século XIX, eram constantes as reclamações referentes ao serviço de correios. Aliás, as reclamações dos assinantes da província, referentes ao não-recebimento ou ao atraso com que lhes eram enviada *A Ilustração Luso-Brasileira*, eram freqüentes conforme se viu no capítulo II desta tese. O editor atribuía invariavelmente os atrasos da revista aos correios de tais localidades. Imagine-se, então, as vicissitudes por que passaria o correio transatlântico... Assim, para Antonio José Fernandes Lopes contar com a colaboração de escritores portugueses e brasileiros residentes em Portugal era, sem dúvida alguma, muito mais seguro e vantajoso que contar com a colaboração de escritores residentes em outros países. Como na época estudada residia em Lisboa o celebre autor de "Meus oito anos", foi ele, conforme mencionado neste texto, bem como nos capítulos anteriores da tese, o nosso único representante nas páginas da revista portuguesa.

Se *A Ilustração Luso-Brasileira* não foi efetivamente um órgão que veiculasse produções dos dois países, ou crítica à literatura produzida em ambos, atingiu, pelo

menos os dois públicos a que se destinava, sendo distribuída para assinantes de diversas regiões do Brasil.

Assim como *A Ilustração Luso-Brasileira*, de Antonio José Fernandes Lopes, a *Ilustração Brasileira*, de Ciro Cardoso de Meneses, teve dificuldades de se manter, em virtude da falta de número razoável de assinantes, já que as vendas iniciais de subscrição só satisfizeram as expectativas e necessidades do lançamento. Importa lembrar que nem mesmo o acréscimo significativo na venda de assinaturas da *Ilustração Brasileira*, que, conforme mencionamos no capítulo II, aumentou substancialmente devido ao apoio recebido pelo Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Câmara, foi suficiente para suprir satisfatoriamente os gastos de publicação da revista.

Ao contrário da revista portuguesa, a revista editada no Brasil era uma publicação sem fins lucrativos. A verba arrecadada com a venda de assinaturas era destinada apenas para a sua sustentação. Assim, inferimos que entre os objetivos pessoais que motivavam Ciro Cardoso de Meneses a levar adiante a publicação da *Ilustração Brasileira* não estava o de obter recursos financeiros para si, mas o de obter prestígio no círculo intelectual da época, bem como o desejo de provar aos que não acreditavam na viabilidade de sua publicação que era possível, apesar de todas as dificuldades circunstanciais, levar adiante o projeto editorial da primeira revista ilustrada romântica brasileira.

Lembramos que, conforme o mencionado no capítulo I desta tese, entendemos como imprensa ilustrada romântica as publicações que apresentam um conjunto de tendências ideológicas e estéticas próprias do período – como o nacionalismo literário, certa subjetividade, o gosto pela natureza, a colaboração de autores cientes do seu papel –, aliadas ao enriquecimento gráfico proporcionado pelas gravuras e estampas, bem como ao pendor didático e ético de editores empenhados na propagação de conhecimento, instrução, deleite e a uma possível confiança nas

ações governamentais para, juntos, promoverem a “civilização”.

Voltando à questão da viabilidade de se publicar a *Ilustração Brasileira*, acreditamos que, para Ciro Cardoso de Meneses, a edição de cada novo número da revista vinha confirmar tal viabilidade e provava que a efemeridade das publicações periódicas da época não estava relacionada à colaboração do leitor (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 2).

Aí está a *Ilustração Brasileira* (já no seu segundo número) (...) Se muitas publicações que me citais têm morrido ao nascedouro ou pouco depois de verem a luz, outras têm sido as causas. Que não a falta de apoio da ilustrada população desta capital; em umas a sua própria futilidade, em outras a má direção, o mal entendido amor próprio de seus redatores às vezes etc. (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 2).

Para nós, as afirmações de Ciro Cardoso de Meneses referentes ao caráter passageiro das publicações periódicas da época, sobretudo a última hipótese levantada, vão ao encontro do próprio caráter efêmero da revista que editava, tendo em vista que, passadas as excitações do lançamento da *Ilustração Brasileira* e a publicação dos seus dois primeiros números, a amizade de Ciro Cardoso e Ernesto de Souza começou, conforme mencionado no capítulo II desta tese, a ser abalada por comentários e intrigas que feriram o orgulho de Ciro e instigaram o afastamento de Ernesto da redação da revista.

Em outras palavras, de acordo com nosso ponto de vista, a *Ilustração Brasileira* sucumbiu mais em razão de tais comentários que em razão das dificuldades decorrentes de outros fatores circunstanciais, como a falta de verba suficiente para cobrir os gastos de edição.

A esse respeito, convém mencionar que, conforme sugeriu Ciro Cardoso de Meneses no editorial do segundo número da *Ilustração Brasileira*, publicado em março de 1854, o valor recebido com a venda de assinaturas e exemplares da *Ilustração Brasileira* mal dava para suprir os gastos de sua edição, e ele via-se em dificuldades

para dar continuidade à publicação, bem como para melhorá-la a cada novo número, como era seu propósito (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 25, 26).

Tal fato deve ter aborrecido o proprietário da *Ilustração Brasileira*, bem como Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, seu fiel companheiro de redação nos sete primeiros números da revista. Mas não lhes tolheu a consciência sobre os esforços empregados para sustentá-la:

... resta-nos a convicção de que, se não temos feito tudo, ao menos já não temos feito pouco em sustentar por perto de um ano um jornal tão dispendioso (...) E tudo isso sem mais outro recurso do que os nossos assinantes, cada um dos quais só tem concorrido com a quota da sua assinatura (*Ilustração Brasileira*, 1854: 192).

A informação dada por Ciro Cardoso de Meneses no trecho citado confirma o que diz Heloísa Faria da Cruz, na obra *Na Cidade, sobre a Cidade: Cultura Letrada, Periodismo e Vida Urbana*: “a venda adiantada de um número razoável de assinaturas era a estratégia fundamental de sua sustentação” (Cruz, 1994: 156).

Ora, apesar de a venda de assinaturas exercer um papel quase que decisivo na continuidade de uma publicação, apesar de a publicação da *Ilustração Brasileira*, de Ciro Cardoso de Meneses, ter sido prejudicada pela falta de um número de assinantes mais satisfatório, a esse fato não pode ser creditado o encerramento da revista, porque, de acordo com o que explicitamos neste capítulo, bem como com o que foi mencionado no capítulo II, o desgaste entre os dois principais redatores da *Ilustração Brasileira* foi o principal determinante de seu fim.

Quanto à publicação d'A *Ilustração Luso-Brasileira*, de Antonio José Fernandes Lopes, embora a revista tenha sucumbido à insuficiência de verba oriunda da venda de assinaturas para o ano de 1857, ela conseguiu ressurgir em janeiro de 1858 e, conforme mencionamos no capítulo II, manteve-se em atividade até dezembro de 1859.

Ainda, no que se refere ao projeto de ampliação do círculo de leitores das duas *Ilustrações* aqui estudadas, projeto este que está explicitamente inserido e divulgado no editorial de lançamento, ou como define Elza Miné, nas *falas inaugurais* de cada uma delas, podemos dizer que foi realizado, tendo em vista o fato de o proprietário da *Ilustração Brasileira* e de o proprietário d'*A Ilustração Luso-Brasileira* aceitarem o desafio inicial de publicar uma revista ilustrada, da forma como aqui é definida, em uma época de difícil divulgação, em que o possível consumidor não tinha criado o hábito de assinar, ou conforme adverte Ana Luiza Martins, “não dispunha de condições para fazê-lo” (Martins, 2001: 232).

Também no que se refere à divulgação das *Ilustrações*, seria interessante lembrar que, em meados do século XIX, a divulgação das revistas, sobretudo das culturais, era restrita. Era limitada à roda de amigos e profissionais afins. Por esse motivo, entendemos que a influência exercida pelos Conselheiros Eusébio de Queirós e Bernardo Belizário no círculo social e até mesmo intelectual da época, foi bastante benéfica para a publicação da *Ilustração Brasileira*, haja vista que, conforme observamos no capítulo II, ao ser lançada, a revista caiu nas graças dessas duas personalidades, principalmente nas do Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara. Deve-se à influência deste, o aumento significativo na venda de assinaturas.

Entendemos também que o aumento nas vendas de assinaturas d'*A Ilustração Luso-Brasileira* deveu-se muito a Antonio José Fernandes Lopes, que, como empresário de prestígio no ramo tipográfico, manejava com perfeição os meios necessários para divulgar a publicação, entre os quais seu círculo de amigos e profissionais a ele ligados: tipógrafos, correspondentes, autores, bem como os prováveis leitores e as publicações que editava.

A esse respeito, importa ressaltar que o proprietário da revista *A Ilustração Luso-Brasileira* e do periódico *O Panorama* mandava publicar nas páginas deste,



anúncios que promoviam a edição da revista:

'Aviso aos srs. Assinantes de Portugal'. O proprietário d'*O Panorama*, tencionando continuar para o futuro ano de 1858 *A Ilustração Luso-Brasileira*, dirige-se aos seus assinantes atuais, e aos que foram do mesmo semanário, pedindo-lhe a sua coadjuvação. (*O Panorama*, 1857: v. XIV ou 1º da 4ª série, 200)

Creemos que tais anúncios impressos nas páginas de um periódico como *O Panorama* aumentavam a credibilidade d'*A Ilustração Luso-Brasileira* para o público leitor da época, particularmente para aquele leitor mais ingênuo que poderia associar a nova revista à importância e ao prestígio já então adquiridos por *O Panorama*.

Talvez por ser esse fato favorável à revista, também por ser *O Panorama* um excelente veículo de divulgação, Antonio José Fernandes Lopes fez publicar, no celebre periódico português, três meses antes do lançamento d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, o seguinte texto:

***A Ilustração Luso-Brasileira*, Jornal Universal, colaborado por muitos literatos distintos, publicado pelo editor d'*O Panorama***

*A Ilustração Luso-Brasileira* sairá todos os sábados. Cada número conterà 8 páginas ou 24 colunas em formato igual ao das outras semelhantes *Ilustrações*, e será ornado de grande número de gravuras, excetuadas sob a direção do nosso excelente gravador, o sr. José Maria Batista Coelho.

N'*A Ilustração Luso-Brasileira* não de tratarem-se promiscuamente as matérias que constam do seguinte elenco:

I – Parte Histórica. Nesta, que é sem dúvida a parte mais importante em uma *Ilustração*, compreender-se-á: 1º a narração circunstanciada, conscienciosa e imparcialíssima de todos os sucessos contemporâneos de alguma importância, assim na ordem política como na social e econômica; 2º a biografia de todos os personagens que, por qualquer motivo, ganharem certa celebridade, seja qual for a nação a que pertençam. Pareceu-nos também conveniente inserir nesta secção uma sinopse de todos os atos governativos de algum alcance, que se publicarem nas folhas oficiais de Portugal e do Brasil; bem como, quando estiverem reunidos os corpos legislativos, um sumário dos respectivos trabalhos.

II – Parte Científica. Revista dos jornais científicos nacionais e estrangeiros; sessão das academias e sociedades literárias e científicas, assim de Portugal, e do Brasil, como dos demais países. Notícia de novos descobrimentos. Não nos esqueçamos neste lugar de discutir, quando convenha, as questões que mais interessam à pública instrução, indústria etc.

III – Parte Literária. Nesta secção inseriremos romances escolhidos, não demasiadamente extensos, poesias, e em geral todas as composições que pertencem à literatura amena. Viagens, descrições de monumentos, cidades, obras públicas etc.

IV – Crítica Literária. Apreciação imparcial de todas as publicações literárias ou científicas de que houvermos conhecimento, anunciando-se, porém, simplesmente aquelas que forem de menos importância.

V – Parte Comercial. Retrospecto do comércio, situação das associações e empresas industriais, agrícolas, comerciais, de navegação etc., etc. Preço dos fundos públicos e ações que têm curso nas diferentes praças do mundo; conselhos e alvitres.

VI – Espetáculos Públicos. Análise franca dos espetáculos e diversões públicas, teatros, bailes, filarmônicas.

VII – Modas. No fim de cada mês daremos um figurino de moda, acompanhado da necessária explicação.

Tomam-se assinaturas por trimestres, semestres e anos:

	Ano..... 3\$600
Preços em Lisboa.....	Semestre.... 1\$920
	Trimestre..... 1\$000

Nas Províncias (Recebendo os n <sup>os</sup> em casa dos srs. correspondentes)	Ano..... 3\$800 Semestre... 2\$000
--	---------------------------------------

(Recebendo franco pelo correio)	Ano..... 4\$000 Semestre... 2\$100
------------------------------------	---------------------------------------

Império do Brasil (Recebendo em casa do srs. correspondentes)...	Moeda forte Ano..... 5\$000
--	--------------------------------

Querendo receber em suas casas, ou pelos paquetes a vapor, entender-se-ão a este respeito com os srs. correspondentes. Se conseguirmos que o ilustrado governo do Brasil admita no império a nossa *Ilustração* franca de direitos, faremos aos srs. assinantes o abatimento correspondente. Admitem-se também, mas *somente em Lisboa*, assinaturas a n<sup>os</sup>, sendo o preço de cada um, pago no ato da entrega, 80 rs. Avulso cada n<sup>o</sup> custa 120 rs. Todas as assinaturas são pagas adiantadas. Todas as pessoas das províncias que desejarem subscrever para este semanário poderão dirigir-se aos correspondentes d'*O Panorama*, ou ao editor em Lisboa, remetendo pelo seguro do correio uma ordem da importância da assinatura. Em consequência dos preparativos a que temos de proceder para assegurar a regularidade de uma publicação tão importante, o primeiro número sairá no primeiro sábado do mês de JANEIRO próximo (*O Panorama*, 1855: v. XII, IV da 3<sup>a</sup> série, p.328).

Vê-se que o texto anterior, além de divulgar a revista, antecipa o editorial de apresentação dela, coloca diante do público leitor d'*O Panorama* os objetivos a que *A Ilustração Luso-Brasileira* se propunha, menciona a razão de sua criação, além de trazer afirmações incisivas que constituem as vigas mestras da construção do seu projeto editorial.

Antes, porém, lembremo-nos que, como estratégia de venda de assinaturas d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, Antonio José Fernandes Lopes distribuiu exemplares de sua revista em pontos fixos de negociação em Lisboa, no Porto, nas províncias e no Brasil. Em geral, esses pontos eram tipografias, cafés da moda, livrarias, locais de intensificação da vida urbana.

Do mesmo modo, inferimos que a revista de Ciro Cardoso de Meneses também pudesse ser encontrada em tais locais, mas desde que estes estivessem localizados na capital do império brasileiro, tendo em vista que a *Ilustração Brasileira*

só circulou no Brasil, mais especificamente no Rio de Janeiro.

Um leitor menos informado, ao tomar conhecimento disso, pode deduzir que a estratégia de venda utilizada pelo proprietário da revista portuguesa era superior à dos redatores da *Ilustração Brasileira*, ou que a revista de Ciro Cardoso de Meneses não teve o mesmo alcance que a revista de Antonio José Fernandes Lopes, por motivos alheios à vontade dos redatores ou por inabilidade destes.

Para nós, o fato de a revista brasileira ser vendida somente na, então, capital do Império nacional, revela e comprova que o público alvo e os recursos disponíveis utilizados por Ciro Cardoso de Meneses para edição da *Ilustração Brasileira* distanciam-se dos de Antonio José Fernandes Lopes, porque não consta do projeto da revista de Ciro que ela deveria ser uma publicação para dois povos: brasileiro e português.

Além disso, conforme o especificado nos capítulos iniciais desta tese, a situação da imprensa periódica nacional estava muito aquém da portuguesa. Desta forma, por maiores que fossem os esforços e sonhos dos redatores de nossa *Ilustração*, não conseguiriam, naquele momento, atingir o mesmo patamar da revista lusitana.

Cientes de tal fato, Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza, conforme o mencionado no capítulo II, propuseram, ao lançar a *Ilustração Brasileira*, um projeto editorial modesto para os olhos atuais, mas arrojado para o Brasil da época, realizando o sonho de publicar aquela que viria a ser a primeira revista ilustrada brasileira.

## **PROJETO EDITORIAL, PROJETO EDITORIAL UTÓPICO**

A noção de projeto editorial engloba vários elementos, como a escolha do tipo de publicação que será lançada, a forma como será o diálogo desta com o contexto em que se insere, a relação dela com o futuro leitor pretendido, a

periodicidade, bem como a definição dos números de páginas e a escolha do local de impressão, entre outros aspectos.

Tais elementos, aliados aos anseios dos redatores, definem o projeto editorial da publicação, que, normalmente, está explicitado nas *falas inaugurais* das revistas. Assim, para conhecermos o projeto editorial da *Ilustração Brasileira*, assim como o projeto editorial d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, teremos de as rever.

Para sabermos em que medida tais projetos constituem sobretudo a expressão de uma utopia, ou seja, uma descrição do que seria idealmente realizado, e que não se concretiza, devido aos fatores econômicos, sociais, políticos, bem como culturais da época, teremos de efetuar nossa análise com base na leitura, e discussão dessas revistas, levando em conta a época em que se produziram, apresentada no capítulo I. Pelo menos no que se refere ao número de páginas, ao local de impressão e à periodicidade d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, o projeto editorial da revista lisbonense foi cumprido. O mesmo não podemos afirmar com relação à *Ilustração Brasileira*, de Ciro Cardoso de Meneses. Entretanto, também não podemos afirmar o contrário, já que a revista, desde o lançamento até o fim de sua publicação, foi impressa na tipografia inicialmente eleita por ele e por Ernesto de Souza.

Apesar do provável atraso com relação ao dia de saída de cada número – em virtude da falta de matérias suficientes para preenchê-los, ou do não-recebimento das ilustrações que neles seriam inseridas –, a *Ilustração Brasileira*, foi publicada mensalmente durante oito meses consecutivos (de fevereiro a setembro) em que saíram os números pertencentes ao seu primeiro volume.

A esse respeito, convém dizer que, segundo entendemos, o atraso de um ou dois dias, até mesmo o atraso de uma semana na impressão da revista, não descaracteriza a sua periodicidade, tendo em vista que na época estudada os órgãos da imprensa periódica chegavam a desaparecer por meses seguidos, como ocorreu com a revista *Guanabara*, para depois terem suas atividades retomadas.

Além disso, se houve dificuldades para que a *Ilustração Brasileira*, de Ciro Cardoso de Meneses, atingisse os compromissos firmados no editorial de lançamento – transcrito e inserido no final deste volume –, tais dificuldades não estão relacionadas simplesmente aos pequenos atrasos na impressão, mas na própria concretização do projeto.

De acordo com o editorial de apresentação da *Ilustração Brasileira*, ao lançá-la, os redatores esperavam estabelecer de algum modo, nas páginas da revista, a universalidade que consideravam estar perdida, ou seja, desejavam criar uma publicação capaz de englobar a necessidade de colher e produzir, aprender e descobrir, e que unisse os ideais novos aos tradicionais (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 1).

Para nós, o desejo de unir tais ideais constitui as vigas mestras de uma utopia, porque, se é verdade que a união de ambos possibilita uma harmonia entre duas vertentes diferentes e distantes no tempo: uma que chegou ao país com a implantação do movimento romântico, outra que acreditava na possibilidade de trazer para esse movimento características presentes no iluminismo, como a centralização das ciências, também é verdade que dificilmente isso seria realizado com sucesso naquela época, em que inovar, muitas vezes, era confundido com reproduzir algo já realizado, apresentar algo existente em outros lugares sem ter as condições necessárias para realizar tal feito, e como a expressão de um desejo forte, positivo, mas sem definição.

A revista *Ilustração Brasileira* traz como expressão desse desejo a intenção de reunir em si uma multiplicidade de conhecimentos. De acordo com o editorial de apresentação, nela “homens de diversos talentos se associam para (...) retribuir aos conhecimentos humanos seu harmonioso conexo” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 1).

Segundo entendemos, isto significa que a revista de Ciro Cardoso de Meneses deveria publicar textos e matérias relacionados a áreas diversas, como

literatura, sociedade, instrução pública, economia.

Entretanto, conforme o explicitado no capítulo II, a *Ilustração Brasileira* nasceu, sobreviveu, graças à pena, e ao empenho de dois homens, Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza Oliveira Coutinho, que tinham aspirações literárias e eram entusiastas do periodismo literário. Dessa forma, era de se esperar que nas páginas da revista encontrássemos mais textos de cunho literário que científico ou informativos. Além disso, uma parte significativa do pequeno número de colaboradores da *Ilustração Brasileira* também tinha afinidade com o jornalismo. Antonio Pereira Rebouças, por exemplo, havia fundado e dirigido na Bahia o periódico político *O Baiano* (1828-1831); Saturnino de Souza Oliveira escreveu *A Verdade: jornal miscelâneo* (Rio de Janeiro, 1831-1832); Antonio José Vitorino de Barros, após a publicação da *Ilustração Brasileira*, colaborou com vários jornais, como *Semana Ilustrada* (Rio de Janeiro, 1860-1876), *O Lírio* (1867), *O Pirilampo: jornal dedicado a senhoras* (1869), e fundou *O Popular: periódico noticioso* (1879), todos esses editados em Santos (*Dicionário Bibliográfico Brasileiro Sacramento Blake*, 1937).

É verdade que alguns desses jornais tinham um perfil diferente do perfil da revista de Ciro Cardoso de Meneses mas, como ser diferente não quer dizer ser totalmente contrário, a *Ilustração Brasileira*, apesar de não ser noticiosa como o periódico *O Popular*, pretendia também informar o leitor. Ademais, apesar de não ser declaradamente dedicada a senhoras como o periódico *O Pirilampo*, não deixava de ser também destinada a esse público.

Além disso, o perfil da revista *Ilustração Brasileira*, definido em seu editorial de lançamento, deve ter aproximado esses homens de letras da nova revista, pois, segundo entendemos, Antonio Pereira Rebouças, Saturnino de Souza Oliveira, Antonio José Vitorino de Barros, entre outros que colaboraram com a *Ilustração Brasileira*, sentiam a mesma necessidade que os idealizadores da revista, de levar adiante o empenho de propagar conhecimento, instrução e deleite ao maior número de

leitores possíveis. Mas, a inclinação de Ciro Cardoso de Meneses e de Ernesto de Souza para as letras e a contribuição basicamente literária dos seus colaboradores fizeram da *Ilustração Brasileira* uma publicação ilustrada mais preocupada com a divulgação de textos literários, sobretudo com a divulgação de poemas que com a divulgação de textos de conhecimentos gerais.

Desta forma, apesar de o projeto editorial explicitado nas *falas inaugurais* da *Ilustração Brasileira* sugerir que ela uniria em si todos os ramos das ciências e conhecimentos humanos, como a economia política, a estatística, as leis de interesse geral, a eloquência parlamentar, a biografia, o exame crítico de obras, e que seus colaboradores teriam por objetivo, conforme mencionamos no capítulo II, “atingir a verdade quer por meio das ciências, quer por meio da arte” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 1), a *Ilustração Brasileira* acaba não abrangendo o vasto quadro de assuntos a que se propusera.

Além disso, o fato de a revista não divulgar em suas páginas textos pertencentes a essas diversas áreas de conhecimento e interesse sugere que o projeto inicial da *Ilustração Brasileira* previa uma abordagem ampla demais para uma revista que começava. Sugere também que Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, ao elaborarem tal projeto, deixaram-se levar pela utopia, e não deram a devida importância às dificuldades de se granjear no Brasil colaboradores capazes e dispostos a contribuir espontaneamente num quadro de assuntos tão abrangente.

Acrescente-se que, para uma publicação periódica da época atrair a atenção dos intelectuais, conseguir a colaboração dos homens de letras e de homens das diversas áreas de conhecimentos, bem como a de todos os simpatizantes da imprensa periódica, seria preciso contar com a proteção financeira de alguma sociedade patrocinadora, ou do governo, uma vez que, quando se tem verba, tem-se colaboradores.

A *Ilustração Brasileira* financeiramente não podia contratar o trabalho de tais homens, ou seja, não podia pagar pelas colaborações recebidas. Por esse motivo, não pôde cumprir com o projeto editorial explicitado em sua *fala inaugural* e publicar o vasto quadro de assuntos a que inicialmente se propusera, porque não recebia de forma gratuita e com a freqüência necessária textos referentes a temas tão diversificados.

O mesmo não ocorreu com *A Ilustração Luso-Brasileira* que, de acordo com o texto publicado na página 328 do décimo segundo volume d'*O Panorama*, quarto da terceira série, e inserido neste capítulo, bem como com o que explicitamos no capítulo II desta tese, também se propunha a abordar um vasto quadro de assuntos, entre os quais: históricos, literários, referentes ao comércio, aos espetáculos públicos e à moda (*O Panorama*, 1855: v. XII, IV da 3ª série, p. 328).

Contando com um número bastante expressivo de colaboradores. *A Ilustração Luso-Brasileira* exibe um amplo leque de matérias de assuntos diversos que vão desde as biografias de personagens célebres da época, a sinopse de atos governativos de algum alcance, notícias de novos descobrimentos científicos, romances (folhetins), poemas, retrospectos do comércio, situação das associações, até aquelas temáticas relacionadas a empresas industriais, agrícolas, comerciais e de navegação, análise dos espetáculos públicos, até figurinos de moda.

Assim sendo, *A Ilustração Luso-Brasileira*, de Antonio José Fernandes Lopes, conseguiu cumprir com o objetivo a que se propusera, porque não sofreu com as mesmas dificuldades financeiras que a *Ilustração Brasileira* e, conseqüentemente, pôde pagar por colaborações recebidas.

A própria situação política e socioeconômica de Portugal da época, bem como da imprensa periódica portuguesa, que, conforme mencionamos no capítulo I, estava mais desenvolvida que a nossa, possibilitava aos novos órgãos criados certa estabilidade financeira, ou seja, permitia que as publicações se auto-sustentassem



apenas com a venda de assinaturas, caso caíssem no gosto do público leitor.

No Brasil, mesmo quando isto acontecia, era difícil para uma publicação literária garantir sua sustentação, porque geralmente circulavam mais entre amigos e grupos afins. Estes, conforme mencionamos anteriormente, muitas vezes não tinham condições ou o hábito de assinar.

Desta forma, para publicações menores como a revista *Ilustração Brasileira*, que tinha como público-alvo apenas o leitor carioca, auto-sustentar-se e ainda arrecadar dinheiro para a contratação de colaboradores para assuntos que, de acordo com o editorial de lançamento, a revista deveria veicular, eram objetivos praticamente irrealizáveis. No projeto editorial da mesma, instalava-se, assim, uma utopia.

Convém lembrar que, com exceção da colaboração de litógrafos estrangeiros, a *Ilustração Brasileira*, conforme mencionamos no capítulo II desta tese, não contratava nenhum outro tipo de colaboração. As matérias que não saíram da pena de Ernesto de Souza e de Ciro Cardoso de Meneses provinham de pessoas pertencentes ao círculo de amigos desses dois redatores, ou ao círculo de amigos do Conselheiro Eusébio de Queirós Coutinho Mattoso Câmara.

Como o projeto editorial da revista previa também que ela mantivesse certa originalidade, ao mesmo tempo que reproduzisse trabalhos “dos sábios cujas luzes se espargem pelo mundo civilizado” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 2), essa revista, para cumprir tal objetivo, contou com algumas traduções de textos estrangeiros de cunho literário, realizadas por Ciro Cardoso de Meneses e por Antônio Luiz Hoonhaltz, então aspirante da guarda marinha brasileira. Apesar de não serem de obras conhecidas, e de não terem seus autores originais identificados, as traduções demonstram que havia realmente, por parte dos redatores, bem como do pequeno grupo que os cercava, o empenho em cumprir as propostas feitas por ocasião de seu lançamento.

Ainda com relação ao projeto editorial da *Ilustração Brasileira*, convém mencionar que ela deveria promover a ilustração<sup>56</sup> dos leitores:

Foi para esse fim que se fundou a *Ilustração Brasileira*: seus colaboradores (...) sabem que não lhes incumbiu Deus que acendessem os archotes que alumiam a humanidade, mas cuidadosos velarão que se não extingam, e poderão assim transmiti-los de mão em mão como os andarins (sic) antigos de que fala o poeta (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 1).

Nota-se, portanto, que os desejos que moveram Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho não eram em nada despretensiosos. Ambos tinham muita confiança no progresso social e acreditavam que a sociedade nacional da época necessitava de uma publicação como a *Ilustração Brasileira* para acelerar o seu processo de desenvolvimento, o que não deixava de constituir uma atividade séria, empreendedora e arrojada para a época.

Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza, acreditavam que a *Ilustração Brasileira* venceria a descrença que se voltava para todas as novas publicações da imprensa periódica nacional, resolveria os problemas oriundos das dificuldades encontradas para a concretização dos propósitos editoriais e passaria para a posteridade como uma publicação de renome que teria contribuído para a formação cultural, bem como político-social do povo brasileiro (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. 1).

Entretanto, não conquistou a posteridade da forma utopicamente sonhada por eles. Ela é, atualmente, pouco conhecida pelos estudiosos do periodismo literário e ilustrado brasileiro, os quais, se não ignoram a sua existência, acabam confundindo essa publicação com *Ilustrações* lançadas nas décadas finais do século XIX. Entre estas a *Ilustração do Brasil*, lançada em 1876, e a *Ilustração Brasileira*, publicada entre os anos de 1877-1878. Na verdade, não conhecemos nenhuma outra pesquisa que tenha sido dedicada ao estudo da *Ilustração Brasileira*, de Ciro Cardoso de Meneses.

<sup>56</sup> A palavra “ilustração” empregada nesse contexto se refere a instrução, esclarecimento.

Sabemos que é grande o número de periódicos surgidos na época. Número este que se ampliava quantitativamente em razão da própria efemeridade desses órgãos, a qual propiciava que os proprietários, redatores e colaboradores de determinada revista ou jornal, com o encerramento da publicação a que estavam ligadas, passassem a integrar novos projetos editoriais.

Para nós, a realização de tais projetos garante a continuidade da imprensa nacional, mostra a determinação dos homens a ela ligados, evidencia a necessidade de se produzir publicações periódicas, ao mesmo tempo que sugere uma provável descrença por parte da sociedade daquele período com relação à durabilidade dos novos órgãos.

O caráter passageiro dos órgãos da imprensa nacional daquele período, embora viabilizasse o surgimento de novas publicações, é, sem dúvida alguma, um aspecto negativo provocado pelas diversas dificuldades editoriais encontradas. Tal aspecto pode facilmente ser atribuído à *Ilustração Brasileira*, tendo em vista que o curto período em que a revista permaneceu em atividade torna-a uma publicação efêmera. Todavia, se considerarmos que na época estudada algumas publicações nacionais chegavam a morrer no prelo, sem serem lançadas, e que outras tiravam apenas o primeiro, ou o segundo número, a revista de Ciro Cardoso de Meneses pode ser considerada duradoura, pois sobreviveu por doze meses (de fevereiro de 1854 a janeiro de 1855), durante os quais, conforme mencionado no capítulo II desta tese, foram editados os seus 9 números.

Ainda com relação à permanência da revista *Ilustração Brasileira* no círculo cultural da época estudada, convém lembrar que, ao lançá-la, Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza acreditavam que a revista poderia permanecer em atividade por um período bem superior ao que de fato permaneceu<sup>57</sup>. Seus editores fundamentavam a crença na durabilidade da revista, na intensa vontade de levar o

---

<sup>57</sup> Essa informação pode ser constatada por meio da leitura dos editoriais da revista, particularmente do segundo editorial da *Ilustração Brasileira* (1854).

projeto adiante, pois, para eles, o desejo de um homem era algo quase que inabalável: “Não conhecemos no mundo moral mais forte do que a vontade; guiada pela razão não há talvez obstáculo que não vença” (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. 1, 25).

No entanto, até o lançamento da *Ilustração Brasileira*, não haviam dirigido antes nenhum outro periódico; portanto, ainda não haviam vivenciado o dia-dia da redação de uma revista. O professor e tradutor Ciro Cardoso de Meneses teve, ao publicar a revista, sua primeira experiência no ramo. Após o encerramento da *Ilustração Brasileira*, partiu para a edição de um novo periódico, conforme mencionamos no capítulo II. O jovem médico Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho, apesar de já ter colaborado em outros periódicos, como a *Minerva Brasiliense*, *Íris* e o *Correio Mercantil do Rio de Janeiro*, não havia participado diretamente da redação de nenhum deles e desconhecia, na prática, as dificuldades circunstanciais que incidiam sobre as publicações da imprensa periódica, principalmente das menores, como era o caso da *Ilustração Brasileira*.

Essa inexperiência dos idealizadores da revista carioca fez com que a realização de seu projeto não se efetivasse da forma prevista.

Ao contrário da *Ilustração Brasileira*, *A Ilustração Luso-Brasileira*, do experiente empresário Antonio José Fernandes Lopes, teve, conforme mencionado no capítulo II, uma existência mais longa. Permaneceu em atividade nos anos de 1856, 1858 e 1859. Como não foi encerrada em decorrência de fatores externos, não há dúvidas de que poderia continuar sendo publicada por um período mais alargado.

Importa lembrar que as dificuldades decorrentes da falta de colaboradores e colaborações que tanto pesava sobre a edição da *Ilustração* publicada no Brasil – contribuindo para um provável empobrecimento desta, sobretudo com relação à variedade, quantidade e até mesmo qualidade dos textos nela publicados –, não foram sentidas pela redação d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, a qual contava com uma equipe de colaboradores contratados pelo proprietário, Antonio José Fernandes Lopes,

bastante significativa.

No texto “Feliz Achado”, escrito por Francisco Maria Bordalo<sup>58</sup> e impresso no número 31 do primeiro volume da revista, encontramos a sugestão de que o proprietário d’*A Ilustração Luso-Brasileira* poderia pagar pela colaboração recebida.

E desta vez achei... Adivinhei o que, leitores? Um rolo de papéis, cuidadosamente lacrados, e com este letreiro em sofrível bastardinho: *As Minha Calças*. Esta preciosidade estava escondida em um buraco da carvoeira. Lancei um olhar investigador à pantalone que tinha no corpo e vi-a meio coçada, em seguida li de novo em voz alta o rótulo do embrulho: *As Minha Calças!*... – São minhas, não há dúvida, acrescentei mentalmente; e sem reparar no pequeno volume que tinha na mão imaginei ver sair daquele invólucro de papel um par de calças finíssimas e ajeitadas. Não sucedeu assim, nem era possível que tal acontecesse. Porém **espero comprar um par de calças, muito boas e muito a meu gosto, com o dinheiro que o Editor d’*A Ilustração Luso-Brasileira* me há de dar por este Feliz Achado [o grifo é nosso]** (*A Ilustração Brasileira*, 1856: v. I, 241).

O trecho citado, assim como o fato da revista contar com a colaboração de José de Torres – escritor português que, conforme explicitamos no capítulo II, fez do jornalismo político e literário profissão exclusiva, que tinha o trabalho como única fonte de renda –, são indícios que sugerem o pagamento das colaborações recebidas. Desta forma, podem servir como evidência de que Antonio José Fernandes Lopes pagava as colaborações recebidas pel’ *A Ilustração Luso-Brasileira*.

Voltando às questões referentes ao projeto editorial das duas revistas, é nosso objetivo agora também focalizar a participação dos colaboradores de cada uma das *Ilustrações* para saber em que medida eles contribuem para a implementação das linhas propostas nos editoriais de lançamento das referidas revistas.

<sup>58</sup> Oficial da marinha portuguesa e fecundo escritor. Teve as narrativas marítimas como gênero literário preferido (Dicionário Biográfico Luso-Brasileiro Inocência).

## CONSIDERAÇÕES COMPLEMENTARES

Além dos textos mencionados no capítulo III desta tese, a *Ilustração Brasileira*, e *A Ilustração Luso-Brasileira*, trazem um número expressivo de textos (contos, romances (folhetins), poemas e achegas críticas) que, delineiam o perfil literário de ambas.

Na *Ilustração Brasileira*, por exemplo, publicaram-se mais poemas que textos de ficção. A esse respeito, convém ressaltar que em suas 215 páginas, encontram-se publicados 25 composições poéticas e apenas 8 textos ficcionais, sendo 2 deles capítulos de um mesmo romance (folhetim), *O Livro D'Alina* (*Ilustração Brasileira*, 1854-1855: v. I e II).

Creemos que a predominância de poemas observada, reflete uma característica comum das revistas culturais da época – principalmente das revistas menores, ou seja, das que circulavam em uma localidade mais restrita, como era o caso.

Ainda com relação à revista portuguesa, informamos que nos três volumes d'*A Ilustração Luso-Brasileira* encontram-se publicadas 171 composições poéticas, sendo 11 delas escritas por Casemiro de Abreu, além de um total de 282 textos, entre capítulos de contos e de romances (folhetins). Destes, 3 compõem os capítulos iniciais do romance *Camila*, de Casemiro de Abreu. Romance este que, conforme explicitado no capítulo II, ficou inacabado.

Nota-se, portanto, que a colaboração enviada pelo escritor brasileiro à redação d'*A Ilustração Luso-Brasileira* foi bastante significativa. Nota-se também que, ao contrário da publicação brasileira, a revista de Antonio José Fernandes Lopes publicou em maior número os textos de ficção.

Do mesmo modo, o número de colaboradores da revista lusitana é muito mais expressivo quantitativa e qualitativamente que o acanhado número de colaboradores da revista de Ciro Cardoso de Meneses, como já foi apontado.

Entre os colaboradores d'*A Ilustração Luso-Brasileira* constam os escritores portugueses Camilo Castelo Branco, Carlos José Caldeiras, Moraes Carvalho, J. J. Mendes Cavaleiro, Hipólito Ferreira Garces, Antonio Maria Garcia Júnior, Júlio César Machado, Manuel Pinto Neves, F. E. Payant, Francisco Serra, João Guilherme Teixeira, entre muitos outros, cujos textos contemplaram todos os assuntos históricos, literários e crítico-literários que *A Ilustração Luso-Brasileira* se propusera a tratar.

Os assuntos referentes à moda, aos espetáculos públicos, bem como aos retrospectos comerciais, cuja divulgação estava, conforme mencionamos no início deste capítulo e no capítulo II desta tese, prevista no projeto editorial da revista de Antonio José Fernandes Lopes, também foram abordados por integrantes dessa vasta lista de colaboradores d'*A Ilustração Luso-Brasileira*.

Ernesto Biester, por exemplo, foi, conforme mencionamos no capítulo II, um dos colaboradores mais significativos da revista. Aliás, Biester contribuiu com o envio de textos literários e de sinopses que, com o título de "Crônica Semanal", englobavam uma variedade de fatos culturais, políticos e sociais ocorridos em Portugal e em países como Inglaterra, Itália e Espanha, bem como de fatos político-sociais ocorridos no Brasil e divulgados em jornais portugueses.

Outro significativo colaborador d'*A Ilustração Luso-Brasileira* para assuntos não-literários foi Ignácio de Vilhena Barbosa. Boa parte dos textos impressos no segundo e no terceiro volume da revista lusitana saiu da pena desse escritor, sobretudo os textos referentes a fatos históricos e políticos, além dos textos referentes a cidades, edificações, templos, moda, bem como a progressos técnicos (*A Ilustração Luso-Brasileira*, 1858,1859: v. I e II).

Segundo entendemos e conforme sugerimos ao longo deste trabalho, foi graças à abundante contribuição dos escritores aqui citados que *A Ilustração Luso-Brasileira* conseguiu divulgar todo tipo de informação e conhecimentos úteis que visavam ilustrar o leitor, ou seja, esclarecê-los.

Além disso, convém mencionar que, em nossa opinião, os textos literários nela impressos merecem destaque porque exerceram a dupla função de deleitar e apurar o gosto do leitor da revista. Aliás, os textos de cunho literário, principalmente os contos e romances em forma de folhetins nas páginas d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, deviam atrair a atenção do leitor, desejoso de conhecer o desenrolar entrecortado da história.

Do mesmo modo, a publicação de contos e romances (folhetins) nas páginas da *Ilustração Brasileira*, tinha, segundo entendemos, a função de educar e apurar o gosto literário de seu público. Mas, como o número de tais textos nela publicado foi muito modesto, tal função foi desempenhada pelas composições poéticas. De qualquer forma, os textos literários constantes das publicações periódicas ilustradas daquele período, particularmente nas duas *Ilustrações* estudadas, são os que melhor contribuem para a realização dos respectivos projetos editoriais.

Ambos os projetos visavam também divulgar conhecimentos gerais, de forma rápida. Deste modo, ao divulgá-los, estas *Ilustrações* desempenharam um papel bastante relevante em sua época. No caso de Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza Oliveira Coutinho que arcaram com toda a responsabilidade de publicar a revista, foi graças ao seu sonho, empenho, seriedade e trabalho que a *Ilustração Brasileira* surgiu no cenário da imprensa periódica romântica nacional como a primeira “ilustração” que exhibe, ao mesmo tempo as tendências estéticas e ideológicas próprias do período.

Segundo entendemos, periódicos anteriores à publicação da *Ilustração Brasileira*, como *Lanterna Mágica* (1844-1845), conhecidos por inserirem gravuras em suas páginas, pendiam mais para os debates filosóficos que à divulgação de conhecimentos gerais. Outros, como a *Marmota Fluminense* (1849) e a *Marmota na Corte* (1852-1857), praticamente não continham ilustrações, apenas algumas partituras de música e um ou outro traje de moda.



Desta forma, pelos motivos aqui expostos, pelos próprios projetos propostos nas *falas inaugurais* da *Ilustração Brasileira*, bem como pelas realizações de boa parte destes projetos, concluímos que a *Ilustração Brasileira* inaugura uma nova fase na imprensa periódica brasileira, a da imprensa ilustrada no sentido que aqui a definimos.

Concluímos também que, devido aos projetos propostos no texto sobre a *Ilustração Luso-Brasileira* publicado no periódico *O Panorama*, bem como à explicitação de tais projetos nos editoriais de apresentação da revista de Antonio José Fernandes Lopes, sobretudo à realização efetiva de tais propostas e ao seu vasto número de colaboradores, leitores e textos nela impressos, podemos afirmar que *A Ilustração Luso-Brasileira* atinge praticamente todos os objetivos a que se destinava.

Concluímos ainda que, de acordo com as informações obtidas nesta pesquisa, a revista de Antonio José Fernandes Lopes obteve melhor êxito ao desenvolver o seu projeto editorial do que a revista de Ciro Cardoso de Meneses, porque, conforme mencionamos em capítulos anteriores, as condições sociais, econômicas e políticas portuguesas eram mais propícias ao desenvolvimento da imprensa periódica que as condições sociais, econômicas e políticas nacionais.

Por fim, concluímos que, assim como ocorre com a *Ilustração Brasileira* de Ciro Cardoso de Meneses no Brasil, em Portugal, *A Ilustração Luso-Brasileira*, de Antonio José Fernandes Lopes, também abre caminho para as publicações periódicas da imprensa romântica ilustrada lusitana.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Rever o percurso percorrido pela imprensa romântica de língua portuguesa até o aparecimento das revistas *Ilustração Brasileira* e *A Ilustração Luso-Brasileira*, o projeto proposto por estas revistas, e a concretização de tais projetos, é, de certa forma, resumir e reafirmar tudo o que procuramos realizar nas diferentes etapas de elaboração deste trabalho. Assim, vimos que a vinda para o Brasil de D. João VI e sua permanência no país criou condições indispensáveis à nossa expansão cultural e intelectual, principalmente no que se refere ao surgimento da imprensa nacional. Pudemos também ver que a necessidade de unir forças para expulsar o invasor francês criou condições favoráveis ao desenvolvimento da imprensa lusitana, que, apesar disso, desenvolveu-se lentamente, em meio a leis que ora concediam benefícios a ela, ora restringiam sua liberdade de expressão. Além disso, constatamos que, no Brasil, a situação não foi diferente, pois o governo impunha forte censura aos órgãos de imprensa, particularmente aos órgãos da imprensa jornalística.

Entretanto, constatamos que os jornais e as revistas literárias brasileiras, por não terem pretensões revolucionárias, circularam livres das restrições impostas, podendo, até mesmo, contar com o auxílio financeiro do imperador, como ocorreu com a revista *Guanabara*. Em Portugal, tais publicações também circularam livres de tais imposições.

Procuramos ainda deixar bem claro que as ilustrações nacionais e portuguesas contribuíram para a difusão de conhecimento geral, auxiliando na divulgação de matérias diversas de forma didática, como ocorreu com a *Ilustração Brasileira* e *A Ilustração Luso-Brasileira* – revistas que mantiveram a mesma característica enciclopédica e de instrução que outras publicações literárias da época, mas que incluíram em seu projeto editorial o recurso da ilustração como forma de valorização do texto escrito, criando um vínculo entre ilustração e textos que não poderia ser quebrado, aliando a este vínculo a vontade consciente de seus

redatores de ilustrar o leitor, de atacar o crime e o vício, estimulando a virtude, ao mesmo tempo que deleitava o coração.

Para desempenhar tal papel, vimos que a *Ilustração Brasileira* elegeu as composições poéticas, imprimindo número significativo de poemas, além de contos, fábulas e de um romance-folhetim. A *Ilustração Luso-Brasileira* deu preferência aos textos mais longos, imprimiu vasto número de contos, romances-folhetins e textos com idéias teóricas e críticas de interesse literário, impressos inclusive na forma de seriados, sem desprezar o texto poético e a crônica dos acontecimentos da semana.

Notamos que o privilégio concedido pela *Ilustração Brasileira* ao texto poético, assim como o d'A *Ilustração Luso-Brasileira* ao texto de ficção, não foi intencional, ou seja, não consta no projeto editorial de nenhuma das revistas que elas deveriam dar preferência a este ou aquele tipo de texto. Notamos ainda que essas escolhas foram impostas pelo momento e pelas circunstâncias que envolviam o processo editorial de cada revista, além da colaboração por elas conseguida.

Sabe-se que, tanto no Brasil como em Portugal, o momento era favorável à narrativa ficcional, gênero de texto que, para uma revista com uma lista de colaboradores tão expressiva como a d'A *Ilustração Luso-Brasileira*, não era difícil de ser conseguido, o que não ocorria com uma revista que contou com grupo tão escasso de colaboradores como a *Ilustração Brasileira*, a qual, lembramos, sobreviveu graças ao esforço e às penas de seus dois principais redatores – Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho. Assim, constatamos que, por esse motivo, a revista nacional não pôde acompanhar o modismo da época e apresentar um número mais significativo de textos de ficção. Por outro lado, observamos que as composições poéticas, comuns em álbuns de senhora e em álbuns de recordação em geral, eram mais fáceis de serem conseguidas como colaboração. Vimos no terceiro capítulo que, do próprio Ciro Cardoso de Meneses, foi publicada nas páginas da *Ilustração Brasileira* uma composição poética, dessas guardadas como recordação. Trata-se da

glosa que ele escrevera aos quatorze anos – seu primeiro trabalho literário.

Reiteramos ainda que o fato de a *Ilustração Brasileira* não contar com colaboração mais expressiva não lhe tira o mérito de ser a primeira publicação da imprensa romântica ilustrada nacional; apenas coloca em evidência seu modesto perfil, conseqüência talvez da ausência de grandes nomes da nossa literatura romântica. Além disso, mostramos que nenhuma outra publicação da época contou com a presença de idealizadores tão empenhados, ou seja, motivados pelo forte senso de missão que movia Ciro Cardoso de Meneses e Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho. As dificuldades oriundas da falta de verba e de colaboradores, bem como as de obter as ilustrações que desejavam que figurassem ao lado de determinado texto, pareciam não desanimá-los, pois estavam confiantes no futuro e poderiam ter prolongado, por mais tempo a edição da revista se não tivessem se deixado contaminar por intrigas que destruíram a amizade que os unia, ocasionando o desligamento de Ernesto de Souza da redação e, posteriormente, a extinção da *Ilustração Brasileira*, sem prévio aviso.

Mostramos, ainda, que diferentemente da revista nacional, *A Ilustração Luso-Brasileira* não tinha à frente da redação literatos tão preocupados em enfrentar e superar obstáculos para a edição da revista, mesmo porque a situação política, econômica e social portuguesa, bem como a situação material da imprensa lusitana exigia menos esforço dos editores. Porém, isso não significa que estes atribuíam uma importância menor ao papel que desempenhavam.

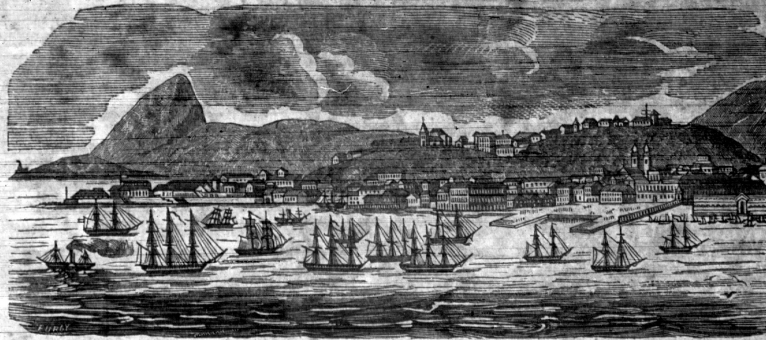
Além disso, esclarecemos que o proprietário d'*A Ilustração Luso-Brasileira*, desejando incentivar e investir na imprensa ilustrada romântica de língua portuguesa, aproveitou o momento oportuno a tal investimento, a que juntou sua experiência e a provável influência no ramo tipográfico de seu país para lançar a nova revista, seguindo as tendências d'*O Panorama*. Ao fazer isso, criou também um eco entre ambas as publicações impressas em sua gráfica.

Assim como os idealizadores da revista nacional, o proprietário da revista portuguesa acreditava que *A Ilustração Luso-Brasileira* poderia passar para a posteridade e, por esse motivo, não tinha a intenção de abandonar a sua publicação. Todavia, o falecimento de sua esposa, que o deixara com oito filhos – o mais velho deles com oito anos –, fez com que a encerrasse para se dedicar à educação dos filhos. Diferentemente do que ocorre com a revista brasileira, o leitor da revista lusitana inteira-se por meio de nota, inserida no último número do terceiro volume e citada no capítulo dois deste trabalho, da decisão tomada por Antônio José Fernandes Lopes de encerrar a publicação da revista.

A amostra de poemas e contos veiculados em uma e outra ilustração, que apresentamos no terceiro capítulo, bem como a amostra de achegas de crítica literária publicadas n'*A Ilustração Luso-Brasileira*, nele inserido, é importante para que o leitor atual entre em contato direto com as revistas, conhecendo-lhes o perfil literário, assim como textos significativos de autores que tiveram projeção na época estudada.

O fato é que as duas ilustrações aqui focalizadas, acabaram caindo no esquecimento do público, bem como dos atuais estudiosos, devido, provavelmente, ao grande número de periódicos impressos no período e às dificuldades de acesso a fontes de pesquisa. Foi nosso intuito resgatá-las, sanando tal lacuna e mostrando o papel importante e pioneiro por elas desempenhado – o de inaugurarem em seus respectivos países, uma nova faceta da imprensa romântica de língua portuguesa.

# ILUSTRAÇÃO BRASILEIRA.



VOL. I.

RIO DE JANEIRO, FEVEREIRO, 1854.

N. 1.



## INTRODUÇÃO.

Al longe o tempo em que as sciencias podião ser reunidas sob um só nome e abraçadas por uma só intelligencia. Não se reproduzem mais as épocas raras em que a universalidade scientifica he possível, e cremos mesmo que ella nunca he possível senão com a condição de ser apparente. Só nos tempos de ignorancia é que se encontra homens que não ignorão cousa alguma. Á medida que os conhecimentos humanos se estendem e se organisão, sobrepujão e muito as faculdades do espirito mais poderoso.

O tempo redobra e manifesta incessantemente a necessidade de medir os estudos á capacidade da intelligencia, á duração da vida. Quanto mais os raios se estendem, mais se desviam. Assim as sciencias desenvolvendo-se isolam-se, e todavia cada uma parte do espirito humano e chega ao infinito. Quando se prefere colher em vez de produzir, apprender em vez de descobrir, e quando substitue-se a ideia pela tradição poder-se ha simular pela universalidade da memoria a universalidade da sciencia. Mas então a originalidade cahc, perde-se esmagada sob o pezo da erudição.

Porém ás sciencias que se multiplicão e se isolão não será mister uma certa centralisação, symbolo para os grandes Estados da unidade nacio-

nal, e para ellas da identidade do espirito humano? Uma separação mui absoluta sem duvida alguma lhes afracará esse caracter philosophico que constitue a sua primeira authoridade. Arrastadas na investigação de factos desligados se as sciencias não se resumem, dissipar-se-hão — ellas que devem incessantemente proejar para a unidade, que entretanto jámais poderão attingir.

Quando pois espirito algum é capaz de central-as todas em si, como raios luminosos no foco de um valente objectivo, homens de diversos talentos se associão para restabelecer de algum modo a universalidade perdida, e retribuir aos conhecimentos humanos seo harmonioso connexo.

Foi para esse fim que fundou-se a *Ilustração Brasileira*: seus collaboradores tem por função attingir á verdade, quer por meio da sciencia, quer por meio da arte. Elles bellamente sabem que não lhes incumbio Deos que accendessem os archotes que allumiao a humanidade, mas cuidados velarão que se não extingão, e poderão assim transmitti-los de mão em mão como os andarins antigos de que falla o poeta. E ninguem desconheça que na ordem material, moral, historica, quer seja preciso exprimir os phenomenos, as ideias ou as acções, alguma cousa ha tão necessaria e mais difficil talvez do que a sciencia; é a

**ANEXOS:** Apresentamos a seguir a transcrição de editoriais da revista *Ilustração Brasileira* (1854-1855), bem como d' *A Ilustração Luso-Brasileira* (1856, 1858, 1859), importantes para a consideração da enunciação dos propósitos de tais publicações. Apresentamos também a transcrição dos textos de ficção e dos poemas da revista brasileira, dados como amostra no capítulo três, além dos textos de ficção, dos poemas e achegas críticas da revista lusitana, nele referido.

## INTRODUÇÃO

(*Ilustração Brasileira*, vol I. nº 1, p. 1,3 / Rio de Janeiro, fevereiro de 1854)

Vai longe o tempo em que as ciências podiam ser reunidas sob um só nome e abraçadas por uma só inteligência. Não se reproduzem mais as épocas raras em que a universalidade científica é possível, e cremos mesmo que ela nunca é possível senão com a condição de ser aparente. Só nos tempos de ignorância é que se encontra homem que não ignoram coisa alguma (sic). À medida que os conhecimentos humanos se estendem e se organizam, sobrepujam e muito as faculdades do espírito mais poderoso.

O tempo redobra e manifesta incessantemente a necessidade de medir os estudos à capacidade da inteligência, a duração da vida. Quanto mais os raios se estendem, mais se desviam. Assim as ciências desenvolvendo-se se isolam, e, todavia cada uma parte do espírito humano e chega ao infinito. Quanto se prefere colher em vez de produzir, aprender em vez de descobrir, e quando se substituir a idéia pela tradição poder-se-á simular pela universidade da memória a universalidade da ciência. Mas então a originalidade cai, perde-se esmagada sob o peso da erudição.

Porém as ciências que se multiplicam e se isolam não será mister uma certa centralização, símbolo para os grandes Estados da unidade nacional, e para elas da identidade do espírito humano? Uma separação mui absoluta sem dúvida alguma lhes

afracará esse caráter filosófico que constitui a sua primeira autoridade. Arrastadas na investigação de fatos desligados se as ciências não se resumem, dissipar-se-ão-elas que devem incessantemente projetar para a unidade, que, entretanto jamais poderão atingir.

Quando pois espírito algum é capaz de concentrá-las todas em si, como raios luminosos no foco de um valente objetivo, homens de diversos talentos se associam para estabelecer de algum modo a universalidade perdida, e retribui aos conhecimentos humanos seu harmonioso conexo.

Foi para esse fim que se fundou a *Ilustração-Brasileira*: seus colaboradores têm por função atingir a verdade, quer por meio das ciências, quer por meio da arte. Eles belamente sabem que não lhes incumbiu Deus que acendessem os archotes que alumiam a humanidade, mas cuidadosos velarão que se não extingam, e poderão assim transmiti-los de mão em mão como os andarins antigos do que falta o poeta. E ninguém desconheça que na ordem material, moral, histórica, quer seja preciso exprimir os fenômenos, as idéias ou as ações, alguma coisa há tão necessária e mais difícil talvez do que as ciências; é a arte, essa parcela de criação nosso. A arte realiza o pensamento, e fá-lo sair do invisível: manifesta-o à alma já por meio da linguagem, já por meio do som ou da forma.

Sem falar agora da influência, da missão da imprensa, afirmamos que os mesmo princípios e o mesmo espírito que presidiram sempre a todos os nossos atos se encontrarão no vasto quadro dos assuntos de que se ocupará a *Ilustração Brasileira*, a saber: a moral pública, os costumes públicos, a política de interesse geral e do domínio da história, a economia política, a estatística e as leis de interesse geral, a eloquência parlamentar, e judiciária, as ciências e belas artes, a literatura, a biografia, o exame crítico das obras que aparecerem, o comércio, a indústria, as descobertas e as invenções realmente úteis. Para melhor preencher este plano pediremos auxílio aos trabalhos dos sábios cujas luzes se espargem pelo mundo



civilizado, recorreremos às meditações da profunda Alemanha, às produções da industriosa Inglaterra, da poética Itália, e dos autores que são a glória da França.

Devemos agora, ainda que de relance, espalhar os olhos sobre a sociedade, cujo estudo, como o sabem todos, tem sido nos tempos modernos avantajado à ciência do homem. Mas eis-no desde já perplexo entre a sensibilidade que perturba a alma e a razão que a tranqüiliza. A posição dos principais historiadores da antiguidade romana explique até certo ponto nosso pensamento. O pomposo e circunstanciado Tito Lívio que prolonga a narração por meio de admiráveis períodos é absolutamente baldo de gênio político. Os comentários de Machiavel com tintas graves e sombrias brilham sobre o horizonte, extenso e límpido do *pompeiano* literato (sic). Salustio tinha conversado com Cezar, conhecia os homens, sabia as coisas a fundo, de caso pensado escreveu a história escolhendo ele mesmo o assunto, foi conciso voluntariamente e deu-nos a mais bela amostra do gênio romano no momento do seu maior poderio. Tácito que não possuía a serenidade da alma de Tito Lívio não escolheu o seu tema como Salustio: vivendo numa época dolorosa e miserável escreveu para vingar a humanidade ultrajada; escreveu porque não lhe era possível conter-se por mais tempo: sua primeira palavra foi um suspiro imenso: *Grande dedimus patientice exemplum*. Por muito que seu pincel carregue as cores, novos crimes de contínuo se apresentam que nem ele pode mais estigmatizar: foi vencido nessa luta desigual: sente-se, como em Juvenal, que a indignação do homem probo fica abaixo da realidade. Assim Tito Lívio refere aos triunfos um pouco fabulosos da república nascente, Salustio julga a cidade eterna chegada ao maior auge de madureza: Tácito recita a oração fúnebre das virtudes antigas e da grandeza romana.

Nós . . . não abraçaremos nenhum desses exemplos: bem temerário será quem quiser em poucas palavras julgar seu tempo e seu país: contudo não evitaremos a responsabilidade de ter uma opinião, cobardia muito em moda em nossos dias.

Soprado da França, agonizante o ceptismo estendeu sobre o Brasil as

hediondas asas, e mãos audazes hastearam então bandeiras com singulares inscrições: – olvido dos pensamentos nobres indiferença pelas grandes coisas, moral dos interesses, materialismo político! Quebrada a energia da nação, hei-la descrente pousada à beira de vertiginosos abismos; o mal lavra fundo, e a tendência atual da sociedade, exclusivamente exortada a sacrificar tudo ao bel prazer de amesquinhada vida, ao gosto de imprevidente apatia, revela proximidades de morte. Oh! Porque tredos lábios lhe repetiram mil vezes que o talento, a altivez, a dignidade do caráter são superfluidades perigosas? Porque lhe ensinaram que a sabedoria, a profunda sabedoria neste mundo reduz-se a não sei que mistura de paciência e de astúcia, de prática dos homens e desprezo às idéias, que compromete a própria razão rebaixando-a ao nível de ignóbil chatim?!

Mas esta incerteza visível não encobrirá algum gérmen de convicção? Não será comparável esta dúvida universal à dúvida poderosa em que se apoiou Descartes para fundar uma das doutrinas mais dogmáticas de que a filosofia guarda lembrança? Enfim a confusão que nos assusta não pode ser o caos que precede e oculta a criação?

Tal é nossa crença. Essas doutrinas repulsivas que tomaram vulto entre nós não desunir-se como visões de fantasmagoria, e então os olhos, ainda por ora fitos em terra, erguer-se não para gloriosas imagens.

Observamos rapidamente as idéias políticas sociais e morais do país contemporâneo, a *Ilustração Brasileira* se esforçará em descanso por patentear a existência das verdades políticas, regras da sociedade, como as verdades racionais são as regras do homem.

Obtido esse triunfo, . . . e porque não dizê-lo? motivo que único levou-nos a tomar parte na redação deste jornal, a *Ilustração* terá cumprido uma nobre e bela tarefa: por sua franqueza terá granjeado as melhores simpatias, e, inspirando confiança, se elevará até ao sentimento de sua magnitude.

Hoje, indicaremos apenas nosso ponto de partida: um dia exporemos as razões que abundam a prol de nossa causa, fruto de uma convicção profunda e inabalável.

Que valor pode ter uma sociedade sem direito e sem tradição? O direito é o nobre apanágio da espécie humana, sem a qual não há na terra, assim o disse um grave pensador, senão uma vida sem dignidade, e uma morte sem esperança; subindo-se à última das convenções, à ficção suprema da ordem, encontra-se a realeza hereditária, e o passado nos dá a melhor garantia do sentimento que altamente convém estabelecer entre nós, o sentimento do inviolável. Eis o sentido profundo, e de nenhum modo místico, do princípio da realeza, de onde, a nosso ver, procede à liberdade, e não como tanto se tem apregoado, e com tanto calor, do recente industrialismo.

Para bem confirmarmos esta opinião invocaremos uma obra digna de sérias meditações – os Capitulares de Carlos Magno, desse rei cuja vida foi a introdução pública do cristianismo na política, foi o primeiro período da civilização moderna.

Um dos Capitulares determina como se fará a lei: “Seja consultado o povo acerca dos *capítulos* que houveram sido acrescentados a lei e se todos lhes derem assenso (sic) escreverão sobre os *capítulos* suas reflexões e adesões”.

Daí a máxima: *Lex ex constitutione Regis et consensu populi* (Baluz). A lei deriva da constituição do rei e do consentimento do povo.

Francamente, onde se encontraria tão magnífico preliminar da liberdade?

E não é dessa época que datam as fundações das escolas, inesgotáveis fontes da liberdade?

Tristíssima e fatal observação! O historiador até agora tem visto na Reforma Protestante um movimento de liberdade, quando de fato ela institui a tirania, e entretanto colocam o berço da liberdade no bazar da indústria moderna! Nada há

tão cego como o ódio: a história pode defender as fações: quanto a nós, entre os barões Calvinistas e o povo católico, colocamo-nos nas fileiras do segundo. Mas porque esse espírito fanático de novidade passou sem deixar se quer um vestígio brilhante?

É que a liberdade é uma máxima que não basta escrever-se nos códigos, é preciso também que se realize nos costumes.

É que a sociedade não é uma pura organização: é uma assimilação de indivíduos da mesma natureza, ligados entre si por uma inteligência comum. É que toda a nação chega ao estado de sociedade com as condições primitivas que a conservam, e que nada pode suprir estas condições, nem a sabedoria das leis, nem a violência dos poderes.

Ora, cada sistema de governo tem suas convenções: o governo verdadeiramente monárquico repousa sobre esta: o príncipe é a imagem viva da pátria, e nesse caso o amor pelo príncipe é uma virtude. O príncipe é a pátria personificada: assim o entendeu Luiz XIV quando pronunciou as célebres palavras: O Estado sou eu! Os magistrados, generais, alto clero, e outros queriam que o Estado fossem eles.

Eis pois nossa verdade racional em política: combateremos portanto abertamente o culto do fato erigido em direito, porque bem sabemos que sob o cetro das antigas monarquias populares é que poderemos somente encontrar: – liberdade, glória e ordem.

A pretensão de pensar no bem do país merece alguma estima, e a redação da *Ilustração Brasileira* está certa de que nestas páginas jamais se apagará o brilho de duas preciosas pedras do diadema da humanidade – a fidelidade e a coragem.

Se nossos adversários, imitando os espanhóis que impam de orgulho, menosprezarem nossas homenagens à realeza, se em apoio de ardentes ambições

repetirem o sofisma misantrópico do Reverendo Gregório à respeito do martirólogo das nações, nós, mais calmos, e apelando para a soberania da razão, exclamaremos, como os nobres habitantes de Hungria ao aspecto de Maria Teresa: *Moriamur pro rege nostro*.

**Ernesto de Souza e Oliveira Coutinho**

### ***Ilustração Brasileira***

(*Ilustração Brasileira*, vol I. nº 2 p. 25-26 /Rio de Janeiro, março de 1854)

Não conhecemos o mundo moral móvel mais forte do que a vontade; guiada pela razão não há talvez obstáculo que não vença. Há contudo homens, que mesmo hoje neste século em que vivemos, quando a natureza inteira serve de instrumento à vontade, quando tudo verga sob o império desta força irresistível, há homens dizemos, que ou por natureza acanhados de alma, ou por terem sempre sido carregados nos ombros da fortuna a posições a que por certo o merecimento jamais os elevaria, nada julgam possível, tudo julgam difícil, logo que não seja subir por uma estrada, semeada de rosas e esmaltada de ouro, ao píncaro do gozo, da inércia e também da inutilidade.

Ainda bem que não fazemos causa comum com esses prediletos da cega e caprichosa divindade mitológica! Aí está a *Ilustração Brasileira* (já no seu segundo número) e que temos fé robusta que virá a ser, se não já, ao menos um dia de grande utilidade ao nosso país, preenchendo está lacuna que quase que deslustrava a literatura brasileira; aí está esta publicação, que esperamos em breve ampliar e melhorar até levá-la a um ponto condigno desta capital e deste império, para provar a nossa justa idolatria por este poderoso agente do progresso moderno.

É a coisa mais extraordinária para nós haver quem, não se atrevendo a negar o império que tem a vontade por exemplo entre os ingleses, entre os franceses, alemães, etc., queira contudo privar a pobre raça brasileira deste predicado. Não se pode entre nós empreender nada que tenha visos de novidade, não se pode ninguém afastar uma linha da monótona estrada da rotina, sem que logo um bando de agoueiradas galhas lhes grasmem a ambos os ouvidos. “Forte cegueira! Isso não pode ir adiante!”

A *Ilustração Brasileira*, que era também uma novidade entre nós, não podia por certo escapar aos fatídicos prognósticos desses rançosos fatalistas.

Mais de um impertigado sabichão vaticinou à nossa filha predileta a sorte de S. Raimundo Nonato. Outros menos rígidos nos seus inabaláveis princípios de imobilidade e inércia concederam-nos por suma benevolência a aparição apenas do primeiro número!

Aqui vai porém o segundo número da nossa publicação enfezar ou fazer pasmar a essa boa gente, que provavelmente vão tomar-nos por algum ente sobrenatural, por algum demônio, “por termos podido criar mais um jornal em uma terra onde já havia tantos!”

Pois não há tal, meus caros senhores, somos um pobre homem como qualquer outro, que nunca tivemos a ventura de conversar com a minha Hégira, como Numa nem com feiticeiras como o Macbeth de Shakespeare, e que só a única diferença que fazemos de vós é termos mais fé no progresso humano, é fazermos mais justiça ao povo entre quem nascemos.

Se muitas publicações que me citais têm morrido ao nascedouro ou pouco depois de verem à luz, outras tem sido as causas, que não a falta de apoio da ilustrada população desta capital; em umas a sua própria futilidade, em outras a má direção, o mal entendido amor próprio de seus redatores as vezes etc. Temos em nós o exemplo; concebemos e encetamos o nosso plano em menos de dois meses, e entretanto o primeiro número da nossa publicação foi entregue a perto de quinhentos assinantes e hoje contamos mais de seiscentos; de sorte que sem orgulho e calculando com dados que não podem falhar, ao menos no todo, nutrimos a esperança de que até fins de maio pouco mais ou menos teremos mais de mil subscritores.

Terminando este artigo não deixaremos de dirigir algumas palavras a certas suscetibilidades intempestivas, que, abrasadas no exagerado fogo de um partido qualquer, julgam que é vedado reconhecer-se a capacidade, a honra, o talento de quem como eles não pensam.

Pouco nos devia importar quem nos julga sem ler-nos ou que lendo-nos não nos entende, porém mesmo assim condescenderemos em repetir por outras palavras o que já tão bem foi dito no artigo de introdução do nosso primeiro número pelo nosso amigo e colaborador o *Dr. Ernesto de Souza: A Ilustração Brasileira Constantemente Reconhecerá o Mérito Onde e Em Quem Quer Que Se Ache!* Sempre encontramos nas nossas poucas luzes meios suficientes de ganharmos a subsistência com independência e sem nos vermos na necessidade de bajular a taça da lisonja nem de suplicar graças aos diversos partidos que tem dividido o país, alegando minguados serviços, que muitas vezes pouco depois se vão também oferecer ao lado oposto.

Assim pois declaramos, com a cabeça erguida que, quaisquer que sejam os sentimentos que em política nos animem como individuo, na qualidade de redator a *Ilustração Brasileira* o nosso partido será sempre o da razão, o da verdade, o da justiça.

Aplaquem por tanto esse talvez que fingido e alambicado zelo de um cético e mal denominado liberalismo aqueles que nos tem estranhado o darmos o retrato do Sr. Conselheiro Eusébio em nosso primeiro número, querendo desde logo atribuir por isso ao nosso jornal a cor de um partido político.

Enganaram-se! o Sr. Conselheiro Eusébio merece à *Ilustração* o que dele disse órgão do seu distinto redator o Dr. Ernesto de Souza, e de que somos inteiramente solidário, não por pertencer a este ou aquele partido, mas sim por ser um dos homens mais transcendentos do país, mas sim pelas qualidades pouco vulgares que o ornaram; e é por igual motivo que neste publicamos também o retrato do Sr. Teófilo Benedito Ottoni, com cujas idéias políticas pouco ou nada nos importando, não fazemos mais do que render homenagem à nobreza de sentimentos, à probidade, e à sobranceira de seu caráter!

Rio de Janeiro 4 de março de 1854.

**Ciro Cardoso de Meneses**



## AGRADECIMENTOS

(*Ilustração Brasileira*, vol I. nº 5 p. 97 /Rio de Janeiro, junho de 1854)

. . . . . Recpto  
Dulce mihi furere est amico  
(Horacio)

Entendemos que de nenhum modo provaríamos melhor nosso regozijo e satisfação pelo agrado com que tem sido aceita a *Ilustração Brasileira*, do que tornando bem patentes os esforços que fazemos para que ela seja digna de seus numerosos e escolhidos leitores. Aproveitamos este ensejo para igualmente agradecermos as cartas obsequiosas que temos recebido até de pessoas que não temos a fortuna de conhecer de perto, mas de cuja benevolência jamais nos olvidaremos.

Para corresponder dignamente a esse espírito de complacência e delicadeza publicamos hoje algumas páginas de um livro querido e para nós de mui subido valor.

Os leitores da *Ilustração Brasileira* verão que não podíamos seguramente manifestar com mais franqueza e brilhantismo o nosso reconhecimento do que lhe oferecemos um belo ramo de flores.

Hei-o:

A maior singeleza, combinada com a elegância e o asseio, convém ao trajar do homem, que se deve distinguir e fazer conhecido pela bondade do coração e cultura do espírito, sem nunca faltar ao dever e à justiça por suas ações e maneira de praticar em qualquer estado e circunstância da vida doméstica e civil. A' mulher, porém, assentam os adornos, que o primor das artes e a perfeição do gosto lhe proporcionam, à maneira que a civilização progride, não porque a excelência do seu ser deixe de consistir nos dotes d'alma e no exercício das virtudes que qualificam a supremacia de seu sexo; mas por se conhecer que, sendo a mulher a obra mais sublime e completa da Onipotência criadora, tudo quando há, e se faz de melhor se lhe deve dedicar para que seja eminentemente apreciado ao reflexo encantador de sua celestial beleza.

**Antonio Pereira Rebouças**

**A NOITE DO ANO BOM DE UM INFELIZ**

(*Ilustração Brasileira*. v. I, nº 4, 87-88/Rio de Janeiro, maio de 1854)

Um velho na noite de Ano Bom estava encostado em sua janela, e observava com olhar inquieto e que denotava um interno desespero, ora as silenciosas e azuladas abobadas do céu, ora a terra iluminada pelo pálido e triste clarão da lua, e onde não existia ninguém tão infeliz, como ele. Achava-se já perto do túmulo, só coberto de neve da velhice, e não da verdura da mocidade, ele não tinha consigo da sua longa vida senão erros, pecados e doenças, um corpo estragado, uma alma estéril, um coração envenenado e uma velhice de remorsos; seus belos dias de mocidade passaram hoje diante de seus olhos como espectros, puxando-o para o caminho em que seu pai o tinha posto e no qual à direita conduzia a um lugar habitado por anjos, e onde somente resplandece o brilho puro da virtude; é à esquerda há uma medonha cova habitada por mãos gênios, na qual só respira veneno e onde só triunfa a malvadeza e o vício.

Ah! As serpentes que habitam este abismo entrelaçavam-se em seu peito e o veneno delas pingava gota a gota sobre sua língua! Agora somente foi que ele soube onde se achava.

Desvairado e com uma inexprimível dor erguendo os olhos para o céu exclamou dai-me outra vez a mocidade, ó meu pai! ponde-me outra vez no caminho em eu me deixastes outrora, que eu saberei agora escolher melhor a direção que deva tomar!

Porém seu pai e sua mocidade já se tinham findado. Ele viu fogos fátuos flamejarem nos pântanos e apagarem-se no cemitério, e disse: estes são os meus dias de loucura! Ele viu uma estrela fugir do céu, no qual a pouco ainda brilhava, e na sua queda dissolver-se, isto sou eu, disse seu coração dilacerado, no qual os dentes envenenados do remorso e do arrependimento continuam a roer.

A chamejante fantasia fazia-lhe ver sobre os telhados fugitivos e medonhos espectros, o moinho de vento levantava as suas asas ameaçadoras como para esmagá-lo, e no jazigo dos mortos viu com horror um fantasma que pouco a pouco ia tomando a sua própria fisionomia. No meio desta terrível luta soavam de repente na torre vizinha os repiques em festejo do ano bom. Ele ficou brandamente comovido. Lançou um olhar em roda do horizonte e sobre a extensa terra, e lembrou-se dos seus amigos de infância, mas felizes e melhores do que ele, instrutores do mundo, abençoados pais de venturosos filhos, e disse. Oh! eu podia também como vos passar a primeira noite do ano com os olhos enxutos e o coração satisfeito, se o tivesse querido. Ah! eu podia ser feliz, prezados pais, se tivesse cumprido os vossos desejos!. Em febricitantes recordações da sua juventude, pareceu-lhe que o fantasma com sua fisionomia, no jazigo dos mortos se erguia, enfim pela superstição que existia, de que nesta noite aparecem os espíritos do futuro, tornou-se a fantasma em um jovem.

Ele não podia mais ver: - tapou os olhos; milhares de ardentes lágrimas caíram na neve; suspirou desconsolado e abatido, voltai pois voltai, oh! mocidade!

E ela voltou, porque tudo foi um sonho terrível que teve na noite de ano bom. Ele era ainda jovem, somente os seus erros foram reais.

Agradeço a Deus, que ainda moço o fazia retroceder do mau caminho do vício e o punha ainda em tempo no caminho da virtude.

Retrocedei como este, oh jovens! Se estiver no mau caminho! Este sonho aterrador virá a ser para o futuro o vosso juiz, porém quando neste estado desesperado clamardes, o vinde outra vez, ó bela mocidade, – ela não tornara a vir! –.

Traduzido do alemão pelo espirante e guarda marinha, **Antônio Luiz Hoonhaltz.**

Em 9 de abril de 1853

## LADY CLARE HAMPDEN E SUAS FILHAS

(*Ilustração Brasileira*. v. I, nº 6, 121-136/Rio de Janeiro, julho de 1854)

### I

#### AMOR

. . . . Quis bene celat amorem?  
Eminet indicio prodita flamma suo (sic).  
Ovídio

É Bela! ... sim! É bela! Majestosa como a Leonor do Tasso, pura como a Laura de Petrarca, terna como a virgem de Rafael, quanto seria glorioso torná-la imortal como a Beatriz do Dante!

Oh! é mais que uma mulher, é o belo ideal concebido num coração de artista e cuja imagem lhe parece de improviso: é o pensamento vivo de amor e fé com o qual o homem, transformado, rubora e abrandesse (sic) o peito! Diante dela, de repente cessa o conflito entre o orgulho do poeta e a humildade do cristão. Como é doce ajoelhado sentir na lânguida efusão da alma uma lágrima de amor, esmaltando a face, desprender-se dos olhos onde a imaginação reluz!

Seráfica, arrebatadora aparição! Semelhando um ornato angélico a volúpia da inocência a envolve: longas, delicadas franjas lhe encobrem o olhar úmido e brilhante de uma emoção divina: sorriso inefável lhe ergue castamente os lábios com uma expressão de interminável doçura. Sensível como uma santa, linda como a ninfa Aretusa, é mister prosternado orar-lhe como cristão, ou adorá-la como amante.

Era num baile: noutros tempos, a essa mesma hora brandamente ecoavam no coração do colegial as sílabas latinas que falam de rosas místicas, lírios de Saaram, torres ebúrneas, e virgens belas: agora, as harmonias da orquestra misturam-se palavras de amor, de emoções indefiníveis, de estremecido afeto, vozes doces como o som que cai e treme num timbre de ouro. A alma também tem seus sentidos, porém mais delicados, mais impressíveis (sic): que imenso prazer é sentir entre os perfumes de um festim despertar-se a celeste porção de nossa natureza! Então se

saboreia lentamente a sensualidade do espírito puro, assim como uma tulipa bebe no cálice de variadas cores a gota do orvalho trazida pelo capricho do vento.

A primeira vez que a vi, a cândida virgem, um pressentimento, que me atravessou o cérebro como o relâmpago, parecia indicar-me que um elo invisível me prendera a esse anjo de mágico sorrir. E no baile, ao esplendor de tanta beleza, ao palpitar de um seio brilhante como o nácar, todos os sentimentos, que uma paixão intensa pode criar, simultaneamente rebentaram no coração: numa estase fugiram palavras longo tempo comprimidas, e o pensamento eterno de sua felicidade foi quanto desde então encheu minha alma.

Serena e tépida como a primavera dos trópicos a noite seguinte surpreendeu-me numa atitude de meditação que me é habitual. Ainda com o olhar agonizante da despedida engolfava-me, todavia num sentimento de bem-aventurança largo profundo como o céu. As papoulas, as pitas, os coqueiros flutuando como penachos entregavam aos beijos da brisa noturna a folhagem que o deleite empalidecia: a onda espumosa em longo amplexo cingia as pedras, e a lua banhava as pitorescas orlas de coleados promontórios. Em tudo, tudo quanto ficava ao redor procurei um indício revelador da existência da virgem rósea, aveludada, suave, criada para um Éden.

Nesses momentos, presente ao espírito a imagem que o embebera em doce enleio, involuntariamente se desata dos lábios o canto harmonioso de Miguel Ângelo:

*La forza d'um bel volto al ciel mi sprema,*

Todavia, passado algum tempo não sei como, ou antes porque nos separamos: só que me lembra que em tal ocasião uma voz que me parecia amiga, voz cheia de candura, embora bem pouco persuasiva, murmurava-me aos ouvidos estas duas banalidades: – fatalismo e resignação! – Por Deus, que me calei: sim, calei-me. E como havia eu, tomando ares de pedagogo, pôr-me a explicar a uma senhora

digna, aliás de toda a estima e respeito, que a adoção do fatalismo anula evidentemente a liberdade moral, a ação do indivíduo sobre o seu destino? E havia narrar-lhe os arrojos do gênio, os esforços sublimes da vontade? Provar-lhe que, seguindo o sistema dos fatalistas, as revoluções políticas são crises necessárias, e por assim dizer, fenômenos de crescimento: que as belas concepções que elevam o espírito público, as maravilhosas descobertas que enriquecem um país não são mais do que obras anônimas produzidas pela colaboração de um povo interno, e que por conseqüência devem desaparecer, como inúteis, os grandes homens? E, ainda mais, demonstra-lhe que a inteligência, os talentos não são meros produtos, mas sim autores da civilização? Que os dias mais tristes na vida dos povos são aqueles em que a ação dos homens verdadeiramente superiores se não faz sentir, e, para prova, havia citar-lhe a época presente em que se observa um grande movimento de idéias, uma emulação tenaz, não resultando entretanto desses esforços, dessas vozes graves ou brilhantes senão um ruído confuso e sem alcance? Dir-lhe-ia que doloroso calafrio atravessa todos os entusiasmos, que muito se falta no futuro e que não se acredita no dia de amanhã, porque faltam justamente à nossa época aborrida dos seus progressos, mesquinha em sua opulência, valentes individualidades, espíritos firmes e resistentes; porque lhe falta uma dessas inteligências soberanas cujo domínio a multidão se não atreve a recusar?

Quanto à resignação, por tão longo tempo pregada aos povos ... ninguém a considera hoje, e com razão, senão como uma evidente cobardia.

Resignar-se ao silêncio e à solidão é abdicar-se a si próprio, é reconhecer a legitimidade das usurpações humanas, é dobrar vergonhosamente os joelhos e negar a justiça de Deus. Em quanto o mundo viveu pensando que o corpo devia ser sacrificado sem piedade à alma, a resignação pode passar por uma virtude, por um generoso desprezo pelas alegrias da terra. Porém depois que a carne gritou vingança, depois que a filosofia claramente separou os interesses dos deveres, os prazeres do

corpo dos prazeres do espírito, depois que os direitos do homem aos gozos materiais cessaram de ser sacrificados à esperança de uma vida melhor, depois que a moralidade das paixões foi proclamada, a resignação tornou-se a partilha de almas sem coragem e sem energia. Não! eu, mercê de Deus, a toda essa mocidade que repete meu nome com amizade jamais preguei nem moleza nem entorpecimento: jamais! Ufano e cheio de confiança o digo, não é mister excitar ao trabalho a geração de que fazemos parte: ela luta contra os obstáculos, move-se, inquire, inquieta-se; compreendeu a missão que lhe está reservada e há de cumpri-la dignamente: adeptos por divisa – ação e coragem – não ignorando que a ociosidade mais que tudo empobrece as faculdades e arruína a inteligência.

Tão francamente avesso como sou ao fatalismo e à resignação com prolongado sorriso de incredulidade protestei contra as rugas da minha interlocutora. Tal foi o prelúdio da separação de que falei há pouco. Como é fácil de presumir-se, houve um adeus penoso para ambos, penso eu, e ao mesmo tempo uma tácita promessa, mago bafejo da lisonjeira esperança. Graças então a uma quietação, que sagaz observador traduziria por violenta agitação comprimida por uma vontade de energia, retirei-me em silêncio sem despertar a atenção da turba que apinhoava as salas: mas, passando, de relance vi fitando o chão, e úmidos talvez, os magníficos olhos a cujas pupilas aprovou-me comparar sempre minha severa fidelidade.

## II SAUDADES

..... Agnosco vestigia flammae.

(Virgílio)

É bom por meio da meditação e do estudo combater cedo o ardor de um sangue juvenil e vivo, acalmar impetuosos desejos, e, enfim, livrar-se de um torpor fatal e de uma deplorável fraqueza de espírito. Ainda fazendo austeras reflexões sobre as vaidades da vida não se deve consumir o tempo em místicas e inúteis

contemplações. Quando uma alma dedicou-se inteira ao amor ou à ambição, quando nada esqueceu para gozar e eternizar as alegrias que anhelara com acertada esperança, e que de repente vê dispersarem-se, quais ligeiras nuvens, suas ilusões mais caras: quando, após inauditos esforços, convenceu-se de que nada podia solidamente construir, prostra-se furiosa e desanimada. Primeiramente desespera-se, desfaz-se em soluços ou em blasfêmias, e resolve-se a nem dar um passo além. Depois, passada a crise, se com efeito lhe não resta mais bastante energia para desejar ainda, se toda a sua força perdeu-se nas lutas que sustentará, à cólera sucede o desânimo, o rapidamente chega enfim essa moléstia fatal que se chama-tédio. Ora, o tédio, para uma alma ativa e alquebrada, é um suplício de cada instante: é uma agonia terrível cujo termo, sem prevê-lo, o próprio doente ansiadamente implora. Em tal situação que a alegria seria possível senão esperar um aniquilamento próximo? Com tudo para aquele que uma vontade corajosa anima, o tédio não é incurável. Aconselho por tanto a quem se achar em circunstancias idênticas que não aceite a existência descolorida e vazia que lhe oferecerem, nem se decida a esgotar o cálix amargo que trasborde, nem, cansado de sofrer, peça à violenta morte repouso e olvido.

Pode ser que um comparasse a Job; ou porém sei que Job é um magnífico poeta, o primeiro dos poetas, e a comparação me honra sobremodo. Aqueles, em cujos lábios a admiração pelas doutrinas do Redentor faz pairar em sorriso sem graça, não sabem, impiedosos! Que o Cristianismo é a religião dos aflitos. Em todo o caso, apraz-me dizê-lo com suprema ufania, trago a fronte erguida porque as idéias estão no céu, o ouro na terra, e antes quero enriquecer meu espírito do que minhas algibeiras. Se outrora o orgulho selvagem e suicídio dividiam a humanidade em dois campos, hoje as coisas não se passam mais assim. O desespero cedeu o lugar a uma fé ardente no futuro. No próprio cadáver do ateísmo brotaram as idéias religiosas. Fiel às tendências do século presente, e membro dessa mocidade que é a personificação das idéias do tempo atual, desejo que se harmonizem minha conduta e minha razão: por



isso em vez de olhar para traz, olho para diante, em vez de retrogradar, com extrema constância caminho avante.

Entregue a uma pudica afeição, agora já misteriosa, armado de paciência e vigilância, certo de que o amor é a imortal necessidade de perfeição, não votei aos quadros risonhos da vida obstinada indiferença. Evitando as observações que irritam, as emoções que doem, quando o estudo só não era suficiente para aquietar o espírito agoniado, era perlustrando recônditos sítios, ora assistindo a garridos entretenimentos, afadigava-me em longos e repetidos exercícios. Naturalmente observador, nesses multiplicados passeios, mil vezes encontrei matéria para uma série de reflexões, senão profundas, ao menos de alguma importância.

Surpreendido uma vez na Ponte do Caju por um temporal defeito, refugiei-me numa casa de bela aparência, cujas portas prontamente se abriram. Ocupavam a sala a dona da casa, moça de 19 anos talvez, seu marido, calvo, expansivo e obeso como Falstaff, e o médico da família, indivíduo de muita gravidade, como o são quase todos os colegas, pela razão mui simples de que a arrogância da autoridade supre maravilhosamente o gênio, e que não pode ter tudo ao mesmo tempo. Conversamos todos logo como se nos conhecêssemos de longa data. Casada havia já dois anos, a excelente Emília, era esse o nome da Senhora que me oferecera a boa hospedagem, lamentava-se apenas de não ter filhos. O médico, como que repetindo seu estribilho favorito, aconselhava novamente banhos de mar e passeios e não sei mais que regime. Com a obscuridade conveniente explicava a tímida Emília, que abaixava os olhos, as delicadas prescrições do médico de Luiz XIII, numa ocasião em que os perigos da hereditariedade direta inquietavam essencialmente os conselheiros do monarca.

Tudo era inútil, história de França, regimes, passeios e banhos de mar! Emília queixava-se a Deus, e orava como se ora quando há no caso uma paixão. O médico (e sempre o estimei por isso) começava a creditar que ele não era mais que

um pedaço de asno, revelação que a maior parte dos colegas ocultam, mas que outros aliás vêem de sobra por eles.

O bom Guilherme (era o marido) irritava-se contra a dificuldade, mas bem longe estava de inculpar, embora sua prematura calva fizesse sorrir algum indiscreto. Sua vaidade despertada lembrava-lhe alguns antecedentes, que todavia ficavam em segredo. Por isso, em seus acessos de mortificações pueris (e *pueris* por duplo motivo é a palavra), afligia a cândida Emília, atirando sobre ela toda a responsabilidade de semelhante infortúnio. Quando um marido diz uma tolice, não há razão para que não diga duas, e três, e quatro, e assim por diante. Guilherme, dado o primeiro passo, não parava em meio caminho. O demônio da paternidade azoïnava-o noite e dia. Depois de ter dito as tolices, fê-las. Nos espíritos retos e lógicos, todo o princípio gera as conseqüências: a ação nasce do pensamento: é o arco de onde parte a flecha. Na torrente dessa preocupação, incomodaram-no os motejos e faceias de uma vizinha um tanto maliciosa, e de amena fisionomia. As loureiras, seja dito de passagem, apanham com admirável sagacidade o fraco de um caráter: e quando tem o capricho de nos prender não precisam correr em nosso encalço, basta-lhes simplesmente fugir para atrair-nos. Devo acrescentar, em louvor delas, que guardam o segredo e nos deixam a vaidade da vitória. Guilherme, não podendo provavelmente conter sua exasperação, desmentiu formalmente a irônica vizinha e convenceu-a de redondo engano. Muitos meses depois partindo de Niterói, desembarquei ao lado da Igreja de N. S. do Socorro, com o intuito de cumprimentar S. Majestade Imperial, que devia chegar de Petrópolis. O Imperador porem tinha madrugado: às 7 horas já estava em seu Palácio de S. Cristóvão, e dispondo-se a partir para o centro da cidade.

Amanhã estava aprazível, e perdido o prazer que me levará aquela paragem, alonguei-me até a Ponte do Caju, em quanto ao mesmo tempo os remadores descansavam.

Nunca talvez tive maior decepção, tão demudada encontrei a meiga e

risonha criatura que tempos antes cordialmente me hospedara! Os desgostos de súbito lhe afundaram os olhos e abriram fundos sulcos no semblante ora taciturno e magoado. Hei-la, sufocando em silêncio não sei quantas angústias, e aceirando-se em resignação! Resignação ... grande Deus! é um barão ao pescoço (sic), é o sudário em que esse ente infeliz se extingue no marasmo, sem cousa alguma no espírito além dessa coragem estúpida que estende a cabeça e que é a força de inércia das vítimas! Resignação! quando ainda resta que escolher entre a miséria menos o crime, e o crime com um futuro de misérias! ... Mas sob o terror de espantosa fatalidade, que pode fazer uma triste senhora! – Raciocinai vos que ledes e que assisti, como eu, aos nossos bailes e teatros e Clubes e Prados, raciocinai comigo. – Ao sair do berço não se estila rapidamente uma moça por causa dessa educação covarde, infantil e fofa, que, tudo bem considerado, reduz seu sexo a ser a escrava e o brinco do nosso? Rotina de indolência e galanteio, que cada menina recebe com respeito de sua mãe, que cada senhora casada lega maquinalmente à sua filha? A alma e a vontade, que parte tem nesse sistema? Vamos de vagar. Aqui, vejo a nódoa de voraz gangrena que rói nossos costumes, nódoa cuja primeira causa se deve procurar até em seu gérmen e que é preciso extirpar de pronto. Examinemos esta moça, fina estampa emoldurada em mil adornos, ídolo que nós adoramos, prestígio de nossos bailes, cuidosa de atavios, encantadora no meneio tão divinamente estudado, que faz pensar no apurado enlace dos versos de Odorico. Não na preparação, acreditai-me, se não para a conquista de um casamento. Uma vez casada, está findo o papel de sua comédia. Apenas esse evento é uma revolução em sua infância. Sigamo-la, no infortúnio! Se os uivos lúgubres do vento vejamo-la da adversidade lhe tremem nos ouvidos, débil caniço, avergoa-se e geme. Será sublime, concordo: sim! sublime pela dedicação: porque longe está do meu pensamento negar as generosidades que derrama Deus com tanta profusão, e que prodigaliza sobretudo a mulheres. Quantas, com efeito, repentinamente precipitadas desse turbilhão de festas e prazeres, brutalmente

despojadas e da noite para o dia desses artifícios de jóias e veludos com que se mostraram tão belas, ai! e tão altivas, embuçaram-se em nobres andrajos; e num tugúrio, cortiço como por ai chamam, úmido o chão, o teto incendiado pelo sol do trópico, enfermeiras corajosas de um marido, de uma filha, de um irmão, lutaram por meio de miseráveis trabalhos de agulha por meio de lavagens e de engomados contra a estrita necessidade, contra a fadiga e a febre, com uma perseverança que lhes abrasava o sangue e a vista! Eu faria chorar se mostrasse essas almas santas, que abafam em suas reminiscências as saudades rebeldes de um luxo que prezavam como a vida, e no qual se embalaram seus primeiros anos. Que essa aversão inata pelo mal, aversão que se tem denominado virtude, não as abandonasse em tais crises, mui bom conceito faço de suas inteligências para não me admirar disso. Hoje o vício, creio eu, não rende tanto como noutros tempos, e o simples bom senso esboroou essas tradições inválidas que servem de castelos no ar unicamente aos idiotas para arrastá-los mais ignobilmente à extrema abjeção. Não falemos nisso. Elas podem ter amantes, mas não será por um cálculo vil. Voltemos-nos antes para este catre, e ergamos o lençol denegrido que o cobre. Esse agonizante, cujos olhos fitando-nos divagação sem expressão, cujo hálito é fétido, e o semblante cadavérico, esse esposo que expira, esse pai que os filhos ainda alentam com sorrisos, foi ele que arruinou, esbanjou, destruiu a patrimônio comum. Se os filhos minguados choram de fome, se a aflição enrugou extemporaneamente a fronte dessa mulher, se as desolações do futuro envenenam o pão de cada dia e turvam a água que a família bebe no mesmo copo, é porque esse homem foi dilapidador, é porque no azar insensato desse jogo frenético que entre nós chama-se comércio e negócio, preferiu a improbidade de anda a galope e arma laços ao milhão, a proibidade que dá um viver modesto (sic), mas que funda a família. Pois bem! Nem uma exprobração; uma só, sairá dos lábios dessa infeliz: anjo de generosidade, sofre e não no dirá. Mas também, que diria ela?... Dessa ruína é a cúmplice, porque não teve coragem, porque, levada

pelo arrastamento do exemplo, de nada inquiriu, e deixou com bem culpável incúria que tudo corresse como correu. E é justamente o que lhe censuro, eu! Que desejo que ela se instrua em querer, que lhe peço contas de sua inércia, que lhe exprobro, como um crime, sua louca tolerância. Expliquem-me, de que se poderia ela queixar? de seu dote perdido, não é assim? Seu dote atirado sobre o reverso de uma carta que, ao voltar-se, foi a pior do baralho! Seu dote, que o desgraçado esperava triplicar e multiplicar infinitamente para esparzi-lo ao redor de sua mulher em flores, diamantes, prazeres, volúpias, em toda a sorte de deslumbramento, e mormente em ocasiões de triunfos sobre a vaidade das boas amigas? porque o luxo, o que é senão uma guerra que as mulheres fazem entre si?... Por Deus! Senhora, em vez de um dote, porque não levaste a esse homem, uma vontade reta, um carácter elevado? Era esse o dote que ele devia exigir de vossos pais, recurso que marido algum desperdiça, patrimônio invulnerável. Era preciso conservando-vos em pé e diante dele olhar com firmeza o porvir. Como porém curvastes a cabeça, e só olhastes para o espelho do toucador, sois tão criminosa como ele; não tendes o direito de vos queixar. É tal como digo. Há honrosas exceções, nem as limito: mas não é disso que me ocupo agora. Vou seguramente, bem o vejo, irritar a susceptibilidade feminina, só porque com uma voz um pouco mais rude do que o admite a falsa delicadeza, brado às senhoras que empunhem o cetro dos costumes, estudando a parte que lhes compete, só porque coloco a virtude na ação e jamais na inação, na vontade ainda mais que na fidelidade. Sejam fieis, aprovo muito, porém há coisa mais meritória. Pouco me importa que por um esforço, aliás maravilhoso, elas passem como se de tal as desviassem, puras através mil solicitações de olhares que lhes hão de amorosamente repetir o que o espelho lhes houver dito cada manhã. A vaidade, neste ponto, seria já fragilidade. Considerar-me-ia um insolente se lhes fizesse disso um mérito. Estão intactas, sobre isso não há discussão. Só me dirijo às que o estão. É em nome de suas angústias, quando sentem vacilar seu repouso doméstico, é em nome do seu sexo, deserdado do

direito de inquirição e de exame, que exorto essas mulheres puras a velarem a educação de suas filhas, a cortarem sem misericórdia com as tesouras da reforma nessa educação de fitas e bordados, de tagarelice e bagatelas, frívola, e por conseguinte funesta, que enerva a alma, que afracca a tempera, que arrasta à inferioridade: essa inferioridade, ninguém a desconhece, e, causa do mal, o perpetua. Conhecem-lhe o mais deplorável sintoma? É essa mocidade eterna que as mulheres ostentam com vaidoso afã, e cujo encerramento adiam com tanta complacência, que parece esquecimento. A mais sincera tem a mania de não envelhecer. Vamos, Senhoras, coragem! que tem ficar velha? Isso antes é honroso quando o primeiro cabelo que embranquece, a primeira ruga que se afunda, o primeiro dente que se abala, não são as três intimações da solidão, abismo fatal que se vai apossar e de vossa casa e de vossa alma para torná-las ambas desertas. Mãe que só fostes mãe na acepção vulgar e acanhada desta palavra, para adorar ou punir loucamente vossa filha, com a idéia de enxertar-lhe certa amabilidade, de atrair os olhos dos concorrentes sobre seus méritos (bem entendido méritos patentes exclusivamente à vista), e de vos desembaraçar dela o mais breve possível, vinde, encostai-vos às frestas da parede que encobre, segundo ouço, a vida privada. Olhai!-vosso genro sabe o que lhe destes: não foi uma companheira, e a culpa é vossa. A religião e as leis civis lançam sobre isso um nome decente, um brilho de legalidade que salva as aparências. E o que será quando o indivíduo casa só pelo dote?... Eis esse homem por trás de um balcão, ou senhor de uma arte, de um ofício qualquer, sonhando algum lance audaz que o enriqueça de improviso para que deixe o trabalho, e possa esbanjar a falta por todos os lados. Que fará vossa filha? O que sabe para querer? Que experiência, que exemplo materno fecundou-lhe o caráter? Onde encontrará energia que sobrepuje mil obstáculos? Nossas leis, e nosso, costumes, que estão ao nível de nossas leis, não a repelem com desdém logo que ela tenta generosamente sair desse círculo de trapos e doutos prazeres que lhe deram em partilha neste mundo? Ouvi: a todas, é-lhes preciso

uma fortuna, ou o equivalente: uma posição, brilhantismo e trinta mil vaidades de aparato: é o único evangelho que lhes pregão. Se chegam a formar um caráter, com franqueza, qual é ele? E assim as educam, não fazendo ou querendo coisa alguma, apenas com talentos da última ordem na consciência. A consciência! palavra que muitas soletram sem lhe conhecerem o alcance. Falam do serrallo! Digo que ele existe em nossos costumes: que importa a forma? A mulher mais pura e mais digna de escapar à abjeção de semelhante destino, arrasta consigo os enojos remendos dessa educação que, mal grado seu, lhe obscurece as luzes, que a deixa sem autoridade em presença de circunstâncias solenes, e sem moral à face de seu marido. Cansada, ela aceita a humilhação e o jugo porque o peso da igualdade parece-lhe superior as suas forças, que todavia nunca experimentou: feliz ainda se não conserva a inteligência desse aviltamento, porquanto com o desprezo de si onde se não vai parar? Hei-la que desfalece, desarma-se, e deixa flutuar seu porvir ao bel prazer de quem a domina. Só uma diferença enxerga entre está criatura e as tristes mulheres que se apontam com o dedo: é o ser mantido legitimamente. Demais o homem, e para que o saibam di-lo alto e bom som, lhe dá enfeites e pão. Nas horas de amargor e prostração, faz-lhe sentir mais ou menos claramente quando se dedica, e que lhe devem levar em conta essa devoção como uma virtude. Por tal título, não esqueçamos isto, exige que se seja fiel a certos deveres: fidelidade que eu considero um primor pelo que é relativo à jovem esposa, visto a ignorância em que se acha da definição dos princípios.

Nossa sociedade está pois no materialismo puro. Não me faltem nos sete círculos de Dante! Por ventura não vimos em nossos melhores batles, que não têm patrulha a porta, certas almas, que trazem a lembrança os anjos maus de Milton, com as cartas na mão vacilando como sobre travesseiros de fogo? E por isso, nesta cidade onde a tentação é freqüente e o exemplo está no maior auge da energia, não se transforma o instinto espetaculador numa espécie de sinistro contágio? Certamente. A mira está na fortuna. Conte cada um as empresas que nascem, abalroam-se, e

morrem. É uma lanterna mágica de especuladores sem vista, abraçados com capitalistas sem fundos, e todos Rosacruz modernos, manufacturam ouro com ar. Se ai vislumbra honra, é uma certa honra, e não a que na língua filosófica tem a mais rigorosa significação. Oh! se as mulheres lançassem em tal circulação o capital de religião e de amor que lhes é o primeiro tesouro na vida, duvido que não voltássemos com elas ao respeito do que tem duração e futuro, ao interesse pela família, ao culto da estrita proibidade (sic), a mais bela especulação do mundo. Bem quisera vê-las tomar semelhante partido, porque enfim, por mui tristes mães e esposas que sejam são ainda melhores mães e esposas do que os homens bons pais e bons maridos. O que é verdade é que quando o peso de seus terrores e o sentimento de sua franqueza as oprimem, não refletem mais, sentem-se, por assim dizer, condenadas. Há mesmo condenados que se põem a dançar no cadafalso. É que o pensamento da morte estorva o viver, e que o instinto da vida é de se distrair de tal pensamento. Imagine-se uma filha, e noiva aflita, que perde sua mãe, santa mulher, incensurável e pura, ardente pela religião do dever: quão medonha voragem lhe parece o mundo depois dessa perda que lhe rouba força, exemplo e consolo, que a entrega ao desespero, e, por tanto, à dúvida, porque a fé se liga à esperança! que a deixa isolada na terra no meio de funesto pressentimentos! Que lhe arrebatou seu anjo da guarda e seu Deus!...

Essas e outras reflexões, que não quero agora referir apesar dos artifícios de pena, alguma diversão trouxeram aos espasmos desta melancolia que me vive no coração. Mas em toda a parte recurvada sempre um olhar suave e bom, que radiava de sensibilidade, uma fisionomia transparente às menores emoções da alma, assim como a lucidez das carnes tintas pelo sangue mais puro: uns lábios onde o pensamento se traduz antes de exprimir-se pela voz, e cujo colorido e delicadeza habilíssimo pintor não poderia reproduzir, e mais não sei que dignidade temperada por um sentimento de confiança e singelez, e o véu da virgindade que presta singular encanto às graças mais emancipadas da mulher. E essa lembrança, perfume de



extrema afeição, é uma dor: entretanto cada um de meus pensamentos pertence à criatura terna cujo olhar, e sorriso e voz me estremece, e povoam meu horizonte. Pela dedicação de minha vida purifico um sentimento que longe estou de extinguir, mesmo sabendo que tal sacrifício depende de minha *vontade*. Esse sentimento é a luz de minha consciência, a estrela de meu porvir. Os que se riem dessas paixões castas e desesperadas, das quais alguns poetas souberam o segredo, não as compreendem. Há mistérios que uma mulher encerra entre Deus e ela, salvo o direito de punir o indiscreto que quer saber se tais mistérios lhe dizem respeito. Não serei feliz; que importa, se os tormentos me ficção na memória como uma festa eterna? O martírio tão bem tem suas voluptuosidades assim como a felicidade tem suas melancolias.

### III ENCONTRO

Vita est nobis aliena magistra,  
(Publio Syro)

Li, não sei onde e nem importa sabê-lo, estas palavras de Duque de Buckingham: “Todas as tardes, quer chovesse que não, ia passear pela sua rua até meia noite; procurando por toda a parte alguma coisa que lhe pertencesse, uma pegada na calçada, um sopro no ar. . . . Eu adivinhava-a, via-a mover-se e andar; ouvia-a falar, e rir-se cantar através das paredes da casa, fechada como fortaleza.”

Gosto dessa franca narração, mas não podendo e não devendo imitar o procedimento do célebre duque, divido meu tempo, como penso que já disse, entre estudos e alguns passeios, mais higiênicos que recreativos.

Se me perguntarem porque refiro coisas que me são peculiares, em vez de responder apontando para as – Confidências de Lamartine, em vez de responder estribando-me no exemplo de tantos e distintos indivíduos, direi simplesmente que um poeta, bem notável no tempo de Júlio César, Publio Syro, cujo é a epígrafe de que me sirvo agora, me sugeriu essa idéia asseverando que – a vida dos outros é uma

excelente mestra.

Muito favor faço eu em riscar do meu calepino algumas notas que incomodariam uma boa dúzia de famélicos.

Portanto, continuo. Peço desculpa por ser tão didático.

Uma tarde, atravessando o bairro populoso do Catete, fitei surpreso, pouco longe de mim, uma pessoa extremamente semelhante àquela que me inspirara um sentimento, na frase da Escritura, mais forte que a morte. Caminhávamos em sentido oposto, e breve esvaeceu-se o encanto. Deus sabe quantas vezes depois inutilmente procurei por toda a parte a prazente (sic) aparição!

Um acaso restituiu-na.

Há dias em que sentimos que Manfred não é uma simples fantasia de Byron, o desdenhoso anatematizado das beldades como Hebe e o doce objeto dos cultos de Petrarca:

*Who round the for paler dames would seek,  
How pale their forms appear! How languid wand and week.*

*Altinbey!* Meu bom cavalo! Daqui à praia das Neves, são 10 minutos: *away!* E o vento sibila como a flecha do índio cortando os ares. O eco repete o violento bater do esforço animal. Como é bom este correr temeroso que lembra o delírio de uma valsa! E os cabelos voam, o peito ofega, e o corcel com o ventre varrendo a terra!

Quem for a S. Gonçalo faça alto na praia das neves. Sem dúvida os Tupis enterravam ai seus mortos. Que calma! Que desolado sítio! O mar nem geme: a brisa, a louca em folgar, dorme na areia alva e úmida: aqui, ali, afastadas como réus pungidos de remorsos surgem algumas árvores esguias, de minguada folhagem: apenas brinca na onda quase imóvel o raio de uma estrela bonançosa. E ninguém! Nem uma voz que anime este quadro que a noite ainda mais enluta!

Retiro-me sem saudades. Pouco e pouco deixei S. Gonçalo, segui afoito pela estrada solitária, e longa que trilham mais freqüentemente do que eu os mandarins

eleitorais deste lado da província. Pensando sabe Deus em que, dei acordo de mim quando o meu cavalo repentinamente parou. Estávamos em seara alheia: era um vasto campo: à direita havia uma estância, à esquerda, porém mais longe, soberbo clarão iluminava o basto arvoredo, em quanto às labaredas se perdiam no ar ao som de retumbante vozeria. A curiosidade levou-me direto à essa extremidade do campo.

Era o *Cassino* dos negros da fazenda. Que tremenda chusma! Que horrído enxame! Que oceano turbulento, imenso, disparatado de mil e vivas cores, de tangas azuis, variados algodões, camisas encarnadas, penas, turbantes, pulseiras e miçangas! E tudo isso confundido, agitado, semelhando, em resumo, um animal monstruoso, movia-se sob um aspecto, em verdade, tão pouco civilizado que julguei ver o produto fantástico de um sonho. Uma negra, nada menos que a rainha, agitando sucessivamente uma vara preza a uma cabaça cheias de conchas e pedrinhas, e que lhe era cetro, suponho eu, tirava desse bizarro instrumento uma música pouco mais ou menos igual à das castanholas. Ela andava a roda como o *Sufita Persa*, ou o *saniassi* do Indostão, e sobretudo derrengava-se de um modo tão ingenuamente impudico que nem se sabia o que pensar. Aglomeravam-se negros, crioulos e escravos puramente africanos, Congos, Minas, Ibos, Mocas, Inhambanes, Moanges e Buliques. Reconheço-me incapaz de caracterizar as diferenças maneiras de dançar particulares a cada uma dessas ilustres nações. Só observei que a intenção geral era representar aos olhos, numa série de movimentos, as diversas frases destas duas faculdades da alma, o amor e o ódio. E as evoluções redobram, as fogueiras ardem, rufa o pandeiro, e corda metálica de um arco acompanha o tam-tam: é a flauta daquela rebeca. A mulher está no meio, quase aliviada de importunos véus; as espáduas nuas reverberam, como redondos escudos, o brilho das chamas desprazidas ao redor; o negro a provoca. Ela resiste, escarnece-o, e circula e gira: o taful não desanima, e, cercando-a, busca, pela graça dos gestos, vencer a desusada recusa. Pouco e pouco a africana cede, pouco e pouco se deixa abrandar: dançam enfim frente a frente: o

movimento então se precipita, o passo voa, a música incendeia. E os olhos da negra? São duas fogueiras mais na festa: a cabeça lhe dança, dança-lhe o peito, os rins dançam. Suas contorções fariam rir senão fizessem tremer e cismar. É o livre prazer do deserto de Saara. Ora é homem que se anua, que não quer, e ocupa então o lugar do centro, em quanto a Moçambique, ou Iba volteia em torno: e meneia-se, com as mãos entreabre as vestes, inclina-se, ergue-se, acurva-se e dir-se-ia um pássaro que alisa a terra.

É muito bonito; mas vê-se como tudo isso acaba, porque a sacerdotisa de todas essas bacanais (sic), a rainha de todas essas Cleópatras é a fundadora de alcoices e Lupanares. Mas que dança ardente! no meio das ervas do campo, aos clarões de imensa fogueira cuja luz derramada em ondas ilumina o vale, aos sons estridentes de uma espécie de tambor, aos apelos sem fim de sonoras cabaças, ao estrilo hediondo de um canto universal! E todos esses corpos e almas em contato, a carne embriagando-se da carne, toda a arte desse povaréu desenfreado auxiliando-lhe a paixão, e essa música aviventando essa dança com palavras bizarras, lascivas, zombadoras, terríveis, ora contra eles mesmos, ora contra os brancos! Eu estava boquiaberto. De repente a lua, assomando, causou-me singular emoção; Sua face angélica oscilou algum tempo às bordas de uma nuvem, como surpreendida e espantada. Pareceu-me a grande imagem da civilização levantando-se desolada num plaino de África.

Os negros são uma raça de antíteses. Nunca vi entes em quem o bem e o mal se liguem mais: seu cristianismo é o mais cômodo possível: eles nunca puderam compreender o que a igreja chama o desprezo da carne. O diabo é o que veneram mais, talvez porque todos os homens são antes maus que bons, ou porque a idéia de dor e terror é mais perceptível a sentidos grosseiros do que as imagens de mansidão e perfeita felicidade, que exigem, para serem bem fundamente sentidas, órgãos menos corporais e menos terrestre. A Santíssima Virgem, quem o diria? votam imenso culto:

mas nem por isso deixam de acreditar em *zumbis*, isto é, nos espectros e duendes. Afastai-me do sítio de tão selvagem harmonia refletindo sobre a ingenuidade e cinismo dessas tribos, para as quais constitui a dança a única sociedade: gente cujo contato há de por longo tempo ainda pesar sobre nosso país.

Em vez de orientar-me perdi-me de novo tomando uma estrada transversal: foi uma fortuna: vinha raiando a manhã, ainda havia no céu um resto de púrpura, e da eminência em que me achava assisti a esse belo espetáculo na natureza. O lugar onde pousei afadigado, parecia uma cesta de flores no meio de imenso pedregal. Admirei o espaço que tinha ante os olhos e que apresentava uma cena maravilhosa. Os vegetais gotejavam orvalho: as aves atitando voavam alegres. Em hebreido no prazer que inspira o despertar da terra nem dei fé que estava perto de uma habitação que os arbustos encobriram. A porta estava um homem que gesticulava com estranha impaciência. Observei-o sem que ele me visse. Era alto, e seria belo se os olhos não desaparecessem nas duas cavidades que a moléstia ou o quer que seja lhe afundara sob as sobrancelhas: nódoas lívidas lavravam lhe as faces, o sorriso entranhando-se por entre os dentes só deixava flutuar por sobre a palidez sinais de medonha tristeza. Era o aspecto de quem tem consciência de terrível futuro. Ainda o estou vendo chegar à porta, alongar a vista atentamente e sumir-se, após um gesto violento, para de novo executar exatamente a mesma coisa.

Já começava eu a murmurar contra a indesculpável incúria de quem num lugar cercado de despenhadeiros assim abandonava uma vítima de alienação mental, quando um incidente distraiu-me. Meu cavalo, que pastava descasando, pisou em falso, e ficou em posição tal que o menor movimento o precipitaria em pedaços a base do rochedo íngreme e perigoso por todo aquele lado. *Away!* Gritei-lhe, e tomando em mão a rédea que lhe deixara arrastar, vi-o de um arranco galgar o atalho. Satisfeito acariciava o nobre animal quando vi o homem dos gestos dirigir-se com ímpeto para mim. Lamentando o azar que ali me trouxer a, antes vi logo, graças ao meu sangue

frio, que ia sustentar uma luta com um louco. Aproximando-se, disse-me em puro Inglês, mas balbuciante.

– Sois o Doutor Feijó ... ó?

É quem trata deste mentecapto, pensei comigo; e respondi-lhe:

– Não, senhor, mas sou amigo dele e tive a honra de ser seu discípulo.

– Pois, sois médico?! exclamou com singular expressão, revelando ao mesmo tempo na fisionomia assustada prazer. Sem ouvir-me a resposta travou-me do braço e arrastou-me, (é o termo), para a casa.

Depois de longuíssima digressão, tendo passado a noite em claro, exausto de forças, e depois de ter assistido a um sarambeque infernal ver-me agora suspenso ao braço de um doido! imagine cada um com que disposição entrei em tal casa. Mas que não foi meu pasmo vendo em pé na ante sala a mesma pessoa que me surpreendeu no Catéte por sua semelhança com um anjo que me é caro! Parei de súbito para contemplá-la a meu gosto, mitigar saudades que magoam, e ... mas o rijo Inglês, mais impetuoso que nunca, levou-me por interminável corredor e impelindo-me para dentro de um quarto bradou.

– Milady, milady, o médico!

Então compreendi tudo, esse louco sublime, essa alma, espedaçada, esse homem que as vigílias tinham incrivelmente desfigurado, era um pai que tremia de ver morrer sua filha, entre mimoso como a luz que aclara o sorriso de Onipotente.

O dia penetrava frouxo no aposento. Muda como a estátua do silêncio uma senhora inclinada sobre o leito beijava a miúdo a livida fronte de uma menina de 11 e 12 anos, de lábios roxos azulados, corpo frio, e tão raras inspirações que prestes sucumbiria asfixiada.

Era uma angina membranosa. Pressentindo a eminência do perigo e sempre desejoso de ser prudente soube que haviam por vezes mudado de ares, e que já havia lançado mão, mas baldadamente, de poderosos remédios. Testemunha daquela

aflição, e extremamente sensibilizado eu estava indeciso quando, erguendo-se repentinamente e dirigindo-se a mim em tom de súplica e a voz trêmula que trate o coração dilacerado, a mãe da pobre criança:

– Ela há de viver, não é assim? Disse.

– Seguramente, milady.

A prontidão e coragem dessa resposta nascida antes do desejo de consolar do que de razoável esperança, veio duplicar a minha responsabilidade. Não sei o que daria para ter ali o Doutor Feijó, uns dos mais eruditos professores da nossa Escola Médica, meu amigo e meu mestre. Com tudo energisou-me a própria dificuldade. Lembrando-me com motivado susto de infrutíferos ensaios, mormente em um cigano que em 1848 tentara enforcar-se, resolvi-me a praticar uma operação, cujas conseqüências a mor parte das vezes são funestas.

Primeiro que tudo sangrei amplamente a doentinha para evitar a sufocação que poderia sobrevir, e depois fiz a excisão do conduto respiratório. O temor, a ansiedade que senti, não sei explicá-los. Se ela me expira nos braços! pensava eu vendo o sangue correr.

E todavia Deus quis que ela vivesse.

Não abri boca todo dia: a noite passou sem notável incidente, tinha-me já tranqüilizado e estava certo do melhor resultado. No outro dia pela manhã obtive a custo que descansassem os que velaram desde tanto tempo.

Uma aia, particularmente afeiçoada é menina, nunca se arredava daquele aposento, e não sei como conseguira privar-se de sono, que segundo me referiram, tornar-se-á um acessório inútil a sua existência. Entreguei-lhe um papel que continha duas linhas.

**Milord,**

Ela está salva

Eu voltarei.

E parti deixando tudo em sossego.

Agora, pois que a conheço particularmente, algumas palavras a cerca dessa família. E senso dizer que, restabelecida a saúde da menina, não tive no mundo melhores amigos, Lord Robert Hampeden Hugh, de origem Irlandesa, pertence a respeitável família de Cabintaly, resto da antiga casa dos O' Byrne de Ranelagh do condado de Wichlaw, descendentes de Brondubh, o rei vitorioso do Linster no século sexto, por conseguinte tem por avoengo o célebre Fesgh-Mac hugh, chefe heróico de uma tribo formidável no reinado de Isabel, flagelo terrível dos Colunistas ingleses, e morto em 1598, numa batalha contra seus inimigos hereditários, comandados pelo lord deputado Russel.

Excessivamente rico, S.S. tem viajado muito e tenciona ainda percorrer com sua família alguns países mais célebres, para volver depois à sua Irlanda, *Wherein*, diz ele, *I have caten the most pari of my bread*. Uma de suas filhas, Miss Margaret, nasceu em 11 de janeiro de 1836 na Itália, terra sagrada, berço de tudo o que é grande. Quando não for a semelhança de que tenho falado, sua expressiva beleza me prenderia a atenção. Que suaves contornos nos semblante puro! Que puder me olhar meigo e risonho! Como o dedicado perfil mostra esse caráter de beleza antiga que de dia em dia desaparece da terra! Porém o que nele arrebatava mais, o que é só capaz de cativar um espírito como o meu, é uma bondade de alma admirável, uma candidez divina. Graças à intimidade de um afeto puro facilmente a denominei: *My Rosy Bloom*.

Louise, a segunda filha de Lord Robert, a que milagrosamente escapará de uma rude enfermidade, era o vivo transmutado das feições paternas, e não sei se por isso merecia de Lady Clare uma preferência quase imperceptível. Quanto a está senhora, de muita distinta superioridade, tanto me aprazia estar a seu lado que



imediatamente esquecia-me tudo quanto me fazia sofrer. Era a cada instante a comunicação sincera dos pensamentos de um espírito original, a revelação das sensações de um ser inteiramente primitivo, ser grandioso por uma mistura de ingenuidade e prudente finura, cheio de tino e rara perspicácia, e tudo isso vivificado pelo calor de uma bondade pura, por um amor sempre ativo da humanidade, por um interesse constante quer no bem quer no infortúnio de outrem. A essa grandeza se uniu sempre a doçura e a graça de uma mulher, que se manifestavam sobretudo na expressão de seus olhos e de sua boca, sem excluir nem a paixão, nem o entusiasmo.

Lady Clare tinha então 37 anos, e resolvia, em minha opinião, com sua pureza, e verdade, de sentimento, com o prestígio de seu espírito, e a sublime compaixão de sua alma, um problema difícil – a perfeição das relações humanas. Devo-lhe, nessa triste época da minha vida, a ressurreição do pensamento, morto em mim pela afeição.

Compreende-se com que justo prazer freqüentemente voltei a esse ameno retiro que merecera da boa família, graças a restauração de Louise, o nome de – *Heaven's Garden*: - Jardim do céu.

Nada, com efeito, mais belo que o sítio. Colocada na face mais doce de uma montanha, que se liga por todos os outros lados a um grupo de escarpados e soberbos rochedos, a casa olha o declive que se estende desde os seus alicerces até a várzea que aformoseiam árvores várias no tamanho e forma. Um ribeiro, alimentando pelas águas que descem por impiedosos caminhos, circula caprichosamente o campo, e murmurando vai perde-se em funda e abobadada garganta, esconderijo de uma infinidade de animais. O vento correndo pela ramagem da selva suspirosa, o som cadente e grave das cachoeiras próximas, e as vozes misteriosas da solidão formam uma harmonia triste e doce que lembra o coro final da

Norma; enquanto o sol erguendo-se ou deitando-se num vapor de ouro coroa os montes de magnífico auréola. E tudo, o mundo visível, o mundo interior, o universo inteiro e a alma do universo, tudo era descrito, analisado, compreendido, pressentido em longos entretenimentos que me pareciam curtos. A conversação de Lady Clare não era um discurso mais ou menos brilhante: era uma ação íntima, mas sempre inesperada, porque era motivada pela necessidade e disposição da pessoa que com ela conversava: conversar não é o termo próprio, quanto se dizia à Lady Clare era uma confissão, voluntária ou não. Com extrema delicadeza de tato ela compreendia os deveres e os prazeres da sociedade, assim como possuía um sentimento inato do belo que a punha em comunicação com a natureza e com a arte. Que fonte de ventura não é uma disposição da alma tão poética unida a uma grande força de análise: e tudo isso natural como a infância. Eis porque em sua presença sentia-me transportado para um mundo novo, levado à espera da poesia, e justamente, coisa singular! pelo que de ordinário chama-se antipoético, pela realidade substituída à ilusão. Em todo o meu viver, longo de dissabores, só uma pessoa encontrei igual à Lady Clare pelos dons de natureza e pela intensidade da vida intelectual; é para essa boa e estimada amiga que escrevo as carreiras estas linhas, cujo único valor consiste na fiel reprodução da verdade.

Renovei por muitas vezes o prazer de estar em companhia de milady, cuja presença era para mim uma luz benéfica, cheguei mesmo a pensar que se havia paraíso na terra era – *Heaven's Garden*. Contudo observei que Margaret, *my rosy bloom*, em vez de conversar, como era seu costume, alegre e risonha, conversava-se muda, abatida, pensativa. Se faltava era somente fazendo uma ou outra pergunta vaga, contentando-se com a resposta mais simples, e sem inquirir o que a motivava. Assim, tendo reparado quanto a leitura me era aprazível, perguntou-me um dia qual de todos os livros eu preferia: - O vigário de Wakefield- disse-lhe. No dia seguinte, qual dos reis estimava mais: – Carlos V da França. E retirava-se sem menor reflexão. Uma

tarde, enfraquecido e espontado de caçar Lord Robert dormia o sono solto no sofá da sala; Margaret bordava, em pé por traz dela, apoiada no encosto da cadeira, estava a aia, a quem chamavam Bell, se não me engano. Lady Clare e a viva e sensível Loisa passeavam mondando flores canteiros que adornavam a entrada da excelente habitação.

Encostado a grade da janela eu contemplava uma bela cena. No alto de um monte isolado que ficava a nossa esquerda, provavelmente para preparar o terreno tinham ateado fogo que lavrava minas, e rápido ergueu-se a desmesurada altura. Por intervalos, línguas de fogo voando para o céu enrubesciam o monte, dir-se-ia a um imenso altar onde ardia o incenso da terra. Admirava em silêncio a beleza desse espetáculo, quando a voz de Margaret me soou nos ouvidos, ela dirigia-se a Bell e me indicava como o olhar.

– Está triste.

– *Hi Love*, disse a velha em tom dogmático.

– A quem? perguntou a moça.

– Ah!

Voltei-me bruscamente, e desci ao jardim. A interrogação que acabava de ouvir pronunciada com súbita presteza e emoção foi um raio. Resoluto a partir no dia seguinte para não voltar tão cedo à *Heaven's Garden*, nem uma palavra disse a tal respeito, por isso que era inabalável o meu propósito. Todavia, quando à noite nos reunimos, a tristeza me oprimia, tristeza que bem compreenderão aqueles que sabem quanto custa ceder, mesmo por um instante, as afeições de coração as convivências sociais.

Fui à biblioteca de Lord Robert procurar um livro qualquer que me auxiliasse a dissimular a pezarosa preocupação. Quis o acaso que puzesse a mão a num manuscrito tendo por título, *Book of Byrne*. Segundo o uso antigo das nobilíssimas

casas da Irlanda que, assim como os príncipes árabes, tinham um poeta para lhes escrever a história, *Angus O' Dali* era o digno bardo de *Feagh- Machegh*, o herói sem medo – *diuntles here* (sic). Entre seus encantos ardentes feitos em honra do ilustre e valoroso Feagh, traduzi uma majestosa de patriotismo e poesia, procurando assim algumas horas antes de deixar, bem a meu pesar, essa veneranda família, ocupar-me de seus ascendentes e de sua pátria. Minha despedida foi, por assim dizer, a do que se vai ler:

Deus vos proteja, defensores do Gael! Nunca possam os vossos inimigos triunfar! nem vós, jamais abandonar o campo de batalha!

Filhos generosos! Sob as luzentes armas despertai ao grito de alarma e de glória, combatei pelas verdes montanhas e pelas floridas orlas de vossos rios!

Para vingar e salvar a Irlanda, afrontai os perigos da guerra! Saltai-vos do sono curto, mas profundo, que em meio às neves e tempestades vos prende em arrojados cumes!

Que esperais! Das mãos depredadoras do estrangeiro arrancai a terra de vossos maiores. Esqueceis seus campos esmaltados de flores, seus palácios e soberbas torres?

Soluça o coração servindo o estrangeiro que verga com os nossos despojos! Oh! praza à Deus que unidos resolvamos erguer a fronte ativa, ou juntos sucumbir!

Dor amarga! eis dispersos e proscritos nossos príncipes e chefes, vagabundos na terra natal por entre sombrios vales e aspérrimas brenhas, acossados como ledos, sovados como bandido!

E um bando feroz pisa impávido, nossos ridentes planos, e seu exército odioso, circundando-nos, noites sem fim nos rouba o repouso!

Não! Antes de vê-los esmagados e nadando em sangue, não me entra na alma um raio de alegria.

Armados e brilhantes batalhões envoltos em púrpura, vossos perigos são meus terrores!

Porque só nosso aniquilamento extinguirá o ódio selvagem do inimigo! Deus vos guie noite e dia, e vos salve à hora do combate!

Avante, avante, montanhezes! o céu está convosco! Ufanos derramai o sangue pela pátria! Cabem da vitória os louros aos que gritam. Liberdade ou morte!

## IV

## Morte

. . . . Mers sola faletur

Quantula sint hominum corpuscula.

(Juvenal)

Há no Rio de Janeiro alguns estrangeiros dedicados cultores das letras e ciências. Mais atilados, mais perspicazes que a maior parte dos nossos governos, mais justos sobretudo, eles procuram com solícito desvelo chamar ao grêmio de suas reuniões aqueles indivíduos inteligentes e laboriosos que tentam com incansável afan engrandecer seu os país e honrar a humanidade. No fim de cinco meses, que me pareceram séculos de luto, no momento em que mais vivamente sentia à que duras provas me acabava a Providência de submeter, quando, finalmente, desabava sobre mim uma proscricção frondosa, e fácil de conceber com que satisfação aceitei o lisonjeiro convite para tomar parte nos trabalhos de uma associação distinta. Reunidos em dias determinados numa chácara distando três léguas do burburinho da multidão, os membros dessa sociedade, dividindo agradavelmente o tempo, consagram algumas horas aos deveres para que foram emprazados, e o resto às distrações campestres. As elaborações desses homens graves, livres assim do sono de ócio ignaro, não ficam perdidas, pois que se transmitem mensalmente as corporações idênticas do mudo europeu. Atarefando-me então com semelhante encargo, isentei do fogo uma série de escritos preparados durante esses meses de merencoria saudade, e que hoje, avantajando-me somente na vaidade, apenas servem, força é confessá-lo, para marcar a distância que vai entre os proscritores e este humilde proscrito. Justamente com um desses trabalhos ocupei a atenção dessa pacífica assembléia de estudiosos no dia de que trato aqui, dia cruel, cujo termo me ficará por longos anos na memória. Li algumas páginas do – *Esboço histórico e filosófico do primeiro decênio (1840-1850) do reinado do Senhor D. Pedro II, Imperador do Brasil*: - esboço do qual dará uma idéia o opúsculo intitulado: – *A monarquia na América*, - que a *Ilustração*, penso eu, breve publicará. Na parte relativa a etnografia comparei, e não sem

motivo, os Brasileiros aos árabes, cuja lembrança imortal, consagrada pelo testemunho da história, paira sobre o abismo de sua decadência. E á que melhor povo nos poderíamos assemelhar? Não é meu intento qualificar agora exatamente a origem política dos Árabes, nem recordando, por exemplo, os oito séculos de seu domínio na Espanha, narrar os terríveis combates do gênio mulçumano e do pensamento cristão, cujas derrotas e triunfos a história admira tanto. Mas cabe aqui dizê-lo, que respeito lhes não devemos pelo grande e real serviço que ao mundo inteiro fizeram, não de haver criado as ciências, porém de não as ter deixado perecer? Que amor não devemos ao glorioso El- Mansour, o assíduo protetor da ciência infante? E à seu neto o célebre Haroun-el-Raschid, o seguro amigo das letras, que fazia criar uma escola gratuita ao lado de cada mesquita? E mais que a todos, ao heróico El Mamoun, o vencedor dos Gregos, que lhe exigia manuscritos por tributo, e durante cujo reinado as primeiras dignidades do Estado foram o apanágio exclusivo do mérito e da ciência? Foi vastíssimo o edifício científico levantado pela religião mulçumana após dois séculos de conquistadora existência: ao impulso brutal da espada sucedeu o ímpeto não menos fecundo para as conquistas do espírito: mas ah! das grandes tradições desse foco de ciências, com que nos maravilham os anais do passado, só restam lembranças espalhadas entre ruínas.

Deixemos esse quadro gigantesco.

Regressando para a cidade resolvemos passar a noite no teatro. Representava-se *Luiza Miller*.

A música de Verdi agrada aos espíritos sérios: enleva-os pela audácia, capitava-os pela novidade. Ela apossa-se poderosamente de nós pelo atrativo de uma meditação que nada afrouxa e que vai tranqüilamente perder-se no infinito. Não sei como esse grande *maestro* tem sido julgado na Europa; mas suponho que o excessivo desenvolvimento de seu pensamento perturba necessariamente a harmonia de sua

natureza, e como nenhum excesso fica impune, o ilustre compositor peca as vezes pela exageração: todavia a elevação e a profundidade são seus caracteres eminentes.

Apenas findou-se melodrama de Salvador Camarano, embarquei para Niterói, repetindo ainda a poesia que Gentili cantará com inexprimível talento:

Allor, cheio muto, estático  
 Da labbri suoi pendea,  
 Ed ela in suono angélico  
 – Amo te sol – disse-a,  
 Tal Che sembró l' emptreo  
 Aprirsi all'alma mea!...

A noite estava bela, o mar abonaçado: a lua nascente sorria com tibieza, mas o sol hidrogênio que ilumina a cidade, graças ao benemérito Conselheiro Eusébio e ao prestimoso Barão de Mauá, estendia os raios até quase a margem fronteira.

Há sempre na vida do poeta um momento em que ele sente a necessidade imperiosa de saber de si, de eximir-se dos pensamentos habituais ou de remoçá-los por novas impressões. De ordinário apraz-me evocar a sombra do passado, e revolver sobretudo as cinzas da Roma antiga. A proporção que vogávamos largo, a cidade fluminense me afigurava a brilhante Capréa, enlaçada num cinto de ásperos e angulosos rochedos, avistando no Oriente as praias da Campânia, e no Ocidente as verdes ondas de um mar imenso. E afigurou-se me o aspecto das vilas imperiais que tinham os nomes das divindades: aqui a vila de Geres, de enlourecidas colunas, elevadas como palmeiras: ali, a vila de Juno, onde os raros peixes do Ganges nadavam em tanques de profiro: mas, acima de todas, a vila de Júpiter erguida na planura ocidental da ilha. A sua direita levanta-se a torre do farol, cuja luz eterna brinca nas águas: a seus pés há salas de banhos onde o mar entra azulado e tão transparente que o lajedo de mosaico não perde, sob as ondas, uma só de suas pinturas. Caprea era as delícias de César Augusto, que a houve dos Napolitanos,

dando-lhes em troca a ilha de Enaria. Augusto ai se consolava do império; ao grato perfume das flores, aos suspiros de mansas brisas, respirava livremente, e repetindo os versos de seu amigo. Virgílio veio algumas vezes passar entre a folhagem a pálida sombra do cantor Dido. Vi mais o monte Equilino, os jardins do Mecenas, o porto d'Ostia, e a citaré do filho de Domitio, apaixonado pela música!... a música que adoça os costumes, que eleva a alma e que a purifica! Se nesse momento, ainda ostentando a mesma infâmia, ante mim passavam rindo Menecrates, Spicilos e Doriphoros, por consolo me apreciam o virtuoso Thrasea, velho austero, admirado pelo povo e pelo senado romano, Cássio – Longino, o jurisconsulto, e Vindex, o terno e heróico protetor da Gália.

Enquanto assim me perdia na reminiscência de tempos que já foram, avocou-nos um escaler prado no meio da baia. Pediram-nos um remo que lhes substituísse o que acabavam de quebrar: aproximamo-nos para ceder-lhes um dos quatro que tínhamos. Então além dos remadores vi dois homens, um volume que não pude distinguir, e um mulher com as mãos no rosto e mal comprimindo os gemidos. Fitei nela os olhos:

– Bell! Disse reconhecendo-a, vós... chorando!!!

Atônita ao princípio, balbuciou entre soluços apontando para o solo do escaler:

– Ela... ah!.. estava rindo... de repente...

– Margaret! exclamei, e com braço convulsivo arranquei o envoltório de uma espécie de padiola... Era Louise, mais bela que nunca, vestida de branco, imóvel (sic), fria! Que tão meigo semblante! Deliciosas curvas, como que ainda ondulando, iam perder-se no colo acetinado e claro como as pétalas de alvíssima camélia!

Bel caíra de joelhos: na visão de um delírio, pareceu-me o anjo da guarda



velando um Serafim que dorme.

O morte! Morte! que és tu senão a herdeira de todas as verdades perdidas na desordem da vida? Tu que respondes a todas as blasfêmias da terra, às mediocridades ilustres, à virtude caluniada, ao vício triunfante, tu me provas que a luz dos astros não é à luz da alma. Justiça onipotente, embalsamas o talento insultado, ergues templos à glória injuriada. O morte! és o mágico reflexo da verdade que do céu penetra o coração do homem.

Robert Hampden fugiu Rio de Janeiro.

As vezes, atravessando melancolicamente a cidade, contemplo do cemitério dos Ingleses o sol que roxeia no ocidente. Em memória da gentil *maiden* a mão saudosa do amigo entalhou estas simples palavras na árvore que lhe assombra a campa:

*Thou wert too good to live on cartk*

**Ernesto de Souza**

**AO PASSAMENTO DE S. M. F. A SR<sup>a</sup> D. MARIA II, RAINHA DE PORTUGAL**

(*Ilustração Brasileira*. v. I, nº 1, 7-8/Rio de Janeiro, fevereiro de 1854)

Oferecido aos poetas Portugueses e com especialidade a muito reconhecimento ao  
Ilmo. Sr. José da Silva Mendes Leal Junior, por Francisco Muniz Barreto,  
natural da Bahia.

**I**

Reúna a dor, Brasil, hoje dois povos

Numa só grei cristã!

Lá chora Portugal sua Rainha:

Choremos nossa irmã!

Choremo-la; que dupla piedade

Nesse tributo vai:

Pranto nos pede a terra de seu berço,

Remida por seu pai.

Choremo-la; que mais um dever santo

Nos manda hoje chorar:

Quanto à morte o Monarca ao povo iguala,

Deve-os a dor juntar.

Do Rei Órfão, do Rei Viúvo em torno

Pranteia Portugal:

Do rei irmão ao lado pranteamos

A perda fraternal.

Reúna a dor, Brasil, hoje dois povos

Numa só grei cristã!

Lá chora Portugal sua Rainha!

Choremos nossa irmã!

## II

O que ela era, dizê-lo

Não precisa o canto meu;

Lá disse-o a *pomba*, que seu

Funeral acompanhou;

A *pomba*, que sobre o coche

Majestático, onde ia

O símbolo da Monarquia.

Quietamente pousou;

E quase ao chegar à igreja

A funérea procissão

Com geral admiração

Outra vez para o céu voou!

Oh! que não foi isso acaso

Em que se não deva crer:

A *pomba* veio trazer

Avisos a Portugal;

Avisos de candidez

D'alma que chamaras DEUS,

E que dera sempre aos seus

Na terra amor paternal;

Aviso em fim de que nele

Jamais nunca mãos ferinas

Hão de manchar suas Quinas,

Sua coroa Real.

III

Assim seja, meu Deus! Respeitem homens

A tua lei:

Em prol da terra de meus pais, inspira

Seu novo rei.

Imite ele nas ações preclaras

Seu grande Avô

Que mais coroas do que deu na terra,

No céu ganhou.

Prudente e justo circunspeto e afável,

Como é seu pai,<sup>59</sup>

No trono mostre para glória de ambos,

Que bem lhe sai.

De sua Mãe, de sua Avó materna

Tenha a lhaneza,

E o mesmo gênio, a mesma mão aberta

Para a pobreza.

Não diga o Lusitano Povo

Que desmentiu

Nele a Coroa à pomba, que pousada

Nela se viu.

Assim seja, meu Deus! Respeitem homens

A tua lei;

---

<sup>59</sup> Assim o afirmam todos que o tem visto e tratado.

Em prol da terra de meus pais, inspira

Seu novo Rei.

#### IV

Os Reis mais que ninguém,

De lágrimas precisam,

Dessas, que por mil faces,

Sinceras se deslizam.

Que val, que significa

A corte, que se enluta,

Si a gente que regeram,

Vê-se de pranto enxuta?

E, mais do que mil crepes

Que seus válidos tomem,

A lágrima vertida

Do povo pelo homem.

Dela que só exprime

A verdadeira dor.

Carece o rei na campa,

Como do orvalho a flor.

Triste do rei que ao túmulo

Só entre pompas desce,

E ao céu não vai do povo

Na voluntária prece!

Nem da Memória ao templo

Sobe modestamente  
Nos sons de harpa saudosa  
Do bardo independente!

Os reis mais que ninguém  
De lágrimas precisam,  
Dessas que por mil faces,  
Sinceras se deslizam.

V

Os reis necessitam mais olhos que saibam  
Na morte os chorar,  
Que lábios que possam com mais eloquência  
Na vida os louvar.

Mais honra lhes fazem nos seus saimentos  
Os parias, os pobres,  
Quem roda, nos templos, dos seus catafalcos  
Os ricos, os nobres.

Dos reis os amigos só bem se conhecem  
Nas horas funestas,  
Que não quando vivos, nos ledos cortejos,  
Nos bailes, nas festas:

Para a suas virtudes de século a século  
Aos povos lembrar,  
São mais eloqüentes, que os lábios, os olhos  
Que sabem chorar.

VI

Feliz, feliz a segunda-feira

MARIA de Portugal,

Cuja alma pura mostrou-se

Na *pomba do funera!*

Foi-lhe o sudário bandeira<sup>60</sup>

Em torno do qual unidos –

*Choremos!* – disseram todos

Os políticos partidos.

Chorada foi por seu povo

Com prantos do coração;

Hinos teve de harpas livres;

Teve espontânea oração.

Cantemos também, cantemos

Sua alma cândida e sã!

Oremos pela Rainha!

Choremos por nossa irmã

Feliz, feliz a *segunda-feira*

MARIA de Portugal,

De quem veio a profecia.

Na *pomba do funera!*

Bahia, 28 de dezembro de 1853.

---

<sup>60</sup> Alusão a um sublime pensamento de belíssima poesia do Sr. João de Lemos, ao mesmo assunto.

**GLOZA**<sup>61</sup>

(*Ilustração Brasileira*, v. I, n.º 4, p. 89-90/Rio de Janeiro, maio de 1854)

**DO DEZEMBARGADOR TITO ALEXANDRE CARDOZO DE MELO**

Piramo que a Tisbe amava  
Por ela igualmente amado,  
Vendo que o destino irado  
Seus votos contrariava,  
Assim a amante exortava:  
‘Se me adoras, como creio,  
Fujamos que o instante veio  
De vivermos sempre unidos,  
Pois de sermos perseguidos  
*Não tenhas, meu bem, receio.*’

Sobre o sítio e ocasião  
Da fugida se ajustaram  
E com tais vozes selaram  
A sua ardente paixão:  
‘Tão doce estreita união  
Não pode haver quem destrua,  
Esta fé constante e nua  
Enquanto durar-me a vida  
Não temas, prenda querida,  
*Que qualquer outrem possua.*’

Eis tarde o moço cedando  
Acha um véu ensangüentado,

---

<sup>61</sup> Antecede a Glosa a seguinte nota de Ciro Cardoso de Meneses: “Uma exmungação do Passado”. Dando outro dia uma busca em uma pilha de papéis aliás bem prosaicos, permitiu o acaso que deparasse com uma quadra que há 18 anos foi por uma senhora dada na Bahia a meu irmão, o finado Desembargador Tito Alexandre Cardos de Melo, para glosar. A coincidência de ser também nessa mesma quadra que fiz o meu primeiro ensaio poético, despertando em mim recordações embalsamadas pelas saudades do passado, suscitaram-me o invencível prorido de dar à luz da publicidade esses versos, que pareciam aliás condenados por todo sempre, às trevas do esquecimento. Ei-los: ‘Não tenhas, meu bem, receio’/ ‘Que qualquer outrem possua’/ ‘Um coração que te dei,’ / ‘Uma alma que já é tua’ (*Ilustração Brasileira*, 1854: v. I, 89)



E desta vista enganado  
 Convulso o beija exclamando:  
 ‘Foi este, ó Tísbe, o execrando  
 Consórcio a que te arrastei?  
 Matai-me, ó feras, correi!  
 Mas não! o ferro homicida  
 Despoje da triste vida  
*Um coração que te dei’.*

Tisbe ao voltar vê tremer  
 Na terra o corpo do amante,  
 Sobre ele cai delirante  
 E apenas pode dizer;  
 ‘Tão doces laços romper  
 Não, não há de a morte crua!  
 Pois se és vítima sua,  
 Caro amante, irá contigo  
 Ajuntar-se no jazigo  
*Uma alma que já é tua’.*

Tive o arrojo, depois desta glosa, sem dúvida bela, de glosar também eu [Ciro Cardoso de Meses] o mesmo mote. Sirva-me de desculpa o ter nessa época apenas quatorze anos incompletos.

Da linda Inês o temor  
 Cada dia se aumentava,  
 Qual das flores desbotava  
 De sua face o rubor;  
 Pedro, abrasado em amor,  
 Lhe diz, de ternura cheio;  
 ‘Tens em mim seguro esteio,  
 Por meu braço defendida,  
 Enquanto durar-me a vida,  
*Não tenhas, meu bem, receio’.*

D'Afonso as iras em tanto  
 Vis conselheiros atiçam.  
 A vingança que cobiçam  
 Do zelo envolvem no manto  
 Exclamando em vivo espanto;  
 'Ah! Senhor, que Inês destrua  
 As leis da vontade tua!  
 Sobre teu filho ascendente,  
 Maior que tens, não consente  
*Que qualquer outrem possua!*

Já o rei alucinado  
 Lavra o decreto fatal;  
 Já penetrante punhal  
 Por duros punhos vibrado  
 Rasga o seio delicado.  
 'Esposo que tanto amei'  
 Diz a infeliz 'morrerei  
 Longe de ti! Sem te ver!  
 Vem, não tardes receber  
*Um coração que te dei!*

Sabendo o caso nefando  
 Pedro convulso assim brada:  
 'Pela esposa inanimada  
 Que vingança está clamando,  
 Pai cruel, rei execrando,  
 Juro-te a guerra mais crua!  
 Vingar juro a morte sua!  
 Só quando em sangue ensopar-se  
 Irá, Castro, a ti juntar-se  
*Uma alma que já é tua!*<sup>62</sup>

<sup>62</sup> Ibid. p. 89-90.



LISBOA: — Anno 35000 rs. — Semestre 15920 rs. —  
Trimestre 13000 rs. — Numero avulso 120 rs.

VOL. I. — NUM. 1. — SABBADO, 5 DE JANEIRO DE 1856.

PROVINCIAS — FRANCO — Anno 15000 — Semestre 25100  
Ultranar e estrangeiro (moeda forte) 55000 rs.

**INTROITO.**

A *Illustração* em palestra com os leitores. — Prova-se que se entra por se abir a porta aberta, e que se sae porque se entra. — Exposição nos programas. — Emprego actual da Fama. — Destina-se a introdução concluida.

— Com que, temos introdução?  
— É verdade, temos introdução: o titulo o está dizendo.

— E para que serve uma introdução?  
— Naturalmente para introduzir o leitor no jornal, que ainda não conhece, visto começar a sua existencia, e almalhar na habitação nova em que vae penetrar, visto que pegou n'esta folha.

— Estamos fartos de introduções.  
— Não temos dividida. Mas, assim como não ha casa sem porta, não ha jornal sem introdução.

— Porque?  
— Boa e essa! porque? Porque se ha de entrar por alguma parte: porque se ha de principiar por alguma cousa.

— Porque não principias logo... por outra!  
— Sempre será principiar por alguma. Muda-lhe o nome, que importa? Ficará o acto: o acto é começar, e abir, é inaugurar, finalmente entrar. Se não entras pela porta, entrarás pela janella. Ha quem prefira este modo de... não diremos introdução, posto ser aqui o mais proprio termo... ha quem prefira, diziamos, este modo de acesso, principalmente os que tem predilecções illegaes por alguma pertença do proximo em contravenção com dous mandamentos da lei de Deus, os mais essenciaes para o estado actual da sociedade, e por isso mesmo os mais frequentemente infringidos. Esses mesmos, porém, introduzem-se... por desregra alheia.

A unica differença é que, desprezando as sendas trivias, fazem porta da janella. O leitor pôde fazer com elles, sem levar os mesmos intuitos, bem entendido. Pôde só passar por esta porta, que nem se encurva em labores gothicos, nem perfilla a esquadria romana, nem apruma columnadas gregas, nem pompeia sobre aditos soberbos, nem aspira em summa a ser mais do que é, uma porta ou entrada, humilde e singela, para os que entendem que ha certas cousas que se hão de fazer eternamente do mesmo modo, visto que sempre se fizeram, e se fizeram assim, desde que o instincto despertou no homem, o homem na sociedade, e a sociedade no mundo, — cousas simples, cousas communs talvez, cousas prosaicas de certo, como é o entrar por uma porta, e abir uma porta para entrar, — mas cousas de pratica universal e perenne, e portanto de verdade provavel...

— Queris ver as taes verdades prováveis? Pôde-se objectar a esse poderoso raciocínio — que uma porta serve tanto para entrar como para saír, o que não é menos conhecido, nem menos provado, nem menos universal.  
— Eis justamente o que de todo confirma a nossa primeira e gravissima these, pois que para saír é preciso entrar, e só sãe quem entra, como o attestaria, se fosse preciso, um dos mais ingenuos e sabidos annexins populares. N'estes casos, pois, e pondo ponto ás depressões, o leitor, como tu, amigo, pôde passar por esta porta, sem mesmo ter a necessidade de se abir, pois que não temos cá o *fausto*, e metter-se pelas janellas, que não faltarão n'esta gaza, e muitas d'ellas ornadas de ricos entalhes e de finos arabescos, como sãe as delineam e executam os entendidos architectos e os esculptores pri-

mosos, cujos nomes darão razão de suas obras. Se o leitor porém se introduzir por alguma d'essas janellas magnificas, em vez de cruzar esta porta modesta, — e louvar-lhe-lheamos a preferencia, — nem por isso deixará de ter a sua introdução: tel-a-ha unicamente escollida a seu sabor, no que, francamente, fará muito bem.

— Mas que prova esse longo arrazoado?  
— Prova exactamente o nosso thema.

— Que thema?  
— Que uma introdução é uma cousa indispensavel.

— É uma cousa banal, por mais que se diga. Todos fazem introduções.

— Todos fazem portas para entrar, sem exceptuar os que entram pelas janellas. É banal? Será. É banal como a luz, como o amor, como o prazer. Todos tambem querem ver, todos querem amar, todos querem gosar. Já vês des que ha banalidades, antigas, usuas, quotidianas, que se hão trocam, — que não trocareis, — por uma boa porção de innovações. Reconhecidas estas importantissimas, e sobre tudo juvenitissimas verdades, deixae-nos dizer-vos duas palavras da nova *Illustração*, que será nacional para dous mundos, que heis de certamente passar pelos olhos, que talvez acbeis por acompanhar com os vossos votos.

— Assim seja. Agora diz breve.  
— É pouco. Tem havido seculos que se tem feito homens. Assim foi o seculo de... Escuso de vol-dizer se o sabeis; se o não sabeis ainda mais escusado é porque o não entenderis.

— Ao caso, vamos ao caso. Este seculo, em vez de se fazer homem como o de... o tal... fez-se...

— Vamos ao nosso caso, é verdade. — Este seculo fez jornal. O jornal agora propende a fazer-se livro.

— É philosophia?  
— Nada, é só uma reflexão. Mensaes, hebdomadarios, ou quotidianos, os jornaes, crescem de dia para dia em dimensões, e concorrendo todos a um fim commum, cada um completa o seu visinho, trazendo permanentemente abertas, e incessantemente renovadas as paginas em que a curiosidade humana quer achar a vida diaria. Já não basta a historia: essa julga tarde, e carece de tempo e reflexão para fixar os seus juizos. É indispensavel a chronica, mas uma chronica nova, a chronica ainda ardente das commoções, immediata, palpitante, diriamos, se este não fosse já um vocabulo estragado pelo abuso, como tanta cousa boa.

— Mas que tem com a *Illustração* essa chronica?  
— O que tem! É ella mesma.

— Ella, que?  
— Ella, *Illustração*.

— Ah!... Fazeis um programma?  
— Um programma! Vade retrò. Nada de injurias. A *Illustração* disse no seu prospecto tudo o que tinha para dizer. No mais quer que a julguem pelas obras. Abre as portas á phantasia, e não as cerra á verdade. Muitas verdades se podem dizer motejando, no leve estylo que desafia o riso facil, sem despir a gravidade nas cousas serias. A *Illustração* seri como as suas companheiras do mesmo titulo que as outras nações têm adoptado e feito prosperar. A fama deveria prender-lhe azas aos pés, e á cabeça como a certo nune fabuloso, pois que tem de voar de um a outro hemispherio; mas a fama tem agora muito que fazer por outro lado, ao que parece, e ella, a nossa *Illustração*, contenta-se por em quanto com a celeridade dos meios de locomoção conhecidos, sem reuscar a my-

thologia, nem devassar o segredo das machinas aerias. A fama assentou praça de corneta nos exercitos do Oriente, e toca á chamada do alto d'uma cortina desmantelada de Malakoff, ou de uma canhoneira fumegante de Inkermann. Tem muito que fazer, e nem pôde dar uma volta por aqui. Bem que de longe, substituiremos nós a fama, ausente com motivo justificado. Destinada a dous povos, irmãos por sangue, por costumes, por lingua e religião, lembrar-se-ha sempre a *Illustração* donde vem e para onde vae; buscará ser d'ambos e para ambos, segundo a sua natureza, e os seus meios. A *Illustração* não tem pretensões a uma gravidade doutoral, nem se compraz nos daires solemes e mensuras compassadas das galas officinaes. Garrida, apurada, amiga das modas e longaninhas, gosta de doidejar e coquetear de um para outro lado, com os zephirus, com as abelhas, com as flores. — triplice e galante officina d'onde vem todo o mal. Mas tambem não se exime da sirdreza onde for precisa. Não é um atheneu; é um leucotrio; mas um leucotrio que admite toda a pratica decente. Quem quer passa, deita os olhos, entra, conversa, e se leva alguma cousa para meditar, é commo-damente reclinada em regaço voluptuoso, e melindrosamente envolta e resguardada entre os tenues recamos e as gazes transparentes d'essa fada etherea, coroada de estrelas e calcada de flores, que se chama imaginação. O seu condão será prepará-deleites. Buscar-se-ha assoctar condimentos para todos os paladares, pondo o cidadão em que a especiaría não leve a bôca, livre para o sorriso. Procurar-se-ha que o prazer affague, e não queimie.

— Muito bem. Não fazeis programma, e ahí está um programma em regra...

— Um programma não; e só uma lista de obrigações.

— Segue-se agora o modo de cumprilas.

— N'essa parte é que não entrámos: deixamol-a ao tempo, que é o grande fundador de todos os creditos, e o grande mestre de todos os desenganos.

— Excelente. Mas a introdução onde fica?

— Qual introdução?  
— A introdução de que nos principiaes a fallar!

— A introdução está feita.

— Não é mais do que isto?

— Mais nada.

— Não falla ao menos sete vezes em Byron, a proposito dos dous primos da Idanha, nem doze em Linneo e Cuvier a proposito dos goivos do Passeio?

— Não leva á minima a para da erudição. Que quereis? É dia de magro cá por casa.

— E chames introdução a uma cousa d'essas, assim indigesta, infezada, quasi imperceptivel, sem o acompanhamento e o ornato de duas ou tres duzias de nomes sonoros, sem o minimo cartaz de theorias novas, ou remendadas, que vem a dar no mesmo?

— Chamemos-lhe introito.

— E por que ha de ser introito e não introdução?

— Por que ha de ser alguma cousa, valha-nos Deus! Pois que tivesses a paciencia de nos seguir até aqui, o que nós, sinceramente, no vosso caso talvez não fozemos, entraríes com effeito as portas da nova *Illustração*; e, introdução ou introito, cá estaes. Portanto está concluido o essencial.

— Podemos despedir-nos?

— Se quizerdes: em santa paz, espero; para outros dias muitas vezes. Introduçào ha só uma.

— Ainda bem.

— Somos d'essa opinião.

Revista *A Illustração Lusobrasileira* (1856, 1858, 1859). p.1. nº 1. vol. I. Lisboa, 5 de janeiro de 1856. Cópia de microfilme (Exemplar original pertencente ao acervo da BN – Lisboa).

EDITORIAIS, TEXTOS DE FICÇÃO, POEMAS E ACHEGAS CRÍTICAS DA  
REVISTA *ILUSTRAÇÃO LUSO-BRASILEIRA* (1856, 1858, 1859)

**INTROITO**

(*Ilustração Luso-Brasileira*, vol I. nº 1, p. 1a-c /Lisboa, 5 de janeiro de 1856)

A *Ilustração* em palestra com os leitores. – Prova-se que se entra por se achar a porta aberta, e que se sai porque entrou. – Esconjurção aos programas – Emprego atual da fama: – Delectar-se a introdução concluída.

Com que, temos introdução?

– É verdade, temos introdução: o título o está dizendo.

– E para que serve uma introdução?

– Naturalmente para introduzir o leitor no jornal, que ainda não conhece, visto começar a sua existência, e alumiá-lo na habitação nova em que vai penetrar, visto que pegou nesta folha.

– Estamos fartos de introduções.

– Não pomos dúvida. Mas, assim como não há casa sem porta, não há jornal sem introdução.

– Porque?

– Boa é essa! porque? Porque se há de entrar por alguma parte; porque se há de principiar por alguma coisa.

– Porque não principiais logo ... por outra!

– Sempre será principiar por alguma. Mudai-lhe o nome, que importa? Ficará o ato. O ato é começar, é abrir, é inaugurar, finalmente é entrar. Se não for por esta forma será por aquela; mas será. Não entreis pela porta, entrareis pela janela. Há quem prefira este modo de. . . . não diremos introdução, posto ser aqui o mais próprio termo... há quem prefira, dizíamos, este modo de acesso, principalmente os que têm

predileções ilegais por alguma pretensa do próximo em conveção com dois mandamentos da lei de Deus, os mais essenciais para o estado atual da sociedade, e por isso mesmo os mais freqüentemente infringidos. Esses mesmos, porém, introduzem-se ... por desgraça alheia.

– A única diferença é que, desprezando as sendas triviais, fazem porta da janela. O leitor pode fazer como eles, sem levar os mesmos intuitos, bem entendido. Pode só passar por está porta, que nem se encurva em labores góticos, nem perfila a esquadria romana, nem a prima colunadas gregas, nem pompéia sobre aditos soberbos, nem aspira em suma a ser mais do que é, uma porta ou entrada, humilde e singela, para os que entendem que há certas coisas que se hão de fazer eternamente do mesmo modo, visto que sempre se fizeram, e se fizeram assim, desde que o instinto despertou no homem, o homem na sociedade, e a sociedade no mundo, – coisas simples, coisas comuns talvez, coisas prosaicas de certo, como é o entrar por uma porta, e abrir uma porta para entrar – mas coisa de prática universal e perene, e portanto de verdade provável. . . .

– Quereis ver as tais verdade prováveis? Pode-se objetar a esse poderoso raciocínio – que uma porta serve tanto para entrar como para sair, o que não é menos reconhecido, nem menos provado, nem menos universal.

– Eis justamente o que de todo confirma a nossa primeira e gravíssima tese, pois que para sair é preciso entrar, e só sai quem entrou, como o atestaria, se fosse preciso, um dos mais ingênuos sabidos anexins populares. Nestes tempos pois, e pondo ponto às digressões, o leitor, como ia dizendo, pode passar por esta porta, sem mesmo lhes tirar o chapéu se quiser, pois que não temos cá o laus percune, e meter-se pelas janelas, que não faltarão nesta ..., e muitas delas ornadas de ricos entalhes e de finos andados, como só as delineiam e executam os entendidos arquitetos e os escultores primorosos, cujos nomes darão razão de suas obras. Se o leitor porém se introduzir por alguma dessas janelas magníficas, em vez de cruzar esta porta

modesta, – e louvar-lhe-emos a preferência, – nem por isso deixará de ter a sua introdução: tê-la-á unicamente escolhida a seu sabor, no que, francamente, fará muito bem.

– Mas que prova esse longo arrazoado?

– Prova exatamente o nosso tema.

– Que tema?

– Que uma introdução é uma coisa indispensável.

– É uma coisa banal, por mais que se diga. Todos fazem introduções.

– Todos fazem portas para entrar, sem excetuar os que entram pelas janelas.

É banal? Será. É banal como a luz, como o amor, como o prazer. Todos também querem ver, todos querem amar, todos querem gozar. Já vedes que há banalidades, antigas, usuais, quotidianas, que se não trocam, – que não trocaríeis, – por uma boa porção de inovações. Reconhecidas estas importantíssimas, e sobretudo juvenilíssimas verdades, deixar-nos dizer-vos duas palavras da nova *Ilustração*, que será nacional para dois mundos, que heis de certamente passar pelos olhos, que talvez acabeis por acompanhar como os vossos votos.

– Assim seja. Agora dizei breve.

– É pouco. Tem havido séculos que se tem feito homens. Assim foi o século de. Escuso de vo-lo dizer se o sabeis; se o não sabeis ainda mais escusado é porque o não entenderéis.

– Ao caso, vamos ao caso. Este século, em vez de se fazer homem como o de... o tal . . . fez-se ...

– Vamos ao nosso caso, é verdade. – Este século fez-se jornal. O jornal agora propende a fazer-se livro.

– É filosofia?

– Nada, é só uma reflexão. Mensais, hebdomadários, ou quotidianos, os

jornais, crescem de dia para dia em dimensões, e, concorrendo todos a um fim comum, cada um completa o seu vizinho, trazendo permanentemente abertas, e incessantemente renovadas as páginas em que a curiosidade humana quer achar a vida diária. Já não basta a história: essa julga tarde, e carece de tempo e reflexão para fixar os seus juízos. É indispensável a crônica, mas uma crônica nova, a crônica ainda ardente das comoções, imediata, palpitante, diríamos, se este não fosse já um vocábulo estragado pelo abuso, como tanta coisa boa.

– Mas que tem com a *Ilustração* essa crônica?

– O que tem! É ela mesma.

– Ela, que?

– Ela, *Ilustração*.

– Ah! ... Fazeis um programam?

– Um programa! *Yade retro*. Nada de injúrias. A *Ilustração* disse no seu prospecto tudo o que tinha para dizer. No mais quer que a julguem pelas obras. Abre as portas a fantasia, e não as cerra a verdade. Muitas verdades se podem dizer motejando, no leve estilo que desafia o riso fácil, sem despir a gravidade nas coisas sérias. A *Ilustração* será como as suas companheiras do mesmo título que as outras nações têm adotado e feito prosperar. A fama deveria prender-lhe azas aos pés e a cabeça como a certo nume fabulosos, pois que tem de voar de um a outro hemisfério; mas a fama tem agora muito que fazer por outro lado, ao que parece, e ela, a nossa *Ilustração*, contenta-se por em quanto com a celeridade dos meios de locomoção conhecidos, sem ressuscitar a mitologia, nem devassar o segredo das máquinas aéreas. A fama assentou praça de corneta nos exércitos do Oriente, e toca a chamada do alto de uma cortina desmantelada de Malakoff, ou de uma canhoneira fumegante de Inkermann. Tem muito que fazer, e nem pode dar uma volta por aqui. Bem que de longe, substituiremos nós a fama, ausente com motivo justificado. Destinada a dois povos, irmãos por sangue, por costume, por língua e religião,

lembrar-se-á sempre a *Ilustração* donde vem e para onde vai; buscará ser de ambos e para ambos, segundo a sua natureza, e os seus meios. A *Ilustração* não tem pretensões a uma gravidade doutoral, nem se compraz nos donairos solenes e mesuras compassadas das galas oficiais. Garrida, apurada, amiga das modas e louçanias, gosta de doidejar e coquetear de um para outro lado, com os zefiros, com as abelhas, com as flores, – tríplices e galante oficina de onde vem todo o mel. Mas também não se exime da sisudeza onde for precisa. Não é um ateneu; é um locutório; mas um locutório que admite toda a prática decente. Quem quer passa deita os olhos, entra, conversa, e, se leva alguma coisa para meditar, é comodamente reclinada em regaço voluptuoso, e melindrosamente envolta e resguardada entre os tênues recamos e as gazes transparentes dessa fada etérea, coroada de estrelas e calçada de flores, que se chama imaginação. O seu condão será preparar deleites. Buscar-se-á assortear condimentos para todos os paladares, pondo o cuidado em que a especiaria não leve a boca, livre para o sorriso. Procurar-se-á que o prazer afague, e não queime.

– Muito bem. Não fazeis programa, e ai está um programa em regra ...

– Um programa não; é só uma lista de obrigações.

– Segue-se agora o modo de cumpri-las.

– Nessa parte é que não entramos: deixamo-la ao tempo, que é o grande fundador de todos os créditos, o grande mestre de todos os desenganos.

– Excelente. Mas a introdução onde fica?

– Qual introdução?

– A introdução de que nos principiastes a falar!

– A introdução está feita.

– Não é mais do que isto?

– Mais nada.



– Não fala ao menos sete vezes em Byron, a propósito dos *dois primos* da Idanha, nem doze em Líneo e Cuvier a propósito dos goivos do Passeio?

– Não leva a mínima apara de erudição. Que quereis? É dia de magro cá por casa.

– E chamais introdução a uma coisa dessas, assim indigesta, enfezada, quase imperceptível, sem acompanhamento e o ornato de duas ou três dúzias de nomes sonoros, sem o mínimo cartaz de teorias novas, ou remendadas, que vem a dar no mesmo?

– Chamemos-lhe intróito.

– E por que há de ser intróito e não introdução?

– Por que há de ser alguma coisa, valha-nos Deus! Pois que tivestes a paciência de nos seguir até aqui, – o que nós, sinceramente, no vosso caso talvez não fizéssemos, entrastes com efeito as portas da nova *Ilustração*; e, introdução ou intróito, cá estais. Portanto está concluído o essencial.

– Podemos despedir-nos?

– Se quiserdes; em santa paz, espero; para voltar-des muitas vezes.

Introdução há só uma.

– Ainda bem.

– Somos dessa opinião.

**Mendes Leal Junior**

## INTRODUÇÃO

(*Ilustração Luso-Brasileira*, vol II. nº 1, p. 1a-c/ Lisboa, 2 de janeiro de 1858)

Reaparece a *Ilustração Luso-Brasileira*! É um acontecimento de que temos de nos ocupar com os nossos leitores, explicando as causas porque suspendemos a sua publicação, e porque a continuamos agora ao cabo de um ano.

Motivos estranhos aos desejos e sacrifícios do Editor, nascidos unicamente da falta de condigna retribuição por parte de alguns correspondentes do jornal, foram a causa, por imperiosa necessidade de regularizar as suas contas, de meter de permeio este longo prazo, a fim de obter a entrada das quantias em débito, assegurando ao mesmo tempo a cooperação de novos assinantes, que de bom grado acederam ao nosso convite, prestando-se a concorrer para esta obra, que reapertando entre dois hemisférios, onde se fala a língua portuguesa, os laços fraternos de uma comum origem, cimenta nas sólidas bases da instrução o mútuo comércio que pode tornar ambas as nações prósperas e felizes, e que reciprocamente se devem; porque em ambas gira o sangue do mesmo tronco comum, e no trono de ambas se assentam os ilustres descendentes da preclara Casa de Bragança.

Outra razão havia também poderosíssima para a sua reaparição. Os nossos antigos assinantes tinham sentido o vácuo que esta desapareição de um ano deixou nas letras, e medindo o alcance do jornal pela latitude que nele se dava às matérias instrutivas e de recreio, que a pena dos nossos mais hábeis escritores aqui sustentava com aquela reputação que os nomes já ganharam, previam no futuro uma época gloriosa para a nossa empresa – época que nada deixaria a desejar no confronto com as outras publicações estrangeiras da mesma natureza, onde o progresso também foi lento, mas que hoje atingiu o grau de perfeição a que a gravura e a tipografia cumulativamente podem chegar. Desta íntima convicção que estava em todos os nossos subscritores; deste desejo de glória nas artes pátrias, nasceram as muitas

instâncias feitas ao Editor para continuar o jornal, cujo primeiro ano fora mero ensaio.

Não podíamos pela nossa parte deixar de ser gratos a tão subido favor; e de mais nos estimulava o incentivo que esta publicação pode dar à gravura de madeira, que tem atingido entre nós um grau de perfeição relativo às poucas publicações que temos de semelhante natureza. As acanhadas dimensões dos hebdomadários ilustrados que se publicam no reino, não oferecendo, pelo pouco e insignificante número de gravuras que podem conter, um prospecto de garantia à existência do gravador, afastam muitos desta aplicação para se entregarem a outros mestres de onde lhes resulte a subsistência; e, deixando assim a um ou dois somente livre o campo aos seus buris, arrebatada a emulação, único estímulo para o progresso das artes. A *Ilustração*, pelas suas largas dimensões carecendo de gravuras numa extensa escala, emprega os artistas que contamos entre nós, estimula por este concurso, onde as obras se põem ao lado umas das outras, à máxima perfeição na arte, e faz nascer desejos nos que se sentem com gênio para tão distinta profissão de se entregarem a ela, porque conhecem que alargando-se-lhe o mercado, tem emprego ao seu tempo, e condigna retribuição que anime esses tentamens. Associados aos gravadores vem imediatamente os desenhadores para os quadros, paisagens, e monumentos da nossa terra, que nas proporções do jornal encontram poderoso meio de reprodução às suas obras, e digna galeria onde as expor.

Tais são os meios artísticos de que carece uma empresa qual a da *Ilustração Lusó-Brasileira*; meios que pôs em prática no ensaio de 1856, e que hoje emprega em maior escala pelos contractos particulares que acaba de contrair. O jornal vai primar na representação fiel das melhores gravuras estrangeiras, para o que já contratou os respectivos clichês; na escolha dos nossos formosíssimos panoramas; na representação dos nossos e estranhos personagens mais célebres: na descrição artística dos povos do globo, suas cenas, costumes e trajares, suas cidades e monumentos. Desempenhará finalmente o seu título de *Ilustração* aos olhos e ao

espírito, por ser com a reunião destes dois poderosos agentes que melhor se compenetra o leitor do assunto descrito.

Em quanto a parte literária, este hebdomadário já mostrou que os nomes de maior crédito entre nós figuram na sua redação: e que por este lado, ajudados por distintos escritores, não temos mais a desejar. Formando-se, porém, de dia para dia, novos engenhos, e aparecendo em a nossa mocidade estudiosa auspiciosa talentos, aos quais só faltam meios de manifestação para serem conhecidos, e firmarem o crédito do seu nome, a *Ilustração* lhes franqueia as suas colunas para tão honroso tirocínio, e o Editor se compraz na idéia de que, ajudando assim a juventude briosa, concorre vativa e poderosamente para a grande obra da civilização da pátria. Nesses tentames teremos unicamente de atender à moralidade do assunto, que seja estranho à política, e pelo estilo digno de entrar nesta coleção de bons escritos. Haverá também extremo cuidado em não repetir artigos que noutro qualquer semanário do país já se tenham impresso, como infelizmente tem acontecido a alguns jornais, saindo daqui o deslustre, para os Editores de se apropriarem de matéria alheia, e para os autores de mostrarem menos engenho do que verdadeiramente têm, quando são capazes de nova e ininterrompida produção, não se guiando neste santo sacerdócio pelo gênio especulativo de qualquer natureza que seja. Nós, pela nossa parte, estamos livres deste pecado; mas como protestamos aqui não o cometer, pedimos também aos nossos colegas que nos respeitem nosso direito de propriedade.

Eis o que precisávamos dizer e explicar entrando no segundo ano da nossa publicação. Agora só nos resta prosseguir na árdua, mas honrosa missão de instruir deleitando. É o nosso propósito, e esperamos consegui-lo. O público apreciará se o desempenhamos.

**(Sem assinatura)**

## INTRODUÇÃO

(*Ilustração Luso-Brasileira*, vol III. nº 1, p. 1a-2a / Lisboa, 8 de janeiro de 1859)

A *Ilustração Luso-Brasileira* vai entrar no terceiro ano da sua publicação. Ter-se-á desempenhado com honra, no caminho andado, do encargo, que tomou sobre seus ombros? Terá cumprido cabalmente o seu programa? Terá agradado aos seus leitores?

Estas três perguntas, a que daremos em resposta o que a consciência nos dia, constituem outros tantos pontos essencialíssimos na vida dos jornais. Neste ponto se resumem a história e a sentença do seu passado, e neles se revela a sorte próspera ou adversa do seu futuro. E todavia quer o nosso amor pela verdade, que ponhamos um – não – adiante de cada uma de suas primeiras perguntas.

Entretanto, di-lo-emos também com a mesma sinceridade e franqueza, não é por falta de desejos e esforços da nossa parte, que este jornal não tem tido todo o desenvolvimento de que era susceptível, e de que tanto carece.

Quando empreendemos esta publicação, tomamos por norma e fim o modelar o nosso jornal por essas belas Ilustrações estrangeiras, imitando-lhes a forma, procurando imitá-las na substância, seguindo-as nos seus passos, já firmes e seguros, diligenciando com empenho e ardor acompanhá-las nos seus progressos e aperfeiçoamentos.

Encetamos, pois os nossos trabalhos animados, de muitas esperanças; mas em breve veio mostrar-nos a experiência, que não bastavam os nossos bons desejos e esforços para conseguir a fim o que nos propúnhamos. A prática e o tempo, rasgando o véu das nossas ilusões, fez-nos ver que não só faltavam em Portugal muitas condições, as principais, que nos outros países animam, protegem, e engrandecem as letras e as artes; mas até que todas, ou quase todas as circunstâncias, de que pode depender a prosperidade delas, lhes são nesta terra

indiferentes ou contrários, e mais contrários que indiferentes.

O atraso de algumas artes: a carência ou o pequeno número de artistas hábeis; a impossibilidade de recompensar condignamente o mérito distinto; o favor concedido pela lei a umas indústrias em prejuízo de outras; a falta de gosto pela leitura nas terras do interior do reino, e nos dois grandes focos da população e civilização, Lisboa e Porto, a concorrência dos jornais ilustrados estrangeiros, principalmente franceses, nítidos, formosos, bem escritos, ornados de excelentes gravuras, e sobretudo baratos, porque para tudo isto lhes oferece favorável ensejo e amplo auxílio a sua imensa extração; são as principais causas dos estorvos que se opõem neste país aos progressos da literatura em geral, e que mais particularmente entorpecem e amesquinham os jornais literários, esterilizando os meios de ação, e inutilizando todo o esforço, tendente a dar-lhe vida e vigor.

As causas de dificuldades secundárias são muito mais, e apesar de secundárias, não deixam pela sua multiplicidade de ser importantes, e de cercar de graves embaraços a semelhantes empresas.

Todas essas razões, que apontamos em globo, ou diremos melhor, de que simplesmente apontamos os tópicos, e que são exaustíssimas, expomo-las aqui como desculpa franca e verdadeira de não ter este jornal desempenhado a sua missão, como cumpria para honra sua e do país, e para nossa satisfação e interesse.

Parece-nos, contudo, que alguma coisa o temos ultimamente melhorado; pouco em relação aos nossos desejos, e ao muito que ele demanda; mas bastante relativamente às dificuldades com que temos lutado.

Continuando com esta publicação não nos empenhamos em novas promessas. Porém esta mesma exposição dos nossos planos se desejos, esta leal confissão de nossa faltas involuntárias, e finalmente a razoável apreciação dos nossos próprios interesses, devem servir como depenhor aos nossos assinantes de que havemos de diligenciar com o maior empenho ir melhorando este jornal, quando nos

for possível.

Relativamente à terceira pergunta, – se terá agradado aos seus leitores – não poderemos bem responder. Mas julgamos que, mal grado das nossas diligências, não podemos lisonjear-nos de havermos conseguido tão importante fim, pois que, por melhor que fora esta produção literária e artística, seria muito difícil, senão impossível, agradar a todos. Entretanto, sendo os paladares tão diversos como os indivíduos, porém todos o nosso cuidado e desvelo em torná-la interessante e variada para que possa cativar a benevolência do maior número.

Confiamos, apesar de todas as contrariedades, em que a *Ilustração Luso-Brasileira* não há de merecer neste novo ano no favor do público, antes o verá aumentar como uma merecida coroa de ímprobos trabalhos e penosos sacrifícios, e como uma condição indispensável do seu futuro melhoramento.

Oxalá, que a estampa de Portugal com que se estréia este terceiro volume, seja de tão feliz presságio para a *Ilustração*, quanto foi para este país o sucesso com que também se estreou o reinado de Dom Manuel, e que deu origem ao monumento, que a dita estampa representa.

**(Sem assinatura)**

## CAMILA

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v.I, nº 26, pp. 204-205/ Lisboa, 28 de junho de 1856)

### MEMÓRIAS DE UMA VIAGEM

Decididamente estamos na época dos romances. Está provado que não se pode passar sem eles; todos são necessários, porque todos são úteis. Uns, deleitam pela suavidade do estilo; outros, são excelentes narcóticos.

Este pertence aos últimos, e se eu não estivesse convencido de quanta utilidade pode ele ser a um desgraçado que não durma há três dias, de certo não o escreveria.

É verdade que incomoda horrivelmente os pacíficos cidadãos acostumados às belezas de Musset ou de Vigny, de Balzac ou Dumas, mas tenham paciência: é preciso provar tudo. Unicamente para não se assustarem dir-lhes-ei que são apenas cinco ou seis capítulos.

Dado este cavaco, que fica servindo de prólogo, eu principio.

#### I

Era uma noite de . . .

Ah! é verdade; ia-me esquecendo de lhe dizer que este capítulo passa-se em Lisboa. Eu torno a principiar.

Era uma noite de fevereiro de 1856; noite tempestuosa fria e aborrecida.

Fechado no meu quarto sozinho, ao lado a pena e o tinteiro, debruçado sobre um livro eu estudava.

O relógio acabará de bater pausadamente onze horas. Fechei o livro, encostei a cabeça a uma das mãos e comecei a pensar.

A chuva fustigava fortemente os vidros, o vento zunia pelas frestas da janela, e aquela monotonia e aborrecimento de uma noite chuvosa foi-me pouco a pouco entorpecendo o espírito até que caí numa espécie de tristeza, diria melhor de



indolência, que me é freqüente e que mesmo não sei definir.

Em que pensava eu?

No Brasil, em minha mãe, na minha infância.

É muito triste estar-se longe da pátria, é. Sempre esse mesmo pensamento na mente, sempre essa mesma saudade no coração.

Abri maquinalmente a minha pasta e comecei a folhear distraído os pobres manuscritos que a enchiam. Aqui era uma copla apaixonada(sic), além um suspiro de proscrito, um canto de saudade! No mesmo caderno de papel, de um lado as primeiras cenas de uma comédia, do outro o esboço de um romance, entretenimento das minhas horas vagas.

Mocidade! mocidade! Quadra de sonhos, de esperanças, de ilusões!

E qual é o rapaz que à noite no meio de um silêncio augusto, não pensa, não fantasia e não entrega ao papel as primeiras notas trêmulas de sua lira, as primeiras criações defeituosas de sua imaginação ardente?

Nenhum.

E o proscrito?

Oh! esse medita e chora, e na oração da noite que rebenta fervorosa da alma, pede a Deus que o leve a ver outra vez o eco sempre poético da pátria, os campos sempre formosos da terra que o viu nascer.

De repente entre os meus papéis deparei com um número já antigo do *Braz Tisana*. Sorri-me como outro qualquer teria feito. Era a jovialidade que me vinha visitar, era o estilo estouvado, cheio de espírito e malícia do cristoso companheiro da Gertrudes que vinha arrancar-me das sorumbáticas reflexões em que eu estava atolado.

Depois de ler a carta do boticário que aponta sem dó os ridículos desta sociedade enfatuada, continuarei a remexer na pasta, que – sem ser preciso abrir parênteses – era um bazar em miniatura, uma verdadeira torre de Babel de confusão.

Coisa estranha! Dou com outro número do *Braz Tisana*!

Este não trazia correspondência, mas em paga apresentava o começo de um lindo capítulo do romance de Arnaldo Gama – *O Gênio do Mal*.

Li o folhetim com avidez e daria tudo para ler a continuação. Desde que este romance se começou a publicar no *Braz Tisana*, segui-o sempre com o vivo interesse que sabe despertar o seu talentoso autor, e ora pensando no corpo airoso e flexível de Maria a namorada de Filipe, ora sonhando com essa Matilde endiabrada, ardente e caprichosa, comecei a sentir uma vontade extraordinária de ver a cidade do Porto onde se desenrolam as cenas desse drama imenso.

Ora já vêem que a leitura do folhetim tinha mudado completamente o curso das minhas idéias. Comecei pois a fantasiar o Porto.

Vi a cidade invicta recostada soberba nas suas colinas, e Douro que lhe banha os cais, estorcendo-se entre margens pitorescas, lançar-se no oceano depois de espumar raivoso nos rochedos da Foz. Subi, no pensamento, a rua de santo Antonio e entranhei-me no âmago da cidade. Passei pelo decantado sítio dos Fontainhas, sentei-me no jardim de S. Lázaro, vi a Praça Nova, entrei no Guichard, orei em Santo Ildefonso, debrucei-me na ponte pênsil . . . e finalmente depois de muito cansado instalei-me na Águia de Ouro!

E o vapor saía no dia seguinte! E se eu fosse de passagem nele, como daudaria com alvoroço essas muralhas venerandas que suportaram o terrível ribombo dos canhões de um cerco violento! Como eu diria com entusiasmo, de pé na popa do vapor: salve Porto! realizou-se em fim o meu sonho porque te vejo ainda melhor do que te fantasiara! . . .

Estava com estes pensamentos quando o relógio batia onze e meia.

Maldito relógio, vieste desfazer o meu poético castelo!

Onze e meia! murmurei eu, são horas de me deitar. Fechei a pasta, guardei os livros, despi-me e . . . com o maior sossego do mundo enfronhei-me em vale de

lençóis.

A chuva continuava a cair, alguns relâmpagos de vez em quando alumiavam o espaço, e um silêncio imenso só quebrado pela queda da água, envolvia o meu quarto.

Como é belo estar na cama bem agasalhado numa noite de chuva! Dorme-se que é um regalo!

Foi por isso que não conversei muito tempo com o travesseiro. Dois minutos depois, se não estava morto, também não dava muitos sinais de vida. Podia chover, trovejar, tocarem música ou dançarem, para mim era o mesmo. Dormia a bom dormir!

Continua

**Casimiro de Abreu**

**CAMILA***(A Ilustração Luso-Brasileira. v.I, nº 27, pp. 209-210/ Lisboa, 05 de julho de 1856)***MEMÓRIAS DE UMA VIAGEM****II**

Era uma bela manhã. O rio estava formoso, o sol brilhava vivido, e o *Duque do Porto*: coroadado por um pensamento de fumo, pronto a sair, balançava-se nas águas do Tejo.

Um bote impelido por dois remos afastava-me do cais das colunas, aproando direito ao vapor. Eu também ia para o Porto, ia ver a pérola do Minho que se debruça graciosa sobre a corrente ligeira do Douro.

E o vapor cortava rápido a veia do rio e deixava após si Lisboa, Belém. Paço de Arcos, e passando entre o Bugio e S. Julião barra fora, afrontava destemido os vagalhões do oceano oscilando de popa à proa.

Gosto muito de estar embarcado: satisfaz-me o contemplar o oceano me toda a sua vastidão e isolamento; acho poesia imensa no céu profundo de uma noite de Maio, quando as estrelas espalham seus reflexos trêmulos sobre as águas agitadas: é-me grato ao ouvido o canto monótono do marujo repassado de saudade . . . mas todas as vezes que me embarco – enjôo.

Ora, não sei se sabem, o enjôo é a moléstia mais estúpida do mundo; torna o homem num estado quase bruto, enfraquece ao mesmo tempo o corpo e o espírito.

Apenas tinha o vapor transposto a barra, já quase todos os passageiros se haviam recolhido a seus beliches. Eu, a muito custo, resistia ainda. Sentado num banco com os olhos fitos nas vagas que espumavam ao longe, não sei verdadeiramente dizer em que pensava naquele momento – se é que realmente eu pensava!

A meu lado estava um sujeito a quem nem sequer me dei ao incomodo de analisar as feições.

– O sr. vai para o Porto, não? disse-me ele.

Levantei a cabeça e olhei para o homem admirado. A pergunta era tola. Para onde diabo havia eu ir senão para o Porto! Só se me levasse a breca, porque nesse caso ia para o outro mundo.

O meu amigo parecia esperar a resposta.

Respondi-lhe afirmativamente inclinando a cabeça.

– É a primeira vez que lá vai? continuou ele.

O mesmo sinal com a cabeça.

– Pois o sr. Nunca foi ao Porto?!...

Sinal negativo da minha parte.

– Pois olhe, admira.

Eu fiquei imóvel.

– O Porto é uma bonita cidade.

Encolhi os ombros.

– Tem boas ruas, soberbos edifícios, muito comércio, excelente vinho, grandes cebolas, raparigas lindíssimas etc. etc. etc. e o homem continuou, num tom de declamação teatral, a tecer o elogio do Porto. Logo vi pelas primeiras palavras, que estava a contas com um minhoto, era preciso ser um santo para encarar o sangue frio a terrível maçada que me ameaçava.

– Meu caro senhor – disse lhe eu erguendo-me e cambaleando já meio atrapalhado com os balanços do vapor, – queira desculpar-me, porém não me sinto bom, preciso estar deitado. . . e se me dá licença. . .

– Ah! ah! disse ele, rindo-se com um modo aparvalhado, já está enjoado hein? é falta de costume, Olhe – continuou ele enquanto eu descia a escada da câmara – a gente estar deitado é ainda pior; coma bem, beba melhor, passeie e o enjoão vai-se.

– Obrigado, respondi eu cortesmente; e cá comigo acrescentei – forte bruto!

– Quanto tempo estive deitado, não sei; ergui-me só quando ouvi alguns passageiros exclamarem: avista-se o Porto!

Avista-se o Porto! Repeti-eu; então quero cumprir a promessa que fiz em Lisboa, quero de pé, sobre a popa do vapor, saudar a cidade invicta.

E nós avançávamos sempre, e eu dizia: eis o célebre Cabedelo, eis o castelo da Foz, ali é o farol de N. S. da Luz; e quando entrei a barra acrescentei também: aqui, de encontro a estes rochedos, tem naufragado muitos navios, têm perecido muitas pessoas! E a lembrança do vapor *Porto* cruzou-me no pensamento, e inclinei-me insensivelmente sobre o abismo para recolher um gemido, um ai pungente de agonia de alguma vítima, ou para descobrir as formas graciosas dessa donzela pálida que as ondas engoliram.

A cidade do Porto é lida. Que majestade e que poesia não tem o Douro rolando impetuoso! E a torre dos Clérigos, erguendo-se colosso por sobre tudo que a cerca! . . . E ao fundo desse painel soberbo a serra do Pilar com todas as suas recordações gloriosas! . . .

E eu, de braços cruzados, contemplava mudo o teatro de uma luta gigante, fratricida sim, mas em que a liberdade havia campeado; contemplava a cidade que recebera em seu seio o vencido de Novara, cuja morte inspirara ao grande lírio português um dos trechos mais sublimes da poesia moderna.

Quem há ai que não saiba de cor o – *Ave Cezar* – e que em frente do Porto não saúde com entusiasmo

Esse berço de muralhas  
Que fez livre Portugal?!

Uma hora depois desembarcava, e olhava para tudo com atenção, porque tudo para mim era novo. Eu que tinha quase a certeza de não encontrar ali pessoa alguma conhecida, de repente, ao dobrar uma esquina, dou cara a cara com um antigo discípulo meu.

– Ernesto!

– Casimiro!

Dissemos ao mesmo tempo um e outro, e ambos nos abraçamos.

– Já cá estás há muito? Perguntou-me ele.

– Agora mesmo desembarco; e tu?

– Há mais de um mês.

– Em que hospedaria?

– Na Águia de Ouro.

– Na Águia de Ouro.

– Sim, na Águia de Ouro. Porque diabo te espantas?

– Com a fortuna! É justamente para onde vou, e encontro-te logo por companheiro! Na verdade, se tudo aqui me correr assim, sou feliz, não há dúvida.

– Vens tratar de algum negócio?

– Não, vim passear; vim ver uma cidade que ainda não tinha visto.

– Então deixa estar, hei de mostrar-te o Porto por dentro e por fora. Enfia o braço; vamos à Águia de Ouro.

– Pois vamos.

– E a tua bagagem?

– Já lá vai adiante.

– Bom.

E depois de caminhar-mos um pedaço, olhando um para o outro, exclamamos ao mesmo tempo.

– Ora que ratice (sic)! . . . Encontrarmo-nos sem esperar, no fim de tanto tempo de separação!

E ambos soltamos uma gargalhada de rapaz estouvado.

Continua.

## CAMILA

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v.I, nº 28, pp. 217-218/ Lisboa, 12 de julho de 1856)

### MEMÓRIAS DE UMA VIAGEM

#### Continuação

#### III

É rara a hospedaria de romance que não se chama Águia de Ouro, Leão de Ouro, Urso-Branco, Urso Vermelho, ou outra coisa semelhante: no entanto afirmo que aquela em que me instalei não é invenção minha, porque lá existe com efeito no Porto a hospedaria da Águia de Ouro.

Foi pois para ela que caminhamos. Ernesto e eu, conversando alegremente, e no fim de um quarto de hora estávamos a contas com o estalajadeiro que a pedido meu, alojou-me no mesmo quarto que Ernesto ocupava.

Sem saber porque, ia fazendo o mesmo que o meu amigo fazia com toda a negligência; mudava de toilete.

– Não sei se sabes que me caso hoje, disse-me ele com a maior seriedade, enquanto arranjava o laço da gravata diante de um espelho.

– Dou-te os parabéns, respondi eu rindo-me, porque tomava o negócio por brincadeira.

– Espero da tua amizade, continuou ele cada vez mais sério, que serás meu padrinho.

– Essa é boa! tornei-lhe eu, não sabendo se devia acreditar ou não; estou pronto, Mas dize-me, a noiva é moça ou velha?

– Vinte e seis anos.

– Bonita ou feia?

– Linda como os amores.

– E chama-se?

– Camila . . .



- Ora essa! Disse eu, deixando cair insensivelmente uma bota que ia calçar.
- Tu conhecê-la? Perguntou-me Ernesto
- De nome . . . de nome; tenho ouvido falar muitas vezes nessa mulher . . .
- Romântica, não?
- Romântica, sim, romântica; e meu grado meu, soltei uma gargalhada forçada.
- Pois é verdade, caso-me com ela hoje.
- Por amor?
- Ora, filho, tornou-me Ernesto, deve saber que é palavra que não há no meu dicionário. Ela casa-se comigo por capricho, por fantasia; e eu cedo a essa fantasia, a esse capricho, porque ambiciono ser rico, porque casando-me venho a ser possuidor da fortuna colossal da Camila. No entanto, acrescentou ele pensativo, há uma coisa que me intimida. Esta mulher tem querido esposar três rapazes e todos três morreram horas antes da festa nupcial; da quarta vez dizem que morre ela, mas pode muito bem suceder o contrário, e se a cobiça me impele a dar esse passo, a razão faz-me recuar aterrado.

Ernesto estava pálido quando acabou de falar e tinha-se deixado cair sobre uma cadeira, brincando com a corrente do relógio.

Eu, encostado à cômoda, imóvel como uma estátua, sentia que não estava no meu estado natural. Tinha visto em Lisboa Camila, e a sua imagem tinha-me ficado gravada em fogo na mente. Não podia ficar impassível vendo-a lançar-se nos braços de outro homem; não podia o sangue frio desvanecer-se o mais belo sonho da minha vida.

E se Camila de Ernesto não fosse a mesma? Era quase impossível, mas enfim sempre era uma esperança.

Perguntai-lhe pois se tinha o seu retrato.

– Olha, disse-me ele apontando para a cômoda, abre essa segunda gaveta de cima; há de aí estar.

Abri a gaveta, e peguei num retrato cravado no meio de uma rica moldura. As mãos tremiam-me e o coração batia fortemente. Olhei . . . e apesar de não ser da moda, estive quase a soltar um grito de raiva. O retrato era de Camila.

– Meu querido Ernesto, disse-lhe eu, se te casares estimarei que sejas feliz; mas não posso ser teu padrinho, peço-te que me dispenses.

– Então porque?

– Ora, Ernesto, se tu amasses uma mulher de certo não irias assistir ao seu casamento com outro.

Ernesto levantou-se e travou-me da mão.

– Amas Camila?! Perguntou-me ele.

– Amo-a sim.

– E ela?

– Não sei; ou para melhor dizer: nem me conhece, porque lhe falei unicamente uma vez.

– Oh! Oh! fez Ernesto estalando um fósforo e mordendo com todo o vagar um charuto de pataco, temos paixão romântica?! Estou com vontade de saber essa história.

– Pois eu te a conto. É simples como o são todas as histórias de amor. Camila esteve em Lisboa, vi-a como todo mundo a viu; mas o que talvez ninguém fez, fiz eu: amei-a. Cruzei um segundo os meus olhos com os dela, e aquele olhar terno e lânguido fez-me mal. Desde a primeira vez que a vi pensei só nela, segui-a por toda a parte porque tinha necessidade de a ver, era um imã que me atraía.

Escuta Ernesto, era uma paixão louca, uma efervescência dos sentidos, um desvario da razão. Teria dado metade da minha vida por um beijo daquela mulher;

teria até dado a minha alma para rolar-me como um sibarita no divã em que ela tivesse estado reclinada, para aspirar os perfumes embriagantes que a cercavam.

Uma noite fui a São Carlos, ela lá estava num camarote, bela, deslumbrante de jóias e beleza, sedutora! Representava-se o *Trovador*. No intervalo do 2º ato fui apresentado por um amigo meu e ela recebeu-me com um sorriso.

A nossa conversa foi pouco a pouco caindo no amor. Eu estava extático quando ela falava; cada palavra daquela mulher, coada por entre dois lábios extremamente voluptuosos, vibrava-me ao mesmo tempo no ouvido e no coração.

– O senhor já amou? Perguntou-me ela.

– Amo, minha senhora; respondi-lhe eu.

– E o que daria a essa mulher que ama?

– Todos os meus pensamentos por um beijo seu.

– Oh! disse Camila, como duvidando.

– Toda a minha vida por uma hora da sua, acrescentei olhando-a fixamente.

Ela guardou silêncio.

– A salvação de minha alma, se na hora ela jurasse que me tinha amor.

Camila sorriu-se e respondeu-me: – é muito. Depois, erguendo os olhos, disse em voz muito baixa:

– Eu se amasse um homem, dava-lhe. . . . o meu amor.

E correu a platéia inteira com o seu óculo de marfim.

Desde essa noite, Ernesto, nunca mais a vi!

Mal tinha acabado estas palavras quando uma carruagem parou à porta do hotel.

– Vem a propósito, disse Ernesto depois de ter chegado à janela.

– O que? A carruagem?

– Sim; é o trem de Camila que vem buscar-me.

- Deixas-me já?
- Pelo contrário, levo-te comigo.
- Estás doido! .
- O que! Pois recusas acompanhar-me?
- A casa dela, recuso.
- Mas é que nós não vamos agora lá.
- Então acompanho-te.

Descemos a escada, e dois minutos depois rodava a carruagem ao largo trote de dois magníficos cavalos.

Continua.

**Casimiro de Abreu**

## O AMOR VENCE TUDO

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. II, nº 19, pp. 147-151/ Lisboa, 8 de maio de 1858)

### I

Era num baile. As salas começavam a encher-se, e o movimento que se notava prometia uma grande concorrência.

Em um gabinete, afastado do salão principal, que ainda se conserva quase deserto, estava, recostado num sofá, um rapaz elegantemente vestido e de uma figura airoso. Nas feições lia-se lhe o cuidado e a impaciência. Sem prestar atenção ao que se passava em volta dele, deixava ver que algum outro motivo, sem ser o prazer do baile, o tinha trazido aquelas salas. Esperava impaciente, e, estranho as alegrias de festa, entregava-se a um descuidoso meditar que parecia ser-lhe habitual.

Poucos momentos depois num outro convidado atravessava o gabinete, e, vendo Henrique, dirigia-se ao sofá onde ele estava assentado.

O novo personagem é um jornalista distinto, e um dos talentos mais bem provados nas lidas afanosas da imprensa política. A sua pena verbalmente torna-o terrível, no ataque, mas a falta de consciência, que de todos é conhecida, tira-lhe a autoridade e nega-lhe a consideração. É um escritor de partido, e as suas palavras só tem a influência de momento. A sua feição principal é a ironia, em que brilha por um espírito fino e penetrante. As vezes, porém tenta desviar-se daquele gênero, que lhe é natural, para se revelar um escritor de princípios e soltar desses brados, de indignação que só é entusiasmo sabe, e pode inspirar. É sempre infeliz nessas tentativas. O seu entusiasmo é falso, porque não se baseia com convicções profundas, e a indignação de que se mostra possuído faz rir, porque se você que nasce de um esforço partidário, e não da crença sincera as idéias que defende. É um talento, como muitos outros desta época, perdido por uma ambição que se curva e ajoelha para pedir a realização de desejos, que pelo trabalho poderia conseguir, com honra e dignidade.

– Bravo Henrique! Sempre o mesmo, sempre poeta!... Parece impossível no século em que vivemos! Porque não vais, novo Bernardim, chorar saudades nas agrestes penedias de Cintra em vez de vir meditar entre os ruídos e folgares de uma festa só própria de almas prosaicas?

Henrique respondeu com um sorriso às ironias do jornalista, e estendendo-lhe amigavelmente a mão, fê-lo assentar ao seu lado.

– Estimo ver-te, a mesmo ouvir as tuas epigramas. Aprecio o teu encontro como o de um amigo em país estrangeiro. Percorri as salas, na falta de encontrar com quem conversar, julguei melhor vir assentar-me aqui.

– Só, e triste, como um poeta deve sempre estar.

– Não, enfadado e de mau humor, como qualquer homem que se não diverte.

– É injusto, a festa está esplendida. E demais vê, observa-a daqui; as figuras passam naquelas salas como as vistas de um neorama. Olha, admira aquela angélica criatura, que conserva ainda toda a graça da inocência; a esperança fala-lhe ao ouvido, e torna-a alegre e descuidosa... Poeta, ali tens a ventura, a realização dos teus sonhos... E a outra, a que lhe dá o braço, como se mostra rainha da moda, elegante sempre...

– Ah! a baronesa...

– Sim. Como lhe fica bem a palidez das faces e o melancólico dos loares. Bem mostra que está apaixonada.

– Aquela não morre de amor, descansa. Está acostumada já.

– Não, desta vez é uma paixão real, num amor terrível. Tem calado as mais brilhantes flores destes viscosos jardins, e as mais puras até desejam ser colhidas.

– É uma injustiça, o que dizes.

– Não. É talvez uma triste verdade. E ainda achas enfadonho o baile?

O poeta não respondeu, e consultando naturalmente o relógio, deixou a perceber um movimento de impaciência.

– Oh! Agora vejo, tens razão. Para ti estas salas estão desertas, e as luzes que tanto brilham, deixam-nas na escuridão; falta-te quem os teus olhos procuram, quem dá vida, e ilumina tudo. Poeta e namorado, não vês, entre tantos astros brilhantes, a meiga estrela dos seus sonhos, a tua luz, a tua inspiração!

Henrique perturbou-se ao ver que o jornalista lhe tinha adivinhado as intenções; depois, procurando disfarçar, continuou a conversação com uma afabilidade calculada.

– Amigo implacável, quando deixarás de me perseguir com as tuas epigramas, que nem me deixaram direito para me zangar?

– És como os outros, replicou o jornalista. Nunca me acreditam, mesmo quando falo sério. Entrei nestas salas com as melhores intenções, tinha deixado em um artigo de quatro colunas, toda a ironia de que sou capaz. Vinha outro do que geralmente sou. Era-me necessário fazer uma declaração, e precisava ensaiar o meu estilo, acostumado às asperezas das discussões políticas, nos requebros e expansões de amor. Encontrei-te, e julguei própria a ocasião para tentar um ensaio; nas tuas palavras sempre recedentes de poesia, esperou achar a inspiração de quanto necessitava. Enganei-me. Estás hoje triste, e todo entregue aos teus cuidados do teu amor.

Henrique não se pode conter, e interrompeu o seu amigo com um gesto, em que pretendia desmentir o que ele acabava de dizer.

– Não tentes negar. Já sei da tua paixão, mas descansa que serei um confidente fiel. Nas empresas daquela ordem o segredo é tudo.

Basta, Jorge, disse Henrique levantando-se. Não ofendas a marquezia com essas palavras, que são insulto às minhas intenções. Não quero de ti, nem exijo de ninguém, segredo a respeito deste amor. Não é um crime, todos o podem conhecer.

– De certo. Deves até dar-lhes publicidade, e o meio de conseguires mais depressa o resultado.

\_ E que resultados supõe que quero obter?

\_ Um casamento que te assegure o futuro, dando-te a riqueza que não tens.

– Oh! Cala-te. É uma injustiça que fazes ao meu caráter, e seria uma vilania do teu se pensasse de tal maneira...

– O jornalista empalideceu-se ao ouvir estas palavras.

Henrique olhou-o fixamente, e nas suas feições demandadas revelava a indignação. Repelir com vigor as agressões de que tinha sido vítima, o que tomara como um insulto à sua honra.

Jorge deixou-o socegar do primeiro ímpeto, depois sorrindo-se, continuou:

– Reserva para melhor ocasião, o teu entusiasmo; não vale a pena desperdiçai-o agora. Estamos sós: o mundo diverte-se além, e não nos vê. Ouve-me, pois, com atenção, e sem te alterares.

“És um talento brilhante e um escritor por todos admirados; mais feliz do que muitos outros, na tua estréia, nem inspirado invejas, nem promoveste ódio. Todos te acolheram como um amigo. Desde então, um futuro brilhante se abriu às tuas ambições, a política podia dar-te riquezas e glória. Num país como o nosso, onde os poderes públicos desfalecem as mãos de homens sem vigor e sem inteligência, é raro que o verdadeiro talento não consiga erguer-se, e ocupar os primeiros lugares, entre as mediocridades que as intrigas de partido põem à testa da dos negócios públicos, e onde só provam a sua incapacidade, o a incapacidade ainda maior dos que a tanto os elevaram. Desprezastes um tal medo. À tua indolência a esse descuidoso sonhar que é próprio de poetas, repugnava as atividades precisa para as lutas políticas. Quiseste continuar a viver no meio das flores da tua imaginação. Sonhaste um mundo todo de rosas, onde o mais afanoso trabalho fossem as aspirações da tua fantasia, é belo tudo isso, mas para o realizar é necessário ser rico, ter uma fortuna. Não a tens, vais



procurá-la onde mais facilmente a podes obter num casamento que te dê ao mesmo tempo, riqueza e consideração! É natural. Concilias tudo, os teus interesses e o teu amor, é melhor ainda. És feliz.

O poeta ouviu com interesse o jornalista, e replicou-lhe com brandura:

– És cruel, Jorge. Não acredito que sintas o que dizes, se alguma vez experimentastes as nobres e puras aspirações do talento.

– Sou verdadeiro. Repito em voz alta o que a tua consciência te deve confessar em segredo e como envergonhada. Digo-te com franqueza, o que o mundo há de, e com razão, pensar do teu procedimento.

– Já o devia antever. És verdadeiro: devem ser essas as opiniões do mundo. É necessário que esconda a minha felicidade para a não julgarem um cálculo que me envergonha; é preciso renunciar: a toda a esperança para não explicarem o meu amor pelo egoísmo que me avilta... E deve resignar-me à minha sorte. Devo, porque é a sorte de todos os homens que vivem pelo talento. Vejam a justiça que lhes concede esta sociedade tão vaidosa da sua filosofia! Acolhe-os porque os teme: elogia-os para que lhe retribuam com lisonjas; mas no íntimo da sua consciência julga-os como miseráveis que lhe vem pedir a esmola da sua consideração: olha-os como escravos que de joelhos estendem as mãos para receber os seus favores, sem os quais viveriam na obscuridade. E só porque alguns deles levaram o aviltamento a tanto, ajuízam de todos o mesmo! Ergue-se um escritor no campo da imprensa política, os seus atos respondera pela pureza da sua vida: torna-se apóstolo das idéias em que tem a fé de um mártir: toma a pena que só a consciência move, e aponta os vícios de sua época, e castiga o crime onde ele se apresenta: dizem que é um ambicioso político que só aspira as grandezas e ao poder, transige o escritor com o seu dever, limita-se à felicidade íntima, às aspirações do amor; se por acaso aquela que lho inspirou, tem uma fortuna e um nome ilustre, o mundo não acredita na pureza do seu amor, na santidade de semelhante dedicação, explica-se pelo interesse, que avilta os

mais nobres sentimentos, diz que ele procura um casamento de consciência. É necessário, pois, renunciar a tudo, só porque Deus fadou o talento com a coroa do martírio.

Henrique caiu desfalecido sobre o sofá, é como quase sempre acontece, o silêncio seguia-se aquele excesso de entusiasmo.

O jornalista contemplava o mancebo com piedade, e sentia remorsos do sofrimento a que dera causa. Era amigo de Henrique, e a sua alma mesmo era incapaz de sentir, avaliava a sinceridade daquela dor que o feria nos seus sentimentos mais nobres. O silêncio conservou-se por momentos ainda, até que o jornalista o interrompeu, batendo no ombro do seu amigo, e fazendo-o acordar da maldição profunda a que ele estava entregue.

– É quase meia noite. Ela já deve ter chegado, vem ao seu encontro.

Jorge tomou o braço do poeta, que se deixou guiar maquinalmente. Saíram ambos do gabinete, é bem depressa se perderam entre os grupos que enchiam as salas.

## II

A festa estava em todo o seu esplendor. Como nas descrições de um conto de fadas, tudo nela era luz e harmonias.

A noite ia adiantada. As flores brilhavam ao clarão que as iluminava, mas começavam a perder o viço, e, emurhecidas, dobravam-se e pendiam da haste. As donzelas voltejavam no rápido volver da dança, e nas faces o prazer lhe acendia vivo rubor. Pobres flores, umas e outras mal sabem o que as espera num baile, e o que lhes promete o prazer! Como a sorte de todas é igual, e coitadas delas, não lhes poderam fugir, nem evitá-la. É destino seu, não de cumpri-lo.

A flor que desabrochava ao sol, aspirando o ar puro das campinas, é arrancada a haste, o vem servir de adorno às salas, onde a admiração e a morte a

esperam. Transportada para a atmosfera inebriante dos salões, a triste brilha mais, mas vive menos; aquele ar que não lhe é próprio, que não a bafejou em botão, murcha do cálice as pétalas, e tira-lhe de todo o viço.

E das donzelas não é o destino o mesmo?... Abandonadas do carinho materno, vêm sós, num baile, receber as primeiras impressões do mundo, sem terem quem lhes proteja a candidez contra os ardis da maldade e da experiência. No meio dos encantos da festa, a vida mostra-se risonha, e julgam assim o futuro. Naquela atmosfera abrazadora, entre perfumes que embriagam, os sentidos manifestam-se nas sensações menos castas da dança. As faces tinta de vivo rubor pelo cansaço, já não sabem corar de pejo à primeira palavra de amor. Inocentes ainda, perdem logo os encantos da candura. Na fé dos primeiros anos têm confiança em tudo – o prazer desvaira-as, a mentira engana-as; e sem o quererem, sem o mesmo saberem o que fazem, deixam, às vezes, escapar promessas que deviam de ser as únicas e eternas, que só um verdadeiro mor lhes deveria merecer: - promessas feitas com sinceridade, alcançadas pela sedução, e que não se realizando lhes mata a esperança pelo desengano.

E quantas esperanças perdidas, quantos sonhos de inocência desfeitos, naquelas noites de prazer e de loucura? ... Quantas ilusões murchas como as flores que adornam as salas?!..

Depois o coração morto pelo desengano, torna-se egoísta; a alma de que a descrença se apoderou não pode mais compreender os afetos puros e verdadeiros. O anjo da candura e de inocência transforma-se na mulher elegante, que perdeu, do todo, o coração, e que só pelos sentidos vive. Imagem deslumbrante que o mundo acolhe e admira. Que os corações puros repelem; porque não é mais do que a hipocrisia cingindo as vestes da inocência.

E a festa era esplendida!..

.....

Henrique deixou o jornalista para se dirigir a duas senhoras que havia cumprimentado, e à mais nova das quais ofereceu depois o braço para passear nas salas. As duas senhoras eram a marquesa, de quem Jorge tinha falado, e sua madrinha fidalga de antiga nobreza, e um dos raros exemplos da nossa velha aristocracia.

A marquesa dava o braço a Henrique, e nas feições lia-se-lhe a felicidade que inutilmente tentava ocultar. O poeta ao contrário estava triste, e os seus olhares mais melancólicos que de costume, denunciavam o sofrimento que Leonor não podia deixar de adivinhar.

– O que tem, Henrique. Porque está tão triste hoje?..

– Eu triste, tendo-a junto de mim, vendo-a !...

E o mancebo tentou sorrir, porque a voz lhe ficara suspensa, e os lábios trêmulos não puderam articular palavra.

– Para que o esconde? Devia-lhe merecer mais confiança. Porque não me diz tudo?

– Em que lhe poderiam interessar os meus sofrimentos?..

Os olhares da marquesa fixaram-se nos de Henrique. Havia neles uma tão meiga repreensão, que o mancebo curvou cabeça como envergonhado.

– Oh! tem razão, não lhe merecia tão grande interesse. Sou um desgraçado, porque não sei respeitar o amor que lhe inspirei. É ingratidão minha. Vivia triste e desamparado; descreia já da felicidade neste mundo, e a minha loucura havia perdido a esperança de um outro...

– Por Deus, não diga isso, atalhou a marquesa.

– Descanse, o seu amor fez-me arrepender, tornou-me crente. Transformou todas as minhas idéias. D'antes ora desconfiado, hoje conheço que só o amor falso afeta a desconfiança para encobrir a mentira. O amor verdadeiro, como este meu, só duvida de si...

–Vaidoso ...

–Não é vaidade, é crença ilimitada. Então tenho razão para a ter?

– Quem o poderá dizer?

– Não serei eu de certo.

– Nem eu, replicou a marquesa. Quero duvidar também de mim, e só de mim, e só de mim, para que o iguale na sua dedicação. É justo que a sua modéstia dê exemplos à minha vaidade. Esta fazia-me supor que o meu amor era superior a qualquer outro que lhe pudessem dedicar, e por isto tinha confiança: a sua modéstia faz mais, inspira-lhe a fé, fazendo-o duvidar de si para só crer no meu amor. É muito...

– Não é. Ambos temos razão. O que supõe ser vaidade sua, é só justiça; e o que atribui à minha modéstia não é senão a própria consciência e a verdade...

– Pois tão mal se julga, e tão pouco confia em si.?

– De certo. Há organizações que só na desgraça lhes não falta a força; a felicidade torna-as tímidas, enfraquece-as... Qual será a razão? Ignoro-a mas a verdade é esta. Natureza talvez fadada para o martírio; na desgraça, seu elemento, encontram ânimo para a luta. A felicidade, ao contrário, intimida-as; conhecem o seu destino, e quando a vêem sorrir perguntam a si mesmo que anjo bom lho transformou. A esperança brilha então a seus olhos como luz fagueira; mas costumados à escuridão, os desgraçados temem a cada instante vê-la desaparecer. Duvidam e receiam de tudo.

– E para que dá ouvidos a tais receios? Porque os não afasta de si como sonhos maus?

– Porque que temo que eles sejam a realidade. E não tenho bons fundamentos para assim supor; boas razões para recear?... não do seu amor, querida, que bem provado o tenho, que nele confio como se fora em Deus, mas do meu destino que sempre me tem sido adverso, e que não posso acreditar vê-lo mudar agora em tão grande ventura...

– É ofender a Deus pensar de tal maneira. O que o pode levar a tão grande desespero, o que pode temer, se, como diz, tem inteira fé nos meus sentimentos? . . .

– Oh! julga isso, Leonor, porque não conhece deste mundo senão os sonhos da sua fantasia, todos de inocência e de bondade; porque não sabe quantos obstáculos nos separam, quantas dificuldades se opõem. . .

A marquesa interrompeu-o, levando uma das suas mãos aos lábios do mancebo para o impedir de continuar. Este obedece, beijando a mão que lhe impusera silêncio. Ambos ficaram perturbados como sempre acontece, quando entre amantes, um deles lembra idéias que o outro queria esquecer.

As dificuldades em que Henrique falara, tinham, embora ele o não pensasse, despertado por mais de uma vez os cuidados e os pensamentos da marquesa. Amado o poeta, sem nome e sem fortuna, ela antevia que o seu amor seria forçosamente uma luta contra os preconceitos da sua família, e uma batalha dada às conveniências e aos interesses da sua classe.

A sua paixão, porém, havia desafiado tudo. Só da sinceridade do amor de Henrique receava, porque do mais tinha em si, e na sua consciência, penhores para vencer. Esperava ansiosa por ver que aquele amor nunca se desmentisse pra então empenhar a luta sem ter nada que a intimidasse.

A marquesa estava em todo o vigor da juventude. Era de uma beleza austera e varonil, que fazia lembrar os primores de arte da escultura antiga. O corpo esbelto e flexível reunia ao airoso das formas a elegância natural e a majestades não estudada. Numa sala, entre mil belezas, brilhava como rainha de todas. E não era a causa desta superioridade, nenhuma das que ordinariamente dão nos bailes a palma da primazia. O motivo que lhe dava tal prestígio era fácil de adivinhar ao vê-la, mas difícil de descrever, e impossível de imaginar. Na expressão da sua fisionomia estava todo o segredo dele. Era umas vezes melancólica, outras risonha; triste, daquela tristeza que inspira piedade pela resignação; ou alegre, mas de uma alegria vaga e indefinida, que

não é bem a felicidade. Os olhos pretos, e tão pretos como os cabelos, que eram de cor da noite, tinham um brilho incerto: umas vezes quase amortecidos, viam-se chorar de dor: outras brilhantes e vivos a sua luz cegava, e os seus olhares pareciam seguir nas sombras do futuro uma imagem, uma visão que aos outros não era dado distinguir. As faces pálidas, fazendo-lhe sobressair as demais feições, imprimiam-lhe na fronte a melancolia do lírio.

A fisionomia da marquesa revelava com verdade o estado do seu coração, e daí provinha o encanto irresistível que inspirava. Leonor tinha apenas vinte e cinco anos; era rica, bela e admirada: – mas na sua vida nem tudo tinham sido flores. O sofrimento tinha-lhe ensinado a melancolia, e a desilusão aconselhava-lhe a desesperança; porém, mais feliz do que outras, a crença não a abandonara de todo, nem a esperança se lhe apagará na alma. O seu estado era o de dúvida, em que a alma não confia nem descrê. Espera e observa.

Entrando no mundo com a crença cega da inocência, Leonor tinha amado com toda a confiança de um primeiro amor. Enganaram-na. Desde esse instante o sofrimento se lhe apoderou do coração, e a melancolia se lhe espraizou no rosto. A sua alma, porém, onde Deus lançará as santas aspirações de uma fé ilimitada, não sucumbiu ao sofrimento; aceitou resignado o martírio; em vez de desesperar orou, e teve esperança.

Encontrando depois Henrique, julgou ver realizada essa esperança no seu amor, puro, e dedicado. Correspondeu-lhe sinceramente! O seu afeto, porém, não tinha aquela louca e desvairada paixão, que mais nasce da ardente imaginação, que de verdadeiro sentir: – paixão que nada conhece e tudo espera; delírio da inocência que só atende o coração sem a mais nada dar ouvidos. Leonor não sentia, nem podia sentir assim. Tinha a triste experiência da vida, e não queria sofrer por outra vez os martírios de novas desilusões. O seu amor era reservado: esperava e observava sem aventurar o futuro. Tinha-lhe nascido da razão primeiro do que a consciência lho

ditasse: tinha-o julgado e estimado antes de o confessar; por isso tinha fé de que o seria verdadeiro. Sem recear portanto de si, só temia e duvidava de Henrique; mas de dia para dia esta dúvida se desvanecia na presença do amor do poeta; e a tristeza que a desgraça lhe tinha inspirado, dava lugar à expressão de felicidade que brilhava no seu rosto, quando, pelo braço dele, o vimos atravessar as salas do baile.

Momentos depois do diálogo que deixamos suspensos pela interrupção da marquesa, ela e Henrique estavam encostados a uma janela que se abria sobre o jardim.

Era em Março, e a noite fria ainda, começava já ter os encantos da primavera que se aproximava. Leonor, com cabeça apoiada em uma das mãos, parecia enlevada ao espetáculo que a cercava. Entre os dois houve completo silêncio, até que ela o quebrou, voltando-se para Henrique, e dizendo-lhe com tristeza:

– Nem os encantos desta noite lhe merecem uma palavra?

– Ao contrário, não me atrevo a proferi-la... Tão de acordo está tudo que me cerca com o estado da minha alma, que receio quebrar o encanto falando. As palavras, ainda as mais eloqüentes, não dir-lhe-ão com tanta verdade o que sinto, como a escuridão e o silêncio desta noite, como a luz e as harmonias do baile que nela se vão perder... A minha vida é tudo isto, luz e sombras, silêncio e harmonia...

O poeta calou-se por instantes; depois tomando com entusiasmo a mão da marquesa, e apontando para o céu continuou:

Olha, Leonor; vê aquela estrela que brilha além do céu; a sua luz perde-se na escuridão sem a alterar, sem iluminar as trevas... e amanhã virá o sol inundar de claridade o espaço, e a luz da pobre estrela ficará na dele confundida!... Ouve agora; escuta as vagas harmoniosas que a aragem murmura entre as folhas... daqui a algumas horas o acordar da cidade as fará perder, confundindo-as no ruído e na algazarra... A minha vida é assim; na escuridão dela também brilha uma estrela, a do teu amor: no silêncio do meu coração também se eleva uma harmonia dos céus, a tua



voz falando-me de felicidade... mas um dia, tarde ou cedo, amanhã, talvez, tudo perderei, como a noite perde seus enlevos ao nascer do sol, com o acordar dos homens. É essa a minha sorte, hei de cumpri-la. O mundo, querida, não nos deixará viver esquecidos dele; há de perseguir-nos. O grito do seu egoísmo, das suas conveniências virá fazer calar a tua voz pura e inocente; o falso trilho da glória, o fogo ardente das ambições hão de apagar-me na alma a meiga luz do teu amor... E tudo perderei, querida. Oh! Leonor, Leonor! O mundo há de matar toda a nossa ventura.

E Henrique deixava cair a cabeça sobre o peito como desanimado, e sem esperança. A marquesa desviava dele os olhos, que se lhas inundaram de lágrimas, e as suas mãos tremiam entre as do mancebo, que lhas apertava contra o peito. Ambos sofriam só com a idéia da desgraça que viam iminente, o que não podiam evitar. Leonor tinha uma esperança vaga; confiava em si: mas nada podia afiançar com certeza. As dificuldades que lhe tinham parecido fáceis de vencer, apresentavam-se-lhe debaixo do seu verdadeiro aspecto. Conhecia a verdade das tristes palavras de Henrique, e participava os mesmos receios; por isso a sua dor não era menor do que a dele. As lágrimas que tentara esconder rebentavam-lhe com força, e correram livre e desafogadas. O poeta viu-lhas, e verdadeiramente comovido, ajoelhou prostrado em respeitosa adoração.

–Agora posso morrer. Fui feliz um instante ao menos.

Estas palavras que traduziam a imensa extensão do seu amor, fizeram reaparecer a felicidade no rosto da marquesa. Os seus olhos ainda mal enxutos, brilharam de alegria, e nos lábios a esperança lhe pousou um meigo sorriso.

– A que vem falar na morte? Com tanta fé no nosso amor, quem nos há de perder? Porque não triunfaremos do mundo?

Henrique agradeceu por um olhar aquelas palavras de esperança, e beijando-lhe a mão que humedeceu com as suas lágrimas, respondeu com indefinível expressão de tristeza:

– É impossível!...

O ranger das cortinas, que alguém afastava, interrompeu a conversação. Os dois amantes olharam, e viram junto de si – a baronesa, que no princípio desta história Jorge apontou como a rainha da moda; e uma outra senhora, que de propósito os vinham perturbar. A baronesa afetou surpresa de os ver ali; e, sorrindo maliciosamente, tentou disfarçar a sua intenção.

–Ainda há, disse ela, quem deixe as delícias de um baile para vir admirar as eternas belezas de uma noite sem lua.

–Somos nós, atalhou Henrique. Que quer, baronesa, cansados de ver as eternas belezas das salas preferimos admirar as da natureza.

A baronesa mordeu os beiços de raiva, sem poder achar uma epigrama com que respondesse ao de Henrique.

A conversação tornou-se em geral. Momentos depois, Leonor dando o braço a uma de suas amigas, voltou para junto de sua madrinha, com a qual se retirou da sala, muito antes do baile terminar.

As impressões daquela noite, apesar de triste, deixavam no ânimo dos dois amantes recordações que dificilmente poderiam ser esquecidas. A desgraça que os ameaçava fez-lhes bem conhecer o amor que os unia. Depois daquela noite a marquesa não podia duvidar mais; a tristeza e o desespero de Henrique provavam-lhe quanto era amada. A sua alma tinha obtido a certeza, que é em amor a felicidade suprema quando se tem começado pela dúvida. Por isso quase que bem dizia o perigo que dera motivo a tão grande susto, e que cansado a tristeza de Henrique lhe plantara no coração uma nova alegria – a inteira confiança no futuro.

Ao poeta não acontecia o mesmo. Fulminado pelas dificuldades que via de repente oporem-se ao seu amor, sem esperança de as vencer – a lembrança daquela noite, em que a paixão da marquesa se lhe tinha revelado em todo o seu esplendor, não fazia senão argumentar-lhe o martírio que sofria. Dando-lhe melhor a conhecer o

valor que devia perder, fazia-lhe maior o suplício. Curvado pelo golpe que numa hora, e no meio do prazer o viera ferir, o desgraçado desesperava do futuro, e maldizia a sua sorte.

Continua

**Henrique Van-Deitrs**

## O AMOR VENCE TUDO

(A *Ilustração Luso-Brasileira*. v. II, nº 22, pp. 175-176/ Lisboa, 29 de maio de 1858)

Continuação

### III

Doze dias se tinham passado depois do baile.

Uma doença grave de que foi atacada sua madrinha obrigou a marquesa a conservar-se em casa, afastando-se durante este tempo das reuniões e do teatro onde contava encontrar Henrique. Doze dias, portanto, se tinham passado sem o ver e sem lhe falar. As saudades eram grandes, mas distraíam-na delas os cuidados que tinha por sua madrinha, a quem estimava como se fosse sua mãe.

Leonor era de uma família de antiga nobreza. Seu pai, seguindo com entusiasmo as idéias liberais, quando pela primeira vez se proclamaram em Portugal, levantou contra si o ódio de sua família que toda defendia, com o ardor próprio do seu sangue, a política contrária. Emigrando depois, fez parte do exército libertador onde, a sua coragem lhe ganhou um nome glorioso e a reputação do distinto general. Voltando com liberdade ao seu pai, cansou-se com uma senhora, antiga afeição sua, e cujo amor se lhe conservará fiel durante a ausência no exílio. A sua união porém foi infeliz com o amor que lhe tinha sido origem. O coração que por muito tempo tinha sentido as saudades do exilado e do amante, saudades para as quais só brilham as consolações de esperança, pouco gostou de ver suas esperanças realizadas; bem depressa teve de chorar a morte daquela por quem tudo tinha sofrido. O general curvou-se resignado àquela nova dor, porque só dores e tristezas tinha sido o seu fatal amor. A filha que lhe ficava, penhor querido que perpetuava a memória da mãe que tanto amara, serviu-lhe de consolação.

O destino tinha marcado que o homem para quem tinha sido generoso em lhe conceder honras e glória, fosse deserdado dos prazeres e da ventura do coração. Uma doença, adquirida nos campos de batalha, deu-lhe a morte ainda no vigor dos

anos, deixando sua filha numa idade em que não podia sequer conservar memória das feições do seu pai. O general, antes de morrer, conhecendo que nada podia esperar de seus parentes, recomendara sua filha aos cuidados da condessa de Val de Murta madrinha dela, e que tinha sido de sua mãe uma amiga dedicada e extremosa.

Leonor não herdou de seu pai senão o título. Fortuna não tinha ganho o general que fora sempre um modelo de honra, e a que devia herdar de sua família sacrificou-se às suas opiniões.

A marquesa, que perdeu seus pais em uma idade em que não podia conservar memória deles, nunca sentiu esta falta. Sua madrinha serviu-lhe em tudo de mãe.

A condessa de Val de Murta era, como dissemos, uma senhora de antiga aristocracia e de grande fortuna. Nunca se casara, e reunia toda a sua aflição em sua afilhada, a quem queria mais do que seus parentes que antigas desinteligências conservavam afastados dela. Leonor correspondia-lhe com igual afeto. Costumado de pequena aos carinhos e cuidados da condessa, julgava ser ela a sua família; crescendo no meio da riqueza nunca pensou até certa época que daquela riqueza nada lhe pertencia; quando pela primeira vez o conheceu sua madrinha lhe disse que tudo herdaria como se realmente fosse sua filha única.

Leonor era um exemplo dos caprichos do destino. Nascera pobre, e a mesma desgraça que a tornou órfã ainda no berço, fazia-o no futuro herdeira de grandes riquezas.

Pode-se agora imaginar quanto a marquesa sofreria, vendo que, de dia para dia, a doença de sua madrinha se tornava mais perigosa, e fazia perder as esperanças de se salvar.

Entregue toda a dor que oprimia, tentava esquecer até o seu amor. Julgava na sua consciência um crime lembrar-se dele quando tão grande desgraça a ameaçava. Mas às vezes, quanto alta noite, junto do leito da condessa, os seus olhos

se queriam fitar nos da doente, só viam a imagem de Henrique; quando toda entregue à sua tristeza pensava que a vida se lhe acabaria com a daquela que tanto lhe queria, as lembranças do futuro risonho que lhe prometia o amor vinham perturbá-la e distraí-la. Envergonhava-se então de si, por não saber esquecer aquelas recordações felizes para si se entregar à imensa tristeza que lhe enlutava a alma. Julgava até mesmo puro o seu amor por Henrique. E enganava-se. Ambas aquelas afeições eram santas; cada uma porém tinha o seu modo de ser que lhe era próprio e que a distinguiu da outra. Do seu amor de filha, perdido pela morte daquela que lhe era quase mãe, havia de consolar-se pelo amor de Henrique, se porém perdesse o deste nada poderia ser consolação. Por isso na alma lhe lutavam os dois sentimentos, e já um levava ao outro a palma. É por que era o passado e o outro o futuro; e é próprio do coração humano esquecer afeições passadas por novas afeições. Será isto um vício da nossa organização moral, ou antes uma harmonia dela, que faz com que os diferentes sentimentos se sucedam nas quadras que lhes são próprias?...

A doença caminhava sempre. Quatro dias se tinham passado depois dos médicos pronunciarem a sentença que tirava toda a esperança. Quatro dias de profunda ansiedade e de martírios sem conto. Leonor não tinha abandonado a cabeceira da doente; com os seus olhos fitos nos dela receava a cada instante ver apagar-se neles a luz da vida; atenta ao mais leve movimento, tremia a cada respiração mais alta, e sentia-a como se fosse a última. Era um martírio cruel. Finalmente ao quinto dia, a condessa, depois de ter pedido, e recebido resignada os sacramentos, expirou nos braços de Leonor, dando-lhe pela última vez o terno nome de filha.

O pranto secou-se nos olhos de Leonor para só lhe concentrar todo o coração. Com a cabeça pendida sobre o peito, a sua palidez assustava. A voz ficava-lhe presa na garganta, e parecia ter-se sumido com as lágrimas, nem mais um ai soltou. O seu silêncio infundia respeito. Era a dor em toda a sua majestade. Dor

profunda e imensa que a prostou numa estase que a vida parecia tê-la abandonado.

Por algumas horas só se conversava neste estado sem que ninguém se atrevesse a interrompê-la. Uma carta que lhe era dirigida veio finalmente quebrar o encanto. Ao ler o sobrescrito uma estranha expressão lhe animou o rosto; tinha conhecido a letra: era de Henrique. Abriu-a e leu.

Há na vida resoluções cruéis que uma causa superior aconselha, e a que é forçoso obedecer. Ante elas a vontade é ineficaz e a resistência inútil; cumprem-se como num destino. É a facilidade que os impõe; obedece-se-lhe.

Leonor, pela última vez em que lhe vou falar de mim, conceda que me recorde ainda do seu amor terno e compassivo. É uma recordação tudo quanto me resta dele, e na hora solene em que lhe falo, permita que lho agradeça e que a abençoe por ter feito brilhar a meus olhos a luz divina, cujos reflexos serão no futuro saudade, única consolação que posso esperar, Mas perdão; não tenho ânimo para pensar no dia de amanhã que já pertença às trevas, quero gozar ainda do dia de hoje, deste instante ao menos, em que a ilusão, que em breve vai desfazer-se, permito ainda que as lembranças meigas e risonhas do tempo passado venham dourar-me a existência que vejo pouco a pouco perder-se num abismo de tristeza.

Que fatal destino, Leonor, a fez condoer da minha sorte?... Vendo-lhe nos lábios o sorriso da esperança, ouvindo-lhe a voz meiga e sentida falando de amor, julguei que fora Deus que se houvera condoído dos meus pesares, enviando-me, por um anjo seu, a ventura divina. Enganei-me. Foi uma ilusão, mas quis-lhe tanto que todo a ela me entregue, sem ver, sem mais nada querer. É a ilusão, em vez de desvanecer, fortificava. O seu amor parecia abençoá-la!....

Oh! mas a que vem agora tais adventos?!... Recordar venturas passadas, comemorar esperanças perdidas, dizem que é só argumentar o sofrimento. Não o julgo assim; creio antes ser uma consolação. Mas a este mesmo devo renunciar. Tenho medo de que tais lembranças, levando-me o coração para as regiões infinitas

do amor, lhe roubem o ânimo de que necessita para levar ao fim o sacrifício. Conheço que preciso de toda a serenidade do espírito para apreciar sem engano a minha situação, e para julgar com a razão inexorável e desapaixonada os obstáculos que se opõem ao nosso amor e que forçosamente hão de ser a morte dele.

É este o meu dever, hei de cumpri-lo

O nosso amor foi um desvario. Cega alucinação de almas cândidas e apaixonadas, havia de acabar. Os nossos corações encontraram-se na vida ideal do sentimento, e julgaram-se iguais na dedicação e no afeto. Sem se lembrarem que no mundo os separavam as conveniências dos interesses e os ditames da vaidade. Esquecemos o que não nos esquecia – a sociedade; e a sua voz veio fulminar-me no meio do prazer fazendo-me ouvir o seu julgamento. Devia-o esperar se não estivesse se iludido pela ventura. Falso como é, aquele julgamento tem contudo por si muitos exemplos que a justificam. E para eu não ser vítima dele era necessário admitir uma exceção, que raras vezes a sociedade concede, e muito menos quando é honroso.

Um esquecimento foi todo o nosso erro; não temos culpa dele. Esqueceu-se, Leonor, que no mundo onde vive é admirada entre as primeiras pela nobreza e pela fortuna. Eu não me lembrei do meu nome obscuro, e tive até orgulho da única herança que me coubera em sorte – a do trabalho. Depois pensava que aos olhos de todos a ilustração do talento valeria a nobreza do sangue; do mais não cuidei. Amando-a com sinceridade, podia acaso ter vista para medir a fortuna que nos separava? . . .

Não, de certo. Seria baixar os olhos para tê-la, e o seu amor trazia-me os enlevados no céu. Nunca pensei em tal. Um dia porém, rasgou-se o céu, que me encobria a vaidade. A voz de um amigo, felicitando-me pelas minhas intenções, cuspiu-me na face o insulto, tornando-se eco das opiniões do mundo.

Conhecer então as nossas recíprocas situações. A felicidade morreu para mim naquele instante. Momentos depois estava ao seu lado, ora num baile; a sua voz caridosa sempre indagava a causa da minha tristeza; ia a dizer-lhe, mas, como se



adivinhasse, a mão que eu beijei reconhecido impus-me silêncio. Em seguida tentou animar-me. Com tanta fé ao nosso amor quem nos há de perder! Foram estas as suas palavras. Na volta do baile, repetia-as ainda e tentava ter esperança, mas a desgraça era iminente. O espectro que me ameaçara, e que a sua voz tinha por momentos afugentado, reaparecia a meus olhos. Via-o distintamente: o vulto saía da sombra, desenhava-se-lhe a figura, delineavam-se-lhe as afeições, o gesto era imperioso e implacável, nos olhos ardia-lhe a cólera, nos lábios tinha o sorriso da ironia. Era a imagem da sociedade, que vinha lançar-se entre nós. Ouvi-lhe distinta a voz. Falava do nosso amor. E sabe o que dizia?...

Eram de falsa compaixão as suas palavras. Lamentava a donzela que ia ser vítima dos cálculos de um ambicioso, lamentava a sua sorte, Leonor.

E teria razão?

Nesta época de costumes e vida corrupta em que a ambição não escolhe meios para se elevar, a todos é permitido terem aquela dúvida: mas a tinha consciência desmente a acusação perante Deus, e repele a dúvida como um insulto. O seu coração faz-me de certo justiça, e perante ele não necessito de defesa; para os outros, porém, nunca saberia defender-me nem merecer desculpa.

Desde o instante em que as nossas recíprocas situações fizeram nascer àquela dúvida, o nosso amor tornou-se impossível. E não me acuse, Leonor, de sacrificar às opiniões do mundo a sua opinião e a felicidade do nosso futuro. Não julgue uma covardia este meu proceder. Passado o primeiro instante de alucinação, a nobre dignidade do seu caráter há de reconhecer que era o único possível.

Não ignoro que a sua generosidade era capaz de esquecer tudo para vencer os obstáculos que nos separam. Mas diga-me, poderia eu aceitar um tal sacrifício? E se o aceitasse, o que aconteceria? ... A dúvida em todos de que meu amor tivesse sido um cálculo; a certeza e a condenação de muitos ficariam de pé, e viriam confundir-me com esses homens que fazem do amor um cálculo e do casamento um

degrau às suas ambições. Já vê que o sacrifício era impossível, sem a minha humilhação. Não é orgulho este meu pensar: o resultado das minhas opiniões, que bem conhece, e às quais devo talvez o amor que me dedicou. Não devo querer agora que as desmintam. Cumpro um dever que elas me impõem, e estou certo que é um dever de honra e de consciência.

A sua alma, Leonor, forte na ventura sê-lo-á também na desgraça que a vai ferir por algum tempo. Este amor será na sua vida como a flor que viveu um dia; mas a lembrança dele ficará a recordá-lo no futuro, tal como eu o concebi, desinteressado e sincero. Esta lembrança há de absolver-me então dos sofrimentos que lhe vou causar; há de apreciá-la em mais do que felicidade obtida a troco da humilhação que talvez até extingui-se o amor. E quando o coração, esquecendo desgostos passados, se lhe entregue à felicidade que merece, e que de certo há de encontrar, a memória do homem que neste sacrifício lhe dá a maior prova de muito amor que lhe tinha, não ficará de todo esquecida. Peço-lhe então uma lágrima de compaixão.

Essa lágrima será a minha justificação, e a prova de que era digno de amor que lhe mereci.'

Continua

**Henrique Van-Deiters**

## O AMOR VENCE TUDO

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. II, nº 23, pp. 178-179/ Lisboa, 05 de junho de 1858)

### Conclusão

#### III

A marquesa ficou como abismada ao acabar de ler esta carta. Via nela uma resolução que lhe parecia inabalável, e temia não conseguir mudá-la. O caráter de Henrique, tal como ela tinha imaginado, revelava-se nobre e desinteressado na sua maneira de proceder. Se ainda precisasse de provas para ter nele inteira fé, aquela carta dava-lhe uma última e irrecusável. Respondia ao pensamento íntimo que a sua experiência lhe tinha feito nascer, e tirava-lhe toda a dúvida; o orgulho do poeta, que lhe fazia preferir o sofrimento à humilhação, mostrava-lhe que o seu amor não era um cálculo, e que o seu coração, como o dela, se respeitava os interesses mundanos era só para não lhes sacrificar a honra. A idéia que formava de Henrique engrandecia-se ainda pela abnegação do seu caráter, e pelo martírio a que oferecia o seu coração.

E não se enganava. No procedimento de Henrique havia toda a elevação de que só são capazes as almas superiores. Como ele dizia, era resultado das suas opiniões, que tinha sabido conservar austeras e imaculadas, no meio dessa sociedade que todos os dias prega e santifica as mais torpes ações e os sentimentos mais baixos. Aquela carta resumia a história da sua vida. Henrique tinha nascido fadado por Deus com os inesgotáveis tesouros da poesia. Por esta razão, a sua sorte no mundo havia de caminhar sempre à borda de um abismo, ameaçando de o precipitar a cada passo. O futuro dependia para ele de um acaso; feliz ou desgraçado, havia de achar nos recursos do seu coração, ou a crença que torna a felicidade do céu, ou o desespero que faz da vida um inferno.

Henrique vivia afastado do mundo uma vida obscura, quando os primeiros dos seus escritos, tornando conhecido o seu nome, e fizeram aparecer na sociedade. Acolhido com entusiasmo, o festejado com alvoroço, o poeta foi ao princípio

deslumbrado pelo brilhantismo de tudo que o cercava. Pouco a pouco, porém, os olhos se lhe acostumaram à luz, e não tardou que lhe descobrissem as manchas. Viu então de perto, e com a imparcialidade que julga sem a prevenção, os homens que mais tinha admirado, e as glórias que mais desejava. Desde esse instante perdeu a fé que tinha neles, e avaliou o nada da glória que lhe prometiam. Conheceu que era necessário sacrificar para a obter, e a sua consciência recuou diante do sacrifício. O seu primeiro movimento foi amaldiçoar os homens que assim prostituíam o talento; mas depois de ter observado a sociedade no meio da qual eles viviam, conheceu a injustiça do seu julgamento, e em vez de os amaldiçoar, lamentou-os. Fugiu só de os imitar. Limitou-se às crenças que lhes restavam, à felicidade do coração, e apelou para o amor. Nesse conservava ilimitada fé; mais feliz do que outros, e ao contrário de quase todos, do naufrágio das suas ilusões salvava o amor.

No estado da sua alma esta última crença havia de o salvar ou perder de todo. Um desses amores que aviltam o coração, fazendo-o adormecer no esquecimento de todos os deveres, podia matar-lhe os escrúpulos da sua consciência, arrasando-a pela paixão a loucos desvarios em que só encontraria o desespero. O afeto de Leonor, puro e sagrado, livrou-o deste perigo; aquele amor, desprendendo-se da terra para viver só pelas aspirações dos mais santos e virtuosos preceitos, fortificava-lhe ainda mais os sentimentos nobres, e afastava-o do abismo, onde, sem ele, podia ter caído.

Correspondendo à última crença que lhe restava aquele amor era para Henrique toda a sua vida. Pode-se, por isso, imaginar os sofrimentos que sentiria quando viu que o mundo, que lhe tinha roubado as fantasias mais queridas da sua imaginação, lhe ia destruindo também aquela última esperança. A dor que o prostrava era grande; mas o coração, preparado para o martírio, teve ânimo para o abraçar, e para se erguer mais uma vez vencedor na luta com as dificuldades da existência, em que, quase sempre, os caracteres perdem a energia e se maculam. Henrique salvava

o seu sacrificando-lhe a felicidade. Na sua consciência entendia que, aos olhos de Leonor, mais devia valer aquela resolução cruel do que a condescendência que, podendo confundir-se com o cálculo, o tornasse indigno de amor que lhe dedicava. Henrique fazia bem de assim pensar; outra que não fosse Leonor, e que, como ela, não tivesse o delicado sentir das almas elevadas, teria tomado a sua carta como prova de um fraco amor; ela, porém, atribuía-a verdadeira, causa, e fez-lhe a justiça que merecia.

Para Leonor, o procedimento do poeta tomavam as proporções de uma ação heróica. Antes dele poderia tê-lo esquecido; mas depois daquela carta julgou que nada os devia separar. Para conseguir este intento, uma idéia lhe assaltou subitamente o espírito. Aceitou-a contente. Era uma luta de generosidade e de abnegação que entre dois se tinha empenhado, e quis nela levar a palma.

Em resposta à carta de Henrique, a marquesa enviou-lhe o seguinte bilhete:

“A sua carta veio encontrar-me chorando a morte da minha madrinha. Foram duas desgraças que me feriram ao mesmo tempo. Senão ambas irremediáveis?... Não sei; mas se a resolução que tomou o não inibe de prestar as consolações da amizade a quem chora uma mãe, peço-lhe que me venha ver esta noite. Entre as pessoas estranhas que me rodeiam, encontrarei ao menos a voz de um amigo”.

Leonor

Esta carta nada dizia da atenção que a tinha ditado. Leonor, pela malícia própria do seu sexo, e da qual nem as mais santas são excetuadas, prolongava ainda os sofrimentos de Henrique na esperança de gozar depois de toda a alegria de sua vitória.

## IV

Onde a luta dos interesses mundanos se empenha com maior ardor, e mais parece esquecer a dignidade humana, é junto do corpo prostrado pela morte, que deixa na terra riqueza bastante para satisfazer os desejos cobiçosos dos herdeiros. Pela honra da humildade se deve confessar que não é geral esta lei, e que nem sempre o interesse consegue secar as lágrimas nos olhos dos parentes e amigos. Infelizmente, porém, muitas vezes herança serve de alívio, e a leitura do testamento, designando as partilhas, mitiga mais a dor do que as orações da igreja aconselhando a resignação.

É uma triste verdade esta. Em face de um túmulo, quando o respeito deve fazer calar o egoísmo, é que a sua voz mais se eleva; quando o corpo inanimado arrasta o pensamento para os mistérios da morte é que mais lembram as mesquinhas ambições da terra. Para as almas que só o interesse inspira até a morte é sem significação; nem lhes dá conselhos, nem lhes desperta o sentir. Em frente dela nem pensam, nem choram; contam a fortuna que lhes vai pertencer, afetam o sofrimento que as conveniências lhes ordenam..

A doença grave da condessa de Val de Murta tinha ido acordar nos seus parentes a lembrança de que poderiam ser contempladas no seu testamento. Conhecendo a amizade que a condessa tinha por sua afilhada, eles anteviam que seria ela sua única herdeira; mas aquela esperança, quase sem fundamento, foi bastante para os trazer na última hora, com o fim de obterem uma reconciliação e de mostrarem o seu arrependimento pelas desinteligências que até então os tinham afastado da sua amizade.

Leonor, apesar de reconhecer a falsidade das suas intenções, acolheu-os como se acreditasse nelas; e sua madrinha, mesmo nos últimos momentos, avaliou o motivo que os guiava naquele passo. Não mudou a resolução a seu respeito. Eles reconheceram que tinham sido sem resultados os seus projetos; mas, comprometidos

como estavam, não podiam, logo depois da morte da condessa, abandonar os papéis que tinham aceitado naquela comédia. Tiveram de continuar a fingir, já sem esperança de recompensa; e choravam falsamente a sua morte, assim como tinham protestado amizade mentida.

Tinha chegado a hora em que devia ser lido o testamento. Em um gabinete contínuo ao quarto onde estava depositado o corpo da condessa, tinham-se reunido os parentes e alguns amigos íntimos. Leonor estava assentada junto de uma mesa, e cercavam-na todos como reconhecendo-a já senhora daquela casa. A claridade das luzes que ardiam junto do caixão, no quarto próximo, vinha iluminar-lhe a figura. Vestida de preto, com os cabelos em desordem, a sua palidez sobressalta ainda mais. Em uma das mãos, que unia ao peito, apertava uma carta. Os olhos imóveis e fixos no lugar onde repousava o corpo de sua madrinha pareciam seguir-lhe a alma nos primeiros passos da eternidade.

Um criado anunciou o tabelião. Depois deste entrar, o primeiro movimento de Leonor foi percorrer sala com os olhos, como para se afirmar se já teria vindo quem ela parecia esperar. Na expectativa de que Leonor desse ordem para começar a leitura, se passou ainda um quarto de hora. No fim dele, Leonor deu esta ordem, e o tabelião ia cumpri-la, quando um criado anunciou Henrique. Todos se voltaram para a porta, e ficaram admirados de o ver ali. As feições de Leonor denunciaram o primeiro momento de sobressalto. Por um instante as animou a felicidade; mas sem dar a perceber a mudança, tão rápida foi, retomou a expressão de tristeza que lhe oprimia o coração. Henrique atravessou a sala, e dirigindo-se a ela apertou-lhe a mão. Os seus olhares, encontrando-se um instante, disseram o que a presença de estranhos os obrigava a calar.

O tabelião procedeu à abertura do testamento, e fez em seguida a leitura dele. Leonor era nomeada herdeira universal de todos os bens da condessa.

Esta resolução a ninguém admirou, porque todos a esperavam. Acabada a

leitura, o tabelião dobrou o testamento, e entregou-o nas mãos de Leonor. Esta aceitou-o com a indiferença de um completo desinteresse. Henrique seguia com os olhos todos os seus movimentos, sem adivinhar a causa que tinha feito com que ela o obrigasse a assistir aquele ato, que, depois da sua carta, os ia separar para sempre. Leonor percebeu os seus olhares, e sorriu. Depois, fazendo sinal ao tabelião para se não retirar, encaminhou-se para a mesa onde tinha sido lido o testamento, e dirigindo-se às testemunhas daquele ato, disse-lhes em voz clara e firme:

– Este testamento, feito em outra época, teria sido modificado em favor dos legítimos herdeiros, aqui presentes, se mais alguns instantes de vida tivessem permitido à condessa comunicar a sua última vontade. Ouvi-la eu, e, pelo respeito em que tenho a sua memória, quero dar-lhe inteiro cumprimento.

E estendendo a mão que segurava o testamento, Leonor aproximou-se da luz de um castiçal que estava sobre a mesa. As chamas bem depressa o consumiram, e o clarão delas iluminou as feições de Leonor, que conservava toda a serenidade de uma grande resolução.

Perante aquele ato de raro desinteresse todos ficaram como maravilhados, sem o saberem explicar. Só Henrique adivinhou as intenções de Leonor; o seu primeiro movimento foi opor-se à sua realização, mas um olhar dela o fez conter.

–Tudo que nesta casa existe lhes pertence agora, disse Leonor dirigindo-se aos parentes da condessa. Só lhes peço abrigo por mais alguns dias.

Os novos herdeiros cercaram-na como pra assegurarem da verdade do que acabavam de presenciar. As conveniências impunham-lhes ainda um escrúpulo de delicadeza, no qual fingiram não querer aceitar aquela herança, que uma estranha resolução ia fazer reverter em seu proveito. Os seus escrúpulos foram facilmente vencidos, e não tardou que todos abandonassem o gabinete onde se tinha passado esta cena para se dirigirem às salas próximas.

Ficando só, Leonor encaminhou-se para Henrique, e estendeu-lhe as mãos



com o sorriso nos lábios. O poeta ajoelhou a seus pés, dizendo-lhe com voz sumida:

– O que fez, Leonor?!...

– Destruí o obstáculo que se opunha ao nosso amor. Sou pobre agora.

– Meu Deus! Não lhe merecia tão grande sacrifício!...

– É pequeno, bem vê. Perdi a riqueza, mas conservo a felicidade.

– Leonor, segurando as mãos de Henrique, tentava levantá-lo. Os braços do mancebo cingiram-lhe a cintura, e os lábios encontraram-se-lhes num beijo, primeiro que o amor lhes concedia, respeitoso e casto.

– Ainda julga impossível o nosso amor? Bem vê que a sua carta mentia.

– Não mentia, porque não podia esperar este sacrifício, que era o único que nos podia salvar.

– E agora?... Perguntava ainda Leonor, mostrando a carta que receberá de Henrique.

– Agora peço que rasgue essa carta, e esqueça o que nela dizia.

– Não o farei. Esta carta revelou-me toda a nobreza do seu coração; inspirou-me o que fiz.

– Não; replicou Henrique. Só ao seu coração devemos a nossa felicidade.

– Basta. Não é lugar próprio para falar de amor... diante de um túmulo...

E tomando a mão de Henrique, Leonor levou-o para junto do caixão que encerrava o corpo da condessa. Diante dele ajoelharam respeitosamente. Ao lado de Henrique, que era para ela o penhor da felicidade futura, Leonor não esqueceu a saudade por aquela que lhe tinha servido de mãe; ao contrário essa saudade reviveu com mais força ainda. Parecia-lhe que o seu amor não estava santificado sem ter recebido a benção da condessa. Não podia já pedir-lhe a, mas a sua consciência dizia-lhe que a tinha merecido.

**Henrique Van-Deitrs**

## CONTO POPULAR DA IRLANDA

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. III, nº 18, p. 139/ Lisboa, 07 de maio de 1859)

### I

#### A GARRAFA ENCANTADA

Depois da Alemanha não há país na Europa mais cheio de superstições populares do que a Irlanda. Os contos de fadas e encantamentos, e de todo o gênero de aparições sobrenaturais são ali mais gerais e em maior número do que nas nossas províncias do norte as histórias de bruxas e almas penadas.

O conto que vamos referir é um dos mais conhecidos na Irlanda. Poucas mães ou amas deixaram de entreter as crianças com as maravilhas da garrafa encantada. E de ordinário, pelo menos entre o singelo povo dos campos, esses estupendos prodígios são narrados com uma ingenuidade e fé, igual à credulidade com que são ouvidos.

Vivia há muitos anos, talvez há séculos, próximo das ruínas de Mourne, a pouca distância de Cork, um pobre e honrado lavrador chamado Mick Purcell. Compunha-se a sua família de uma esposa honesta e laboriosa, e três filhos que uma joieira podia cobrir. E os seus bens encerravam-se todos em uma vaca, porque da mesquinha choupana em que morava, e de um pequeno campo, que agricultava, era apenas rendeiro.

Mick não largava a inchada desde o romper do dia até ser noite cerrada, e sua mulher não trabalhava menos, pois tinha a seu cargo, além dos cuidados dos filhos, e dos mais arranjos domésticos tratar de suas galinhas, e de seu porquinho, ordenhar a vaca, e ir todos os dias a cidade próxima vender o leite e os ovos. Mas, coitados! por mais que lidavam, apenas tiravam do seu trabalho os meios para pagar a renda ao senhorio, e para acudir as mais urgentes necessidades da vida.

Bem se pode julgar quantas privações não sofreriam. Mas ainda assim não se tinham na conta de desgraçados, e agradeciam a Deus o pão cotidiano.

Veio porém um ano infeliz, e desequilibrou completamente essa balança dos seus destinos, que já tanto pendia para a miséria. Chuvas copiosíssima inundam o campo e o albergue do triste Mick, destruindo-lhe a esperançosa ceara, e dando origem a uma epidemia, que lhe rouba em pouco tempo as suas galinhas, e o porco, que com tamanho desvelo ele engordava para o vender no próximo outono. Para maior infortúnio está a bater-lhe a porta o prazo fatal para o pagamento da renda.

– O que havemos de fazer nestas tristes circunstancias? Disse o infeliz Mick para Molly, que assim se chamava sua mulher.

– Louvado Deus, respondeu ela, ainda nos resta a nossa vaca. Não há remédio senão ir vendê-la amanhã bem cedo ao mercado.

– E depois de a vendermos o que há de ser de nós?

– Não sei, mas Deus terá cuidado de nós, e não nos há de deixar morrer de fome. Não te lembras daquele dia em que esteve tão doentinho o nosso querido Billy, e sem termos remédio algum para lhe dar? Não te lembras que nesse mesmo dia, quando mal o pensávamos, nos entrou pela porta dentro o bom doutor de Ballydaim, que me pediu um copo de leite, e que depois de o beber me deu dois schillings<sup>63</sup>! Não te lembras que logo no outro dia pela manhã nos enviou remédios para o pequeno, vindo ele próprio dali a pouco ver nosso filho, continuando a tratá-lo até o por bom, e quando lhe fui agradecer a esmola que nos fez, ainda em cima me deu um belo almoço (sic)? Pois o que foi tudo isto obra de Deus?

– Isso estás tu sempre a repetir . . . mas tens razão, Deus não há de abandonar-nos. Irei amanhã à cidade, e venderei a nossa vaca. E não te esqueças de meter na algibeira da minha vestia alguma moedazinha de cobre.

---

<sup>63</sup> Uma Cruzada

Com efeito no dia seguinte, logo ao amanhecer, pôs-se Mick a caminho da cidade, tendo antes prometido a sua mulher, que faria todas as diligências por vender a vaca por bom preço.

Ao passar pelo antigo e derrocado castelo de Mourne, parou, e começou a contemplar aquelas ruínas cobertas de plantas parasitas. Apesar de ter por ali passado tantas vezes, era esta a primeira que os restos daquele grande edifício assim lhe atraíram a atenção. Todavia não o dominava a curiosidade, mas sim um sentimento mais profundo, que o levou a exclamar:

– Ah! quem me dera metade do dinheiro que está enterrado debaixo destas pedras! Se o tivera não me vira agora obrigado a vir vender ao mercado a minha vaca, o meu último recurso! Não é uma barbaridade, que estejam ali perdidos tão grandes somas de ouro nas entranhas da terra, e naquelas grossas pedras, assim caídas e amontoadas, em quanto que tantos desgraçados não têm pão para comer, ou arriscam a saúde e a vida para ganhar um miserável schilling?! Paciência; vamos andando: se assim sucede, é porque Deus o quer, e ele também há de querer, que eu volte esta tarde por aqui com a minha algibeira cheia de bem bons escudos.

E dizendo isto com rosto já mais prazenteiro: continuou seu caminho; porém poucos passos tinha dado, quando descobriu junto de uma colina vizinha um homem de figura sinistra. Aproximou-se, e viu que era um anão, de semblante enrugado, nariz adunco e pontiagudo, olhos avermelhados, beiços roxo-escuro, e cabelos brancos. Além da cara nada mais se lhe divisara, por quanto, apesar de fazer um calor insuportável, achava-se embuçado, e com todo o corpo envolvido em um longo e farto capote.

Mick encarou-o com singular surpresa, e não sem receio; mas como o anão lhe fizesse um cumprimento mui polido, correspondeu-lhe do mesmo modo, e por esta razão um pouco mais tranqüilo, prosseguiu na sua jornada. Porém apenas voltou costas ao anão, começou a inquietar-se de novo, não podendo tirar da sua idéia

aquela feia imagem, que tão má impressão lhe causara.

la decididamente com medo, e olhando para traz, aumentou-se ainda o seu terror, porque viu que o anão o seguia, caminhando não como os outros homens, mas parecendo voltear como uma sombra. O primeiro pensamento de Mick foi fazer o sinal da cruz, mas não se atreveu, receoso de que o desconhecido tomasse isso por uma afronta. Contentou-se em rezar em voz baixa uma oração a Nossa Senhora, pedindo que lhe acudisse, já que a sua má estrela o fizera sair de casa em semelhante dia.

Contiuna

**I. de Vilhena Barbosa**

## CONTO POPULAR DA IRLANDA

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. III, nº 19, p. 150-151/ Lisboa, 14 de maio de 1859)

Continuação

I

### A GARRAFA ENCANTADA

Ainda bem não tinha acabado a oração, ouve a voz do anão, que lhe dirigia a seguinte pergunta:

- Onde vais com essa pressa, meu valentão?
- Ao mercado de Cork, respondeu o pobre do camponês com a voz trêmula.
- Para vender essa vaca?
- É verdade: já que não tenho outro remédio!
- Queres tu vender-me-á?

Mick estremeceu, e ficou por alguns instantes sem atinar com a resposta. Por um lado tinha receio de concluir um contrato com tão notável e misterioso personagem; por outro lado não se sentia com forças para se recusar a negociar com ele. Finalmente resolveu-se a dizer-lhe:

- E quanto me quer dar o senhor pela minha vaca?
- Eu te digo, replicou o anão tirando debaixo do capote uma garrafa, aqui

está o que te dou.

O Camponês olhou com espanto para a garrafa e para o anão, e em seguida, apesar do terror de que estava possuído, não pode deixar de rir.

– Ri quanto quiseres, lhe disse o anão, mas olha que te afianço que esta garrafa vale te mais; e pode ser te mais útil do que todo o dinheiro, que tu possas achar em Cork.

– Então me julga tão tolo que quisesse trocar a minha bela vaca por uma garrafa vazia?

- Aceita a minha proposta, torno a repetir, e nunca te arrependerás de o

haver feito.

– Nunca me arrependerei! Exclamou Mick meio abalado. E que direi a minha mulher? E como hei de pagar a renda ao senhorio se não receber dinheiro pela minha vaca?

– Repito mais uma vez, que esta garrafa vale mais para ti do que dinheiro. Aceita a minha oferta, Mick Purcel, olha que o faço pela última vez.

– Como é que o senhor me conhece? exclamou o camponês cheio de espanto, ao ouvir pronunciar o seu nome.

– Não te importes com isso! Basta que saiba que te conheço, e que por saber que és homem honesto e honrado, é que pretendo socorrer-te. E além disso, tens tu a certeza de que a tua vaca não morrerá no caminho antes de chegar a Cork?

– Deus me defenda de semelhante desgraça, exclamou aterrado o pobre Mick.

– Ainda quando tal não suceda, estais bem seguro de a venderes por bom preço em um mercado tão abastecido de gado de todo o gênero? E mesmo se conseguires fazer um grande negócio, não podem os ladrões roubar-te na volta para casa? Mas para que hei de estar a perder o meu tempo, se rejeita com tanta pertinácia a sua felicidade.

– Não, espere aí; eu de nenhum modo quero rejeitar a minha felicidade. Se tivesse a certeza de que sua garrafa é tão preciosa como diz, posto que não tenho em estimação as garrafas vazia, daria por ela a minha vaca.

– Tudo que tenho dito é pura verdade. Aí tens a garrafa; guarda-a bem, e assim que entrares na tua choupana, fase o que te vou ensinar . . . Ah! ainda hesitas? Pois bem, adeus! Se tivesse aceitado, em breve seria rico: assim serás pobre toda a sua vida. Verás teus filhos desfalecer na miséria, e tua mulher morrer à míngua. Mas isso pouco te importa, não é assim, Mick Purcell?

– Está bem, quero acreditar tudo isso, que me tem dito, exclamou Mick, fazendo um grande esforço para vencer a sua hesitação. Aí tem a minha vaca, e se acaso me engana, permita Deus que a maldição dos que lançou na miséria caia sobre a sua cabeça.

– Pouco se me dá a sua maldição, ou da tua benção. Descansa, que não te enganei, e ainda está tarde terás a prova, se quiseres seguir as minhas instruções.

– Estou por tudo fale; disse Mick, deitando sobre a sua vaquinha um olhar de dor e afeição.

– Quando entrares em tua casa, deve conservar-te tranqüilo por mais que tua mulher se encolerize. Manda-lhe varrer muito bem a casa, e depois colocarás no meio do aposento uma mesa, que cobrirás com uma toalha lavada, feito isso põe a garrafa no chão, e pronuncie estás palavras: *Garrafa faze o teu dever*. E verás o que acontece.

– E mais nada? perguntou Mick com gesto inquieto e aflito.

– Mais nada, respondeu o anão. Adeus, Mick Purcell. Agora já estás rico.

– Deus o queira, replicou o camponês, tomando o caminho da sua casa.

O anão desapareceu num abrir e fechar de olhos, levando a vaca consigo. E Mick, apertando a garrafa contra o peito, com medo de que também desaparecesse, caminhou desassossegado e triste para a sua choupana.

Apenas a mulher o avistou, pôs-se logo a gritar:

– Que quer isto dizer, Mick, já está de volta, quanto mal terias tempo de chegar agora a CorK! Fala em nome do céu, o que foi que te aconteceu? Onde está a vaca? Vendeste-a? Quantos te deram por ela? O que há de novo na cidade? Anda; conta-me a tua jornada.

– Mas como queres que responda a tantas perguntas juntas? Disse Mick sem saber por onde havia de começar a história, que tanto receava contar. Perguntas-me onde está a vaca; e eu, para falar a verdade, digo-te que não sei.



– Bem; é porque a vendeste. E que dinheiro trazes?

– Tem paciência, Molly, tem um bocado de paciência; e tudo saberás.

– Ora espera! Para que trazes cá esta garrafa, que ai te vejo debaixo da vestia?

– Tem paciência e tranqüiliza-te se podes, minha querida Molly; que eu vou já satisfazer-te, visto que estás tão ansiosa por saber tudo. Esta garrafa foi o preço de nossa vaca, foi tudo quanto por ela me deram.

– Que dizes! exclamou Molly assombrada como se a ferira um raio. A Virgem Santíssima tenha compaixão de nós! Nunca supus que fosses capaz de fazer uma semelhante loucura. O que há de ser de nós! Como havemos agora de pagar a renda desta casa, e deste campo como?! . . . Como? . . .

– Então, sossega minha cara Molly, não sejas desarrazoada. Ouve primeiro toda a minha história. Quando eu chegara ao pé da colina de Mourne, encontrei um velhinho, que não sei de onde vinha, nem para onde ia, mas tal coisa me disse, que me convenceram, e lhe dei a vaca por está garrafa. . .

– E tu acreditaste no que ele te disse? Brandou Molly cheia de cólera, e deitando a mão à garrafa com o propósito de a quebrar.

Mick, lembrando-se das recomendações do anão, não se alterou, mas apressou-se a evitar que sua mulher satisfizesse a raiva na garrafa, e procurou tirar-lhe a com brandura.

Molly desabafou então em lágrimas a sua dor; porém assim que seu marido acabou de lhe contar miudamente toda a história do encontro com o anão, pouco a pouco se foi acalmando a sua desesperação, por enquanto a boa mulher acreditava do fundo da alma nos contos de fadas e encantamentos.

Sem proferir por mais palavra, apenas o marido concluiu a narração, levantou-se da cadeira em que se deixará cair no acesso dá sua aflição, pôs-se imediatamente a varrer a casa, depois do que trouxe para o meio dela a sua mesa,

e cobriu-a com a melhor e mais alva toalha, que encontrou na arca. Em seguida Mick colocou a garrafa no chão, e pronunciou as palavras: *Garrafa faze o teu dever*.

– Olhe, mamã! gritou imediatamente uma das crianças, apontando para a garrafa, e correndo assustada para junto da mãe.

Com efeito a garrafa estava fazendo o seu dever. Dois pequenos gênios, de formas esbeltas, movendo ligeiramente suas asas diáfanas, acabavam de sair do estreito gargalo da garrafa, conduzindo a cabeça, e depositando sobre a mesa talheres e pratos de ouro e prata, peças de assado e outros manjares. Feito isto, desapareceram, recolhendo-se a garrafa.

Mick e sua mulher, pasmados e maravilhados, não se atreviam a mover-se do lugar, de onde presenciaram tão estranha cena. Nunca tinham visto em sua vida (sic), nem esperaram ver um luxo como aquela, coisa tão rica, e de tão finos labores. Finalmente, passada a primeira surpresa, já mais senhores de si. Chegaram-se para a mesa, sentaram-se em volta dela juntamente com as três crianças, e puseram-se a comer como desesperados. Porém, apesar do seu excelente apetite, que ainda era mais excitado pelos delicados e saborosos manjares, que pela primeira vez se apresentavam diante deles, apesar disso apenas consumiram uma insignificante porção das iguarias que cobriam a mesa.

– Ah! meu caro Mick! exclamou Molly cheia de indizível satisfação. Aquele honrado velho não te enganou: estás rico, não há duvida!

No dia seguinte foi Mick vender a cidade os pratos e talheres de ouro e prata; pagou todas as suas dividas; comprou um carro e dois cavalos; e refez-se de bom provimento de roupas e comestíveis:

No miserável alvergado camponês operou-se por conseguinte uma transformação completa. Reinava ai a abundância, e até o conforto.

Os vizinhos estavam admirados de ver tanta fartura e comodidades em uma casa, onde pouco antes tudo era miséria e privações. Dava-lhes que cismar esta

mudança, porém por mais que cogitavam não podiam atinar com a causa de tão súbita fortuna.

Um deles, mais cobiçoso e mais esperto, de tais artes usou, que não só levou o simplório camponês a declarar o seu segredo, mas até a vender-lhe a garrafa maravilhosa a troco de uma boa casa e de um vasto campo. Mick caiu no logro seduzido pela idéia de ter uma bela residência, e mais extensa lavoura, e porque, sendo naturalmente modesto e parco, e vendo-se senhor de um avultado recurso, julgou que tinha de sobejo quanto era mister para assegurar a sua felicidade e a de sua família.

Não se lembrou porém o pobre Mick da má estrela, que sempre o perseguiu até ao momento de se encontrar com o anão. Assim confiando no futuro, foi-se instalar na nova habitação: mas desde logo começou a desandar-lhe a roda da fortuna. Não houve calamidade, que deixasse de lhe sobrevier, de modo que, de desgraça em desgraça, exaustos todos os recursos provenientes da garrafa encantada, eis o infeliz Mick outra vez a caminho de Cork para vender a sua última vaca.

Ao passar junto da colina, onde encontrara o anão, lembrou-se com afinidade e pesar desse acontecimento, o único feliz da sua amargurada vida. Dando pois um profundo suspiro, balbuciu com acento de verdadeira aflição.

– Ah! meu rico S. Patrício, quem me dera ver agora aqui aquele honrado homem, que me acudiu com um tão grande socorro!

Apenas acabava de proferir estas palavras, aparece de improviso o anão.

– Então, Mick Purcell, não te disse que ias ser rico?

– Ah! meu senhor! Não há dúvida que fui rico, respondeu Mick baixando os olhos; mas por minha desgraça também é verdade que já o não sou. Se quisesse fazer outro igual contrato comigo . . . dava lhe está vaca por outra garrafa como a primeira . . . Olhe, estou tão necessitado! . . .

– Pois bem, vá-la. Aí tens outra garrafa. Já sabes o que fazer. Adeus.

– Obrigado! Obrigado! brandou Mick no maior excesso de alegria; pensando já nas belas peças de ouro e prata, que em breve ia possuir.

– Adeus para sempre, lhe disse o anão. Agora não contes tornar-me a ver. E desapareceu instantaneamente.

– Adeus, meu bom e caro senhor! Hei de ser lhe grato em quanto viver. E para memória da sua generosidade e da minha ventura, darei a esta colina o nome de *colina da garrafa*.

E saltando de contente deitou a correr para casa (sic).

Continua

**I. de Vilhena Barbosa**

**CONTO POPULAR DA IRLANDA***(A Ilustração Luso-Brasileira. v. III, nº 20, p. 154/ Lisboa, 21 de maio de 1859)***I****A GARRAFA ENCANTADA**

## Conclusão

Quando Molly viu entrar seu marido com a garrafa encantada, ficou tão fora de si, tão louca de prazer, que não atinava no que dizia, e fazia. Passado, porém, aquela primeira impressão, Molly, readquirindo toda a sua energia e atividade, pega da vassoura (sic), varre a casa num momento, e põe a mesa. Os três pequeninos pulavam de contentes, em roda da mãe, porque a fome apertava os deveras; e até o cão, que de certo não tinha menos necessidade de comer, vendo as crianças brincar, saltava e ladrava com todos os sinais de satisfação.

Mick, com a alegria que bem se pode imaginar, foi por a garrafa no chão, e pronunciou com toda a solenidade as sabidas palavras: *Garrafa faze o teu dever.*

Mas como não ficaria desconcertada e aflita esta pobre gente, quando viram sair da garrafa dois gênios do mal, disformes e horrendos, que em lugar de trazer baixelas de ouro e prata, empunhavam grossos bastões cheios de nós, com os quais principiaram a bater desapiedosamente no triste Mick, em sua mulher, e em seus três filhos!

Depois de os deixarem bem coçados, recolheram-se à garrafa os dois malévolos gênios.

Molly estava prostrada, e quase sem fôlego. As crianças choravam e berravam o mais não poder. E Mick esfregava os doridos (sic) braços e pernas; estorcia-se, e suspirava. Porém erguendo-se repentinamente como que excitado por uma idéia luminosa, pega a garrafa, mete-a debaixo da vestia, e sai pela porta afora, sem dizer palavra, deixando sua mulher e filhos envoltos em lágrimas e gemidos.

Corre direto a casa do vizinho, que lhe tinha comprado a primeira garrafa;

entra, e acha-o sentado à mesa, acompanhado de numerosa sociedade, comendo bebendo e folgando.

– Por aqui, Mick, lhe disse o afortunado vizinho com certo modo desdenhoso, que novidade temos?

– Trago-lhe outra garrafa para ver se fazemos negócio.

– Se ela for tão boa, como a primeira, não tenho dúvida.

– É melhor, muito melhor: e se me dá licença quero dar-lhe uma prova disto mesmo diante dos seus hóspedes.

– Pois vamos a isso meu tafulão.

Mick pos a garrafa no chão, proferiu as palavras do estilo, e no mesmo instante saem os dois gênios malévolos armados de terrível bastão. Primeiramente acometem o dono da casa, depois a mulher, e dali os amigos; e a todos espancam e maltratam com tal violência, que de todos os lados soavam gemidos e gritos de dor. O dono da casa, estendido no chão, cheio de dores e pisaduras, bradando como desesperado, exclamava com o assento da raiva:

– Desgraçado de ti, Mick, que me hás de pagar está burla. Livra-nos deste demônio, ou quando não juro-te que farei enforcar (sic).

– Tal não farei, respondeu Mick, em quanto não me restituíres a minha antiga garrafa, que eu estou vendo sobre essa mesa.

– Dêem-lhe-à, em nome do céu, gritou o dono da casa para os que estavam mais próximos da mesa, dêem-lhe-a depressa, senão não sei o que será de nós.

Mick, vendo-se outra vez senhor de seu tesouro, fez recolher os gênios maus à sua prisão de vidro, e voltou para sua casa.

Desta vez soube guardar melhor o precioso talismam, que por um ato de loucura abandonara. Tratando logo de por a garrafa em atividade, em breve se fez rico, tão rico, que um nobre conde, de esclarecida linhagem, lhe veio pedir a mão de sua filha.

Por ocasião da morte de Mick, durante o banquete, que, segundo as antigas usanças da Irlanda, ainda conservadas principalmente no interior das províncias, sucede os funerais, suscitou-se uma desordem entre os criados da casa, e vindo dois deles às mãos, quebraram sem querer as duas garrafas encantadas.

Desde este dia cessaram de aumentar-se as riquezas da família de Mick. Porém a colina, junto da qual se encontrará Mick com o anão, conservou o nome, que ele lhe tinha dado; e ainda atualmente se chama a *colina da garrafa* (*Butte Hill* (sic)) .

**I. de Vilhena Barbosa**

## SAUDADES

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. I, nº 17, p. 135/ Lisboa, 26 de abril de 1856)

Nas horas mortas da noite  
Como eu amo o meditar  
Quando as estrelas cintilam  
E a brisa vem susurrar:  
Quando a lua majestosa  
Surgindo linda e formosa  
Como donzela vaidosa  
Nas águas vai-se mirar?

Nessas horas de silêncio,  
De tristeza e de amor,  
Eu gosto de ouvir ao longe  
Cheio de magoa e de dor,  
O sino do campaneiro  
Que fala tão solitário  
Com aquele som mortuário  
Que nos enche de pavor.

Então: proscrito e sozinho.  
Eu solto aos ecos da serra  
Suspiros dessa saudade  
Que no meu peito se encerra;  
Esses prantos de amargores  
São prantos cheios de dores,  
– Saudades – dos meus amores,  
– Saudades da minha terra!

Março – 1856

**Casimiro de Abreu**



**VERSOS A . . .**

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. I, nº 18, p. 144/ Lisboa, 03 de maio de 1856)

Não sabes que ao ver-te pálida,  
E pensativa a meu lado,  
O rosto na mão firmado,  
E os olhos fitos no chão;  
Calado, ancioso, anhelante.  
Buso ter no teu semblante,  
A expressão de dor constante,  
Que te exprime o coração

– Pois não basta o meu amor  
Para te dar a ventura?  
Responde quando a luz pura  
Do sol ilumina a flor,  
Não lhe acende mais a cor,  
E lhe dá mais formosura?  
Agora quando se inflama  
No teu peito aquela chama.  
A quem tudo se ilumina.  
Da mais encantada luz,  
Dize e quando minha vida  
Pálida, triste, abatida,  
A tua fronte se inclina:  
E melancólica sombra  
De mais contida amargura  
Nos teus olhos se traduz?

– Certeza de que és amada,  
Com quanto poder na terra  
Em peito de homem se encerra.  
Não a tens pomba adorada?  
Então de fundo desgosto,  
Por que vem nuvem pesada  
Carregar teu belo rosto?

– Pois se ao nívodo calor  
Do sol a rosa fulgura  
E dobra de aroma, e cor  
Não te há de dar a ventura  
A chama do meu amor?

Setembro de 1852

**Bulhão Pato**

## A MINHA MUSA

(A *Ilustração Luso-Brasileira*. v. II, nº 25, p. 200/ Lisboa, 19 de junho de 1858)

A minha musa é pálida e serena  
Tem a fronte abatida pela dor  
Nos lábios um sorriso de amargura  
E nos olhos um triste olhar de amor!  
É de estatura breve: as mãos formosas  
De longos, finos, transparentes dedos:  
Qual do cisne gentio longa a garganta  
E no pendido olhar inda a luz santa  
De mil esperanças da alma e mil segredos!  
É de estatura breve – e eu sonho os anjos  
Pequeninos também; e sempre li  
Que até os gnomos, sylfides e fadas  
Eram também, eram também assi!  
Os pés à vista escapam de pequenos.  
Nem são pés para o solo vir pisar!  
E quando a gente os vê procura-lhe azas  
Tanto aquela gentil e doce imagem  
Parece dever ser filha do ar!  
Vinha ao cair das tardes, noutro tempo.  
E escutou-me uma triste confiança:  
Ela havia descido à terra outrora  
E conhecia as penas da existência . . .  
Consolava-me então com doce esperança  
De um destino de glória e de esplendor  
E eu a ouvi-la e ela a consolar-me  
Nos prendemos assim ambos de amor!  
Às tardes ainda vem, mas não vem sempre:  
Nem como dantes me aparece só:  
Tudo se opõe ao nosso amor! Nem devem  
As filhas do ar amar filhos do pó!

27 de maio, 1858

**Júlio César Machado**

## ANJO RAINHA

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. III, nº 29, p. 230/ Lisboa, 23 de julho de 1859)

### À INFAUSTA MORTE DE SUA Magestade a Rainha a Senhora D. ESTEFÂNIA FREDERICA GUILHERMINA ANTONIA.

O sepulcro dos reis, eil o negreja  
Vestindo crepes novos!  
O cipreste curvado lhe goteja  
O pranto de dois povos!

Mendes Leal Junior – *Cânticos*.

#### I

O espaço atroam lúgubre tangendo  
Funéreos sinos; o canhão ribomba!  
E com preces de involta um povo inteiro  
Lágrimas verte (sic)!

O luso pavilhão, meio descido,  
De luto veste as quinas; e voltadas  
A terra as armas anunciam, tristes,  
Últimas honras!

Em ataúde um trono se converte;  
E em torno a ele as lágrimas de um povo,  
Arrancadas pela dor a mais pungente,  
Lúgubres caem!

Da fronte augusta o diadema arranca,  
Triste, um rei de esperanças, sem ventura!  
Depõe-no ao lado, pra chorar sobre ele  
Horrida sorte!

O espaço atroam, lúgubres tangendo,  
Funéreos sinos; o canhão ribomba!  
E com preces de envolta um povo inteiro  
Lágrimas verte (sic)!

#### II

Rufam roucos os tambores  
Do crepe também cobertos;  
E a passo tardos, incertos,  
Triste o préstito caminha. . . .  
Dos olhos da população,  
Que em largas alas se apinha,  
Nas ruas por onde passa  
O fúnebre saimento,  
Lágrimas correm sinceras  
De magoado sentimento!  
Nos peitos todos se aninha (sic)  
Igual dor, igual tormento;  
A dor deu lugar o espanto!  
Choram todos igual pranto,  
Inclinada a face à terra,  
Sobre um feretro que encerra  
Um cadáver de rainha!

### III

Há um ano, pouco mais,  
Que este povo que pranteia,  
Ora triste, e desolado,  
Que ora exala tantos ais;  
Nestas ruas apinhado,  
Amigo e alegre saudava  
Um anjo que então passava,  
De fausto e pombas cercado.  
Entre os vivos festivais!  
Então, qual neste momento,  
O canhão também troava,  
Sons de sinos estrugiam  
O espaço, que ressoava;  
Luzido acompanhamento  
Ante a princesa marchava,  
E alas de povo enchiam  
O trânsito, como agora.

Oh! mas que fatal contraste!  
Que diferença há daquela hora  
Do presente. Então o riso  
Do povo nos lábios era,  
Alegria bem sincera  
Reinava ali, não fingida;  
Contente tudo sorria!  
Festivos tangiam sinos,  
Festivos reboavam hinos  
Por toda a parte; e o canhão  
Se soltava o seu pregão.  
Era alegre saudação  
A um anjo, que se sentava  
No luso trono: e bradava  
Salve! entusiasmado o povo,  
Que virá de um astro novo  
Fulgir esplendido brilho!  
.....  
.....  
Esse astro durou pouco,  
Foi de rápido esplendor,  
Inda em meio de seu trilho  
Ofuscou-se-lhe o fulgor!  
.....

#### IV

Tal fausto de que servira,  
E de um povo a adoração?  
Se esse povo hoje suspira,  
Entre prantos de aflição!  
Se escrita pela Mão Divina  
Lá no céu lhe estava a sina  
Do tão jovem acabar!  
Que são pois pompas da terra,  
Se o túmulo tudo encerra,  
Se nele tudo vai dar!

Se da morte o furibundo  
Tufão, qual no prado a flor,  
Quando passa pelo mundo  
Alardeando seu furor;  
Maus e justos não distingue,  
Tudo arrasa, tudo extingue,  
Se não escolhe condições. . . .  
Se ao túmulo tudo arroja,  
Da vida tudo despoja,  
A esmo sem distinção!

Pelos jardins da ventura,  
Ontem, rápido passou;  
E, em tormento, e amargura  
De um rei a dita mudou.  
Do vergal a flor viçosa,  
Na passagem sua irosa,  
Ao chão lançou sem dó!  
Essa flor que fenecera  
Viço, amor inda ontem era,  
Hoje . . . não é mais que pó!

Pó, sim; mas pó precioso!  
Onde levado pela dor,  
Triste um povo, e pesaroso  
Lágrimas mil vai depor!  
Onde aflito chora um esposo,  
Triste saudade de amor!

## V

Há na estrada da existência  
Dois marcos; um é o berço  
Onde o encanto e o gozo imerso  
Velam juntos à inocência!

O outro a negra sepultura

Que berço é da eternidade;  
Onde a magoa e a saudade  
A par velam da amargura!

Entre eles avulta a vida,  
Qual oceano entre rochedos;  
Fora deles, os segredos  
Da região desconhecida!

Entre eles a humanidade,  
Navegando nesse oceano;  
Fora deste círculo humano,  
A tremenda eternidade!

Risos, flores, no primeiro,  
Esperançoso e benino,  
O enigmático destino  
Ledo espalha prazenteiro!

Acompanham o segundo  
Cinza, prantos, dor pungida!  
Ao pé dele termina a vida,  
Junto a ele acaba o mundo!

Neste triste e escuro encerro,  
Que vai de um a outro marco,  
De venturas, gozos parco,  
Era um anjo no desterro!

Não é dos anjos a terra  
A mansão; mas sim o céu:  
Povo! O anjo não morreu;  
No céu o senhor o encerra!

Dos outros anjos ciúme,  
O mundo não lhe cabia;



Dava-lhe ele pesadume,  
Terrena vida o pungia!

Foi-lhe o mundo curto espaço;  
Os carnavais grillhões despiu!  
E de Deus para o regaço,  
Do mundo, lesto, fugiu!

Deste abismo de agonia,  
Da terra quebrando o nó,  
Foi-se o anjo! à campa fria  
Legando apenas o pó!

## VI

O espaço atroam, lúgubres tangendo,  
Funéreos sinos; o canhão ribomba,  
E com preces de envolta um povo inteiro  
Lágrimas verte (sic)!

O luso pavilhão, meio descido,  
De luto veste as quinas; e voltadas  
A terra as armas anunciam, tristes,  
Últimas honras!

Da fronte augusta o diadema arranca,  
Real, um rei de esperança, sem ventura!  
Depõem-no ao lado para chorar sobre ele  
Horrida sorte!

Nos peitos todos se aninha  
Iguar dor, igual tormento;  
A dor deu lugar o espanto!  
Choram todos igual pranto,  
Inclinada a face a terra,  
Sobre o ferreiro que encerra  
Um cadáver de rainha!

## VII

Povo chorai! Chorai que é justo e nobre  
Prantos dar nos que sorve a sepultura!  
À nossa dor daí Largos; o tributo  
À virtude pagos, e a desventura.

Rei! esposo, a dor nossa é grande, imensa!  
Ao vate perdoai se mais o espinho  
Da saudade cravou no seio vosso,  
De magoa neste cântico mesquinho.

Tributo parco é ele, é preito escasso;  
Para quem tanto e tanto merecia!  
Mas o estro desfaleceu ao pobre vate,  
Quanto prantos o afogam de agonia!

Julho, 20 – 1859

**Henrique Van-Deiters**

**REVISTA LITERÁRIA. BRASIL**

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. I, nº 1, p. 5/ Lisboa, 5 de janeiro de 1856)

**I**

**PORTUGAL E BRASIL – OPÚSCULO HUMANITÁRIO POR B. A. RIO DE JANEIRO 1851**

Os laços que diferença de nacionalidades para sempre desatou, parece que ainda os está apertando hoje a identidade dos idiomas. O Brasil tem mais futuro que passado; Portugal, por ora, e ainda mal, vive mais das tradições do que foi, do que das esperanças, do que há de ser. Todavia, qualquer dos dois países co-irmãos, cada vez que for peregrinar pelas próprias recordações, ou se aventurar para além dos horizontes que a atualidade lhes não consente por ora transpor senão com o espírito, qualquer dos dois, dizemos, ou antes ambos, terão inevitavelmente de se encontrar nesses campos neutro.

Mais perto ou mais longe da sucessiva realização de nobres aspirações, mais ou menos possuidores dos elementos que as deverão ir preparando, todos os povos andam animados pelo mesmo impulso providencial.

O belo da arte, como na ciência, como na política, que talvez seja um composto de tudo isso, é um só; os caminhos é que são diversos, segundo as circunstâncias e as índoles de cada país. A perfecibilidade, da forma política principalmente, é, por assim dizer, o Protheu de todos os tempos, que tanto mais seduz, quanto mais se esquivava e refoge.

Todas as bandeiras levando rumos vários demandam, entre bonança e tempestades, paragens que os hidrógrafos de outrora não conheceram por certo, mas cuja latitude e longitude se nos veio denunciando de revelação em revelação.

É por isso que se escreve para todo o mundo, quando se logra a probabilidade de se haver feito avançar, ainda que um milímetro apenas as barreiras do conhecido. Assim como se não pode prescindir de um certo enciclopedismo, ao menos quanto baste para se apreciarem com gratidão os minutos descobrimentos, que de dia para dia se vão efetuando quer na ordem moral, quer na ordem física,

assim também as linguagens tendem a fazer-se cosmopolitas. As que o não podem ser, ou por lhes ter passado a sazão própria, ou por não disporem de condições tais que o consigam, contentam-se, e que remédio? Com a espera doméstica de que não podem sair. À idéia, entretanto, é que não pede passaporte, porque não é de nenhuma terra, porque de todas e de toda é.

A língua portuguesa não é das que mais tem porque se doa da circunscrição. A brasileira, que não é outra, pode atravessar para o velho mundo, que tem seguro a hospitalidade de amigos.

Eis porque nós interessa, tanto a sua literatura nascente. O livro que o Brasil nos mandar, ainda mesmo que de cosmopolita não possa obter os foros, é aqui bem vindo, e tanto, como se entre nós fosse escrito. Se o assunto de que tratar tiver com nossas coisas, prosperidades ou magoas, alguma relação, mais bem vindo será. Se de pena feminina houver saído a obra, além de todas as razões que já tínhamos para o festejar, acresce esta da novidade; pois que para as letras portuguesa ainda é, e será talvez por muito tempo, um acontecimento virem tomar a mão na prática da imprensa, aquelas que para naturais conselheiras nossas dotou a Providência.

Começamos portanto esta revista pela rápida análise de um livrinho, que, sob o título modesto de *Opúsculo Humanitário*, publicou em 1854 no Rio de Janeiro a Sr<sup>a</sup> D. Nísia Floresta Brasileira Augusta.

Duas letras só pretendiam esconder naquela publicação o nome da sua autora. Par nós não era anônimo o escrito não deverá sê-lo o para ninguém, e diremos o porque.

– A tese do livro, é que a educação da mulher tem muita influência sobre a moralidade dos povos, e que o característico mais saliente da sua civilização, é ela. A hipótese, a ilustração do Brasil pela educação da mulher.

Bem humanitárias seriam as academias que propusessem tese semelhante. Enquanto a convecção desta verdade da moderna sociologia não houver calado bem

fundo, não só em todas as inteligências, mas em todos os corações, muito longe andará tudo o que de mais progressivo se imaginar para um país. “Poucos homens, diz um dos mais acrisolados defensores da educação popular<sup>64</sup> são capazes de compreender a humanidade e ainda menos de lhe consagrarem todo o seu amor. A maior parte deles não se pode unir a ela senão pelo intermédio da família. Suprimi este vínculo; para logo caiem no mais profundo e triste dos egoísmos, o do homem só”.

A autora não quebra lanças pela emancipação da mulher, mas conhece com lástima, que não é a mulher ainda o que devia ser; a primeira educadora de seus filhos, a mais útil amiga do homem. Não se dotem em vagas acusações contra os governos, no que da mais um documento de bom senso. Olhou com a perspicácia do médico e a piedade da enfermeira para gravidade do mal. Fez-lhe o diagnóstico; desvelou-se no tratamento. Pertencendo, como sem dúvida pertence à classe dos escritores moralistas, e não ignorando a origem da enfermidade, escreveu uma lição severa como pedia o assunto. Severíssimo até, como lhe exigia a própria consciência à vista do objetivo santo que propôs, para pais e mães de família. É a estes que cumpre convencer, e, vencidos ou convencidos, levá-los a prepararem para o dia de amanhã, o que o dia de ontem lhes não legou.

Algumas páginas são semelhantes; é a linguagem da mulher na sua frase mais varonil. Que muito? se a causa que advoga tem tantos palradores por si, e tão poucas adesões verdadeiras a seu favor!

Sem o falso orgulho nacional, que tanto entibia os escritores da alma, nos mostra constantemente o reverso de uma medalha brilhante.

Procura pelas narrações mais ou menos carregadas dos viajantes estrangeiros, não aqueles capítulos em que se relatam com entusiasmo, as magnificências que o Criador se deliciou em espargir pelo solo americano; não abre

---

<sup>64</sup> Mr. Prosper Dupont.

os seus livros para se rever naquelas descrições em que a reminiscência européia se engolfa mais suavemente pelas viçosas amplidões de uma natureza vivaz a majestosa; não: – lhes pede as recordações de uma terra essencialmente hospitaleira, não procura com a solícita avidez de quem não perdeu as esperanças de remédio, justamente aqueles pontos onde vai bater a censura mal ou bem condimentada para ouvidos nacionais. A resignação quais que a abandona, quando exclama: “Os erros da pátria são como os de nossos filhos; queremos nós mesmos censurá-los e puni-los, mas não podemos sofrer vê-los estigmatizados por estranhos a quem nada devem”.

Muitas vezes disséreis estar a autora escrevendo de Portugal. É que a educação popular, na mais verdadeira acepção da palavra, ainda em raros países foi compreendida. Este verbo ainda não encarnou entre o espírito público. A fatal confusão de instrução com a educação tem baralhado as mais regimentares noções da doutrina civilizadora desta época. É mister que companheira do homem se associe com ele na grande obra do futuro. Para isso, é indispensável desarraigar inveterados preconceitos. “Sigamos o exemplo, diz a autora do pobre e corajoso explorador de nossas virgens florestas, exposto aqui e ali a mordedura de venenos répteis, para rodear um campo que outros terão de semear, e onde hão de colher saborosos frutos”.

A intenção é elevada; a causa simpática; o empenho filosófico. Não é preciso ter estudado como Vivey todos os segredos da misteriosa condição feminina para sentir que se o escritor humanitário concebe todo o valor da mulher como instrumento único de moralização, é mais do que ninguém a mulher quem sobreleva, quando se constitui em evangelizadora de tão religiosa missão.

Terá todavia algumas sombras o livro, que embarquem forma de rivaliza com a importância da matéria.

**Luiz Felipe Leite**

**REVISTA LITERÁRIA. BRASIL**

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. I, nº 2, p. 10-11/ Lisboa, 12 de janeiro de 1856)

**I****PORTUGAL E BRASIL – OPÚSCULO HUMANITÁRIO POR B. A. RIO DE JANEIRO 1851**

Sejamos francos e perdoe-se nos a franqueza, a conta da verdade que professamos. A crítica tem obrigação de ser verdadeira, antes de tudo. Só quem não escreve, é que não este sujeito à sua influência. Deverá ela recuar por afetada cortesia ante o produto de um talento feminino? Não. O escritor não tem sexo. Notaríamos portanto, e releve-se-nos, que muito fora para apreciar, se em livro que tanto fala à razão, senão esquecessem às vezes, e onde mais caberia, os atrativos que enlevam o coração e o espírito. Falo do sentimento, ou melhor, talvez, das galas do estilo, que tão universalmente popular fizeram a Aimé Martin. A autora do precioso *Opúsculo*, leu muito, antes de o escrever; meditou ainda mais; a experiência de notável educadora, corroborou-lhe a necessidade de fazer esta boa ação, porque o é deveras, quando se escreve com tanto amor, e em tão amorável assunto; mas ganharia o seu livro muito mais no conceito dos que não prescindem dos encantos da arte a par da solidez dos fundamentos, se, em objeto que as tantas luzes se pode encarar, não deixasse às vezes senão só os argumentos, sem o sedutor corretivo do estilo, que tanto adoça ainda as mais cruas verdades, quando lhe presidem o gosto e a imaginação. Por último, e vênia pediremos, por haver chegado até aqui; a muita erudição, a impaciência de um espírito que está vendo claro em diversas questões ao mesmo tempo, certo escrúpulo que tem alguns escritos de omitirem, sacrificando-as à unidade do escrito, as inspirações que lhes ocorrem, conduz algumas vezes à divagação, que distrai o autor e o leitor do objeto principal. Este perde em intenção; os assuntos que acessoriamente vão tratados, não lucram por certo, quando a pena que os contornou apenas, os tem de abandonar, obriga pelas imperiosas exigências da

arte de escrever, desacompanhados, e por assim dizer incompletamente apresentados.

Agora que nos permitimos falar do livro sem estudados rebuços, é dever nosso, abri-lo aos leitores, e fazer conscienciosa resenha das matérias que contém. Concordarão depois conosco em que, se foi verdadeiro serviço escrevê-lo, muito maior seria ampliá-lo, e dar-lhe ousadamente um título que declarasse objeto de que se ocupa.

A respeito de uma obra de educação, e de educação para famílias, escrita nesta língua em que falamos, não era lícito havermo-nos limitado a uma notícia singela.

Coleções de poesias, abrem-se ao acaso; o desenvolvimento de uma proposição humanitária, acompanha-se tão escrupulosamente, como se foram as operações de um cálculo. Os raciocínios que se ordenaram intencionalmente, dependem, para serem apreciados, da disposição com que a inteligência os colocou.

Nas primeiras páginas da brochura brasileira de que falamos, vê-se a autora devassar as trevas dos antigos tempos, guiada pela sua lâmpada filosófica, que no meio de tanta escuridade aparece até bruxulear-lhe nas mãos. O triste abandono em que naquelas idades se deixava vegetar a mais formosa metade do gênero humano, parece aterrá-la.

Os esplendores do cristianismo, que vieram dissipar aquele desconsolador ultraje com que se fazia problemática a dignidade da mulher, a conduzem depois desassombradamente à contemplação dos países da Europa moderna onde melhor se entendeu a destinação do sexo em que a Deus aprouve depositar todos os tesouros do seu amor. O belo espetáculo da educação feminina pela Alemanha, o sagrado respeito que naquele país e na Inglaterra se consagra ao sexo que tanto tem de frágil como de forte, derramam suave lenitivo ao espírito que teve de relancear os olhos pelas instituições, que profanavam o que nas novas crenças mais feito é para a



veneração. A homenagem que a autora presta ao sistema quase invariavelmente seguindo no Norte, o tributo de admiração com que recorda os mais distintos talentos, que nesse país fizeram realçar as graças do seu sexo, não a detém que não corra logo a visitar com saudade o território francês, onde ela mesma viajou, e de que conserva agradáveis impressões. Traz-nos à lembrança as ilustrações femininas de que mais se honra aquela nação, e no fim desta tríplice viagem, no decurso de algumas laudas, ficamos tentados a ter por ponto de fé, o que mui recentemente escreveu um humorista estrangeiro: “A francesa, diz ele, singulariza-se pela língua, a inglesa pela cabeça, e a alemã pelo coração. A francesa tem espírito, a inglesa inteligência, a alemã sentimento.

Dali passa aos costumes da união americana, a que chama com bastante propriedade a Europa da América. Vê muito que aprender a importância social que as suas leis dão à mulher, e o lugar de honra que ela ocupa no sistema da educação pública dos Estados Unidos. Porém um grande vulto de mulher, ou talvez a personificação do gênio feminino elevado ao alto sacerdócio da civilização, se lhe apresenta. Não lhe consente o seu coração de educadora, de mãe e de mulher, abandonar um país em que tanto há que estudar, e com tanto proveito, sem render à grande escritora, em nome da pátria, em nome do mundo e da humanidade, sincero e ardente preito. É mistress Stowe, a eloqüente missionária dos nossos dias, que adivinho no ensino da infância o magistério social para que era chamada. Da evangélica Maria Edgeworth à baronesa de Stael, que revelou à Europa admirada os mais íntimos segredos da moralidade alemã, vai grande série de triunfo para compensarem o vergonhoso esquecimento que por muitos séculos trouxe escondido o espírito da mulher. Henriqueta Stowe é o complemento necessário da era nova. Filha do venerando professor de teologia de Ohio<sup>65</sup>, esposa de um honrado educador, e educadora ela mesma no Kentuek, a figura angélica da redentora da infeliz raça negra,

---

<sup>65</sup> O doutor Lyman Boecher

a educadora por excelência, rivaliza em unção com o que o gosto, a literatura e o espírito entesouram de mais precioso nas galerias feminis das escritoras da Europa.

O tributo que neste livro também americano, se lhe paga é ao mesmo tempo o mais solene testemunho da viva fé com que a sua autora pós os olhos da alma na única e já hoje possível interpretação da letra do evangelho, quando propõe a mulher como vice-providência terrestre.

Depois de tão audaciosa vôo retrospectivo e prospectivo, concentra-se a escritora na vasta questão dos interesses do seu caro Brasil, cuja liberdade e civilização tanto se lhe identificam com os próprios sentimentos. – “Povos do Brasil, pergunta, onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo?”

Temos já transposto metade do século XIX, século marcado pelo Eterno para nele revelar ao homem estupendos segredos da ciências, tendentes a plainar as grandes dificuldades, que se opõem à universidade do aperfeiçoamento das idéias, em ordem a fraternizar todos os povos da terra.

Temos testemunhado o empenho dos homens pensadores das nações cultas em harmonizar a educação da mulher com o grandioso provir, que se prepara à humanidade!

Nada, porém, ou quase nada temos visto fazer-se para remover os obstáculos, que retardam os progressos da educação das nossas mulheres, afim de que elas possam vencer as trevas, que lhes obscurecem a inteligência, e conhecer as doçuras infinitas da vida intelectual, a que tem direito as mulheres de uma nação livre e civilizada.

Deus depôs no coração da brasileira o gérmen de todas as virtudes; vejamos o impulso que o governo e os homens da nossa nação têm dado a este gérmen precioso; como têm eles cultivado e feito desabrochar as flores, madurar os frutos, que se devem esperar de uma planta de abundante seiva, sob os cuidados de hábil e sábio horticultor.

Onde está a doação mais importante dessa civilização, desse liberalismo? perguntamos nós também os portugueses, depois de cerca de trinta anos de instituições liberais, em pleno século XIX, à luz da civilização universal, que nos contempla os erros e as dissipações de tempo, de força, de recursos, de palavras, de inteligência, de atividade, de papel, de tudo enfim que podia (porque o podia) haver preparado desde então uma geração nova; que não houvesse de lastimar, como hoje o fazemos, ao cerrar de 1835, o fraquíssimo e desajudado impulso, que tem tido entre nós a educação popular, e o nenhum auxílio que se tem dado à educação da mulher!

Não são declamações. A pena desprevenida aproveita as vezes o discurso que era meramente literário, para tribuna de recriminações parciais. Aqui não foi à pena quem desfigurou o assunto, foi o assunto quem a arrastou a seu pesar, para este teatro anatômico dos erros nacionais.

Apraz ver, como superior a todas as pequenas considerações que acabam sempre por tornar o escritor pusilânime, se já o não era, a autora, ousa tomar na imprensa, que também é cadeira de verdade, o lugar que tão patrioticamente desempenha, dizendo-lhe a toda inteira. Não consiste, a nosso ver, o amor da pátria só em lapidar-lhe diamantes que lhe enriqueçam a coroa literária. Ousar dizer o que não agrada, mas francamente, e sem facciosas malevolências é igualmente, sejamos francos também, é mais nobre.

Encetamos agora um capítulo bem amargoso, mas devemos ter valor para o tragar todo. Ouçamos: “É uma triste verdade ter o Brasil herdado de sua metrópole o desprezo em que ela teve sempre a educação da mulher”.

“Os portugueses, levando suas armas e seus missionários a outras regiões do mundo, explorando a glória pela união destas duas forças heterogêneas, que eles sabiam tão bem empregar para subjugar os povos, embriagavam se demasiadamente em seus grandes triunfos para poder ocupar-se da educação da mulher; que, segundo a opinião da maioria do seu país, mais afeita aos costumes mouriscos, que aos dos

povos do norte, não há mister de outros conhecimentos além daqueles que a habilitam a ser a primeira e a mais útil serva de sua casa”.

O trecho seguinte resume os motivos do negativo desenvolvimento da ilustração pública, cujas conseqüências também lá se foram refletir então, como era natural.

“Os cantos de seus altos feitos, (dos portugueses) retumbando pelas montanhas açamadas (sic) de flores, sob o poético céu de Portugal, iam (.....) no seio de outras terras e de outros povos, eternizando o nome português, sem que após esses feitos o farol da filosofia iluminasse o espírito dessa nação, e a guiasse à única e verdadeira glória.

“Baldo de tão sábio e poderoso guia, que pode só conduzir os povos à felicidade, esse formidável colosso de armas cafu como cai o pano de um teatro depois da representação de um grande drama, cujas cenas extraordinárias haviam prendido a atenção e extasiado a alma dos espectadores. Os prejuízos de Portugal estenderam-se sobre as vastas plagas do Brasil, debaixo de um aspecto mais desfavorável”.

A história, se é a mestra da vida, ainda mais vezes é um remendimento (sic) inevitável que pesa sobre a consciência das nações.

A comemoração que a autora faz de alguns peregrinos engenhos, que demonstraram nas letras pátrias que se às portuguesas foram, como tem sido até hoje, vedado todos os meios de instrução, para além de insignificantíssimo número de escolas elementares, ainda mais insignificantes, contamos em nossos fastos literários nomes ilustres de mulheres, admiradas até onde mais se cultivavam os bons estudos naqueles tempos; esta comemoração, dizíamos, agrava ainda mais a dor que sentimos, conhecendo que neste pleito, em que Portugal é ao mesmo tempo autor é réu, são os mais sagrados interesses da civilização quem por fim têm pago as custas do processo em ambos os países.

Contudo, o véu com que no livro se pretende disfarçar um ressentimento, que em semelhante negócio se não pode ali esconder de todo contra o nosso inalterável sistema colonial, descai rasgado quando ali se descrevem presencialmente mínguas que, em boa verdade, ainda não fazem pender a balança, equiparadas com as nossas.

O sistema inquisitorial que presidia ao ensino da mocidade brasileira, ministrado por severos jesuítas, ou por mestres charlatães, cujo mérito consistia em saberem soletrar alguns clássicos portugueses, e assassinar pacificamente Salustio, Tito Lívio, Virgílio e Horácio; o aspecto de “casas penitenciárias” de que participavam as escolas primárias; a ignorância absoluta em que jaziam sistematicamente e jazem ainda as filhas dos mais opulentos, são quadros que contrastam, mas em que sobre um grande fundo de verdade ressaltam artisticamente as sombrias figuras que neles delineou.

Eis a história da instrução pública até a independência na forma terra de Santa-Cruz.

Esperançosa alvorada coloria os horizontes daquela importante região do nosso mundo, quando se desfraldou ali pela primeira vez um pavilhão nacional.

Pareceu nublar-se depois algumas vezes o firmamento onde giravam os planetas a cuja influência estavam confiados os destinos do recente império; contudo o espaço não lhes minguava para descreverem suas órbitas; o terreno estava sequioso, sem dúvida, de todos os benefícios meteorológicos. A cultura das letras é o negócio mais que pobre da educação do povo, requeriam e esperavam confiados na nova ordem de coisas, completa reformação.

Entretanto a autora transpõe os vinte e um anos que vão de 1831 a 1852, confronta os dados estatísticos do ensino público, enoja-se da proteção concedida pela inexperiência à especulação mercantil do falso magistério, dói-se das mesmas lástimas que faziam corar de indignação durante o regime colonial, aprecia

consternada a proporção em que ainda encontra a freqüência da população feminina das escolas do império, horroriza-se da confusão dos métodos, das doutrinas seguidas pelas professoras, quase sempre discordes em seus sistemas,” atedia-se de ver a falta de habilitações investida com a mais responsável das magistraturas como é a do magistério, que tem por lei o próprio arbítrio e a consciência, e conclui, confessando com o último relatório ministerial, em que se dá conta à assembléia geral da comissão de que fora encarregado às províncias do norte o distinto poeta brasileiro Gonçalves Dias, que “a desarmonia em que se acham as disposições legislativas de cada província, relativas a tão importantíssimo objeto; a deficiência do método no ensino das matérias; a multiplicidade e má escolha dos livros para uso das escolas; o programa de estudos nos estabelecimentos literários, a insuficiente inspeção em alguns lugares, e a quase nenhuma em outros; e finalmente a pouca freqüência e assiduidade dos alunos, são outras tantas causas desse estado tão pouco próspero. .”

Termina pois anhelando por “uma reforma radical na instrução pública, dando-lhe um centro de unidade e de ação, que a torne uniforme por toda a parte, e vá gradualmente extirpando os vícios e defeitos que têm até aqui obstado ao seu progresso e desenvolvimento.”

A autora insiste na idéia de que se confundir instrução com educação, é que resulta quererem alguns dos seus compatriotas atenuar o mau efeito produzido por tão feio sudário, com o que se acabou de ver.

Em conclusão, os nossos relatórios oficiais parecem escritos debaixo da mesma inspiração. As nossas aspirações neste ramo são as mesmas também; de onde resulta não nos arrependermos de haver dito que forçosamente se encontram os dois países em suas magoas e esperanças. Mas, pela mesma razão, qualquer dos dois que neste ponto de educação popular e emancipação intelectual da mulher pretender irrogar censura a alheias faltas lhe sobrarão nas próprias com que se entristecer.

Voltemos mais uma vez ao livro que tantas considerações nos veio sugerir. Ditas e desditas que só lhe pareciam suas, eram nossas também.

O remanescente da obra abunda em luminosas idéias pedagógicas. Como dissemos, o objeto capital era levar aos bons princípios, os naturais depositários da autoridade paterna. A eles se dirige; ao seu bom senso recorre, como a uma ancora de salvação, segundo diz, marcando-lhe com certeza os mais terríveis escolhos onde naufraga a direção da mocidade.

Prefere a educação material à que se recebe nos colégios, o que, posto nem sempre ser exequível, daria à educação das futuras mães de família as mais sólidas garantias de perfeição. Lembra que o ensino de alguns dos ramos das ciências naturais, seria muito útil e agradável estudo para as mulheres que nascem, vivem e sentem no meio da rica natureza tropical. É uma bela observação, e em parte alguma do globo deixaria de ser fecunda em bons resultados essa parte complementar da instrução da mulher, que a autora propõe, mormente se houvermos em vista que a educação da família dela depende, e que não há nada tão moral e religioso como a adoração do Criador na contemplação das maravilhas de que formou as suas criaturas.

Os exemplos que aduz para persuadir aos abastados a nobilitação do trabalho, vai buscá-lo nesses indispensáveis cataclismos sociais porque tem passado a Europa.

Mais longe, examina para ensinamento dos que pretendendo obedecer as inevitáveis influências do clima não procuram resistir aos hábitos de ociosidade e que não são mais perniciosos nas classes pobres que no regaço do luxo, todas as suas fatais conseqüências.

Tão religioso como o Fénelon este livro sustenta em muitos lugares aquela unção maravilhosa que fez e ainda faz da *Éducation des Filles* do venerável arcebispo de Cambrai, um ótimo companheiro de mães, e código imutável de bons costumes. É

porque o princípio religioso é a base de todo e qualquer sistema de educação. Por isso não se cansa a ilustre educadora de o recomendar para todas as classes.

A análise que faz do modo de existir das famílias pobres e operárias, o muito que desejaria ficar devendo, em nome de todas elas, ao clero, ao clero católico, que parece desconhecer quase em toda a parte a benéfica influência que podia reassumir; os preceitos que dá às suas conterrâneas sobre educação física, tudo revela não só a ciência e consciência do que escreve, mas uma qualidade de todo o ponto apreciável, a vocação.

Entre os erros da educação física que aponta, não é certamente o menos funesto o do emprego das escravas, não só na lactação das crianças, mas ainda o que na morigeração influi mais fatalmente, que é o exemplo de atrocidades domésticas para as quais toda a execração possível não basta, dado em espetáculo à infância, à puerícia e à adolescência de ambos os sexos.

Descreve-nos a infeliz raça dos *caboclos*, primeiros habitantes naturais do Brasil, e do que relata de certas virtudes congênicas aqueles aborígenes, exalta as vantagens que proviriam do seu aperfeiçoamento, excedendo tanto o préstimo que teriam sob o ponto de vista da educação mulheres livres e de boa índole, sobre a prejudicial conservação dos miseráveis negros no seio das famílias, com todas as conseqüências da aberração moral em que os faz permanecer às bordas do desespero a mais contraditória das tolerâncias que pode ter um país civilizado.

Termina pedindo para a pátria a cooperação de governantes e governados. Um ou outro esforço desacompanhado diz quem tanto se desvela pela terra abençoada que lhe serviu de berço, um ou outro esforço não basta; não estando esta educação radicada no espírito do país, os filhos que tiverem a ventura de a receber exemplar, “permaneceram como estrangeiros no meio de sua própria sociedade”.

As suas últimas palavras aos brasileiros são elouqüentes.

“A Providência colocando-vos tão vantajosamente, pareceu chamar-vos a



presidir um dia aos destinos de toda a América do sul, assim como os filhos da União, aos de toda a América do Norte.”

“Eia! Se com mais rico solo do que os dos Estados Unidos, vos faltou a mola principal; a educadora, para a par deles marchardes, preparai-vos ao menos para satisfazer dignamente a parte essencial da grande missão que vos fora destinada.

“Educai para isso a mulher!”

**Luiz Felipe Leite**

## PARALELO ENTRE ALGUNS AUTORES INGLESES

(*A Ilustração Luso-Brasileira*. v. II, nº 6, pp. 42-43/ Lisboa, 6 de fevereiro de 1858)

Há tão poucos originais, escrevia há anos um crítico inglês, que se queimassem os livros que o não são, assemelhar-se-ia o mundo letrado a uma cidade incendiada onde as chamas respeitariam apenas alguns edifícios incombustíveis. Mas porque são raras as produções originais? Não é porque os grandes homens da antiguidade nada deixassem por fazer. Nem se deve atribuir esta falta à impotência do espírito humano; há coisas que não foram ainda inventadas, o que o podem ser. Mas os grandes modelos absorvem-nos toda a atenção; previnem-nos a seu favor, e não nos permitem vermos a extensão do nosso talento; finalmente, o esplendor da sua fama deslumbra-nos, intimida-nos, e faz-nos sacrificar todas as forças à própria desconfiança. Não permita Deus que o que dizemos vá deprimir os autores clássicos! Conhecemos-lhes o merecimento: dizemos até que quem não admira os antigos, dá a entender que os não compreende. Nem desprezá-los nem copiá-los servilmente. A leitura das suas obras contribui, é certo, a inflamar-nos a imaginação; porém quando escrevermos, devemos bani-los do espírito. *Sacer nobis inest Deus*, diz *Sêneca*, e este deus é a consciência, quanto ao mundo moral, e o talento, com relação ao intelectual. É o talento que deve guiar-nos em nossas produções; não precisamos do socorro das regras. Não nos são necessárias as leis civis; a consciência fala, basta obedecer-lhe. Isto faz-nos bons homens; aquilo faz-nos grandes homens como escritores.

*Shakespear* não tem imitações servis. E nós vemos, lemos, e admiramos *Shakespear*; eis no que ele se parece com os antigos. Não é seu filho, mas seu irmão; seu igual, apesar de todos os defeitos que tem. Não é arrojado este juízo. O que se estima nos antigos? O vigor dos pensamentos, a harmonia do estilo. *Shakespear*, por

esta parte, não os iguala? De certo. Vale tanto como eles. Não é pois a inabilidade, mas alguma outra causa, que se devem atribuir os seus defeitos. Comparando estes grandes homens, não temos por objetivo neste paralelo senão a respectiva extensão do seu talento. Cremos mesmo que é honrar os ilustres escritores da antiguidade supor que *Shakespear* é seu igual nas obras dramáticas. Posto que os defeitos deste sejam grandes, excede talvez aqueles pelas belezas: pelo menos, o teatro inglês era tão bom como o dos gregos.

*Johnson*, no drama sério, tem tanto de imitador como *Shakespear* de original. Sansão era forçoso; mas a força foi-lhe fatal. *Johnson* era sábio; teve quase igual sorte; Cego quanto à natureza da tragédia, acumulou toda a antiguidade para sepultar-se com ela; por isso, não lemos *Johnson*; e não são também os antigos, dignos de admiração, que ele faz figurar em suas composições. O seu *Catilina* sobreja para provar. Era preciso que *Salustio* não tivesse escrito para que este drama fosse sofrível.

Quem sabe se *Shakespear* teria menos imaginação, se tivesse lido mais? Quem sabe se sucumbiria ao peso da ciência de *Johnson*? O seu grande talento tomaria o vôo; mas não se elevaria tanto. Admira-lo-íamos; porém não com o mesmo assombro, nem com o mesmo prazer. Talvez fosse tão sábio como era preciso a um poeta dramático. Estava bem indenizado de toda a ciência que aliás lhe faltava. Conhecia a fundo a natureza e os homens, desconhecidos a bastante sábios; soube aproveitar-se de tais conhecimentos que tão superiormente possuía, e dos quais tanta vantagem tirou nas suas imortais obras. Eis as fontes onde se deve beber quando se quer ser original. Correm às vezes nas mais puras águas outras cuja mistura torna lodosas as primeiras, ainda que aquelas sejam límpidas, quando separadas. Assim é que na química líquidos que separadamente são tão claros como o cristal, misturados, turbam-se, e deixam de ser agradáveis à vista

*Dryden* não possuía o gênio de *Shakespear*; mas era tão sábio como

Johnson, e tinha tão pouco gosto como ele para o trágico. Não conhecia o patético dos gregos: teve por isso de recorrer à cadência, às expressões escolhidos, e a todos os outros pequenos artifícios dramáticos, para substituir este defeito. O pensar é para os poetas épicos: para o poeta trágico, o fim é sentir. O autor trágico é tão diferente do poeta, que querendo-se enriquecer muito este, empobrece-se aquele. As tragédias rimadas de *Dryden* são a maior demonstração que pode dar-se do seu pouco engenho pra o trágico. A rima faz perder muito a poesia épica da sua beleza e energia; enfraquece totalmente, aniquila a poesia trágica. *Dryden* tinha muito talento: conhecia geralmente tudo. Não é isso o que caracteriza o gênio. O gênio supõe os raios do espírito concentrados e fixos em um ponto particular: e se dispersam, operam fracamente; não ferem com bastante força pra inflamar. Quando o escritor quer comover-nos, é –nos fácil percebê-lo pelas impressões que faz em nosso coração. Se quer agradar-nos ao espírito, chamar-lhe a atenção, o coração fica então sossegado. A tragédia não requer quem pense: precisa quem sinta.

É também necessário que os aplausos sejam arrancados. Uma lágrima faz mais honra ao escritor do que as palmas de mil pessoas. Estas, se não são acompanhadas de pranto, são outras tantas sátiras contra o talento do autor e gosto do espectador. *Dryden* em quanto *reinou*, não teve outros aplausos; e entretanto não deixou de ter glória. Há razão para admirar a sua famosa ode: pode ter lugar entre as primeiras obras de este gênero da antiguidade.

*Addisson* entra com justiça na classe dos mais célebres escritores do século XVIII. Tinha o que faltava a *Dryden* e a *Johnson* – imaginação e alma; mas a natural severidade e a modéstia intempestiva fizeram-lhe as disfarçar. Não ousava entregar-se, como devia, ao fogo da imaginação, nem a todos os afetos do coração. Na sua célebre tragédia *Catão*, há apenas este que chore; mas estas lágrimas não comovem, ou ao menos não comovem senão pequeno número de almas nobres que amam a pátria mais do que a si. A maior parte do gênero humano não tem bastante virtude

para se comover. O seu talento apresentou uma grande bela imagem. Mas o que faz, o que sustenta a tragédia, é o horror e a compaixão. No *Catão* parece que não há pensamento; não se percebe um nem outra em toda a peça; o coração fica em perfeita tranqüilidade. Poderíamos dizer que o poeta, como o herói, à força de virtude, e por querer exceder-se, se suicida. As belezas poéticas, são outras tantas flores que lhe servem de ornato ao túmulo. A tragédia carece do patético que lhe é vida e alma; possuindo-o, atrai apesar de todos os defeitos que possa ter. As belezas parciais, que são muitas no autor de que falamos, e que imortalizariam qualquer outra obra de poesia que não fosse uma tragédia, concorrem para a condenação da peça. Se ele, pelo contrário, as sacrificasse ao verdadeiro interesse que demandam tais obras, não seria menos admirado.

Sócrates assistia às peças de *Eurípides*; e que *Sócrates* recusaria ver representar o *Catão*? Os assassinos de Cícero encontraram-no a ler a *Medeia* do poeta grego, afim de se preparar para a morte. Pode fazer-se uso da tragédia *Catão* com o mesmo fim. Quanto à dignidade das reflexões morais, *Addisson* assemelha-se ao poeta, chamado dramático por excelência; mas não se pode dizer o mesmo a respeito do singular talento, que tão bem possuía *Eurípides*, de comover o coração, entretecê-lo, despertar-lhe a compaixão: nisto valia muito, mais a antiguidade. Na tragédia *Catão* brilha o filósofo, o patriota, o orador, e o poeta; mas o autor trágico não deveria achar-se aí também? Como não está, pode-se lhe dizer com *Martial*:

*Cur in theatrum, Cato severe, venisti?*

Quando nos recordamos do que se passou entre ele e *Dryden*, a respeito da sua peça, estamos tentados a dirigir-lhe estas palavras:

*An ideo tantum veneras ut exires?*

Porque quando Addison estudava em Oxford, enviou a peça ao seu amigo *Dryden*, como à pessoa que melhor podia fazê-la representar se o merecesse. *Dryden* devolveu-lhe-à (sic) com grandes elogios, dizendo-lhe que não julgava que tivesse no teatro o êxito que devia ter.

Pode dizer-se que entre o autor e a peça há uma espécie de semelhança. Esta é melhor para o gabinete do que para o teatro; aquele brilhava mais particular que em público. Um e outra tiveram mérito local. *Catão* não foi feita para as comoções no teatro; mas pode ser-nos, no retiro, o mais amável companheiro. Esta peça é excelente a muitos respeito; é pena que tenha mais arte que natureza. Pode dizer-se que é um belo pedaço de escultura, em que foi preciso toda a habilidade do cinzel do artista para corrigir em parte os defeitos da pedra menos própria para tal trabalho; isto é, o autor teve muito trabalho para dar alma dramática a um assunto ingrato.

A arte guia Addison, que caminha, por assim dizer, adiante da peça. Na verdade, não teve com isso muita vantagem, porque é preciso que o escritor seja esquecido durante a representação, se deseja não o ser da posteridade, tanto no teatro como no mundo.

Um talento, que ame as flores, não deve esposar a musa trágica, que está sempre de luto. Não se trata de nos divertimos em um espetáculo onde o maior prazer nos vem da profundidade do desgosto. Mas de onde nos vem este prazer que ocasiona a dor? Que loucura afligir-nos, entristecer-nos, quando nada temos a temer! A humanidade é assim, e talvez para mostrar que as paixões não nos foram dadas para nos causarem pena, a menos que tal pena resulte em nosso proveito; porque vemos as paixões que causam a maior dor, contribuírem algumas vezes em grande parte para os nossos prazeres.

Para terminar estas reflexões sobre *Catão*, diremos que quem não vê nesse escrito grandes belezas, não tem gosto para a poesia; e quem lhe não vê mais do que isso, não o tem para o teatro. O autor merece de certo a crítica, mas é digno de

admiração. Se a sua obra não fosse uma tragédia, seria imortal; como o é, teve quase a extraordinária sorte daquele que, por triunfar gloriosamente, foi condenado à morte. Ambos se distinguiram; mas a sua glória foi-lhes fatal, e isto por terem infringido as respectivas leis – as dramáticas e as militares.

Se se tratasse de comprar *Swift*, *Pope* e *Addisson*, diríamos que este tinha mais talento, finura, decência, e juízo que os outros. *Swift* era de espírito singular; *Pope*, poeta correto; *Addisson*, grande autor. *Swift* olhou sempre o espírito como o que dá direito à soberania do mundo, e era uma usurpação a seus olhos todo o êxito nas pessoas de espírito inferior, assim exercia ele próprio a tirania em relação ao espírito. *Pope* era também desta opinião, com mais reserva, porém, ainda que fosse algumas vezes severo durante o seu domínio. A coroa de *Addisson*, se podemos exprimir-nos assim, foi efetiva, só a deveu ao povo.

*Volentes*

Per popules dat jura, afanque affectat *Olimpo*.

*Addison* escreveu pouco em verso, mas deixou-nos elegante prosa. Serviu-se dos mais belos materiais para compor as suas obras no gosto dos antigos.

A posteridade há de fazer-lhe justiça.

Todos os homens são pouco mais ou menos da mesma idade, aos oitenta anos, estamos tão certos de ver ainda o dia seguinte como aos dezesseis.

**(Sem assinatura)**

**CONSELHOS PARA FAZER VERSOS***(A Ilustração Luso-Brasileira. v. III, nº 50, pp. 399-400/ Lisboa, 12 de dezembro de 1859)*

Para escrever em verso, o apuro dos sentidos é uma das condições essenciais ao poeta, e o sossego do recinto aonde se propõe a compor, isolada, tranqüilo, e sem ornamento que entrettenham a idéia, que deve estar inteiramente ligada à inspiração que acende na alma os pensamentos elevados, e faz sair dela as harmonias divinas com que tantas vezes a profética voz dos bardos alternativamente embriaga, seduz, encanta, arrebatada, alegre, comove, entristece e delira!

É irresistível esse poder da poesia no coração humano. Ninguém lê uma página de Tasso sem experimentar aquele afeto sublime da grande alma do maior poeta. Não, não há ninguém que leia uma estrofe do Dante sem ver diante de si a imagem adorável da virgem, tão meiga, atraente e cheia de encantos como o apaixonado amante a viu e a descreveu melhor, do que se tivesse nas mãos em vez da pena, os fadados pinceis, de Rafael, Miguel Ângelo ou Murilo. Ninguém lê uns versos de Byron sem amar neles a elétrica sedução de uns olhos de que o bardo fala, e cuja luz impressionativa levou o desassossego da paixão a alma incendiada do poeta extasiado.

Não há leitor que não participe do sentimento do autor do livro, que não veja as imagens fantásticas que produziu, que não se entusiasme quando ele se entusiasma, que não admire o que ele admira, que não ame o que ama, que não ria do seu rir, que não chore do seu chorar! Tal e o don da poesia se o bardo o sabe conservar puro e divino como ela lhe o entrega nos momentos de inspiração.

Na poesia o bom senso deve concordar com a rima quer o assunto seja sério, quer seja alegre, porque na constante rivalidade em que parecem odiar-se em vão, a rima é sempre escrava e não se pode recusar a obedecer. Logo que se procura chega onde se quer, e o espírito habitua-se facilmente a encontrá-la, curva-se sem



dificuldade ao juízo da razão que longe de a constranger a encara com cuidado e a embeleza com primor. Se a desprezam porém, torna-se esquiva, faz-se rebelde e para a encontrar de novo, o pensamento corre em sua busca.

Nos escritos deve atender-se se raciocínio e ter dele toda a grandeza de preço e de esplendor, para que se não erre com muitos outros que impelidos de um transporte insensato, tiram o pensamento sempre fora do verdadeiro sentido, e que julgariam aviltar-se nos seus versos monstruosos, se passassem àquilo que outros pensaram como eles.

Estes excessos fora do comum, devem sempre se evitar, deixando à Itália a pompa esplendida destas brilhantes inverossimilhanças.

O natural agrada sempre mais, e o que tende ao bom senso, tem outra qualidade de apreço e de estima muito mais valiosa.

O caminho para o conseguir é escorregadio e difícil, e por muito pouco que alguém queira afastar-se dele, perde-se logo, não obstante o caminho da razão ter quase sempre uma única via. Um autor que por muito abundante que tenha o assunto, não deve concluir sem esgotar a matéria.

Os autores de abundância estéril, são imperfeitos como os gigantes para quem a natureza só foi pródiga na altura. Um anão pode ter mil vezes mais merecimento, porque não o embaraça a desproporção, nem o incomoda uma grandeza que tem de se por de rastos para entrar onde ele passa direito e altivo sem perder importância nem dignidade.

Um detalhe inútil nunca se deve escrever porque tudo que se diz de mais é fastidioso e insípido, e o espírito saciado rejeita-o.

Quem mostra não saber limitar-se, prova que não sabe escrever. O medo de um mal, conduz a outro pior: faz-se um verso frouxo, e a emenda endurece-o; evita-se de ser extenso e fica obscuro: um as vezes florido, tem a inspiração anuviada; outro receando ficar rasteiro, perde-se em densa confusão!

O agrado do público alcança-se escrevendo incessantemente e com variedade, porque um estilo muito igual e sempre uniforme, em vão deslumbra e acaba por adormecer.

Continua.

**P.S**

## CONSELHOS PARA FAZER VERSOS. IMITAÇÃO

(A *Ilustração Luso-Brasileira*. v. III, nº 50, pp. 403/ Lisboa, 12 de dezembro de 1859)

### Conclusão

Os autores que nasceram para nos enfastiar, devem-se ler pouco para que se não adquira hábito daquele tom narcótico em que psalmodeiam.

É sempre feliz aquele que sabe passar do grave ao alegre, do meigo ao severo, do vivo ao melancólico!

Um misto de sentimento, como é verdadeiramente a vida que um dia enche o coração de magoas, e no outro o cobre de flores, hoje o entristece, amanhã o inunda de alegria!

O livro destes, abençoado pelo céu esquecido dos que lêem, está muitas vezes no livreiro cercado de compradores; os outros, dormem nas estantes cobertos de poeira e devorados pela traça.

A baixeza e sempre repugnante nos escritores: o estilo mais pobre tem também a sua nobreza: despreze-se o burlesco desaforado que a bem sendo rejeita, porque se agradou, à primeira vista, foi só pela novidade. Uma obra nunca se deve manchar, neste desacreditado estilo: o gracejo deve ser elegante, sem que se confunda com as chocarrices burlesca de farsa de cordel.

Não se imite também o gosto de Brebeuf mesmo numa *Pharsale* (sic), amontoando sobre as praias com montanhas lastimosas de mortos e moribundos. Deve adotar-se um tom melhor, sendo simples com a arte, sublime sem orgulho, agradável sem impostura.

Ao público não se deve dar senão o que possa aprazer-lhe, prestando antes disso ouvido atento e severo à cadência dos versos; que o sentido encurtando as palavras, suspenda o hemistíquio marcando a pausa e que uma vogal correndo muito precipitada não encontre outra no seu caminho. As palavras harmoniosas são de melhor preferência e mais feliz escolha, e enquanto se puder fazer uso destas, rejeite-se o concurso odioso dos maus sons. O verso mais completo, o pensamento mais

elevado não pode agradar ao espírito, quando ofende o ouvido. Durante os primeiros anos do Parnaso Francês, era só o capricho absoluto que estabelecia as regras da poesia; Malherbe foi o primeiro em França que deu aos versos uma justa e determinada cadência, ensinando numa palavra posta no seu lugar a faculdade de reduzir a inspiração as regras do dever.

A língua aperfeiçoada por este sábio escritor, não ofereceu nada mais de áspero, duro e desharmonioso ao ouvido apurado. As estrofes aprenderam a cair com graça, e verso sobre verso nunca mais se iluminaram. Tudo reconheceu as leis estabelecidas por este guia fiel que ainda serve de modelo.

Se o sentido de um verso não se entende logo, o espírito começa a deter-se, e o frívolo discurso preste a desprender-se, fuge do autor que precisa sempre meditar. Há certos espíritos cujos sombrios pensamentos vivem entre nuvem espessas que nem o dia de júzo seria capaz de romper.

Antes de se escrever, deve-se aprender a pensar, e segundo a idéia é mais ou menos obscura, a expressão leva-a do mesmo perfeito ao mais puro; o que se conhece bem, enuncia-se facilmente, e as palavras para o exprimir lembram depressa sem que se abuse da língua, pois deve ser sagrada, até nos maiores excessos, porque em vão se impressionara alguém de um tom melodioso, se o termo for impróprio e a metrificação viciosa.

O espírito não admite um barbarismo ainda que pomposo, nem o orgulhoso solecismo no verso empolado, porque sem a correção no idioma, o autor mais insigne, ainda que abuse, é sempre um mau escritor.

É bom aproveitar as horas de descanso, trabalhando e em alguma coisa que inspire a alma e os sentidos, sem que inflame a pressa o louro desejo de ver terminada a obra, em estilo rápido e que estica na rima, mostra muito menos espírito que raciocínio. Gosta-se geralmente mais de um regalo que passeia lentamente sobre a fixa areia de um prado cheio de flores, de que de uma torrente que transborda num

curso agitado, e vem rolar cheia de gravidade sobre um terreno lodoso.

Uma obra deve adiantar-se lentamente e sem perder o ânimo; rever-se muitas vezes; aperfeiçoar-se incessantemente, acrescentar quando for preciso e cortar também; não é nada para uma obra onde os erros formigam aqui e ali, e que se saltam debaixo dos rasgos do espírito. É preciso que tudo se ponha no seu lugar, que o princípio e o fim correspondam ao meio, o que com toda a delicadeza da arte, as peças associadas não formem senão um todo de diversas partes que nunca esarteando-se o discurso do assunto, se busque muito longe alguma palavra brilhante.

Teme-se a censura pública? Seja o próprio autor um crítico severo, porque só a ignorância é que presta a admirar-se.

Faz-se uma consulta dos amigos verdadeiros, e que sejam eles os confidentes sinceros do que se escrever; a de todos os defeitos os zoilos adversários. Diante deles depõe-se a arrogância do autor, mas é preciso saber diferenciar o amigo do adulator.

Tanto este parece aplaudir que ridiculariza e contrafaz; deve se estimar mais o que aconselha do que aquele que louva, porque um adulator procura apenas recrear-se. Cada verso que louve, extasia-se; tudo é encantador e divino, coisa alguma lhe desgraça; estrebucha de ternura, chora de alegria, e tece elogios pomposos em toda a parte.

A verdade não tem este ar impetuoso; um amigo sábio é sempre rigoroso e inflexível, nunca deixa escapar uma falta; não perdoa os versos errados, põe no seu lugar o mal composto, e reprime nas palavras a ênfase ambiciosa, e diz com toda a franqueza: aqui fere o sentido, ali é incorreta a frase; a construção é um pouco falsa, este termo é equivoco, está idéia é obscura, é preciso esclarecê-la, é preciso emendar.

Como fiscalmente diz Boileau: - É assim que fá-la um amigo verdadeiro.

**BIBLIOGRAFIA**

*Ilustração Brasileira*, Jornal literário, científico e ilustrado, redigido por uma associação de literatos. Rio de Janeiro: Tipografia da Viúva Vianna Junior. Volume I. Fev. – Set. 1854; Volume II. Jan. 1855.

*A Ilustração Luso-Brasileira*, Jornal literário, científico e ilustrado da empresa de Antônio José Fernandes Lopes. Lisboa. Volume I. 1856; Volume II. 1858; Volume III. 1859.

**De apoio à pesquisa:**

ABDALA Júnior, Benjamin. *Literatura, história e política*. São Paulo: Ática. 1989.

ABREU, Casimiro. *Obras de Casimiro de Abreu* (Apuração e revisão do texto, esboço biográfico, notas e índices de Souza da Silveira). Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura. 1955.

\_\_\_\_\_. *Antologia poética* (Introdução, prefácio e nota de Souza da Silveira). Rio de Janeiro: Agir. 1961.

AMARAL, Antonio B. do. Nossas revistas de cultura: ensaio histórico-literário. *Revista do Arquivo Municipal*, São Paulo 31 (174): 125-175, jul.-set., 1968.

ANDERSON, Benedict. *Nação e Consciência Nacional*. Trad. Lólio Lourenço de Oliveira. São Paulo: Ática. 1989.

ANTELLA, Raul. *Algaravia: discurso de nação*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1998.

AZEVEDO, Sílvia Maria. Joaquim Norberto: o nacional e a história: *Continente sul Sur*. Revista do Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre, N.º. 2: Instituto Estadual do Livro, 1996, p. 133-148.

BAHIA, Juarez. *Jornal, História e Técnica: História da Imprensa Brasileira*. São Paulo: Ática, 1990.

BARBOSA, João Alexandre. *A biblioteca imaginária*. São Paulo: Ateliê Editorial, 1996.

\_\_\_\_\_. A paixão crítica. In: –. *A leitura do intervalo: ensaios de crítica*. São Paulo: Iluminuras/ Secretaria de Estado da Cultura, 1990, p. 37-62.

- \_\_\_\_\_. *Ensaio de historiografia literária brasileira*. In: –. *Opus 60: ensaios de crítica*. São Paulo: Duas Cidades, 1980, p. 25-52.
- BAPTISTA, Jacinto. *Alexandre Herculano, jornalista*. Amadora: Bertrand, 1977.
- BEZERRA DE FREITAS, José. *História da literatura brasileira*. Porto Alegre: Globo, 1939.
- BOSI, Alfredo. *História concisa da literatura brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Dialética da colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRAGA, Teófilo. *As modernas idéias da literatura portuguesa*. Porto: Livraria internacional de Ernesto Chardron; Casa Editora Lugan e Geneliox, 1892. 2 v.
- BRAGA, Teófilo. *História do romantismo em Portugal*. Edição fac-símile à de 1880. Lisboa: Ulmeiro 1984. (coleção Universidade n. 6).
- \_\_\_\_\_. Síntese crítico-histórica. In: *Introdução ao estudo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.
- BROCA, Brito. *Românticos, pré-românticos, ultra-românticos: vida literária e romantismo brasileiro*. São Paulo: Pólis; Brasília: INL, 1979.
- \_\_\_\_\_. Síntese crítico-histórica. In: *Introdução ao estudo da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: INL-MEC, 1963.
- BUESCU, Helena Carvalhão (coord.). *Dicionário do romantismo literário português*. Lisboa: Caminho, 1975.
- CABRAL, Alfredo do Vale – *Anais da Imprensa nacional do Rio de Janeiro de 1808 a 1822 por...* Rio de Janeiro: Tipografia nacional, 1881, 339p.
- CAIRO, Luiz Roberto. Santiago Nunes Ribeiro e o *Minerva Brasiliense*. *Letras Hoje*. Porto Alegre, N. 106: EDIPUCRS. 1996, p. 41-51.
- \_\_\_\_\_. Santiago Nunes Ribeiro e a nacionalidade da literatura brasileira. *Literatura e diferença - Anais do 5º Congresso da ABRALIC*. São Paulo: EDUSP/ ABRALIC, 1995, p. 545-549.
- CALASANS, P. de – Esboço crítico-histórico. In: –. *O clarim literário*. Recife: Tipografia Universal, 1856.
- CAMARGO, Ana Maria de A. *A Imprensa Periódica com Objetivo de Instrumento de Trabalho: Catálogo da Hemeroteca Julio de Mesquita do IHGSP*. São Paulo, Doutorado em História-USP, 1975 [mimeo.].
- \_\_\_\_\_ & MORAES, Rubens Borba de. *Bibliografia da Imprensa Régia do Rio de Janeiro, 1808-1822*. São Paulo: EDUSP/Komos, 2vols.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da literatura brasileira: momentos decisivos*. ed. São Paulo: Martins, 1971, 2 v.
- \_\_\_\_\_. A vida ao rés-do-chão. In: –. *Recortes*. São Paulo: Companhia

- das Letras, 1993, p. 23-29.
- \_\_\_\_\_. *Literatura e sociedade*. 7<sup>a</sup> ed. São Paulo: Nacional, 1985.
- CAMPOS, Antônio Sales. *Origens e evolução dos temas da primeira geração de poetas românticos brasileiros*. São Paulo: Tese universitária, 1945, 182p.
- CAPPARELLI, Sérgio. O campo híbrido do jornalismo e edição. *Continente sul Sur*. Revista do Instituto Estadual do Livro. Porto Alegre, N.º 2: Instituto Estadual do Livro, 1996, p. 175-184.
- CARPEAUX, Otto Maria. *História da literatura ocidental*. Rio de Janeiro: Alhambra, 2<sup>a</sup> ed., 1978/1984, 8v.
- \_\_\_\_\_. *Pequena bibliografia crítica da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.
- CARVALHO, Joaquim Barradas de, et alii. "A explicação de Portugal de Alexandre Herculano". *Estética do romantismo em Portugal*. Lisboa: Grêmio Literário, 1974. p. 1-30.
- CARVALHO, José Murilo. *A formação das almas*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- CARVALHO, Rómulo de. *História do ensino em Portugal*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1986.
- CASTELO, José Aderaldo. *A Literatura Brasileira: Origens e Unidade (1500-1960)*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1999.
- \_\_\_\_\_. A literatura brasileira do romantismo ao modernismo - I - II. Teoria e Ideologia. *Suplemento do Centenário. O Estado de São Paulo*. N.º 25/26. São Paulo, 21 e 28 de junho de 1975.
- \_\_\_\_\_. A análise de periódicos na literatura brasileira. In: NAPOLI, R. O. de. *Lanterna Verde e o modernismo*. São Paulo: IEB-USP, 1970.
- \_\_\_\_\_. *Textos que interessam à história do romantismo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1960, 2 v.
- \_\_\_\_\_. *A polêmica sobre "A confederação dos Tamoios"*. São Paulo: Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo, 1953, 141p. (Col. Textos e Documentos, 2).
- CÉSAR, Guilhermino. *Historiadores e críticos do romantismo. 1 - A contribuição europeia: crítica e história literária*. São Paulo: EDUSP; Rio de Janeiro: LTC-Livros Técnicos e Científicos, 1978.
- CHAPARRO, Manuel Carlos. *Sotaques d'aquém e d'além mar. Percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro*. Lisboa: Jortejo Edições, 1998.
- CHARTIER, Roger. (org.). *Les usages de l'imprimé*. Paris: Fayard, 1987.



- CITELLI, Adilson. *Romantismo*. São Paulo: Ática, 1986.
- COELHO, Jacinto do Prado. *Poetas do romantismo*. Sel., intr. e notas de... Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1965, v.1.
- COUTINHO, Afrânio. *A literatura no Brasil*. ed. Rio de Janeiro: José Olympio; Niterói: EDUFF, 1986, 6 v.
- \_\_\_\_\_. *A tradição afortunada*. Rio de Janeiro: José Olympio; São Paulo: EDUSP, 1968.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos do pensamento crítico*. Rio de Janeiro: Pallas; Brasília: INL-MEC, 1980. 2 v.
- CUNHA, Fausto. *O romantismo no Brasil: de Castro Alves a Sonsândrade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.
- CRUZ, Heloisa de Faria. *São Paulo em papel e tinta: periodismo e vida urbana (1890-1915)*. São Paulo: EDUC/FAPESP, 2000.
- \_\_\_\_\_. (Org.) *São Paulo em revista: Catálogo de publicações da imprensa cultural e de variedades paulistana 1870-1930*. São Paulo-SP: Arquivo do Estado, 1997.
- DIMAS, Antonio. Um suplemento carnudo. *Continente sul Sur*. Revista do Instituto Estadual do Livro. N.º.2. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1996, p. 35-45.
- \_\_\_\_\_. *Tempos eufóricos (Análise da revista Kosmos: 1904-1909)*. São Paulo: Ática, 1983.
- \_\_\_\_\_. Ambigüidade da crônica: literatura ou jornalismo? *Revista Literária*, Rio de Janeiro, n.º 13, set. – dez. 1974.
- DOYLE, Plínio. *História de revistas e jornais literários*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa; MEC, 1976, v. I.
- IDEM et alli. *Histórias de revistas e jornais literários: Índice da Revista Brasileira* Vol. II Rio de Janeiro: MEC- Fundação Casa de Rui Barbosa, 1995.
- EAGLETON, Terry. *A função da crítica*. (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1991.
- \_\_\_\_\_. *Teoria da Literatura: uma introdução*. (trad.) São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- EULÁLIO, Alexandre. Três folhetins românticos inacabados. *Boletim Bibliográfico*. Vol. 46, n.º 1-4. São Paulo: Biblioteca Mário de Andrade, jan. a jun. de 1978, p. 51-62.
- FARIA, Maria Alice. *Brasileiros no Instituto Histórico de Paris*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, 1970.
- FERREIRA, Alberto. *Perspectiva do romantismo português, 1834-1865*. 2 ed. Lisboa: Moraes Editores, 1979.
- FERRO, Marc. *História das colonizações*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

- FIGUEIREDO, Fidelino de. *História Literária de Portugal*, séculos XII-XX. Coimbra: Nobel. 1944.
- FRANÇA, José Augusto. *O romantismo em Portugal – estudos de fatos socioculturais*. Lisboa: Livros Horizonte. 1993.
- FRANCA JÚNIOR. *Política e costumes: folhetins esquecidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1957.
- \_\_\_\_\_. *Folhetins*. 4<sup>a</sup> ed. Rio de Janeiro: Jacinto Ribeiro dos Santos Editor, 1996.
- FREITAS, Affonso A. de. A imprensa periódica desde os seus primórdios em 1823 até 1914. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*. São Paulo, 27: 1929.
- GOMES, Álvaro Cardoso e VECHI, Carlos Alberto. *A estética romântica*. São Paulo: Atlas, 1992.
- GUILLEN, Cláudio. *Entre lo uno y lo diverso. Introducción a la literatura comparada*. Barcelona: Editorial crítica, 1984.
- GUINSBURG, Jacó (Org.) *O Romantismo*. São Paulo: Perspectiva: Secretaria de Cultura e Tecnologia do Estado de São Paulo, 1978.
- HALLEWELL, Lawrence. *O livro no Brasil: sua história*. São Paulo: EDUSP: T. A. Queiroz, 1985.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Editorada UnB, 1963.
- JAUSS, Hans Robert. *História da literatura como provocação à teoria da literatura*. (trad.) São Paulo: Ática, 1994.
- KAYSER, Jacques. *Le quotidien parisien*. Paris: Armand Colin, 1963.
- KOSSOY, Boris. *Origens e Expansão da Fotografia no Brasil: Século XIX*. Rio de Janeiro: Funarte, 1980.
- \_\_\_\_\_. “Panorama da Fotografia no Brasil desde 1832”. *O Estado de S. Paulo*, 18 out. 1975, Suplemento do Centenário, n. 42.
- LANÇA de MELLO, Maria Cristina Nogueira. “O Panorama”, *história de um jornal*. Universidade de Lisboa, Faculdade de Letras (monografia). 1971.
- LEITE, Dante Moreira. *O caráter nacional brasileiro*. São Paulo: Pioneira, 1976.
- LOBO, Luiza. *Teorias Poéticas do Romantismo*. Rio de Janeiro: UERJ-PROED; Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987.
- LOBO, Hélio. *Manuel de Araújo Porto-Alegre*. Rio de Janeiro: Agir, 1945, (Nossos grandes mortos, 3).
- LOPES, Hélio. *A divisão das águas: contribuição ao estudo das revistas românticas*. São Paulo: Conselho Estadual de Arte e Ciências Humanas, 1978.

- LOPES, Oscar e SARAIVA, Antonio José. 11 ed. cor. e atual. *História da literatura portuguesa*. Porto: Porto Editora, 1979.
- LUCA, Tânia Regina de. *A Revista do Brasil: Um Diagnóstico para a [N]ação*. São Paulo: Fundação Editoria da UNESP, 1999. – (Prismas).
- MACHADO, Álvaro Manuel, PAGEAUX, Daniel-Henri. *Da literatura comparada à teoria da literatura*. 2ª ed. revista e aumentada. Lisboa: Fundamentos, 2001.
- MALLARD, Leticia et alli. *História da Literatura: ensaios*. Campinas- SP: Ed UNICAMP, 1994.
- MARIANI, Bethânia Sampaio Corrêa. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: como o discurso jornalístico constrói memória). In: org. Eni Puccinelli Orlandi) *Discurso fundador (A formação do país e a construção da identidade nacional)*. Campinas-SP: Pontes, 1993, p. 31-42.
- MARTINS, Ana Luiza. *Revistas em Revista: Imprensa e Práticas Culturais em Tempos de República, São Paulo (1890-1922)*. São Paulo: EDUSP; Fapesp; Imprensa Oficial do Estado, 2001.
- OLIVEIRA MARTINS, J. P. *O Brasil e as colônias portuguesas*. Lisboa: Guimarães & Cia Editores, 1978.
- MARTINS, Wilson. *Folhetim: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A crítica literária no Brasil*. São Paulo: Cultrix; EDUSP, 1983.
- \_\_\_\_\_. *História da inteligência brasileira*. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1979, 7 vols.
- MELLO, José Eduardo M. de. *Sociologia da Imprensa Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1973.
- MERQUIOR, José Guilherme. *De Anchieta a Euclides: breve história da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1977.
- MEYER, Marlyse, MONTES, Maria Lúcia. *Redescobrimo o Brasil: a festa na política*. São Paulo: Queiroz, 1985.
- \_\_\_\_\_. *Caminhos do imaginário no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1993.
- MINÉ, Elza. *Páginas Flutuantes: Eça de Queirós e o jornalismo no século XIX*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.
- \_\_\_\_\_. *O Novo Mundo 1870-1879: Da Enunciação da Proposta às Suas Revisitações*. São Paulo, Livre-docência Letras-USP, 1991.
- \_\_\_\_\_. (Org., prefácio e nota). *Jaime Batalha Reis. O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Dom Quixote, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Eça de Queirós Jornalista*. Lisboa: Livros Horizontes, 1986.
- MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre:

- Instituto Estadual do Livro, 1991.
- MOTTA, Luiz Gonzaga (org.) *Imprensa e poder*. Brasília – DF: Editora da UnB; São Paulo-SP: Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MUZART, Zahidé L. O folhetim no desterro em relação ao modelo francês. *Travessia. Revista de literatura Brasileira*. Nº 16/17: Brasil-França. Florianópolis-SC: UFSC, 1988/9.
- NITRINI, Sandra. *Literatura Comparada*. São Paulo: EDUSP, 1997.
- NOBRE, J.F. *História da Imprensa de São Paulo*. São Paulo: Leia, 1950.
- NUNES, Maria de Fátima. Intr., sel. e notas de... “O Panorama”. *Jornal Literário e Instrutivo da Sociedade Propagadora dos Conhecimentos Úteis*. Lisboa: Alfa, 1989. (Coleção Testemunhos Contemporâneos, n.35).
- PEIXOTO, Afrânio. “Aspectos do Humor na Literatura Nacional”. *Revista Americana*, Rio de Janeiro, nov. 1916, pp. 30-59.
- PEREIRA, Maria Stella A. L. *A imprensa periódica e a literatura em São Paulo (1833/1922)*. Dissertação de Mestrado em História, FFLCH/USP. São Paulo, 1976.
- PEREIRA, A. X. da Silva. *Os jornais portugueses – sua filiação e metamorphose*. 1897. Lisboa: Imprensa de Libania da Silva.
- PINASSI, Maria Orlanda. *Três devotos, uma fé, nenhum milagre*. São Paulo: EDUNESP, 1.998.
- PINTO, Edith Pimentel. *O português do Brasil: Textos críticos e teóricos, 1-1820/1920*, fontes para a teoria e a história, Rio de Janeiro: Livros técnicos e científicos. São Paulo: EDUSP. (Coleção Biblioteca Universitária da Literatura Brasileira, série A. N.º 5).
- QUADROS, Jussara Menezes. Primeiras impressões: romantismo e edição. In: *Continente sul Sur*. Revista do Instituto Estadual do Livro. Nº. 2. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1996, p. 149-174.
- RAFAEL, Gina Guedes, SANTOS, Manuela (Coord. e Org.). *Jornais e revistas portuguesas do século XIX*. 1998. Lisboa: Biblioteca Nacional, v.1 (catálogo).
- RAMOS, Ricardo. *Do Reclame à Comunicação: Pequena História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual, 1985.
- RIBEIRO, Antônio Manuel. “O periodismo científico e literário romântico. O Panorama – 1837/1844” . 1995. Separata da revista *Munda* – 29, Coimbra, maio, p. 62-76.
- RIVERA, Jorge B. *El periodismo cultural*. Buenos Aires: Paidós, 2000.
- RIZZINI, Carlos. *Hipólito da Costa e o Correio Braziliense*. São Paulo: Nacional, 1957.
- \_\_\_\_\_. *O livro, o jornal e a tipografia no Brasil, 1500-1822: com um breve estudo geral sobre a informação*. Ed. Fac-similar. São Paulo: Imprensa Oficial do

- Estado, 1988.
- RODRIGUES, Antônio Simões (org.). *História de Portugal em datas*. [Coimbra] Círculo de Leitores, 1994.
- RODRIGUES, Ernesto José. *Mágico folhetim: literatura e jornalismo em Portugal*. Lisboa: Notícias editorial. 1998.
- ROUANET, Maria Helena. *Eternamente em berço esplêndido*. São Paulo: Siciliano, 1991.
- \_\_\_\_\_. Crítica e história da literatura no século XIX: verso e reverso da mesma moeda? *Letras de Hoje*. Porto Alegre. N. 106: EDIPUCRS, 1996, p. 7-13.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1981.
- SENNA, Ernesto de. "A Imprensa Régia". *RIHGSP*. São Paulo: Tip. Do Diário Oficial, 1911, vol. XIII.
- SILVA, Francisco Inocêncio da. *Dicionário bibliográfico português*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1859-1958. 23 v.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. São Paulo: Martins Fontes, 1983.
- \_\_\_\_\_. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: Olympio, 1940.
- SOUSA, José Manuel Motta de, VELOSO, Lúcia Maria Mariano. *História da imprensa periódica portuguesa – subsídios para uma bibliografia*. Coimbra: Bibliografia Geral da Universidade, 1987.
- SOUZA, Eneida Maria de e MIRANDA, Wander Melo (Orgs.) *Arquivos literários*. São Paulo: Ateliê, 2003.
- SÜSSEKIND, Flora. *As Revistas de Ano e a Invenção do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Casa de Rui Barbosa, 1986.
- \_\_\_\_\_. *Cinematógrafo das letras: Literatura, Técnica e Modernização no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- \_\_\_\_\_. *O Brasil não é longe daqui*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
- TENGARRINHA, José. *História da imprensa periódica portuguesa*. 2.ed ver. e aum. Lisboa: Caminho, 1989.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- VERÍSSIMO, José. *História da literatura brasileira*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1969.

VIANA, Hélio. *Contribuições à História da Imprensa Brasileira 1812-1863*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1945.

ZILBERMAN, Regina. Almeida Garrett e o cânone romântico. In: *Letras de Hoje*. N. 106. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996, p. 25-35.

\_\_\_\_\_. O Partenon Literário: literatura e discurso político. *Letras de Hoje*. Porto Alegre, N. 40: EDIPUCRS, 1980, p. 20-38.

